

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Márcia Solange Volkmer

"ONDE COMEÇA OU TERMINA O TERRITÓRIO PÁTRIO"

Os Estrategistas da Fronteira: empresários uruguaios, política e a indústria do  
charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí 1893-1928)

São Leopoldo

2007

Márcia Solange Volkmer

*“ONDE COMEÇA OU TERMINA O TERRITÓRIO PÁTRIO”-*

Os Estrategistas da Fronteira: empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí 1893-1928).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Flavio Madureira Heinz

São Leopoldo

2007

Márcia Solange Volkmer

*“ONDE COMEÇA OU TERMINA O TERRITÓRIO PÁTRIO”*

Os Estrategistas da Fronteira: empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí 1893-1928).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em História.

Aprovada em maio de 2007

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Flavio Madureira Heinz – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Orientador)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andrea Reguera – Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Susana Bleil de Souza – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Dedico este estudo à professora Diva Simões, cidadã e historiadora do Quaraí, que no seu dia-a-dia empreende uma luta incansável pela preservação da memória da cidade.*

## AGRADECIMENTOS

*Este trabalho, que é resultado de múltiplos encontros, teve sua inspiração maior no imenso contentamento e aprendizado advindo de cada nova “descoberta” nos Arquivos. Esta primeira e intensa aproximação com as fontes históricas me permitiu saber o quão inebriante é a volta ao passado. Esta Dissertação, um mosaico de idéias constituído nos últimos dois anos é criação minha, mas não teria sido possível sem uma já formada e consistente base de conceitos e informações.*

*Se a presente obra não pode ser considerada “arte”, ficam as lições de vida e as relações de amizade com todos aqueles que me ajudaram a pensar seu significado.*

*Ao Programa de Pós Graduação em História da Unisinos agradeço pelo caloroso acolhimento. Ao Prof. Flavio Heinz, coordenador, pela oportunidade. À Janaína, pela presença constante e alegre.*

*Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil – CNPq - por ter tornado este trabalho possível.*

*Aos professores do PPG História da Unisinos agradeço pelas bem orientadas discussões e ajuda para pensar o tema de investigação.*

*Aos professores do Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria um “obrigada” pelas primeiras indicações dos tortuosos caminhos da História.*

*Ainda em Santa Maria, agradeço aos colegas do LEPA, e em especial ao prof. Saul Milder, responsável pela minha primeira ida para o Quaraí. À Tânia e Fernanda, porque juntas aprendemos a fazer pesquisa.*

*Em Quaraí, um agradecimento todo especial à prof<sup>a</sup>. Diva, minha maior inspiração de luta pela preservação da história da cidade. Ao Guto Nadal, pelo incentivo e valorização do trabalho realizado. À Associação Memorial do Saladeiro, empenhada numa causa que conquistou meu apoio. À Sr<sup>a</sup>. Lucia Giudice, e em memória de João Carlos Giudice, pelo carinho com que preservaram as últimas imagens do Novo Quaraí em funcionamento.*

*Em Porto Alegre, um MUITO OBRIGADA! aos funcionários do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Museu de Comunicação Social, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Vocês tornaram possível a longa pesquisa.*

*A todos os colegas e professores presentes nos Arquivos agradeço pelas conversas ou simples companhia. Vocês tornaram agradável a longa pesquisa.*

*Aos colegas do Mestrado: Aninha, Alejandro, Caiuá, Fabiano, Marlon, Mauro e Rodrigo, foi ótimo aprender com vocês e hoje tê-los como amigos.*

*À profª. Susana Bleil de Souza agradeço pelas primeiras orientações quando da montagem do projeto, e pela presença constante ao longo do trabalho.*

*Em Artigas, diante da notícia da inexistência das fontes (vendidas como sucata) um saludo para José Antonio Soloviy cuja atenção me motivou a seguir adiante.*

*No Uruguai, um agradecimento muito especial ao Prof. Raul Jacob, grande inspirador deste trabalho. Um reconhecimento pela existência e imprescindível trabalho historiográfico. Uma homenagem pelo caráter e profissionalismo. Um agradecimento pela atenção, estímulo e sábios conselhos.*

*Ainda em Montevideú, gracias pela atenciosa acolhida no Archivo Nacional de la Republica del Uruguay, Ministério de Relaciones Exteriores, Biblioteca Nacional, Congresso Nacional, Instituto Nacional de Estadísticas, Biblioteca de la Asociacion Rural e Museo Histórico Nacional.*

*Para Tandil, Argentina, além de palavras, envio muito carinho. Os dois meses de estágio, como integrante do projeto CAPES/SPU, redirecionaram esta pesquisa. O acesso a novas fontes, bibliografia e a participação em vários seminários de estudos permitiram uma literal inserção no cenário platino.*

*Aos colegas Juan Manoel, Valeria Palavecino, Luciano e Valeria d' Agostino, e às professoras Mônica Blanco e Blanca Zeberio agradeço pela acolhida e momentos compartilhados.*

*À profª. Andrea Requera, minha orientadora em terras pampeanas, agradeço pelas indicações bibliográficas e referências de fontes. Mas agradeço principalmente pela atenção e amizade compartilhadas.*

*Às colegas Ana Paula Kordorfer e Ángela Flach pela companhia – foi ótimo dividir a nossa casa em Tandil com vocês.*

*À Fernanda agradeço pela ajuda com o Português.*

*Ao prof. Flavio, orientador deste trabalho, obrigada pela liberdade com que pude organizar esta pesquisa. Obrigada pela ajuda nos momentos de indefinição, e pela paciência e discernimento no momento em que já não havia mais tempo para escrever nada.*

*À minha família, agradeço pela compreensão em todos os momentos em que tive de estar ausente.*

*Ao Cris, meu amor, além de agradecer tenho também de pedir desculpas. Foram tantos os pedidos, e tão pouco que te dei em troca. Obrigada por ter aceito que dedicasse tanto do nosso tempo para pensar no Emílio Caló e demais personagens dessa minha trama.*

## *Saladeiro*

*Amanhecia o sol irradiava  
Tua beleza, natural infinda  
E em longos traços luz de vaga-lumes  
Espanta a escuridão ainda.*

*Uma Sirene acordava esse Universo  
De olhos cansados de velhos campeiros  
Que voltiam para suas vidas  
Em mais um dia desse Saladeiro*

*E na matança tétrico ritual  
O peão a faca seu rude instrumento  
Abatia o gado em gesto natural  
Pra um a morte pra outro o sustento*

*E secas pilhas de fardos de Charque  
Ali trocavam de marca e sinal  
Presos puxados em febris roldanas  
Eram bandeados pra banda oriental*

*Veio o progresso e os interesses...  
E um silêncio se fez pelos galpões  
E se apagaram as cargas de sonhos  
Dos olhos tristes dos velhos peões*

*E hoje longe do berro do gado  
Vivendo o crepúsculo das manhãs  
Meu saladeiro é uma tapera  
No canto saudade de algum tajã*

*Jorge Abella - 1986*

## **RESUMO**

Este trabalho estuda a inserção econômica, política e social de um grupo de empresários uruguaios no Rio Grande do Sul entre os anos 1893 e 1928. Trata-se de um grupo de saladeristas responsáveis pela renovação da estrutura produtiva e novo impulso que adquire a indústria do charque no extremo oeste do estado no final do século XIX. A estruturação da pesquisa e do texto revela a trajetória particular desses indivíduos, na qual a atuação do empresário Emilio Calo é o elo narrativo entre os capítulos. O protagonismo dessas empresas e empresários da fronteira e, de modo particular àqueles de Quaraí, evidencia a existência de uma organização empresarial resultante de vínculos e relacionamentos pessoais. Discute-se a participação da pecuária na economia estadual do período, as relações coronelistas na fronteira e os contatos de diversa ordem com a República do Uruguai. Ao longo dos capítulos, a pesquisa aponta para a utilização estratégica da fronteira, espaço de atuação desses empresários que acabam conformando um grupo com interesses e práticas bastante específicos em relação à pecuária gaúcha no período da 1ª República.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fronteira; Empresários; Charqueadas; Política.



## **ABSTRACT**

This study encompasses the social, political and economic insertion of a group of uruguayan industrialists in Rio Grande do Sul between 1893 – 1928. They formed a party of “saladeros” responsible for the refreshing of the productive structure and for the boost in the “charque” industrial activity in the farther west part of the state in the late XIX century. The research and text conceptual frameworks reveal the particular trajectory of these men, with the actions of the industrialist Emilio Calo forming the narrative link through the chapters. The role played by these industrialists and their industries and, particularly, those situated in Quaraí, shows up the existence of a business organization resulting from personal relationships and interests bonding. The cattle activity and it’s participation in the state’s economy, the “coronelistas” relationships of the border and the contacts with the Uruguay Republic are discussed. Along the chapters, the research points to the frontier strategical utilization by these industrialists, their interests and the specific actions in relation to the gaucho’s cattle activity in the brazilian 1<sup>st</sup> Republic period.

**KEYWORDS:** Frontier; Industrialists; Charqueadas; Politics

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Estrutura das exportações uruguaias.....	42
FIGURA 2 – Caminho percorrido pelo charque até Montevideú.....	49
FIGURA 3 – Charqueadas em funcionamento no Rio Grande do Sul em 1908.....	50
FIGURA 4 – Malha ferroviária do Rio Grande do Sul.....	151

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Distribuição dos gados por nacionalidade do proprietário – Artigas.....	34
TABELA 2 – Imposto de exportação do Rio Grande do Sul.....	38
TABELA 3 – Exportação por classes – Rio Grande do Sul.....	40
TABELA 4 – Valor da exportação do charque.....	40
TABELA 5 – Produção de charque.....	41
TABELA 6 – Bovinos abatidos no Uruguai.....	43
TABELA 7 – Produção saladeril.....	44
TABELA 8 – Arrecadação das mesas de rendas.....	51
TABELA 9 – Gado abatido nas charqueadas.....	56

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACMQ – Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Quaraí

AGNU – Archivo General de la Nacion del Uruguay

AHDU – Archivo Histórico Diplomático del Uruguay

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

APQ – Arquivo da Prefeitura Municipal de Quaraí

BARU – Biblioteca de la Asociacion Rural del Uruguay

IHGRS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

MCS – Museu de Comunicação Social

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

RF – Relatórios da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul

RS – Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2. CAPÍTULO I – Uma Economia Pastoril: Rio Grande do Sul e Uruguai ao findar o século XIX.</b>	
2.1 A natureza pastoril da economia do Prata .....	28
2.2 O atraso da Campanha - O que ainda há de pastoril e caudilhesco? .....	32
2.3 A economia e a historiografia do charque .....	38
<b>3. CAPÍTULO II – O espaço da fronteira</b>	
3.1 A Indústria do Charque na Fronteira Brasil-Uruguai .....	46
3.2 História Empresarial, História de Empresários .....	57
3.3 Um espaço que deve ser contido e controlado – o discurso do Estado .....	66
<b>4. CAPÍTULO III – De como se vive e investe: Os estrategistas da fronteira</b>	
4.1 Organização Empresarial.....	75
4.2 Coronelismo na fronteira – a prática do Estado .....	91
4.3 Ilustres progressistas: refinamento do gado, congressos e exposições ganaderas.....	109
<b>5. CAPÍTULO IV – A ameaça da fronteira</b>	
5.1 Uma nova organização empresarial.....	117
5.2 <i>A Entente da Fronteira</i> .....	128
5.3 A União dos Criadores e o combate aos “trusts” .....	131
<b>6. CAPITULO V – Fronteira fechada</b>	
6.1 O mercado e a indústria do charque .....	142
6.2 A Lei de “desnacionalização” – Epílogo.....	148
6.3 A “fronteira” – Considerações finais.....	153
<b>REFERÊNCIAS – Fontes consultadas</b> .....	161
<b>REFERÊNCIAS – Bibliografia citada</b> .....	167
<b>ANEXO A – Charque exportado 1900 a 1926</b> .....	173
<b>ANEXO B – Exportação uruguaia</b> .....	174
<b>ANEXO C – A entrevista de Emilio Calo</b> .....	175
<b>ANEXO D – A “Xarqueada Novo Quarahy”:</b> descrição e fotografias .....	178

## 1. INTRODUÇÃO

En un período de aproximadamente un cuarto de siglo, entre fines de los años 80 del siglo XIX y comienzos de la década de 1910, empresarios uruguayos instalaron saladeros en la frontera para eludir la política impositiva de Brasil. Se cumplía una vez más una de las leyes de la expansión empresarial: el proteccionismo obligaba a los industriales exportadores a establecerse como productores “nacionales” para no perder sus mercados tradicionales.<sup>1</sup>

Na cidade de Quaraí, localizada à margem direita do rio de mesmo nome, limite geopolítico entre o Brasil e o Uruguai, encontram-se ainda hoje alguns vestígios materiais da expansão industrial pecuarista acontecida no Rio Grande do Sul ao findar o século XIX. Este estudo sobre os saladeros e saladeristas da região da Fronteira Oeste do estado teve origem nos questionamentos realizados - e na ausência de respostas - diante das impolutas ruínas do *Saladero São Carlos*.<sup>2</sup>

Essas estruturas que resistiram às ações do tempo levam-nos de volta ao período em que o charque era o produto mais importante da economia do Rio Grande do Sul. Em um primeiro momento, no entanto, causou-me surpresa estar diante das estruturas de uma charqueada erguida em uma região tão distante do tradicional centro charqueador gaúcho. Também fiquei bastante impressionada ao saber que toda produção passava por sobre o rio, tomava os trilhos uruguaios e era exportada pelo Porto de Montevideú, e me questionei ainda mais sobre tudo aquilo ao saber que foram empresários uruguaios os responsáveis pelo estabelecimento dessas indústrias que ficaram ativas até o ano de 1928.

A importância da produção charqueadora na História do Rio Grande do Sul é bastante conhecida. No entanto, os estudos primam pela análise do seu primeiro século de atividade, enfatizando o emprego da mão-de-obra predominantemente escrava. Ou seja, estuda-se a origem das charqueadas no estado e a sua importância para a estruturação econômica e

---

<sup>1</sup> JACOB, Raúl. *Cruzando la Frontera*. Montevideú: Arpoador, 2004, p.81.

<sup>2</sup> Durante o ano de 2004, como aluna bolsista do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria, sob a orientação do Prof. Dr. Saul Milder, realizei um trabalho de Educação Patrimonial com os atuais moradores da área na qual se encontravam as duas charqueadas da cidade de Quaraí. Essas pessoas que diariamente visualizam e interagem com as ruínas do prédio do Saladero São Carlos atribuem um grande valor para aquele passado, e rememoram a produção industrial com certa nostalgia, desejosos de que o Quaraí pudesse viver novamente aquele esplendor econômico do *tempo das charqueadas*.

política do Rio Grande do Sul ao longo dos períodos colonial e imperial do Brasil, até o ano de 1888. Uma leitura desatenta dessa historiografia poderia sugerir inclusive que as charqueadas deixam de existir após a extinção formal do trabalho escravo no Brasil. Essa idéia se vincula àquela que tradicionalmente enfatiza a cidade Pelotas como pólo charqueador e núcleo do escravismo meridional.<sup>3</sup>

Nos poucos trabalhos que se referem à produção das charqueadas pós-escravistas,<sup>4</sup> essa indústria é apresentada como estagnada e retrógrada. Com o propósito de entender a transição para o capitalismo que estava em curso com o fim do escravismo no Brasil, os estudos sobre a economia do Rio Grande do Sul durante a 1ª República, em sua maioria orientados pela teoria marxista, acabaram por instituir um modelo interpretativo ainda hoje presente na historiografia gaúcha.

Neste modelo, o dinamismo econômico do período caberia às regiões da recente colonização de imigrantes europeus. Enquanto isso, a pecuária não teria acompanhado o novo momento vivido, tendo sido reestruturada somente com o advento do primeiro frigorífico, em 1917.<sup>5</sup>

Nesse sentido, reconhecem-se duas distintas regiões econômicas no estado: a Campanha, ainda vinculada à tradicional atividade pecuarista, e a região das colônias de imigração européia (ligadas ao litoral), onde se praticavam a policultura e um intenso comércio.

A difusão das relações capitalistas de produção no Rio Grande do Sul transcorreu atingindo simultaneamente diversas atividades econômicas, rurais e urbanas, em diferentes zonas do Estado. Essa difusão foi concomitante ao deslocamento do dinamismo econômico endógeno da região (acumulação e diversificação capitalistas) da zona sul para a zona colonial, ao norte do território estadual.

Isto significa que a pequena propriedade e a sociedade das colônias predominaram no processo de transição capitalista e constituíram-se como

---

<sup>3</sup> ASSUMPÇÃO, Jorge E. A produção charqueadora e a mão-de-obra servil. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Vol.1 Colônia. Passo Fundo: Editora UPF, 2006, p.189-202.

<sup>4</sup> Com destaque para o trabalho de Sandra Jatáhy Pesavendo. *República Velha Gaúcha – charqueadas, frigoríficos e criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.

<sup>5</sup> “No século XIX, a vinda do imigrante europeu incrementou uma atividade agrícola comercial especializada e dirigida ao mercado interno, reforçando o caráter pelo qual a economia do estado se integrara ao mercado brasileiro, adaptando-se às condições deste. Enquanto, no final do século passado, progrediu a economia colonial de gêneros de lavoura de subsistência, a área econômica da pecuária entrou em um processo de estagnação, sem maior avanço das forças produtivas, sem qualquer renovação tecnológica que beneficiasse a produção de forma significativa. Permaneceu a pecuária gaúcha sem maiores alterações no momento em que a economia escravocrata se desagregou e adveio a produção na base da mão-de-obra livre. Foi somente com a instalação dos frigoríficos na segunda década do século XX que se deu a reorganização da indústria da carne”. PESAVENTO, Op. Cit., p. 14.

principais matrizes sócio-econômicas da modernização no Rio Grande do Sul.<sup>6</sup>

De fato existiram organizações sociais e estruturas econômicas distintas no Rio Grande do Sul. No entanto, o que se destaca no presente trabalho é a importância de estudar o processo de transição econômica em curso também na região de predomínio da indústria pecuária. De forma geral, ao identificar o fator de dinamismo econômico nas colônias, o estudo da região da Campanha ficou bastante reduzido no que se refere às primeiras décadas do século XX.

Associada à idéia de distinção sócio-econômica entre as duas regiões, está aquela que igualmente desloca o eixo político da Campanha para a Serra/litoral com o advento da República. Historiograficamente veicula-se que a ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense<sup>7</sup> ao poder representou o rompimento do pacto oligárquico no Rio Grande do Sul, o que caracterizaria o processo ocorrido aqui como distinto daquele dos demais estados brasileiros. Instalar-se-ia no poder um novo grupo político, tirando de cena a tradicional classe pecuarista da Fronteira. Para Gunter Axt, elabora-se uma “tipologia rígida da sociedade” rio-grandense:

O Rio Grande do Sul foi subdividido em duas grandes macro-regiões econômico-geográficas – Campanha e Serra/Litoral – para então alinhar a primeira com a predominância de interesses dos estancieiros, e a segunda à supremacia de prerrogativas burguesas, da classe média urbana e dos pequenos proprietários rurais. A estas duas estruturas causais, foram associados o Partido Federalista<sup>8</sup> e o Partido Republicano Rio-Grandense, respectivamente.<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup> HERRLEIN JR., Ronaldo. *Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil Meridional?* 2000. Tese. (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2000, p. 140.

<sup>7</sup> “Fundado em 1882, o PRR foi a força hegemônica da política regional durante todo o período da República Velha, ou seja, de 1889 a 1930, passando por questionamentos episódicos em 1891-92, quando da guerra civil conhecida como Revolução Federalista, entre 1893-1895, e pela Revolução de 1923”. HEINZ, Flavio M. Elites, estado y reforma en Uruguay y Brasil meridional: castilhismo y batllismo en perspectiva comparada. El caso de las elites de Rio Grande do Sul en la transición del siglo XIX al XX. In: REGUERA, Andrea (coord.). *Los rostros de la modernidad. Vías de transición al capitalismo. Europa y América latina siglos XIX-XX*. Rosario: Prohistoria, 2006, p.138. Tradução minha.

<sup>8</sup> “O Partido Federalista, criado em 1892, recuperou parte expressiva das antigas lideranças que, na Monarquia, dirigiram o Partido Liberal e controlaram a política na Província do Rio Grande. Durante praticamente todo o período, o Partido Federalista representou a principal força política de oposição à hegemonia republicana no Rio Grande do Sul”. HEINZ, Idem.

<sup>9</sup> AXT, Gunter. *Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. 2001. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001, p. 17.



Há, portanto, uma historiografia que mostra que a charqueada e os charqueadores gaúchos não acompanharam o novo momento econômico vivido no Brasil,<sup>10</sup> destaca uma hegemonia econômica da região de colonização imigrante, a estruturação de um mercado interno e a ligação de todas as regiões gaúchas ao Porto de Rio Grande com a construção das ferrovias,<sup>11</sup> e salienta o afastamento dos pecuaristas do cenário de poder político a partir de 1893.<sup>12</sup> No entanto, uma análise feita a um nível mais micro permite ver para além dessas generalizações.

A presente pesquisa originou-se da compreensão de que a história das charqueadas da Fronteira Oeste não fazia parte da História do Rio Grande do Sul. E essas charqueadas não apenas foram pouco estudadas, como poderiam revelar elementos de um contexto econômico e político distinto daquele até então apresentado pela historiografia. Ou seja, o surgimento destas indústrias, e o estudo dos agentes envolvidos nesse processo, permite e sugere a rediscussão de temas e problemas pautados de forma generalista pela historiografia que tratou deste momento histórico gaúcho.

É certo que a presença dos saladeristas uruguaios aqui no Rio Grande do Sul a partir da década de 1880 já foi mencionada por vários trabalhos e é uma citação recorrente na historiografia uruguaia.<sup>13</sup> No entanto, pouco ou nada se sabe sobre a participação destes indivíduos na sociedade gaúcha do período. Que atuação e formas de organização tiveram no cenário de produção do charque no início do século XX? Que inserção social e participação política exerceram neste ambiente no qual se inseriam? Os motivos, intenções e condições do processo migratório igualmente constituem objeto de pesquisa deste trabalho.

Entendo que o contexto de disputa pelo mesmo mercado para o charque rio-grandense e uruguaio, em si só, não produziu a migração dos empresários uruguaios para o Rio Grande do Sul. O processo não foi resultado apenas da efetivação de uma das leis da expansão empresarial, como mostra a epígrafe citada no início desta Introdução. Para entender este

---

<sup>10</sup> Idéia amplamente difundida a partir de CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão, 1977.

<sup>11</sup> HERRLEIN, Op. Cit.; TARGA, Luiz R. A Fundação do Estado Burguês no Rio Grande do Sul (1891-1913). *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica/ 6ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Caxambu: ABPHE, 2003.

<sup>12</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: Economia & Conflitos Políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

<sup>13</sup> Merecem destaque, e serão citados ao longo deste trabalho, os estudos de Raúl Jacob.

movimento, há que se pensar nas ações e motivações dos indivíduos envolvidos em tais negócios, uma perspectiva pouco presente nos trabalhos realizados sobre o tema.<sup>14</sup>

Até bem pouco tempo, era consensual abordar a trajetória dos agentes históricos inseridos em categorias sociais pré-definidas. Todos os indivíduos estavam conformados em *clases sociales* de acordo com a função produtiva que exerciam na sociedade. Nessa perspectiva é que foram estudados os charqueadores do Rio Grande do Sul e a *clase* foi caracterizada como irracional, retrógrada, desprovida de espírito empresarial e inimiga dos interesses dos criadores de gado do estado.

Na presente pesquisa, no entanto, estudo estes indivíduos através de outra perspectiva. Em primeiro lugar, considero-os em sua individualidade: interesses, motivações e formas de agir. Compartilho com vários autores a idéia de que os grupos sociais e/ou profissionais não podem ser descritos a partir de uma forma pré-definida e homogênea.

No que se refere ao grupo pecuarista, Jorge Sábato,<sup>15</sup> ao definir uma “clase dominante” na Argentina, e Helen Osório<sup>16</sup> para o Rio Grande do Sul, identificaram, no século XIX, indivíduos dedicados simultaneamente a diferentes atividades econômicas. Nesse sentido, estavam também em defesa de diferentes interesses.

Barraqueros que son estancieros, comerciantes de ramos generales que operan regularmente en el mercado inmobiliario urbano, criadores de ovejas propietarios de chacras en las colônias agrícolas, estancieros que son consignatarios, ferreteros fundadores de la Asociacion Rural, dirigentes de las asociaciones étnicas que lo son tambien de la Sala de Comercio y de las agrupaciones políticas locales. Todos ellos parecen acomodarse con dificultad a nuestras usuales categorias de analisis, que en su tendencia a la compartimentacion pueden a veces mutilar a los sujetos históricos y distorsionar las perspectivas.<sup>17</sup>

Em relação ao objeto de estudo deste trabalho, o mesmo foi percebido ao longo da pesquisa. A maioria dos charqueadores da fronteira era também criadora de gados, assim

---

<sup>14</sup> O conceito de “empresário de carne e osso”, desprovido de uma racionalidade que o conduziria sempre para a obtenção do máximo benefício, mas dotado de uma racionalidade limitada e guiado pelo oportunismo será melhor desenvolvido no Capítulo II.

<sup>15</sup> SABATO, Jorge F. *La clase dominante en la Argentina Moderna. Formacion y características*. 2.ed. Buenos Aires: CISEA/Imago Mundi, 1991. “Caracterização da classe dominante [...]. a) essa classe, se bem possuía boa parte da terra, atuava em uma variada gama de atividades e sua principal base de poder econômico-social residia, sobretudo, no controle do comércio e das finanças”. p.109 (tradução minha).

<sup>16</sup> OSORIO, Helen. Estancieros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825. In: GRIJO; KUHN et all. (orgs). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.75-90.

<sup>17</sup> CRISAFULLI, Gustavo. Para una Historia de la burguesia pampeana. Terratenientes y comerciantes en el sur bonaerense a fines del siglo XIX. In: *Estudios Sociales*. Revista Universitária Semestral. Año IV, n.7. Santa Fé, 2º semestre de 1994, p.77.

como alguns criadores eram comerciantes. Além disso, havia alguns comerciantes envolvidos igualmente nas duas atividades já citadas. Todos partícipes da vida política e social do espaço em que realizavam seus negócios.

Inspirada pelo debate da Micro-História,<sup>18</sup> minha investigação foi orientada no sentido de “acompanhar os protagonistas daquele processo em seus percursos individuais a fim de reconstituir a variedade de sua experiência nos diferentes campos da vida social”.<sup>19</sup> Consideram-se seus interesses e formas de atuação em todos os campos sociais, não os reduzindo a certas práticas e solidariedades pré-definidas. As ações de Emilio Calo e outros empresários, por exemplo, permitem rever alguns comportamentos atribuídos aos charqueadores do período pela historiografia que estudou o processo de transição capitalista do Rio Grande do Sul.

Sabina Loriga<sup>20</sup> defende ser possível a compreensão do passado fundada na análise de percursos individuais. Ao “acompanhar” esses percursos, que estariam impregnados de fenômenos sociais, aflorariam da pesquisa as motivações pessoais e as concepções individuais da realidade institucional vivenciada. Tratar-se-ia de uma imagem mais complexa e precisa das relações sociais.

Historiograficamente, essa renovação na reflexão sobre os destinos pessoais ganha força a partir dos anos 1980, quando são revistos os sistemas explicativos das ciências sociais e o intuito de pensar as estruturas e o inconsciente coletivo. A partir de então há uma gradual recusa dos determinismos sociais e condicionamentos coletivos e procura-se restabelecer a eficácia histórica da ação intencional de sujeitos interagindo em dadas situações.<sup>21</sup> Nas palavras de Reis, trata-se de um movimento que:

Quer produzir análises das estratégias, das negociações, das “jogadas sociais”, que implicam memória, aprendizagem, incertezas. Que implicam ação, intenção, evento, sujeito. Se a sociedade não é mais concebida como

---

<sup>18</sup> Henrique Espada Lima, caracterizou de forma bastante interessante o método micro-analítico da História. Na sua opinião, os micro-historiadores não jogam fora o modelo já instituído pela herança historiográfica, ou seja, por todos aqueles trabalhos que nos antecedem. Inclusive, um estudo de micro-história seria muito mais complicado de ser realizado sem os trabalhos mais “gerais” feitos até então. Ao desenvolver a análise, saberiam-se as possíveis cartas postas em jogo. Ou seja, há um baralho (contexto, historiografia) que nos dá o horizonte, mas parte-se do suposto de que cada indivíduo ou grupo manejaria essas cartas de maneiras distintas. Cada nova jogada será resultado das ações pretendidas e não conformadas por regras já pré-fixadas. A tentativa é de incluir aí o protagonismo dos indivíduos. - Curso ministrado no PPG em História da UFRGS. Henrique Lima é autor da obra: *A micro-história italiana – escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

<sup>19</sup> CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 174.

<sup>20</sup> Idéias explicitadas durante palestra realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a convite do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2006.

<sup>21</sup> REIS, José Carlos. *Escola dos Annales – a inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 131.

“coisa”, ela só poderá ser concebida como “consciência”. Uma multiplicidade de consciências em interação, uma pluralidade de sujeitos produtores de “jogadas”, de “eventos”, que só poderiam ser apreendidos pela “narração”.<sup>22</sup>

Resgata-se uma intencionalidade, um motivo, um agente. Os eventos são atribuídos a “alguém” – os atos visíveis pertencem a “alguém”. A iniciativa de um agente é a origem do evento.<sup>23</sup> No entanto, Loriga adverte para os impasses e uma “sensação de vertigem” que poderia marcar os trabalhos orientados nesse sentido. Bourdieu<sup>24</sup> nos faz igualmente um importante alerta ao afirmar que um indivíduo não é um ator social quando isolado em si mesmo.

Nesse sentido busquei caracterizar a existência de um grupo social – o dos empresários da fronteira - analisando “o tecido das relações que o engendrou”.<sup>25</sup> Metodologicamente, acompanhei o percurso dos saladeristas uruguaios que se estabeleceram na cidade de Quaraí, e neste percurso encontrei muitos daqueles com os quais estes se relacionaram, estabelecendo os vínculos que acabaram por constituir e garantir o sucesso de seus negócios na fronteira.

Na estruturação da pesquisa, procurei evidenciar os vínculos e um sistema de interrelação tanto entre os saladeristas, quanto destes para com os atores políticos e econômicos da cidade, para com uma “elite regional”<sup>26</sup> e ainda em relação ao Estado. As empresas<sup>27</sup> e os empresários passam a ser reconhecidos como atores sociais que, em um movimento de “ativação de ajudas”, constituem um espaço de atuação próprio.

<sup>22</sup> REIS, José. Op. Cit., p.129.

<sup>23</sup> Idem. “Além do evento retornar como inaugurador de estruturas, como um ponto de inflexão de um modelo ou como o “ocorrido” entre possibilidades objetivas, ele volta também sob uma nova perspectiva: “entrada”, “janela”, “abertura” através da qual se pode atingir a estrutura social. A partir de um evento súbito e da subjetividade do seu autor, busca-se atingir as condições objetivas que o sustentam. A hipótese que dirige essa perspectiva é a de que a sociedade global aparece na experiência vivida dos indivíduos e os integra”.

<sup>24</sup> BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (orgs). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996, p.183-191.

<sup>25</sup> CERUTTI, Simona. Op. Cit, p.182.

<sup>26</sup> Ao longo deste trabalho, o termo “elite” será utilizado para nomear um grupo de pessoas que concentra certos recursos de poder importantes no período em estudo, como a possibilidade de barganhar favores junto ao Presidente do estado.

<sup>27</sup> “La historia empresarial ya no es, afortunadamente, una historia de casos, o una historia internalista. La actividad de las empresas y los empresarios ya no se estudia en si misma, sino tambien dentro del marco social y económico en el que estos agentes se encuentran, y el análisis histórico combina cada vez mas la investigación empírica con la reflexión teórica”. VALDALISO, Jesus; LÓPEZ, Santiago. ¿Sirve para algo la historia empresarial? In: ERRO, Carmen (Dir.) *Historia Empresarial: pasado, presente y retos de futuro*. Barcelona: Editorial Ariel, 2003. p. 49.

Este estudo não pretende pré-supor a oposição entre uma “sociedade da Fronteira” e uma “sociedade Colonial” que, em vista de diferentes interesses econômicos e disposição regional, teriam diferentes relações com o Partido Republicano no poder. Da mesma forma, é estabelecida uma distinção no que seria esta Fronteira<sup>28</sup>, ressaltando as ações de um grupo que tem interesses e estratégias diversas daqueles charqueadores de Pelotas ou Rio Grande.

Trata-se de um grupo que será beneficiado por usufruir as múltiplas possibilidades reconhecidas na fronteira. Ou seja, o estudo pretende evidenciar o caráter possibilitador de ações da chamada “linha de fronteira” e o aproveitamento e eficácia desses movimentos realizados por aqueles que vivem na/da fronteira.

Cabe aqui uma importante ressalva acerca do conceito de fronteira que orientou esta pesquisa. Na verdade, o que eu procurei fazer foi pensar o conceito a partir da pesquisa realizada.<sup>29</sup>

O termo “fronteira”, hoje, remete-nos, de imediato, às duas noções que o caracterizam: distinção e encontro. Historiograficamente, por muito tempo, enfatizou-se a fronteira como limite, linha que separa o “nós dos outros”. E não sem motivos evidenciou-se tal caráter, uma vez que as características atribuídas à Nação, geográfica e juridicamente delimitada, ao torná-la soberana, passaram a justificar também as ações de expansão e controle da mesma.

Mais recentemente, com os esforços de constituir um mercado mais livre à economia, aquelas mesmas fronteiras que separavam os Estados, passaram a servir como “pontos de acesso”. As abordagens da História também mudariam sua perspectiva, evidenciando desde então o caráter integracionista das fronteiras.

No que se refere ao Rio Grande do Sul, este segundo movimento acabou por vincular o território gaúcho às características sócio-econômicas do norte do Uruguai e da Argentina. Estes estudos, abordando principalmente o período colonial, estabeleceram o conceito de fronteira como agente de integração, intercâmbio e contato. Fala-se de uma “zona fronteira”, uma região platina constituída por espaços vinculados econômica, política e culturalmente.

Na minha pesquisa também entendo a fronteira nestes termos: uma região geográfica, um espaço dotado de características e sociabilidades particulares compartilhadas. Mas percebo no centro dessa região a “linha de fronteira”, o limite geopolítico. No início do século XX, apesar de invisível e móvel em alguns pontos, a “linha” está ali, bastante presente na vida

---

<sup>28</sup> Como visto até aqui, na palavra “Fronteira” citada ao longo do texto o “F maiúsculo” a caracteriza como sinônimo de Campanha, a metade sul e região oeste do estado do Rio Grande do Sul.

<sup>29</sup> Por isso que o desenvolvimento de forma mais detalhada apenas no último capítulo da Dissertação.

dos habitantes da região. Mais do que isso, o que pretendo mostrar é a capacidade que os fronteiriços têm de utilizar o limite a seu favor. Há um uso estratégico da fronteira possibilitado pela “linha” que a corta.<sup>30</sup>

A partir dessa compreensão, para além dos vínculos e das trocas econômicas e culturais, abre-se um espaço de análise de ações no âmbito político. Que ações seriam realizadas e quais privilégios buscados por esses homens que têm possibilidades de obter vantagens em duas realidades políticas distintas? Visualizando-se um espaço de negócios regional (que é geográfico e não geopolítico), percebe-se que estes indivíduos transitam e se aproveitam das condições dadas tanto no Rio Grande do Sul como no Uruguai.

Por outro lado, suas ações não se constituem apenas como resistência ao processo em curso. Suas ações são parte e constitutivas das transformações da indústria do charque no período.

O indivíduo pode ser visto como um ser racional e social que persegue objetivos; as regras e os limites impostos às suas próprias capacidades de escolha estão essencialmente inscritos nas relações sociais que ele mantém. Eles se situam portanto na rede de obrigações, de expectativas, de reciprocidade que caracteriza a vida social.<sup>31</sup>

Dessa forma, deve-se dar atenção ao comportamento dos homens para entender a lógica política e econômica que orientou suas ações, acompanhar a trajetória pessoal dos indivíduos e sua interrelação com o restante da sociedade. Por outro lado, não podemos tomar como baliza uma racionalidade econômica homogênea que orientaria a conduta de todos os saladeristas. Amparada por uma História Empresarial renovada esta pesquisa aponta para a atuação de um empresário que lida com informações incompletas, riscos e imprevistos. Estuda a constituição de uma organização empresarial estreitamente vinculada à sociedade na qual está inserida.

El estudio de las empresas se convierte en un área especialmente interesante y atractiva para el historiador. Puede decirse que se trata del análisis de una microsociedad, una ocasión espléndida para observar como se refleja en el seno de la empresa lo que sucede a su alrededor. No se trata del estudio de un empresario, de la biografía de un personaje o de una saga de empresarios, sino del análisis de una pequeña sociedad organizada alrededor de un proyecto: una especie de camino intermedio entre la biografía y la historia global de una sociedad, ya que no están claros los límites de la empresa. La Historia de la empresa se convierte así en el hilo conductor, no en la simple

---

<sup>30</sup> Importante ainda é dizer que trabalho com a idéia de uma fronteira que indica e caracteriza distintas soberanias territoriais já constituída. Como essa noção de fronteira foi sendo construída e utilizada pelos fronteiriços ao longo do tempo é meu objetivo para um trabalho futuro. Da mesma forma, não foi objetivo desse estudo evidenciar a questão e percepção da identidade nacional nesse espaço.

<sup>31</sup> CERUTTI, Simona. Op. Cit, p.189.

disculpa, del proyecto que no solo se desarrolló en el seno de una sociedad, sino que de algún modo ayudó a configurarla.<sup>32</sup>

O relato das trajetórias dos saladeristas, no entanto, não tem um objetivo e um sentido em si mesmo. Suas trajetórias permitem e pretendem a reflexão e evidências de outras questões, tais como: 1) a participação da indústria do charque na economia dos países platinos e suas formas de organização no momento de modificação dos processos produtivos de carnes conservadas; 2) a manutenção e reforço de uma economia regional que integrava o oeste do território brasileiro com a República do Uruguai; 3) a importância dos vínculos pessoais como estruturadores de uma aliança de interesses econômicos, políticos e empresariais na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul; 4) as relações coronelistas entre este grupo social da fronteira e os líderes do Partido Republicano na primeira década do século XX; 5) a caracterização de um espaço de fronteira, possibilitador de ações e utilizado estrategicamente pelos indivíduos que com ele interagem.

O que se pretende é “interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis”.<sup>33</sup> Pensa-se a relação e articulação das trajetórias individuais aos sistemas normativos, sendo que o conceito de *fronteirização*<sup>34</sup> permite tal abordagem. Afinal, o que confere especificidades ao estudo da “fronteira” é o “reconhecimento de que não se trata de identificar uma linha política, mas um espaço que só adquire significado quando referenciado às sociedades que o produziram”.<sup>35</sup> Delineia-se uma sociedade fronteiriça, de organização e com aspirações particulares, a partir dos vínculos sociais, dos relacionamentos entre os indivíduos. A apresentação do texto pretende justamente referenciar as especificidades deste espaço fronteiriço.

---

<sup>32</sup> ECHEVARRÍA Y ORTEGA, Miguel A. Martínez. ¿Qué teorías de la empresa tienen sentido en la Historia Empresarial? In: ERRO, Carmen (Dir.) *Historia Empresarial: pasado, presente y retos de futuro*. Barcelona: Editorial Ariel, 2003, p. 97.

<sup>33</sup> LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 176.

<sup>34</sup> Este conceito, desenvolvido por Alejandro Grimson, designa os processos históricos através dos quais os diversos elementos da fronteira são construídos pelos poderes centrais e pelas povoações locais. Com este conceito, enfatiza-se que a fronteira não é um dado fixo, mas um objeto inacabado e instável. Considera-se que os indivíduos que a habitam tiveram que lidar com essa instabilidade, com riscos e imprevistos. Foram moldando suas ações, e essas deram sentido à fronteira vivida, constantemente ressignificada. A idéia que se vincula a isso é a de que tiveram que aprender a utilizar a fronteira, e souberam se beneficiar disso.

<sup>35</sup> CASTELLO, Iara Regina. Áreas de fronteira: territórios de integração, espaços culturalmente identificados? In: *Práticas de Integração nas fronteiras: temas para o Mercosul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995, p. 23.

Para tanto, no Capítulo I, apresento dois espaços distintos – Rio Grande do Sul e Uruguai – ambos com características sócio-econômicas semelhantes, vinculadas à pecuária. Por cerca de um século (finais do XVIII a finais do XIX) a fabricação do charque ocupou posição central nas economias dos dois espaços. A partir daí, no entanto, essa empresa começa a sentir de forma mais intensa alguns problemas, principalmente em relação ao mercado consumidor e à concorrência entre os países produtores. Os frigoríficos iniciariam a produção da carne resfriada, que logo conquistaria os centros consumidores da Europa.

Para acompanhar esse novo momento histórico e econômico, os discursos primam pela remodelação da indústria da carne, enfatizando a necessidade de substituir as charqueadas pelos frigoríficos. Por esse prisma, a indústria do charque é apresentada como retrógrada e os charqueadores como incapazes de acompanhar o processo de mudanças em curso. Logo a Campanha ganharia o rótulo de atrasada: com a visível modernização urbana promovida nas cidades, estariam no campo todos os elementos responsáveis pelo atraso econômico das regiões.

Esse discurso seria repetido pela historiografia que, ao priorizar o processo de transição ao capitalismo, estudou a charqueada apenas como um empecilho que deveria ser removido. O propósito desse capítulo é mostrar que a produção do charque mantém seu lugar de destaque na pauta produtiva do Rio Grande do Sul no início do século XX, e ainda, que foi um grande fator de desenvolvimento econômico para o estado.

Esse desenvolvimento foi realizado principalmente nas cidades situadas no extremo oeste do estado, no espaço da Fronteira que é o tema do Capítulo II. É nesse espaço que encontro os empresários uruguaios e acompanho suas primeiras ações no novo território, onde optam viver e negociar. O texto inicia com o histórico de fundação da primeira charqueada de Quaraí – a *Novo Quarahy* – no ano de 1893. Pontua-se ainda a participação destas indústrias da fronteira na economia da região e os vínculos que a ligam ao território uruguaio.

Nesse capítulo discute-se de forma mais detalhada o propósito de estudar os charqueadores como empresários. Por muito tempo, lhes foi negada a possibilidade de serem vistos como empreendedores, participantes do processo de transição ao capitalismo. A partir da História Empresarial, enfatiza-se a constituição de uma empresa como organização coletiva, priorizando a atuação dos indivíduos e os vínculos hierárquicos entre todos os envolvidos nos negócios. Essas empresas conferem dinamismo ao espaço da fronteira. Aos olhos das autoridades fiscais, no entanto, a fronteira constituir-se-ia em um espaço que deveria ser contido e controlado, último item trabalhado no capítulo.



Conhecido o cenário e os protagonistas da fronteira, o Capítulo III pretende mostrar as formas de viver e investir nesse espaço. A estratégia de inserção social de Emilio Calo (personagem cuja atuação será o fio narrativo que une os temas trabalhados) evidencia que logo os uruguaios conquistariam o apoio da elite local. Identificada sua participação nos Clubes e Associações locais, estudam-se suas ações no sentido de defesa dos interesses econômicos de Quaraí e dos negócios particulares dos envolvidos.

O que se analisa é a constituição de uma empresa a nível regional, favorecida pelo sistema de barganhas do Coronelismo do período. Rastreando os vínculos pessoais, são vistas importantes lideranças políticas regionais interessadas no patrocínio da economia pecuária da região. Vê-se que os empresários se aproveitaram de um momento político bastante específico, que lhes favoreceu. Inseriram-se em uma rede de poder clientelista e foram beneficiados com os recursos gerados por ela.

Evidenciam-se aí as práticas do Estado em relação a este espaço de fronteira, que divergem muito em relação ao discurso apresentado no capítulo anterior. Mostra-se aqui que as relações coronelistas foram igualmente importantes e presentes na Fronteira Oeste, geralmente apresentada como reduto dos federalistas, oposição ao Partido no poder.

Por fim, revela-se que este grupo de empresários da fronteira, muitas vezes protegido pelas ações do Estado, mostrar-se-ia bastante empenhado na busca por melhorias na atividade pecuarista – praticavam o refinamento das raças e iniciaram uma nova etapa no comércio de gados no estado, favorecendo a organização de exposições e congressos que reuniriam criadores e charqueadores da Fronteira. Apresenta-se então a efetiva participação destes empresários no processo de mudanças em curso.

No Capítulo IV, vê-se que a intensa organização para promover os interesses da pecuária na fronteira do estado acaba por conformar um grupo de empresários com interesses bastante específicos. Esses mesmos empresários agirão no sentido de manter as garantias e possibilidade de lucros para as suas empresas, organizando-se para garantir melhores condições de acesso à matéria-prima e ao mercado consumidor.

Diante de uma organização bastante eficiente, esses empresários da fronteira acabam se conformando em um grupo que não é mais bem visto pelo restante dos pecuaristas do estado. Chega o momento em que Emilio Calo e os demais já não são um grupo de empresários uruguaios; agem em colaboração com aqueles, mas têm reivindicações próprias. Da mesma forma, são um grupo que é capaz de gerar ameaças aos gaúchos. Acompanhamos no capítulo o combate a este grupo patrocinado pela *União dos Criadores*, a partir de 1912, e

uma certa oposição no próprio município de Quaraí, onde a recém criada *Charqueada São Carlos* passa a ser propriedade dos maiores criadores de gado da cidade.

Para concluir, no Capítulo V, retomam-se as principais idéias trabalhadas no texto a fim de mostrar as iniciativas e atuação dos charqueadores nesse momento de transição vivido pela indústria da carne nos países platinos. Mostra-se que o espaço da fronteira foi onde surgiram importantes ações no sentido de modernizar a pecuária gaúcha, contradizendo grande parte da historiografia que apresenta este espaço como retrógrado no cenário econômico do estado.

São descritas ainda as últimas ações dos empresários uruguaios no Rio Grande do Sul, uma vez que se afastam, gradualmente, na década de 1920. Pontua-se a Lei de Desnacionalização como momento que aniquila as possibilidades de trânsito pela fronteira usufruídas até então. Por fim, discute-se o conceito de “fronteira” que emerge desse emaranhado de fatos e personagens.

As fontes utilizadas ao longo da pesquisa foram muitas e variadas. Para caracterizar a economia do Rio Grande do Sul e do Uruguai no período de estudo utilizei os dados retirados dos Relatórios da Fazenda e Anuários Estatísticos, respectivamente. Dados específicos sobre a pecuária foram também pesquisados nas Revistas da União dos Criadores e da Sociedad Rural del Uruguay.

Uma característica dessa documentação é o seu caráter relativamente impreciso, principalmente aqueles dados que se referem ao início do século XX. Outros autores que já trabalharam com o tema apontaram o que vi confirmado na fala dos próprios organizadores dos documentos: o serviço de estatística era precário tanto no Brasil como no Uruguai. No entanto, há que se trabalhar com os dados disponíveis: “era preciso fazer assim, porque era preciso começar, mesmo na certeza de não fazer bom, de incorrer em faltas, em omissões”.<sup>36</sup>

Para entender o espaço da fronteira igualmente utilizei grande parte de documentação produzida pelos órgãos e ministérios dos Governos: relatórios técnicos, consulares e dos Intendentes dos municípios fronteiriços. O fundo “Ministério de Relaciones Exteriores” do Archivo General de la Nacion del Uruguay permitiu uma leitura bastante particular dos interesses e questões suscitados neste espaço que pertence a duas soberanias distintas.

Central para o meu trabalho, no entanto, era entender e acompanhar o percurso dos indivíduos fronteiriços. E isso não foi nada fácil! Como localizar as ações desses indivíduos

---

<sup>36</sup> Relatório da Fazenda do Rio Grande do Sul. F.3-021, 1908, p.04.

que até então tinham tido tão poucas oportunidades de serem reconhecidos pela História? Onde encontrar seus vestígios? Empreendi uma busca aos arquivos, e tentei cercá-los de todos os lados.

Uma primeira aproximação ao cenário local foi buscada no Acervo Borges de Medeiros,<sup>37</sup> pelo qual adentrei na vida política e social de Quaraí e da região da Fronteira Oeste. Aí conheci a maioria dos personagens que me acompanhariam durante os dois anos de trabalho, e os indícios de relações entre os distintos grupos sociais. Uma inserção mais “privada” na vida local foi tentada através dos processos criminais, de falências e inventários<sup>38</sup> daqueles indivíduos que passei a conhecer. A partir de um conjunto de nomes tive acesso a uma teia de relações que davam vida à cidade.

Para tanto os jornais também foram uma fonte primordial. De certa forma, pude até compensar a falta de documentação privada sobre as empresas a partir dos detalhados relatos impressos nas já envelhecidas páginas dos inúmeros periódicos que circularam no período.

A ortografia das fontes consultadas, quando citadas, foi atualizada. Palavras para as quais não se encontra sentido contemporâneo foram mantidas como no original, entre aspas. As citações bibliográficas em língua espanhola foram igualmente mantidas como no original e não foram traduzidas a fim de evitar possíveis erros de sentido atribuído pelos autores. Quando traduzidas, há tal referência em rodapé.

---

<sup>37</sup> Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

<sup>38</sup> Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

## 2. CAPÍTULO I – UMA ECONOMIA PASTORIL: RIO GRANDE DO SUL E URUGUAI AO FINDER O SÉCULO XIX.

### 2.1 A natureza pastoril da economia do Prata

“É um erro econômico, que paga-se caramente, pretender que haja uma região onde todas as plantas floresçam e frutifiquem, onde a reprodução de todas as espécies animais seja fácil e a sua conservação assegurada.

O conhecimento dessas verdades, que estão na altura de observadores pouco atentos, nos convence de que a indústria pastoril, a mais antiga e mais rica do Estado, não surgiu, cresceu e multiplicou-se senão porque encontrou, no nosso solo, no nosso clima, em muitos outros fatores, os elementos necessários ao seu vigor. [...]

Se esta é a mais apropriada à região que habitamos, a ela devemos toda a dedicação e empenho, bem como às indústrias que dela decorrem”.<sup>39</sup>

As atividades de exploração e criação do gado estão tão intimamente ligadas à história da ocupação e povoamento do Rio Grande do Sul que é até estranho pensar que esse recurso não é originário destas terras. O gado foi introduzido pelo colonizador e, mais tarde, a este atrairia. Essa característica e importância da atividade econômica pecuarista, no entanto, não é fator exclusivo do mais meridional dos estados brasileiros. De forma geral, na Argentina e no Uruguai o gado teve o mesmo papel proeminente na ocupação e organização do espaço social.

Nesta “região platina”, de paisagens propícias à criação de gado, constituir-se-ia uma sociedade vinculada ao campo. Há muitas características compartilhadas neste espaço regional, originalmente um território único, e que se manteriam assim, mesmo após a instituição dos limites geopolíticos entre os países soberanos. Ou seja, o desenvolvimento da atividade pecuária nesse espaço, apesar de adquirir traços particulares em cada país e seguir distintos ritmos de modificações, pode ser entendido como pertencente a um mesmo processo econômico.

---

<sup>39</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - AHRS. Relatório Fazenda. F.3-021, 1908, p.44.

No Rio Grande do Sul e no Uruguai, a atividade extrativa cederia lugar aos primeiros intentos de constituição de uma indústria de conservação das carnes entre os anos 1730 e 1750. Trinta anos depois, iniciava-se a implantação do núcleo saladeril gaúcho. Em breve, a região de Pelotas teria sua paisagem modificada pelo funcionamento de 30 fábricas contíguas, dispostas ao longo do rio São Gonçalo.<sup>40</sup>

No Uruguai, é igualmente na década de 1780 que a indústria saladeril ganha impulso. Nesse período, fundam-se os primeiros estabelecimentos organizados com o fim comercial e é iniciada uma forte “corrente de exportação dos produtos neles elaborados”.<sup>41</sup>

Nesta primeira fase da indústria saladeril, na localização das charqueadas e saladeros buscou-se conciliar as facilidades do abastecimento de gados com as possibilidades e o menor custo para o transporte dos produtos elaborados.<sup>42</sup> Por isso a sua localização contemplou áreas pastoris, próximas às vias fluviais, com fácil acesso aos oceanos.

Ao longo de todo o século XIX, importantes fatores, como as modificações na estrutura e organização da atividade pecuária (cercamento dos campos e introdução de novas raças), inovações tecnológicas e fabris a nível mundial (adoção de maquinaria e especialização da mão-de-obra) e a descoberta dos métodos de refrigeração, fariam surgir a idéia de que a já centenária indústria do charque teria de ser reestruturada.

Aliás, com os olhos voltados para as mudanças já ocorridas na vizinha República Argentina, tanto no Uruguai como no Brasil, ao findar o XIX, há um sentimento de que toda a economia pecuária teria de ser modificada, inovada, modernizada. No mesmo campo – campanhas de criação – onde a atividade econômica mais importante começou a ser desenvolvida, identificavam-se agora as causas do retrocesso.

No texto introdutório ao *Censo Ganadero de la Republica Oriental del Uruguay*, realizado em 1900, também está presente a idéia de um país que, amparado por dons naturais, tinha condições para garantir um “grandioso porvenir” econômico. Neste país, o desejo era de que, em breve, fossem transformados por completo os métodos e a sua indústria pecuária. Diante das condições ideais de produção ofertadas pela natureza, o motivo do atraso e retrocesso industrial do Uruguai estaria na falta de iniciativas por parte dos “hacendados”.

Nuestro clima, el sistema hidrográfico trazado por los relieves de nuestro territorio, su topografía, la constitucion geológica del suelo, su fertilidad general y sus análogos ó símiles aptitudes para la explotacion de la industria

---

<sup>40</sup> GUTIERREZ, Ester. *Negros, Charqueadas e Olarias*. Um estudo sobre o espaço pelotense. 2.ed. Pelotas: Editora Universitária, 2001.

<sup>41</sup> SEOANE, Pedro. La industria de las carnes en el Uruguay, p. 94.

<sup>42</sup> Idem.

pecuária, constituyen factores de actuacion constante para su prosperidad y fomento.

La naturaleza, como bien la define Leroy Beaulieu, es la fuerza inconsciente, la matéria universal y variada que el hombre fecunda y dirige con su ingenio; sin embargo, aquellos agentes naturales de tan activa como eficaz ingerência para el desarrollo de la ganaderia, no siempre utilizados por la observacion y el estudio, por la estrechez de vistas y obstruccionismos con que se caracterizan buen numero de los hacendados del país, a cuyos hogares no llega el eco del progreso que debiera repercutir gratamente y ser vehiculo de iniciativas altruístas, son las causas retardatárias de nuestros adelantos industriales.<sup>43</sup>

No Rio Grande do Sul, o discurso seria bastante similar. A indústria pastoril no estado constituiria um vasto campo de ação à iniciativa particular: os recursos eram abundantes e as condições físicas para tal, ideais.

No entanto, mal aproveitados esses “poderosos agentes de riqueza econômica”, o que as autoridades percebiam é que “a indústria pastoril caminha lentamente, dominada pelo predomínio de práticas já abandonadas nos grandes centros produtores”. Há até um certo espanto pela proximidade com a Argentina, que deveria servir de “ensinamento, induzindo-nos a enveredarmos pelo único caminho capaz de nos conduzir à prosperidade a que aspiramos”.<sup>44</sup>

Esse retardamento, tão contrário aos interesses do produto e do próprio país, que assim se vê privado de riquíssima fonte de renda, encontra justificativa na falta de uma direção superior, que seja o centro propulsor do movimento em prol da indústria pastoril, colaborando com a iniciativa particular em restaurar esse precioso ramo de produção, imprimindo-lhe um caráter novo, modernizando suas práticas, tornando-o apto a competir com a indústria similar estrangeira, mais progressista e melhor aparelhada.<sup>45</sup>

Nesse discurso aparece outro elemento que se considerava definidor para a transformação de tal indústria: o poder público teria de auxiliar nessa empreitada. Como? Reduzindo impostos, facilitando a importação de reprodutores, patrocinando ações sanitárias e através de inúmeras outras ações. “O insucesso de algumas tentativas feitas nas condições atuais, vai incutindo o desânimo no espírito de alguns criadores, fato que se deve evitar em um país onde a iniciativa individual precisa ser incrementada e dirigida pelo poder público”.<sup>46</sup>

De um Rio Grande que é pastoril por natureza, dever-se-ia tirar dessa atividade todo proveito possível. O caminho mais indicado seria o do desenvolvimento da indústria dos frigoríficos, afinal, “O BOI É OURO. O consumo de carne aumenta anualmente na face do

<sup>43</sup> Censo Ganadero de la Republica Oriental del Uruguay. Montevideu, 1900, p.08.

<sup>44</sup> AHRS. Relatórios B.3 – 460, 1903, p.04-06.

<sup>45</sup> Ibidem, p.05.

<sup>46</sup> Ibidem, p.06.

planeta. Possuímos grandes campos de pastagens naturais. Podemos criar em larga escala. Havemos de ser, em época não remota, os fornecedores, ao lado das nações do Prata, de carne verde ao mundo”.<sup>47</sup>

Esse “desânimo” dos pecuaristas e os desejos de mudança em relação à tradicional indústria do charque que aparecem nos discursos, somados aos auxílios do governo para que fossem instalados os frigoríficos, foram posteriormente retomados pela historiografia e, tachativamente, as charqueadas foram tidas como retrógradas e os charqueadores e criadores os responsáveis por tal atraso.

La CEPAL y las corrientes dependentistas contribuyeron con énfasis a difundir la concepción de que solo el empresario fabril y urbano era realmente un empresario. La banca, las finanzas, el comercio, la agricultura, la ganadería, los servicios, la minería, las explotaciones forestales, la pesca y el turismo, por citar solo diez actividades que requieren indudable destreza empresarial, no resultaban evidencia suficientes para probar la existencia de empresarios en América Latina. De allí la censura explícita o implícita a todo propietario de tierra e a todo comerciante. Los primeros eran categorizados inevitablemente como atrasados, retardatarios, oligarcas, no racionales y hasta feudales.<sup>48</sup>

Encontrar-se-ia no campo, portanto, os fatores da estagnação econômica da pecuária. Atribuir-se-ia aos pecuaristas a incapacidade de gerir lucrativamente os seus negócios.

---

<sup>47</sup> AHRS, Relatórios Fazenda. F.3-027, 1915, p.87.

<sup>48</sup> CERUTTI, Mario. Los estudios empresariales en América Latina – el debate interminable? In: *Boletín de Historia Económica*. Año I. n.2. Montevideo, 2003, p.07

## 2.2 O atraso da Campanha - O que ainda há de pastoril e caudilhesco?

*“El progreso, el avance de las costumbres y hábitos de la civilización europea, la modernidad en una palabra, parecía haber triunfado en la República”.*<sup>49</sup>

O período histórico que compreende as décadas de 1870/1890 até 1930, tanto no Uruguai como no Rio Grande do Sul é definido como de modernização da estrutura econômica e social. A historiografia nos apresenta dois espaços em transformação, duas economias orientadas política e ideologicamente para a mudança, rumando ao capitalismo. Nesse discurso, as políticas orientadas para o campo e para o setor pecuarista ganham destaque.

Este momento de crescente urbanização, imigração e industrialização nos países da América Latina faria surgir setores sociais distintos daquela elite pecuarista que dominara as esferas do poder até então. Faria surgir um novo “cenário econômico” para além das relações rurais predominantes. Esta historiografia de orientação marxista, no entanto, evidenciaria essas transformações em um âmbito de economia periférica, ou dependente, que caracterizaria as economias platinas.

Nesse sentido, dadas as condições de terem se constituído em “empório de matérias primas ao mundo”, caberia aos países da América do Sul introduzir na sua indústria o máximo de recursos a fim de manter os mercados consumidores de seus produtos. Tendo em vista a procura pela carne, tornava-se premente substituir a velha indústria do charque pelos modernos frigoríficos.

Ao analisar a lentidão com que se iniciava tal processo no Rio Grande do Sul e no Uruguai, a “culpa” recairá sobre a charqueada, pouco incentivadora de melhorias, pouco exigente de capitais, inovações e gados refinados. Os charqueadores e estancieros são apresentados como dotados de uma “mentalidade atrasada”, ainda não capitalista e até irracional.<sup>50</sup> “A última grande transformação que foi destacada por esta bibliografia foi a

---

<sup>49</sup> BARRÁN, Jose; NAHUM, Benjamin. Historia Rural del Uruguay Moderno. Tomos V e VI. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1977.

<sup>50</sup> Para o Rio Grande do Sul, ver CARDOSO, Op. Cit.



aparición da indústria frigorífica e as modificacións impostas pola dinámica produtiva, tanto rural como urbana”.<sup>51</sup>

O período sería decorrência de un reformismo político e económico, ideologicamente orientado polos batllistas (*batllismo*)<sup>52</sup> no Uruguai e polos republicanos positivistas (*castilhismo*)<sup>53</sup> no Rio Grande do Sul.

A ascensão desses dois grupos ao poder (1903 no Uruguai e 1889 no RS) representaría o afastamento da tradicional elite pecuarista, constituíndo-se una relativa autonomía política em relación aos tradicionais grupos detentores do poder económico. Como os intereses da elite política “non se ajustaban inteiramente aos intereses dos sectores economicamente máis poderosos”,<sup>54</sup> una serie de accións, primando polo desenvolvemento, serían proxectadas a partir de entón.

Curiosamente, tanto no Uruguai como no Rio Grande do Sul, a elite “desplazada” do poder será identificada como o símbolo do atraso – pastoril e caudillesca – cuxa actuación se limitará ao territorio comprendido pola “zona de fronteira” entre os dous países. A Campaña será o símbolo do arcaísmo, estando os estancieros e charqueadores avessos a mudanzas.

No Uruguai, constituír-se-ía, así, un embate entre os *caudillos blancos*, grandes propietarios e criadores do norte uruguaio, e a nova elite colorada e urbana. A capital Montevideu e o sul do país serían movidos polo “espírito do empresario progressista”. No norte, tomado polos *caudillos*, o control da terra era aínda asociado ao control político e social, o que impedía mudanzas estruturais nas formas de vida existentes. A presenza de

<sup>51</sup> MORAES, María Inés. Dos versiones sobre las transformaciones económicas y sociales del medio rural uruguayo entre 1860-1914. In: *Cuadernos del CLAEH*, n.83/84. Montevideu, 1999, p.10.

<sup>52</sup> “Por *batllismo* se entiende al largo período de influencia de José Batlle y Ordoñez, dos veces presidente, en la vida política uruguaya. Debido a nuestro interés en este artículo, nos limitaremos a tratar el período conocido como primer batllismo, entre los años de 1903 a 1933. El término *batllismo* será aquí utilizado para referirnos a las acciones y a la obra gubernamental de carácter reformador emprendida por el grupo político del Partido Colorado liderado por Batlle durante todo el período, y no sólo durante sus dos mandatos presidenciales, es decir, 1903-1907 y 1911-1915”. HEINZ, op. Cit., 2006, p. 137.

<sup>53</sup> “Por *castilhismo* se entiende el período de influencia política de las ideas de Júlio Prates de Castilhos (1860-1903), fundador del PRR, del diario republicano *A Federação* y principal líder republicano de Rio Grande do Sul. Castilhos fue diputado a la Constituyente Nacional y autor de la carta constitucional de Rio Grande do Sul (Constitución del 14/7/1891), habiendo dirigido el estado entre 1892 y 1897. Aún después de su muerte, Castilhos siguió siendo la principal referencia política y moral de los republicanos de Rio Grande do Sul. Su gobierno, y por analogía, su período de mayor influencia en la política regional, se caracterizaron por el autoritarismo gubernamental, intervencionismo económico, disciplina férrea impuesta a los militantes republicanos, defensa ideológica de las virtudes de la dictadura científica positivista y por el combate sistemático a la disidencia y a la oposición. Fue sucedido por Antônio Borges de Medeiros, heredero y propagandista de su obra política. Borges fue constituyente en 1891, juez en 1892 y jefe de policía en 1895, y gobernó Rio Grande do Sul entre 1897 y 1908, y entre 1913 y 1928; de ahí la denominación del período analizado también como *castilhista-borgista*”. Idem.

<sup>54</sup> FINCH, Henry. *La Economía Política del Uruguay Contemporáneo 1870-2000*. 2 ed. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2005, p.23.

brasileiros neste espaço é outro fator apresentado como auxílio à condição de maior estagnação.

Em 1900, Artigas ocupa o sexto lugar em ordem de importância em relação a riqueza ganadera dos departamentos da República. Junto con los departamentos de Rivera, Cerro Largo, Tacuarembó y Salto, integraba el radio de influencia de la estancia tradicional, caracterizada por la gran propiedad territorial, el predominio del ganado vacuno criollo, y la concentración de la riqueza ganadera en manos de brasileños.<sup>55</sup>

Ou seja, o atraso tecnológico da ganaderia fronteiriça vincula-se à penetração dos estancieiros brasileiros<sup>56</sup> e à inexistência de ingleses ou franceses, que introduziram inovações no setor em outras regiões. Além disso, o direcionamento deste gado *criollo* às charqueadas do Rio Grande do Sul seria desestímulo às inovações.

No Rio Grande do Sul, a elite pecuarista, federalista, será igualmente identificada com o latifúndio e a Fronteira será tida como seu reduto. A campanha gaúcha passa a ser o espaço da estagnação econômica, diante do apogeu vivido nas regiões de imigração européia.

<sup>55</sup> MORAES, Maria Ines. *Bella Union: de la estancia tradicional a la agricultura moderna (1853-1965)*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1990, p.36.

<sup>56</sup> A grande presença de brasileiros neste espaço data do início do século XIX. Cf. SOUZA, Susana B.; PRADO, Fabrício. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJO, Luiz; KUHN, Fabio [et al.]. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004, p.121-14

TABELA 1  
DISTRIBUIÇÃO DOS GANADOS POR NACIONALIDADE DOS PROPRIETÁRIOS –  
DEPARTAMENTO DE ARTIGAS

NACIONALIDADE	BOVINO	EQUÍNO	OVINO	MULAR	CABRIO	SUÍNO
Orientais	133.870	7.870	232.572	975	225	524
Brasileiros	282.752	26.038	298.345	3.110	786	714
Argentinos	1.525	518	5.898	15	-	16
Paraguaios	30	13	160	-	-	2
Espanhóis	71.859	6.709	196.500	1.517	250	147
Portugueses	3.500	235	4.800	-	-	29
Franceses	7.209	770	22.000	310	32	16
Ingleses	1.700	-	1.300	-	-	-
Alemães	2.400	360	8.250	-	-	2
Suíços	60	18	-	1	-	1
Italianos	9.432	958	22.144	132	3	50

FONTE: Censo Ganadero de la Republica Oriental del Uruguay, 1900.

Em todo o país, revelaria o censo de 1900, os uruguaios eram proprietários de 3.135.152 cabeças de gado bovino. No mesmo território, os brasileiros tinham 1.968.488 cabeças do gênero.

Entre a metade norte do Rio Grande do Sul e a porção meridional do Estado, há diferenças muito sensíveis. Não só nos domínios da Geografia e da Geologia, como no campo da formação histórica. Enquanto a metade sul, plana, de raro recortada por modestas serranias que não atalhavam o passo aos pioneiros, ofereceu em seguida aos colonizadores a sedução de suas campinas limpas, o setor setentrional – logo conhecido popularmente como a “Serra” – opunha aos caminhos do expansionismo um colar de florestas fechadas e de montes penhascosos, apenas atravessados por um ou outro curso d’água acidentado e impetuoso.

O sul, a “Campanha”, povoou-se cedo. Os avanços e recuos da linha fronteira, oscilante ao sabor das vitórias bélicas ou diplomáticas de Portugal e Espanha, marcavam os limites da expansão dos povoadores. Quase todas as vilas e cidades daquela área tiveram sua origem a acampamentos militares. Atrás dos regimentos, vinham as carretas dos comerciantes e contrabandistas, e, pouco depois, as cartas de sesmaria, concedendo áreas de campo aos oficiais das guarnições. Até 1820, praticamente, todas as terras do sul estavam distribuídas e quase todos os centros urbanos tradicionais da região fronteira tinham seus alicerces lançados. [...]

Enquanto isso, a “Serra”, que em verdade é um planalto de bordas escarpadas ao sul, conservava-se quase virgem de povoadores, área de pioneirismo e de aventura, quando muito presenciando o difícil trânsito dos tropeiros de gado e mulas, que passavam para as feiras de São Paulo. [...]

Até fins do Império, a região serrana não teve expressão no quadro de política provincial. Do litoral e do sul, saíam as lideranças partidárias, os deputados, os presidentes ou vice-presidentes da Província, os barões e os viscondes. Realmente, era ao sul do Ibicuí e Jacuí que se situavam as grandes fortunas e onde havia densidade demográfica e agrupamentos urbanos consideráveis.<sup>57</sup>

Para além da constatação da efetiva diversidade “física” e “histórica” que caracteriza as diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul, a síntese de Sérgio da Costa Franco, formulada em 1968, teria influências presentes ainda hoje na historiografia sul-riograndense.

Em 1971, Joseph Love afirmaria que “econômica e culturalmente aceitava-se geralmente uma divisão em três regiões”.<sup>58</sup> Para o autor, tratava-se de uma convenção que adotara em seu trabalho a partir das análises de Thales de Azevedo (1958) e Jean Roche (1966). Tal convenção divide e caracteriza o Rio Grande do Sul a partir das especificidades do Litoral, da Campanha e da Serra.

Enfatizar tais especificidades, que são inegáveis tanto em relação ao ambiente natural quanto àquelas relações historicamente estabelecidas, tornou-se uma “cilada historiográfica”

<sup>57</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1988, p.08.

<sup>58</sup> LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p.05.

quando, a partir da convenção, foram generalizadas as motivações políticas e econômicas das três regiões.<sup>59</sup>

Historiograficamente, enfatiza-se tanto a “alteração do eixo de importância política destas áreas”<sup>60</sup> quando da Proclamação da República e conseqüente ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense ao poder do estado, a ponto da região da Campanha ficar em segundo plano. Ou melhor, fica caracterizada como “reduto do grupo oposicionista”. Tanto foi falado em “preeminência”, “hegemonia”, “controle” dos coronéis da Serra e Planalto que acabou por se simplificar a configuração do poder e a atuação política na fronteira oeste durante a 1ª República.

Essa “desvinculação” dos caudilhos da fronteira em relação ao novo partido dominante caracterizaria esse momento da política gaúcha como diverso do ocorrido no restante do país. Contribuiria para essa “especificidade” o caráter “ideológico” do PRR e sua não inserção em redes coronelistas de poder. Tratar-se-ia de um partido progressista moderno.

O que se pretende evidenciar no presente trabalho é que tal movimento não foi assim tão antagônico e radical.<sup>61</sup> No entanto, em função dessas “generalizações historiográficas”, deixou-se de estudar as relações de certos grupos econômicos com o Estado neste período, dando primazia aos novos grupos que emergiam politicamente (imigrantes, comerciantes, financistas), não mais ligados fundamentalmente à terra ou às tradicionais economias como a charqueadora. Além disso, evidenciar-se-á que neste período de transição a indústria do charque e os empresários envolvidos em tais negócios mantiveram uma importante participação no cenário econômico e político delineado.

Um dos indícios que atesta ser grande a diferença entre o plano do discurso e aquele praticado pelos grupos no poder, está na fragilidade e no não cumprimento de um dos principais pilares sustentados pelos dois grupos que assumem as diretrizes políticas do Rio Grande e Uruguai: a questão do imposto territorial.

---

<sup>59</sup> Esse movimento delinea-se com clareza nos trabalhos realizados a partir da década de 1970 até os dias atuais, em que se procurou evidenciar a especificidade do Rio Grande do Sul em relação ao resto do Brasil e a especificidade da região da Campanha em relação às demais que compõem o estado.

<sup>60</sup> FELIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e Cooptação política*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996, p. 61.

<sup>61</sup> Tanto no Rio Grande do Sul (Gunter Axt) como no Uruguai (Henry Finch, Julio Millot, Magdalena Bertino e outros) há alguns anos alguns trabalhos vêm tentando relativizar o caráter inovador das políticas batllistas e castilhistas. O que estes autores mostram, que é a idéia que compartilho em meu trabalho, é que, na verdade, as relações da elite política foram bastante próximas ao grupo pecuarista, numa interdependência de poder e legitimidade.

La finalidad primordial del nuevo sistema impositivo era cambiar la estructura económica del Uruguay. Batlle apostó a transformar el viejo país ganadero en un país agricultor e industrial, siendo el impuesto la herramienta que alentara o deprimiera esas actividades. Así caería con mayor peso sobre el estanciero latifundista que practicaba la ganadería extensiva pero exoneraría de contribuciones a industriales y agricultores (a la vez que altos derechos aduaneros los protegían de la competencia extranjera).<sup>62</sup>

No Rio Grande do Sul, propalava-se a mesma idéia. A intenção era, ao substituir o imposto de exportação pelo territorial, deixar a cargo da elite da campanha, afastada do poder, os maiores encargos. Ao mesmo tempo, seria incentivada a indústria de diversos gêneros que se desenvolvia no estado.

No entanto, o que se percebe durante todo o período de hegemonia do Partido Republicano é a grande dependência da economia estadual em relação à arrecadação proveniente das exportações. Em função disso, como anunciavam os próprios secretários da Fazenda, as alterações não poderiam ser imediatas e nem mesmo poderiam ameaçar as condições econômicas firmadas até então. Independentemente dos propósitos anunciados, tudo seria feito para evitar o déficit orçamentário.

Do que venho dizendo, infere-se a marcha irregular e lenta da supressão do imposto sobre a exportação: irregular porque por vezes tem sido criada alguma taxa nova, embora insignificante ou acrescida alguma já existente; lenta, porque não se fazem reformas financeiras, senão com a prudência e critério indispensáveis, para não perturbar relações de ordem econômica de quase um século.

A grande maioria dos homens pensa que não é assim, e afirma que, sendo o imposto de exportação prejudicial, condenado pela própria Constituição do Estado, e estando já em vigor o imposto territorial, um decreto, um simples traço de pena bastaria para fazer desaparecer um e para regularizar o outro. Pouco valem os decretos quando não correspondem à realidade das coisas, quando não se coadunam com as necessidades sociais e políticas.<sup>63</sup>

Nesse sentido, as “reformas modernizadoras” não ocorreram da mesma forma, nem no momento em que foram anunciadas. Houve uma grande distância entre o discurso e a prática. A pecuária continuava sendo a atividade mais importante do cenário platino e, no Rio Grande do Sul, as charqueadas ainda apresentavam imponentes a sua força econômica.

<sup>62</sup> RILLA, Jose; BUSTAMANTE, Francisco. Impuestos, Estado y Política en el Uruguay Batllista. In: *Cuadernos del CLAEH*, n. 26, p.31.

<sup>63</sup> AHRS. Relatório da Fazenda, 1909 (tb), p.133.

## 2.3A economia e a historiografia do charque

“A principal e velha indústria das charqueadas continua ainda a ser o mais importante fator da prosperidade rio-grandense e, portanto, a maior credora de estudo e proteção do governo.

O seu desenvolvimento, no período inicial deste século, demonstrado nos quadros anexos, já constitui uma resultante dos esforços empregados a favor dessa indústria que, entretanto, ainda reclama profundas reformas”.<sup>64</sup>

### *As forças produtivas do Rio Grande*

“As finanças públicas conservam tão íntimas ligações com as finanças privadas, a sua recíproca influência é tão real e efetiva, que o depauperamento ou destruição de umas, desde logo afeta a constituição ou progresso das outras”.<sup>65</sup>

Ao longo da Primeira República gaúcha, o imposto de exportação<sup>66</sup> foi o principal auxílio do tesouro estadual e o principal fator desta renda foi a exportação dos produtos bovinos. As demais indústrias, além da pecuária, estavam em notável desenvolvimento, mas, de forma geral, boa parte desta produção agrícola ainda era vendida dentro do estado.

TABELA 2 – Imposto de exportação do Rio Grande do Sul

Ano	Receita	Imposto exportação	% Imposto exportação sobre a Receita
1900	10.083:124\$457	3.559:250\$719	
1901	8.835:133\$547	3.048:227\$078	34,5%
1902	9.419:670\$157	3.605:343\$500	38,3%
1903	10.304:134\$419	3.688:016\$269	35,8%
1904	9.663:059\$334	2.901:505\$739	30,0%
1905	9.368:076\$064	2.369:135\$310	25,3%
1906	10.788:810\$261	2.725:277\$133	25,2%
1907	14.619:924\$584	2.894:151\$245	19,8%
1908	12.701:101\$896	2.824:267\$504	22,2%

<sup>64</sup> AHRS. Relatório Fazenda. F.3-021, 1908, p.48.

<sup>65</sup> AHRS. Relatório da Fazenda, 1896, p.03.

<sup>66</sup> Contemplados aí os produtos enviados para outros países e também aquela produção destinada ao mercado interno brasileiro. Nos primeiros anos do século XX, em média, 65% da produção rio-grandense era exportada para os demais estados brasileiros.

1909	14.746:307\$454	3.168:037\$496	21,5%
1910	15.127:336\$249	3.156:808\$795	20,8%
1911	16.282:124\$031	3.109:207\$175	19,1%
1912	18.665:686\$381	3.714:629\$288	19,9%
1913	19.831:974\$144	3.414:099\$765	17,2%
1914	17.652:784\$201	2.490:299\$003	14,1%
1915	18.026:857\$337	2.475:830\$435	13,7%
1916	20.812:703\$142	2.459:174\$769	11,8%
1917	24.868:904\$480	2.693:235\$037	10,8%

No quadro acima é visto que o imposto arrecadado com a exportação, para além das variações decorrentes dos diversos momentos econômicos vividos em decorrência de crises financeiras ou conflitos civis e militares, teve uma gradual baixa nos primeiros anos do século XX. Como dito anteriormente, isso não representou a efetivação dos propósitos anunciados, que era acabar com tais cobranças. Pelo contrário, esse imposto representou grande parcela dos valores que constituíram a receita estadual.

Os autores que já realizaram um estudo detalhado do valor oficial das exportações gaúchas entre 1900 e 1929<sup>67</sup> identificaram “três subperíodos relevantes para delinear o comportamento das vendas externas”. O primeiro, que compreenderia os anos de 1901 a 1913, caracterizado como “uma fase de crescimento quase ininterrupto das exportações estaduais, especialmente significativo a partir de 1907 e bastante acentuado nos dois últimos anos”.<sup>68</sup> Um segundo período – 1913-1920 marcado por “significativas reduções no valor dos produtos exportados”, atingidos pela crise mundial gerada pela guerra e, nos anos finais – 1920-1929 – uma nova recuperação.

Como já mencionado, de forma geral, a historiografia que tratou da economia gaúcha neste período primou por evidenciar a ampliação e diversificação das exportações como resultado de um retrocesso da tradicional atividade pecuarista e um progressivo desenvolvimento da policultura. De forma alguma nego esse desenvolvimento. No entanto, a importância da indústria do charque foi sub-valorizada nestes estudos, mais interessados na análise dos novos produtos que compunham as exportações.

É inegável que houve uma diversificação das exportações, tanto em relação à produção como ao mercado, e que o charque teve, gradativamente, diminuída sua participação no valor total desta renda. Entretanto, ainda figura como o produto de maior valor exportado em 1928:

<sup>67</sup> CARVALHO, Maria L.; PEREIRA, Paulo; ALMEIDA, Pedro. O Incentivo fiscal às exportações gaúchas durante a Primeira República. In: TARGA, Luiz R. (org.) *Breve Inventário de Temas do Sul*. Porto Alegre: FEE, 1998, p. 89-125.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 98.

Valor total das exportações: 580.722:417\$725  
 -Charque: 97.220:841\$430  
 -Banha: 82.871:312\$050  
 -Arroz: 65.761:433\$710  
 -Couros: 59.368:012\$836

Durante todo o período, cerca de 60% das exportações eram representadas pelos produtos da pecuária e indústrias derivadas. O charque, os couros e o sebo, por exemplo, tomados em conjunto, foram responsáveis “por mais de 50% do montante das exportações no subperíodo 1901-1913 e representavam cerca de 32% daquele montante no decênio 1920-1929”.<sup>69</sup>

TABELA 3 - EXPORTAÇÃO POR CLASSES – Rio Grande do Sul

CLASSES	1912	1913
I – Animal	79.440:238\$000 (75,68%)	77.366:689\$000 (71,57%)
II – Vegetal	23.658:659\$000 (22,54%)	20.383:421\$000 (28,11%)
III – Mineral	100:421\$000 (0,1%)	350:840\$000 (9,32%)
Não especificados	1.769:288\$000 (1,68%)	-
TOTAL	104.968:606\$000 (100%)	108.100:950\$000 (100%)

FONTE: Relatórios da Fazenda – 1912/1913.

*“De como a receita geral move-se com a exportação e esta com o trabalho das charqueadas”*

“A importância do imposto de exportação prende-se imediatamente a maior ou menor matança de gado. Sem ser absoluto o juízo sobre a exportação, pode, entretanto, “estribar-se” na matança de gado, que é um de seus elementos ou fatores principais”.<sup>70</sup>

Se o imposto de exportação era o responsável pela arrecadação de cerca de 30% da renda estadual, igualmente os cerca de 30% deste imposto provinham do abate e exportação de um único produto – o charque.

TABELA 4 – Valor da exportação do charque

Ano	Valor oficial exportação	Valor oficial charque	% Valor charque sobre exportação total
1900	50.034:171\$587	15.002:431\$380	29,9%
1901	44.127:283\$754	11.809:719\$320	26,7%
1902	51.492:487\$718	13.033:751\$030	25,3%
1903	51.981:165\$430	12.540:428\$691	24,1%
1904	57.183:713\$712	13.259:788\$149	23,2%
1905	56.665:418\$270	15.953:900\$390	28,1%

<sup>69</sup> CARVALHO; PEREIRA. Op. Cit, 1998, p.103.

<sup>70</sup> AHRS. Relatório Fazenda. F.3-021, 1908, p.30.



1906	66.233:093\$175	19.310:695\$130	29,1%
1907	72.857:846\$000	22.965:956\$977	31,5%
1908	74.529:991\$320	25.350:448\$424	34,0%
1909	77.125:921\$721	24.908:753\$755	32,3%
1910	81.959:012\$917	24.387:315\$080	29,7%
1911	81.393:093\$146	26.313:128\$690	32,3%
1912	104.968:606\$358	31.540:191\$200	30,0%
1913	108.100:950\$186	31.751:362\$740	29,4%
1914	79.319:923\$190	23.712:897\$190	29,9%
1915	89.048:671\$813	27.976:209\$910	31,4%
1916	92.309:660\$020	28.366:286\$500	30,7%
1917	161.739:338\$496	42.845:253\$874	26,5%

Nos relatórios da Fazenda, reconhece-se estar a matança do gado tão intimamente ligada ao imposto de exportação que, “em regra o imposto desce ou sobe se aquela diminui ou aumenta”. Diz-se que a exportação do Rio Grande do Sul tinha “o seu comércio regulador nas charqueadas estabelecidas ao sul e fronteira do Estado”. E, por isso, tornou-se fundamental monitorar os trabalhos realizados em cada empresa.

TABELA 5 – Produção de charque

ANO	No. DE RESES ABATIDAS	KG DE CHARQUE EXPORTADO	VALOR CHARQUE EXPORTADO
1900	283.079	21.462.260	15.002:431\$380
1901	300.376	22.262.428	11.809:719\$320
1902	398.807	37.207.788	13.033:751\$030
1903	471.355	36.396.899	12.540:428\$691
1904	440.848	35.788.350	13.259:788\$149
1905	456.044	37.555.951	15.953:900\$390
1906	530.475	44.519.612	19.310:695\$130
1907	598.080	50.792.170	22.965:956\$977
1908	593.059	52.579.849	25.350:448\$424
1909	588.703	51.226.523	24.908:753\$755
1910	673.786	56.458.156	24.387:315\$080
1911	727.852	59.464.495	26.313:128\$690
1912	795.596	69.574.268	31.540:191\$200
1913	695.748	64.064.311	31.751:362\$740
1914	510.885	37.019.504	23.712:897\$190
1915	483.514	36.309.690	27.976:209\$910
1916	469.327	31.294.872	28.366:286\$500
1917	668.232	49.249.156	42.845:253\$874

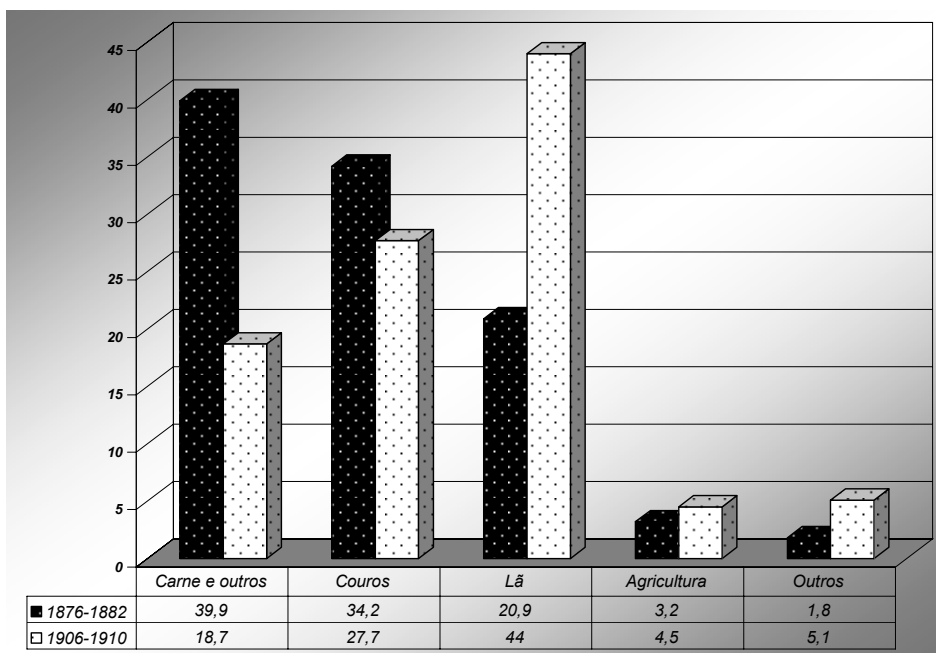
Dos dados do quadro acima percebe-se que, apesar dos períodos de crise – marcadamente os primeiros anos do século e depois em 1914, em decorrência da Guerra Mundial – foi grande a produção e exportação de charque no Estado.

Como o objetivo deste trabalho é referenciar a produção das charqueadas, nos quadros anteriores foram utilizados os dados<sup>71</sup> relativos à produção de charque até o ano de 1917. Na safra desse ano, teriam início os trabalhos de abate do gado, igualmente para a produção de charque, também nos frigoríficos do estado. E, ao que indicam os dados pesquisados, não foi distinguida a produção das charqueadas em relação aos frigoríficos.

### A produção do *tasajo*<sup>72</sup> na *Republica del Uruguay*

“Assim como os outros países latinoamericanos, o desenvolvimento econômico do Uruguai antes de 1930 era liderado pelas exportações. A ênfase que pusemos no caráter urbano do Uruguai no período batllista não deve “disfrazar” o feito de que o fator decisivo no processo de crescimento econômico era o desempenho do setor exportador rural. [...] O crescimento das exportações até 1904 foi sustentado pelo crescimento de “rubros” tais como os couros e o *tasajo*”.<sup>73</sup>

FIGURA 1 - Estrutura das exportações uruguaias: (% sobre o total)



FONTE: ACEVEDO, Eduardo. *Historia del Uruguay*. Montevidéo, 1926. APUD: MARIANI, Alba; RODRIGUEZ, Nora; ROMERO, Ana. *Inestabilidad y Crisis en el Uruguay 1850-1933*. Selección de Documentos y Textos. Montevideo: Fundación de Cultura Universitária, 1991, p.100.

<sup>71</sup> Todos os dados foram retirados dos Relatórios da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>72</sup> Charque

<sup>73</sup> FINCH, Henry. *La Economía Política del Uruguay Contemporáneo 1870-2000*. 2 ed. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 2005, p.129 e 130. – tradução minha.

No Uruguai, os frigoríficos também iniciariam a produção da carne refrigerada somente nos primeiros anos do século XX.<sup>74</sup> Até então, eram os saladeros os responsáveis pela produção dos produtos pecuários destinados à exportação.

Essa produção uruguaia enfrentava os mesmos problemas de mercado enfrentados pelos charqueadores gaúchos. Ou seja, um reduzido mercado consumidor, restringido ao centro, norte e nordeste do Brasil e à Cuba, aliado à falta de perspectivas em ampliar esse campo de atuação. Além disso, havia a concorrência com o Rio Grande do Sul e este começava a enfrentar a concorrência dos demais estados brasileiros, que também iniciavam a atividade de criação e exploração do boi. Os uruguaios, no entanto, tinham de enfrentar um problema extra: as leis e acordos protecionistas outorgados ao Rio Grande do Sul pelo governo brasileiro.

O início da década de 1890 revelaria aos saladeristas grandes dificuldades para a colocação do charque platino no mercado brasileiro. Ainda em 1889 haveria um grande aumento dos impostos aduaneiros sobre os produtos estrangeiros, importados, similares aos produzidos no Brasil. Entre eles o extrato e conservas de carne, ficando muito prejudicadas as indústrias uruguaias.

Nesta disputa por mercados, vários saladeristas uruguaios vêm para o Brasil. E, como veremos adiante, tratou-se de um movimento que deu bons resultados.

---

<sup>74</sup> Primeira planta frigorífica é fundada em 1904, quando ainda há 10 saladeros produzindo no Uruguai – Mas os abates nos frigoríficos só superam aqueles realizados nos saladeros no ano de 1914:

TABELA 6 - BOVINOS FAENADOS – Uruguay

ANO	FRIGORÍFICOS	SALADEROS
1911	23.231	437.259
1912	68.481	279.729
1913	141.221	208.731
<b>1914</b>	<b>278.386</b>	<b>95.705</b>
1915	463.186	48.280
1916	369.666	63.110
1917	509.346	80.254
1918	611.078	59.674
1919	663.450	61.386
1920	392.601	58.629
1921	275.667	83.669
1922	407.318	118.025
1923	550.089	114.967
1924	570.698	105.491
1925	648.375	81.395
1926	725.042	58.161
1927	694.721	37.392
1928	697.096	42.530

Digase que la prensa ha expresado sus quejas por la situacion desventajosa en que se halla colocada nuestra carne tasajo en el mercado del Brasil, proponiendo que el Gobierno use de represalias.<sup>75</sup>

Os próximos capítulos deste trabalho pretendem evidenciar justamente a atuação destes saladeristas uruguaios que “cruzan la frontera”. Do “outro lado” constituiriam um grupo com interesses bastante específicos e conseguiriam manter uma produção ascendente ao longo dos dez anos seguintes. Esta produção estaria apoiada na introdução de gados uruguaios no Rio Grande do Sul e na exportação dos produtos através das vias (ferrocarriles e porto) uruguaias.

Se o número de animais mortos no Uruguai e na Argentina para a fabricação do tasajo verificou queda progressiva nas décadas de 1890 a 1910, as charqueadas do Rio Grande do Sul e, principalmente, os saladeros da fronteira realizavam o movimento inverso. Desde a sua fundação, com pequenas oscilações, aumentaram significativamente sua produção.

TABELA 7 - PRODUÇÃO SALADERIL

SAFRA	ARGENTINA	URUGUAI	RIO GRANDE	TOTAL
1890-91	834.500	676.500	455.000	1.966.100
1891-92	764.400	707.800	485.000	1.967.200
1892-93	645.400	816.000	450.000	1.911.400
1893-94	637.500	977.600	380.000	1.995.100
1894-95	733.000	943.300	280.000	1.956.300
1895-96	743.500	732.000	215.000	1.420.500
1896-97	485.000	725.800	320.000	1.530.800
1897-98	340.100	673.000	340.000	1.353.100
1898-99	315.400	826.200	270.000	1.411.600
1899-00	328.700	745.700	232.000	1.306.400
1900-01	403.000	684.600	210.000	1.297.600
1901-02	454.900	813.400	375.000	1.643.300
1902-03	269.100	807.000	360.000	1.436.100
1903-04	243.100	762.400	412.000	1.417.500
1904-05	411.100	798.800	305.000	1.514.900
1905-06	288.700	909.600	375.000	1.573.300
1906-07	399.900	863.600	458.000	1.721.500
1907-08	247.500	754.300	425.000	1.426.800
1908-09	341.500	664.700	660.000	1.668.700
1909-10	415.800	762.800	703.000	1.881.600
1910-11	386.400	558.200	707.000	1.651.200

In: Revista de la Asociacion Rural del Uruguay, 1911.

Ao publicar os dados do quadro acima em sua Revista, a *Asociacion Rural del Uruguay* lamentava a emigração de seus gados para a fronteira brasileira, visto que se estes animais fossem abatidos no país, sua indústria saladeril receberia um grande incremento

<sup>75</sup> AGNU – Caja 105.

produtivo. Reconhecia, no entanto, tratar-se de uma boa solução para a garantia de melhor colocação do tasajo no mercado brasileiro, apesar de não ser a condição ideal. Clama-se por nova legislação econômica.

No hay duda de que para la Republica Oriental, ha sido una gran ventaja la fundacion de esos saladeros fronterizos, que permiten a los industriales faenar nuestros novillos dentro del territorio brasileiro, burlando los inconsiderados derechos al charque que debe entrar por las vias legales; pero es un dolor que por falta de una legislacion econômica con el país amigo, andemos en este juego de las esquinitas con nuestras vacas, y que todos nuestros ganados no sean muertos y faenados dentro de nuestras fronteras, enriqueciendo nuestras industrias.<sup>76</sup>

Na historiografia uruguaia, a influência conservadora dos saladeros sobre a economia pecuária também é enfatizada. Entretanto, não é tão enfática como aquela que foi apresentada no Rio Grande do Sul. Naquela, são reconhecidos alguns intentos em incrementar a eficiência daquela produção,<sup>77</sup> concebem-se os saladeros como empresas capitalistas<sup>78</sup> e, inclusive, é defendida uma produção paralela das carnes salgada e refrigerada.<sup>79</sup>

Sem dúvida, nas últimas décadas do século XIX, inicia-se um momento de transição na economia pecuária tanto no Brasil – e no Rio Grande do Sul – como no Uruguai. Tendo como foco o progresso, ou expansão do capitalismo, a historiografia priorizou o avanço do frigorífico sobre os saladeros, ficando em um segundo plano a ação dos saladeristas, vinculados à imagem de incapazes de acompanhar tal processo, pertencentes a um momento econômico anterior àquele descrito. De certa forma, os charqueadores passaram a ser agentes “para-históricos” – meros coadjuvantes na trama do progresso delineada nas páginas dos historiadores.

O que pretendo é retomar tal momento, enfatizando a posição e atuação dos charqueadores. São indivíduos participantes do processo que, em meio ao “imprevisível dos fatos econômicos e políticos” montam as suas estratégias<sup>80</sup> de ação. Não foram irracionais, estáticos ou sumiram do cenário econômico de um momento para o outro – participaram da transição, e souberam tirar proveito de tal momento.

<sup>76</sup> BARU, Revista de la Asociacion Rural del Uruguay, 1911.

<sup>77</sup> FINCH, Op. Cit., 2005.

<sup>78</sup> FRANCO, Guillermo. Citado por Raúl Jacob, Op. Cit., 2004, p.80.

<sup>79</sup> SEOANE, Pedro. Op. Cit., 1926.

<sup>80</sup> Indivíduos dotados de uma “racionalidade seletiva e limitada”, mas capazes de utilizar e transformar o mundo natural e social a sua volta. O termo “estratégia” – e estrategistas – será usado no texto nesse sentido. As referências estão em LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. O mesmo conceito ainda será melhor apresentado quando tratar dos conceitos da História Empresarial que guiará minha pesquisa.

### 3. CAPÍTULO II – O “ESPAÇO DA FRONTEIRA”

#### 3.1 A Indústria do Charque na Fronteira Brasil-Uruguai

Em 30 de agosto de 1893, em Montevideu, comparecem para celebrar um contrato de sociedade Don Pedro Clouzet, de nacionalidade francesa, e os irmãos Don José, Don Antonio e Don Félix Guerra, uruguaios. Os dois primeiros, Clouzet e José Guerra, residentes em Montevideu, e os últimos, Antonio e Félix Guerra, residentes em São João Baptista do Quarahy, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O contrato pretendia o estabelecimento e exploração de uma charqueada, com uma casa de comércio anexa, sob a firma de *Guerra Hermanos & Clouzet*.

O capital social da firma era de 17 mil libras esterlinas, ou 159 contos e 800 mil réis – um alto valor para a época (existiam no Rio Grande do Sul poucas indústrias com capital superior a 100 contos de réis), entregue em partes iguais por cada um dos sócios.

A boa marcha do estabelecimento, ou seja, a direção dos negócios em Quaraí, ficou a cargo de Antonio Guerra. Clouzet e José, no escritório em Montevideu, encarregar-se-iam dos negócios externos da *Xarqueada* – compras, vendas, consignações. O contrato era válido por cinco anos, podendo ser renovado.

##### *Saladero Nuevo Quarahy*

Instalada em fevereiro de 1894, esta charqueada iniciou seus trabalhos em 26 do mesmo mês, abatendo a primeira tropa e continuando as suas funções por todo aquele ano, apesar das enormes dificuldades que lhe advinham da guerra civil.

Situada a dois quilômetros a oeste da cidade de Quaraí, sobre a margem direita do rio do mesmo nome, fácil é compreender-se os embaraços que a assoberbavam, tanto mais quanto é notório ter sido aquele município teatro constante de lutas armadas.

Pode-se dizer que este estabelecimento, segundo informações colhidas, é um dos primeiros em seu gênero no Estado do Rio Grande, tanto pela extensão como pelo número do pessoal empregado nos serviços que lhe são afetos. [...].

Reunindo vastas proporções, pode o estabelecimento, que é munido de motores a vapor, abater 800 reses diariamente.

Devido ao pessoal que possui, está já constituindo como que uma nova povoação.

Na safra de 1894, foram abatidas 51.373 reses.

A produção foi a seguinte:

*Charque	-	3.440.986 Kg
*Couros salgados	-	1.315.841 Kg
*Sebo	-	1.056.444 Kg
*Cinza de osso	-	670.396 Kg
*Chifres	-	98.918 Kg
*Línguas salgadas	-	48.857 Kg
*Graxa	-	12.850 Kg

O charque, o sebo e os couros salgados foram exportados, em trânsito pelo Estado Oriental, para o Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Santos e S. Paulo.

Informa a administração da sociedade que, devido à falta de vias de comunicação com o interior do Estado, faz a remessa de seus produtos por via oriental, para cujo fim a companhia Ferro Carril del Uruguay estendeu um ramal desde a povoação de Santo Eugenio até a margem esquerda do rio Quaraí, defronte à charqueada.

Durante a safra de 1894, pagou a sociedades às estradas de ferro orientais, até a cidade de Salto, a importância de 264:156\$320 e quase igual soma por fretes do Salto a Montevideú.

Este fato lembra quanto seria conveniente a extensão de um ramal da estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguaiana, desde Alegrete à cidade do Quaraí, sendo estas duas cidades separadas por 18 léguas mais ou menos.

Pagou a sociedade durante o referido ano as seguintes importâncias:

- Direito de exportação – 100:472\$595
- Idem de importação – 40:436\$996
- Idem municipais - 10:274\$600

Divide-se o estabelecimento nas seguintes seções:

**Escritório** – um 1º guarda-livros, um 2º e dois ajudantes.

**Casa de comércio e hotel** – 1 gerente, 1 guarda-livros, 3 empregados de balcão, 2 de hotel e 3 de cozinha.

**Charqueada** – Um 1º mordomo, um 2º, um capataz da praia de matança, seis charqueadores, um ajudante, 24 peões para tirar couros, 4 descarnadores, 4 peões para tirar carne, dois ajudantes, 2 peões para envenenar couros e garras, 10 salgadores, 40 empregados em diversos serviços e 38 na seca de carne nos varais.

**Graxaria** – 1 capataz, 1 maquinista, 2 foguistas e 2 peões

**Cais** - 1 capataz e 15 peões para carga e descarga.

**Ferraria** – 1 mestre de ferreiro, 1 oficial e 1 aprendiz.

**Carpintaria** – 1 mestre carpinteiro, 2 oficiais e 1 aprendiz.

**Serviço de campo** – 1 capataz e 6 peões

**Taverna** – 1 administrador, 3 empregados e 2 ditos de cozinha.

Compõe-se este pessoal de 194 homens. Residem também na charqueada famílias de empregados.<sup>81</sup>

O terreno para edificação da charqueada foi doado pela Intendência de Quaraí. Como a “*Xarqueada Novo Quarahy*” surge em meio ao conflito de 1893, e não havendo registro do cotidiano administrativo da cidade relativos a este período, não foram encontradas referências acerca das condições em que se efetivou tal resolução.

No entanto, na Ata do Conselho Municipal reunido no dia 16 de janeiro de 1896, ao deliberar sobre o requerimento dirigido à Intendência pela “*Empresa Industrial e Constructora de Quarahy*”, solicitando uma área de terras municipais, lê-se:

A Comissão permanente tendo estudado atentamente a pretensão da Empresa Industrial e Construtora de Quaraí, atendendo que é uma necessidade fomentar o desenvolvimento da indústria local; atendendo ainda que a concessão do terreno requerido nenhum prejuízo acarreta para o Município e, sobretudo, considerando, que **existe precedente firmado com a concessão de terras para o estabelecimento da atual Charqueada do Município**, é de parecer que seja votada a seguinte resolução: Artigo 1º: fica o Intendente autorizado a conceder à Empresa Industrial e Construtora de Quaraí a área de terreno municipal. [...] <sup>82</sup>

Esta empresa - fábrica de telhas, tijolos e demais materiais de construção - seria edificada no mesmo terreno da já existente Pedreira, que continuava sendo de propriedade do Município. As terras da charqueada eram contíguas a este terreno. Como junto à Charqueada estabelecem-se fábricas de línguas em conserva, sabão e velas, e morando grande parte destes funcionários na mesma região das fábricas, pode-se imaginar a rápida expansão e ocupação dessa área do subúrbio do Município, às margens do rio.

O nome da Charqueada como “*Novo Quarahy*” deve-se ao fato da já existência, desde 1887, de um outro estabelecimento de produção de charque às margens do rio Quaraí, na localidade e de nome “*Barra do Quarahy*”, em Uruguaiana.

Mesmo já existindo a produção de charque para consumo ou em pequena escala nesta região, o ano de 1887 é o marco inicial do estabelecimento de grandes indústrias

---

<sup>81</sup> AHRS, RF 1895. Em 1901, constituía “a população residente na Charqueada *Novo Quarahy*: 15 brasileiros; 46 uruguaiois; 16 argentinos; 11 espanhóis e 1 austríaco, sendo ao todo 89 pessoas, 49 homens e 40 mulheres”. A Fronteira, 14 de julho de 1901.

A “*aldeia da charqueada Novo Quarahy*”, como aparece nos documentos, ou aqueles “subúrbios próximos a charqueada” é tido como local de criminalidade, com muitas mortes, agressões, geralmente originadas nos bares. Por isso há dois guardas responsáveis pela segurança do local.

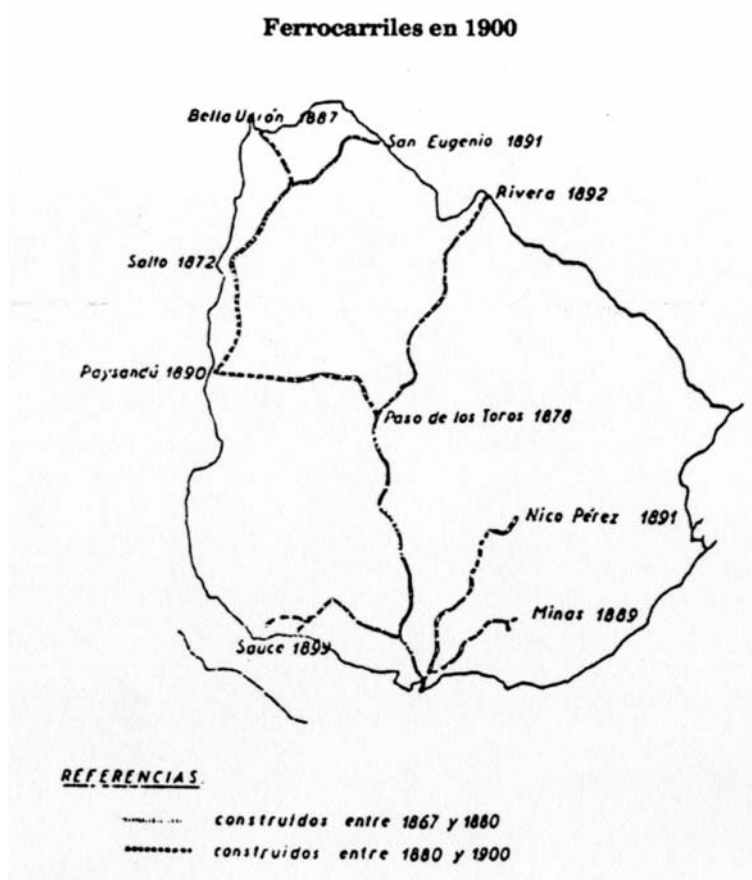
<sup>82</sup> ACMQ, Atas 1896. – **grifo meu.**



charqueadoras ao longo da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Trata-se de indústrias com estrutura produtiva renovada em relação às charqueadas existentes no estado até então. Além da mão-de-obra assalariada (masculina e feminina), esses complexos apresentariam nova tecnologia para o fabrico do charque, além de fábricas de conserva de línguas, extratos de carne, enlatados, sabão e velas; enfim, formar-se-ia uma verdadeira indústria de derivados da carne junto à produção do charque.

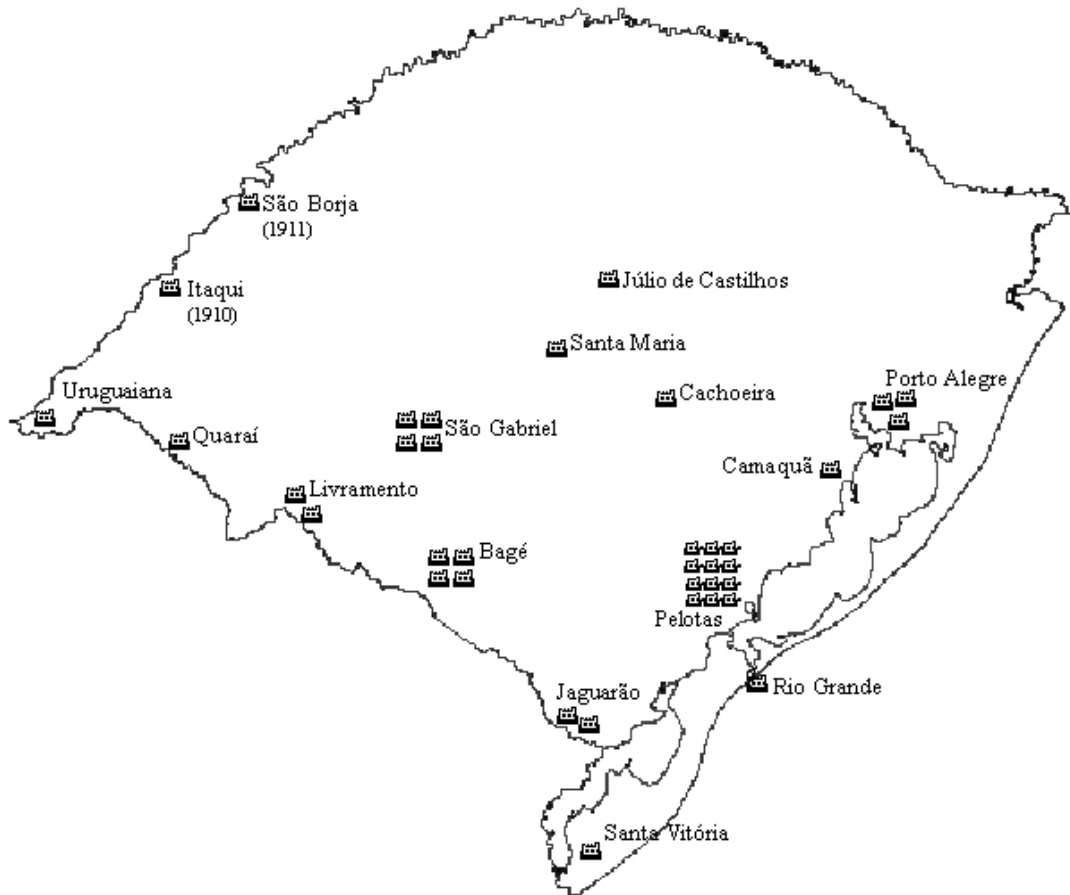
Essa indústria, voltada para a exportação (Centro e Nordeste do país, e Cuba durante a 1ª Guerra), produziria em grande escala nas cidades de Uruguaiana, Quaraí, Santana do Livramento, Itaqui e São Borja. Foram indústrias que logo se destacaram em volume de produção e que surgiram com capital inglês ou uruguaio, exportando sua produção através do Porto de Montevideú.

FIGURA 2 - Caminho percorrido pelo charque produzido em Quaraí até o Porto de Montevideú:



FONTE: ODDONE. Cronologia comparada de la Historia del Uruguay. APUD: MARIANI, Alba; RODRIGUEZ, Nora; ROMERO, Ana. *Inestabilidad y Crisis en el Uruguay 1850-1933*. Selección de Documentos y Textos. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1991, p.74.

FIGURA 3 - Charqueadas em funcionamento no Rio Grande do Sul em 1908



O estabelecimento da Charqueada *Novo Quarahy* trará resultados econômicos tão significativos e imediatos para a Intendência de São João Baptista do Quaraí que, já em 1895, é extinta a Coletoria e criada a Mesa de Rendas de Quaraí. Em 1894, havia apenas 9 Mesas de Rendas no Estado: Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Jaguarão, Uruguaiana, São José do Norte, Bagé, Livramento e Itaqui. Nas demais vilas e cidades, havia 57 coletorias.

Secretaria da Fazenda – N. 49

*Decreto de 1º de julho de 1895, extinguindo a coletoria do Quaraí e criando em substituição na mesma localidade uma mesa de rendas para arrecadação dos impostos estaduais.*

O Presidente do Rio Grande do Sul, tendo ouvido o Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, e considerando a conveniência de atender, com regularidade e presteza ao serviço público, acautelando ao mesmo tempo os interesses do fisco na fronteira do Quaraí, cujo desenvolvimento e importância comercial tem aumentado devido principalmente ao estabelecimento de charqueada que ali se tem fundado; considerando mais que o diminuto pessoal da coletoria ali existente, não poderá exercer a

fiscalização necessária na percepção dos impostos de exportação, que hoje é feita em maior escala.

Decreta, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20 § 3º da Constituição:

Art. 1º - Fica extinta a coletoria de Quaraí e criada em substituição uma mesa de rendas com as atribuições marcadas no regulamento n. 74 de 1º de novembro de 1894.

Art. 2º - O pessoal e vencimentos para essa repartição serão os mesmos designados nas tabelas A e B do citado regulamento para as mesas de rendas de Jaguarão e Itaquí.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Porto Alegre, 1º de julho de 1895.

Julio Prates de Castilhos.

Possidonio M. da Cunha Junior.<sup>83</sup>

Neste mesmo ano, a Mesa de Rendas de Quaraí será a 4ª mesa que mais arrecada no estado, seguindo Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. As mesas citadas localizam-se em cidades portuárias, todas com indústrias de número e gênero variados, enquanto Quaraí alcança os índices de arrecadação devido ao funcionamento de uma única empresa de charqueada. Isso evidencia o estado ainda incipiente da industrialização no Rio Grande do Sul, mas também a importância produtiva da indústria do charque nesse contexto.

TABELA 8 - ARRECADAÇÃO DAS MESAS DE RENDAS

MESAS DE RENDAS	1894	1895	1896	1897
Porto Alegre	2.026:810\$590	2.429:992\$565	2.975:286\$755	2.808:516\$100
Pelotas	1.068:333\$712	1.313:512\$434	1.354:225\$737	1.712:982\$495
Rio Grande	923:251\$209	1.049:803\$620	1.389:556\$292	1.559:749\$010
Jaguarão	48:239\$891	61:887\$183	66:755\$782	67:313\$565
Uruguaiana*	322:916\$722	179:117\$609	291:813\$487	345:448\$477
Bagé	64:441\$239	100:045\$055	166:713\$943	165:352\$426
Livramento	18:693\$198	84:289\$971	155:649\$483	165:310\$278
São José do Norte**	278:275\$930	165:081\$542	252:080\$540	401:895\$423
Itaquí	56:852\$220	72:172\$050	64:878\$842	62:781\$101
Quarai	151:574\$461	258:133\$993	219:807\$585	327:651\$703
São Borja	-	-	44:579\$632	51:405\$017

Dados retirados dos Relatórios da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

\*Uruguaiana é a primeira cidade da fronteira a ter uma charqueada – 1887.

\*\* A cidade de São José do Norte era igualmente portuária, escoando grande parte da produção da região – exportações com navios de grande calado, que não podiam chegar a Rio Grande.

<sup>83</sup> AHRS, L. 626, p.157 e 158.

Essa posição econômica de Quaraí, que terá oscilações, está direta, para não dizer unicamente, relacionada com a matança de gado na cidade. Da receita total de 327:651\$703 arrecadada em 1897, por exemplo, o imposto de exportação contribui para esse valor com 229:962\$395.

No entanto, a firma *Guerra Hermanos & Clouzet* não terá os cinco anos de vida propostos no contrato. Em 03 de março de 1896, dissolve-se a sociedade. Clouzet compra quase integralmente as partes que os outros sócios tinham e fica com o ativo e passivo da mesma. Serão quase quatro anos de brigas judiciais.

Em um processo instaurado por Pedro Clouzet, em dezembro de 1897, contra os irmãos Guerra, aquele dirá que a dissolução da sociedade foi proposta e por instâncias dos sócios Guerra. Alega ainda que foi iludido e que, por estar em Montevidéu e não ter acesso aos livros caixa, não conhecia o estado atual e real da *Xarqueada* quando a sociedade foi desfeita.

Resumindo, Clouzet diz ao longo do processo<sup>84</sup> que foi lesado e enganado quando da dissolução da sociedade e que ficou sozinho com todos os encargos. Pede que, depois de verificados os livros e documentos, sejam entregues a ele os saldos que forem verificados em seu favor. Os *Guerra*, que são réus neste processo – e por isso têm outra versão da história – vão dizer que a sociedade foi dissolvida por divergências na administração, não por instâncias dos réus.

Dizem que a dissolução da sociedade já é fato e que não há nulidade no processo, como afirmava Clouzet. Afirmam as capacidades do ex-sócio, que sendo o principal gerente da sociedade em Montevidéu - e sendo por seu intermédio que se faziam todas as transações - não podia ignorar o estado financeiro da sociedade. É dito ainda que Clouzet era sábio administrador, possuidor de mais duas charqueadas no Uruguai - conhecedor do ramo, portanto. Eles seriam incapazes de proceder com má fé em relação ao sócio.

Clouzet perde esta ação judicial, assim como muitas outras. Até 1900, será um sem fim de credores exigindo que Clouzet e Companhia liquidem suas dívidas. Em 1899, inclusive os peões da charqueada vão exigir seus salários – devidos pela Companhia – na justiça. A cada novo processo, a Companhia recebe um prazo para pagamentos. Como não há dinheiro, os bens, móveis e produtos da charqueada vão sendo penhorados, confiscados e repartidos. Todo o sal estocado na charqueada, por exemplo, será usado como pagamento para muitos

---

<sup>84</sup> APERS. – Cível e Crime – Maço 11.

credores. Mas estava em andamento, ainda, um processo maior, para o qual não havia sal suficiente para a liquidação da dívida.

Clouzet devia 219 mil 107 pesos e 90 centésimos, em moeda ouro, para os Bancos de Londres e Brasil Limitado, Londres e Rio da Prata, Italiano do Uruguai, Britânico da América do Sul, Itália e Rio da Prata e Transatlântico de Buenos Aires.

Os remanescentes da *Xarqueada Novo Quarahy*, com seus campos, máquinas e utensílios serão penhorados e hipotecados. O estabelecimento é avaliado em 800 contos de réis. Em março de 1901, nos jornais da cidade, é publicado edital, marcando para 11 de abril a primeira praça de arrematação do saladero. Não apareceria licitante algum.

Um novo pregão é marcado para o dia 19 de abril. A cada nova praça, são abatidos 10% sobre o valor do imóvel. Em 27 de abril, Serino Alves – que era mandatário dos Bancos - oferece 255 contos de réis pela charqueada. Seu fiador será Emilio Calo. O valor não é pago e as últimas praças são anuladas.

Em 17 de março de 1902 – um ano depois do início das praças, portanto – com a charqueada avaliada em 648 contos, não havendo licitantes: *“pelo que o juiz acima referido que pusesse o supracitado imóvel pelo maior lançamento que fosse oferecido, o que cumprindo novamente o dito porteiro interino Simplicio da Rosa, deu sua fé, depois de preenchidas as formalidades do estilo, de que o maior lance era de cem contos de reis (100:000#000) oferecido pelo Sr. Emilio Inocência Calo & Companhia. E não havendo quem maior lance desse, mandou o juiz entregar o ramo aos arrematantes Emilio Innocencia Calo & Companhia [...]”*. O valor é pago logo após o auto de arrematação.

O interessante é que Emilio Calo já estava administrando a Novo Quarahy há mais de um ano. Ainda em janeiro de 1901, Francisco Pardo Y Otero, depositário judicial do Saladero “Novo Quarahy”, requer autorização para arrendar o saladeiro a Emilio Calo (capitalista residente em Montevideu) e, com o produto do arrendamento, pretende reparar parte dos prejuízos causados por um furacão que desabou sobre Quaraí em novembro de 1900, tendo sofrido o saladeiro consideráveis estragos.

O aluguel cobrado foi de dois contos por mês e Clouzet concordou em que o valor fosse entregue ao depositário para o pagamento dos reparos mais urgentes. O primeiro contrato de arrendamento finalizou em setembro de 1901, sendo que em outubro seria renovado.

O que se percebe, então, é que Emilio Calo inicia as atividades produtivas em Quaraí em meio a um período de crise econômica no país, que ganharia vulto nos anos de 1900 e 1901.

Os primeiros sintomas do declínio das rendas públicas do estado do Rio Grande do Sul já vinham sendo sentidos desde 1889. A quantidade de charque exportado e demais produtos da indústria havia sido maior, porém, a menores preços. Por isso a arrecadação de tais impostos foi bem reduzida. O preço do quilo do charque, por exemplo, em dezembro de 1900, era de 700 réis. Um ano depois, era vendido por 550, sendo cotado a 420 em julho de 1901.<sup>85</sup>

Além destas incertezas econômicas em um plano de produção e mercado, e estando as atividades comerciais praticamente paralisadas na fronteira, havia ainda a questão da empresa que, além de estar em processo de penhora e hipoteca, ainda fora praticamente destruída pela tempestade em novembro de 1900.

Ao afastar-se da gerência do saladero uruguaio - no qual trabalhava há sete anos - e direcionar seu olhar e seu trabalho para o Quaraí, muito em breve, Calo perceberia que tivera uma atitude acertada. A empresa falida, comprada por cem contos de réis, passados apenas seis anos da compra, seria classificada como a oitava maior empresa do país, considerando-se o seu volume de produção.

Na fronteira, os resultados seriam imediatos. O aumento do número de reses abatidas na charqueada será bastante rápido e importante até 1904. No restante do estado, igualmente, os negócios recuperam sua estabilidade. A Exposição Estadual realizada em 1901 será considerada o símbolo da reação ao período de instabilidades e perdas econômicas. No Relatório lê-se: “o torpor social desapareceu; os desanimados ergueram-se, e os desfalecidos de ontem, empunhando titanicamente os instrumentos do trabalho, apresentavam, dias depois, aos olhos ávidos, mas ainda duvidosos da população, uma maravilha – a Exposição de 1901”.<sup>86</sup>

Em 1902, a renda do imposto de exportação volta a se elevar, apesar dos preços baixos dos principais produtos. O fator primordial para tal melhora seria o espetacular aumento do volume de exportações.

A nível mundial, o momento era de indefinição e busca por novos mercados consumidores. Para produtos como o charque, essa situação era ainda mais problemática. Além da concorrência dos países platinos, os demais estados do Brasil lançavam-se

---

<sup>85</sup> AHRS. Relatório da Fazenda, 1902 – anexos.

<sup>86</sup> AHRS. Relatório da Fazenda, 1902, p.36.

igualmente no mercado, uma vez que desenvolviam agora a agricultura e pecuária, quando antes eram consumidores dos produtos do Rio Grande do Sul.

Apesar disso, a indústria pastoril era ainda “a mais importante do estado, a que constitui a sua maior riqueza, a que entra com a mais elevada contribuição para os cofres públicos”.<sup>87</sup> Seria esta mesma indústria que reestruturaria o espaço econômico da fronteira, cenário de importantes transformações da economia pecuária gaúcha.

#### Comércio

O comércio desta praça, como o de todo o Estado e principalmente o da extensa zona fronteiriça, abatido pela crise geral e outras importantes causas, durante um largo período, paralisou quase por completo as suas transações, parecendo mais extinto do que com vida.

Hoje, felizmente, operou-se uma reação benéfica por causa da matança da charqueada Novo Quarahy e grande movimento da importante casa introdutora e exportadora dos srs. Santos & Irmãos.

O comércio da nossa campanha, quase extinto, recomeçou a trabalhar e se não acha-se em plena e geral atividade, ao menos inicia nova vida.<sup>88</sup>

Em 1903, 45% da receita estadual foi constituída pelo imposto de exportação. E mais de ¼ do valor desse imposto era constituído pela exportação de um único produto – o charque.

\* receita 1903= 8.109:050\$710  
 \* imposto exportação = 3.688:016\$269  
 \* exportação Quaraí = 429:191\$411

No mesmo ano, o valor oficial da exportação em Quaraí corresponde, ou equivale, a um terço, ou 37% do valor oficial da exportação da cidade (porto) de Rio Grande. E 11% do valor oficial da exportação do estado provém da Mesa de Rendas de Quaraí.

Ou seja, em 1903 a charqueada *Novo Quarahy* foi responsável pela arrecadação de 11% de toda a receita arrecadada no Rio Grande do Sul através do imposto de exportação. Se somadas todas as charqueadas do estado, tem-se a dimensão da importância dessa indústria para a economia gaúcha.

Inclusive, nos relatórios, atribui-se grande importância à produção individualizada de cada empresa. Em 1905, por exemplo, seria grande a queda da renda arrecadada com as

<sup>87</sup> AHRS. Relatório da Fazenda. F.3 – 021, 1908, p.44.

<sup>88</sup> A Fronteira, 14 de julho de 1901.

exportações. Depois de mencionadas as causas para tal baixa, evidencia-se a recuperação da indústria do charque, o que concorreu para que os resultados não fossem ainda piores. Nesta produção, as charqueadas estabelecidas ao longo da fronteira oeste terão grande participação.

TABELA 9 - Reses abatidas nas charqueadas do Rio Grande do Sul, de acordo com a localização.

ANOS	INTERIOR E LITORAL	FRONTEIRA	TOTAL
1909	435.000	325.600	760.600
1910	425.000	278.000	703.000
1911	381.000	326.000	707.000
1912	462.000	440.500	902.500
1913	354.000	335.700	689.700
<b>TOTAL</b>	<b>2.057.000</b>	<b>1.705.800</b>	<b>3.762.800</b>

Como dito anteriormente, os charqueadores que, como Emilio Calo, fundariam grandes estabelecimentos para produção de charque e derivados ao findar o século XIX e adentrar o XX, receberam pouca atenção da historiografia.

De forma geral, este grupo de empresários não foi considerado importante na História do progresso do país. No Rio Grande do Sul, os charqueadores são os homens mais ricos e poderosos políticos durante o Império e, ao seu final, retrógrados e irracionais empresários, incapazes de pensar alternativas para a substituição da mão-de-obra escrava ou então modificações no primitivo modo de produção.

Na primeira década do século XX, os charqueadores eram ainda mais mercadores do que industrialistas, freqüentemente tinham raízes comerciais, e lhes faltava capital para um papel verdadeiramente industrial. Eles faziam pouco mais que cortar e secar a carne, tornando-a mais fácil de vender e sua compra de tropas por olho e por lote sem nenhum balanço ou conhecimento dos preços de mercado correntes dava aos estancieiros pouco incentivo para melhorar seus gados.<sup>89</sup>

Por outro lado, ao tratar estes charqueadores e saladeristas da fronteira como empresários cientes das dificuldades e possibilidades do momento e do espaço de atuação que tiveram, evidenciam-se novas formas de inserção desses indivíduos no processo de reestruturação da economia do charque no Rio Grande do Sul.

<sup>89</sup>BAK, Joan Lamaysou. Some antecedents of corporatism: state economic intervention and rural organization in Brazil. The case of Rio Grande do Sul, 1890-1937. PhD dissertation. Yale University. 1977, p. 38 – tradução minha.



### 3.2 – História Empresarial, História de Empresários

*Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores [...] nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos vestígios sensíveis da paisagem, por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.<sup>90</sup>*

Este projeto de pesquisa, na sua origem, nasceu “desprovido de homens”. Como objetivo primeiro, pretendia-se entender a reestruturação da economia do charque no Estado do Rio Grande do Sul ao iniciar o século XX, concebida como expansão capitalista e parte do processo de industrialização em curso.

Entretanto, na verdade, a intenção era outra. Para além de conhecer o processo de industrialização da região da Fronteira Oeste, eu queria saber também quem eram aqueles empresários uruguaios que, ao cruzar a fronteira geopolítica de Uruguai e Brasil, tornaram-se protagonistas de tal processo. Quais foram seus interesses, ações e intenções? De qual ambiente partiram e em que contexto se inseriram? Esta História das empresas e empresários de Quaraí, portanto, ganhava uma nova dimensão.

#### UMA “NOVA HISTÓRIA EMPRESARIAL”

*¿Es la Historia empresarial una matéria que trata sobre la **historia** de los negocios, o más bien sobre el estudio de los **negócios** a través del tiempo?<sup>91</sup>*

<sup>90</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 54.

<sup>91</sup> ROBERTS, Alan. La teoría en la Historia Empresarial. In: ERRO, Carmen (Dir.) *Historia Empresarial: pasado, presente y retos de futuro*. Barcelona: Editorial Ariel, 2003, p. 63.

Alan Roberts, em instigante texto, reafirma a importância da teoria em um estudo de História Empresarial, iniciando pela ênfase posta em uma ou outra palavra que constituem o nome da disciplina.

Neste estudo, a ênfase é dada na “história”. “Para aclarar este punto es necesario indicar que, aunque la Historia empresarial comparte un enfoque común con otras Ciencias Sociales, su epistemología y su metodología concuerdan con la corriente central de la Historia”.<sup>92</sup>

Nesse sentido, seria de se esperar o surgimento de uma “Nova História Empresarial” ao findar a década de 1980, quando são revistos os sistemas explicativos das ciências sociais e também o intuito de pensar as estruturas e o inconsciente coletivo.

No entanto, a influência da História no âmbito acadêmico da Economia teórica começa a ser percebida de maneira mais intensa somente nos idos da década de 1990. Até então, era na Economia que muitos historiadores buscavam a base teórica de suas análises. Por isso, são tão escassas as referências teóricas da investigação histórica no campo de estudo das empresas.<sup>93</sup>

Roberts classifica a postura historiográfica dos *Annales*, pós Braudel, como pós-moderna e defende a idéia de que a intervenção destas propostas de investigação nos estudos de História Empresarial pode ser frutífera e positiva. Ao mesmo tempo, lamenta pelo abismo que existiria entre estes “enfoques críticos e pós-modernos, e os empíricos e tradicionais da História Empresarial”.

Para Roberts, durante muito tempo, a História Empresarial esteve afastada dos aspectos teóricos que tem influenciado e inspirado a corrente principal e os outros ramos da História. Nesse sentido, apresenta o que chama de História Empresarial Narrativa, em uma perspectiva metodológica bastante próxima à Micro-História.

Para el historiador de la empresa, el posmodernismo actúa como una licencia para romper con los métodos de investigación vigentes, que solo buscan explicar por qué y cómo cambian y se desarrollan los negocios. En su lugar, propone agendas de investigación que iluminen la práctica empresarial y los documentos de acuerdo con sus contextos históricos, incluyendo el presente de ese pasado.<sup>94</sup>

O debate criativo proposto por Roberts já está em curso. A aceitação de que há particularidades e determinações históricas interferindo no curso dos acontecimentos

---

<sup>92</sup> ROBERTS, Op. Cit, 2003, p. 63.

<sup>93</sup> Fato reforçado por ser a maioria dos investigadores em História Empresarial oriundos do campo da Economia.

<sup>94</sup> ROBERTS, Op. Cit, 2003, p. 65.

econômicos permitiu uma redefinição da História Empresarial. Ao relacionar a empresa com a economia e a sociedade, identificando o empresário como agente de renovação e oportunismo, a “História Empresarial tem oferecido novas fontes e perspectivas de análise para a História Econômica (porém também para outros ramos, como a História Política)”.<sup>95</sup>

Ou seja, a História Empresarial avança por novos caminhos, para além da estrutura e funcionamento interno das empresas, considerando suas relações com a sociedade e o Estado. “Esta es una leccion para los análisis económicos que, en demasiadas ocasiones, no toman suficientemente en cuenta el efecto de factores políticos y sociales que inciden de manera decisiva en modificar el marco institucional dentro del cual opera la economía”.<sup>96</sup>

Barbero & Rocchi, para além da diversidade de enfoques que coexistem hoje na História de Empresas, reconhecem “dos grandes líneas: la síntesis chandleriana y los enfoques alternativos, que constituyen las dos aproximaciones generales desde las cuales suele analizarse a la firma en una perspectiva histórica”.<sup>97</sup>

Alfred Chandler, cuja análise pretende conhecer a evolução histórica da grande empresa (e já por isso não seria referência para este trabalho), “está disposto a *generalizar*”.<sup>98</sup> Ao delinear uma teoria histórica, “o modelo chandleriano da evolução empresarial menospreza o acaso e a contingência”.<sup>99</sup> No presente estudo, é justamente esta contingência que será considerada, ao tratar de um grupo empresarial e de suas estratégias, sem um molde de ações pré-estabelecido.

O “paradigma chandleriano” tornar-se-ia hegemônico nos Estados Unidos e passou a ser referência da *business history* no mundo todo. Na Europa, no entanto, a disciplina integraria tradições historiográficas distintas.

Uno de los rasgos distintivos de la vertiente europea, en relación al modelo chandleriano, es una mayor articulación con la historia social y con las herramientas conceptuales de la sociología y la antropología. Se ha interesado por temas como la formación de las elites empresariales, las

<sup>95</sup> VALDALISO, Jesus; LÓPEZ, Santiago. ¿Sirve para algo la historia empresarial? In: ERRO, Carmen (Dir.) *Historia Empresarial: pasado, presente y retos de futuro*. Barcelona: Editorial Ariel, 2003. p. 43 – tradução minha.

<sup>96</sup> MARICHAL, Carlos. Avances recientes en la historia de las grandes empresas y su importancia para la historia económica de México. In: MARICHAL, Carlos; CERUTTI, Mario. *História de las grandes empresas en México 1850-1930*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997, p. 33.

<sup>97</sup> BARBERO, Maria I; ROCCHI, Fernando. Cultura, sociedad, economía y nuevos sujetos de la historia: empresas y consumidores. In: BRAGONI, Beatriz. *Microanálisis – ensayos de historiografía Argentina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 1994, p. 106.

<sup>98</sup> McCRAW, Thomas K. A odisséia intelectual de Alfred D. Chandler Jr. In: MCCRAW, Thomas (org.). *Alfred Chandler: ensaios para uma teoria histórica da grande empresa*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 07.

<sup>99</sup> Idem, p. 29.

redes familiares y sociales, las redes de firmas, y en general por la empresa como un ámbito dentro del cual y a partir del cual se establecen relaciones sociales. También ha enfatizado la importancia del estudio de las formas de organización de la empresa alternativas a la gran corporación gerencial, como las empresas familiares o las pequeñas y medianas empresas.<sup>100</sup>

Este “modelo alternativo” é, de certa forma, resultado das transformações ocorridas no campo da História nas últimas duas décadas. Já não se aceita mais que haja um modelo universal de empresa eficiente e os estudos centram-se na diversidade de práticas oriundas da inter-relação entre empresas e contextos.<sup>101</sup> O que se pretende é resgatar “el protagonismo de los actores en el devenir de la economía”.<sup>102</sup>

Assim, volta-se a falar de sujeitos, ações e acasos. É reconhecida a importância das decisões políticas individuais e não mais apenas das forças impessoais econômico-sociais. Passa a ser desejado “levar em conta o papel dos indivíduos e dos pequenos grupos, com seus respectivos planos, consciências, representações, crenças, valores, desejos”.<sup>103</sup>

O objetivo é o de

[...] Reconstruir a los empresarios de carne y hueso, sus orígenes, sus estrategias, sus redes de relaciones y sus negocios, ofreciendo abundante evidencia empírica para poder caracterizar a los hombres de negocios en una perspectiva histórica, que incluya al tiempo como una dimensión crucial [...].<sup>104</sup>

### O EMPRESÁRIO - ...*de carne y hueso*

¿Es posible considerar a todos estos hombres de diferentes nacionalidades, que han sido estudiados por historiadores latinoamericanos y europeos, empresarios? Si por empresario entendemos, como señala H. Vérin, aquel sujeto cuya intervención activa transforma lo indeterminado en multiplicidad de posibles, lo que simplemente adviene en situación de elección, el avento en coyuntura, el azar en razón (siendo el principio fundamental de esta razón el cálculo y la razón de éste cálculo la necesidad de saber a fin de prever, prevenir, actuar y obtener provecho), entonces nuestra respuesta es afirmativa. Si fueron empresarios exitosos, la respuesta dependerá de si lograron transformar la multiplicidad de los posibles en finalidad; si ganaron o perdieron con la diferencia entre lo planificado y lo logrado.<sup>105</sup>

<sup>100</sup> BARBERO, M.; ROCCHI, F. Op. Cit., p. 107.

<sup>101</sup> Ibidem, p. 109.

<sup>102</sup> Ibidem, p.111.

<sup>103</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas Rivaís. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 16.

<sup>104</sup> BARBERO, M.; ROCCHI, F. Op. Cit., p. 133.

<sup>105</sup> REGUERA, Andrea. *Historia y empresa en América Latina – formas de abordaje y fuentes para su estudio*. UNQ Ed, 2005 (no prelo) p.08.

Torna-se interessante reconhecer a longa trajetória historiográfica até chegar ao conceito de empresário utilizado neste estudo. A teoria racionalista, por exemplo, ao afirmar a hipótese do equilíbrio geral da economia, preconizava uma racionalidade empresarial direcionada para a obtenção do máximo benefício. Surgida ao findar o século XIX, nesta teoria “la conducta de los agentes individuales era de algún modo consecuencia del diseño del marco general de su actuación”.<sup>106</sup>

Fuera de la hipótesis del equilibrio general, la racionalidad del empresario no se reduce a maximizar los beneficios, pues eso implicaría que saba donde se encuentran, sino que su primer problema es conocer qué tipo de actividades le puede proporcionar esos beneficios.<sup>107</sup>

Em meados do século XX, portanto, esta teoria de que a empresa e os empresários teriam como objetivo a conquista de um máximo monetário de benefícios, e que a sua conquista dependia de um simples cálculo, pois tinham em mãos todos os recursos necessários para isso, passou a ser relativizada, enfatizando-se o caráter mais humano e particular, buscando a estrutura interna da empresa.

Si se compara con los supuestos teóricos del enfoque racionalista, el rasgo más destacable del empresario de carne y hueso es que no dispone de información perfecta, sino que tiene que enfrentarse con dudas e incertidumbre. Esto dio lugar a que Simon (1957) propusiera sustituir el concepto de “racionalidad absoluta”, propio del empresario con información perfecta, por el de “racionalidad limitada”, propio del empresario que actúa en el mundo real.<sup>108</sup>

Nesse sentido, o conceito de “racionalidade limitada” surge ao considerar-se a limitação física dos agentes, uma vez que cada qual tem uma capacidade determinada (limitada) para acessar, armazenar e processar informações; não estando estas informações disponíveis a todos, serão convertidas em “mercadoria custosa”. Desse acesso específico às informações deriva outra formulação importante: cada empresa tem uma estrutura organizativa distinta, o que torna relevante o estudo interno de cada uma.

Assim, “la racionalidad del empresario depende del entorno en que se mueve, es decir, de la información parcial de la que dispone aquí y ahora y de la experiencia hasta entonces

---

<sup>106</sup> ECHEVARRÍA Y ORTEGA, Miguel A. Martínez. ¿Qué teorías de la empresa tienen sentido en la Historia Empresarial? In: ERRO, Carmen (Dir.) *Historia Empresarial: pasado, presente y retos de futuro*. Barcelona: Editorial Ariel, 2003. p. 82.

<sup>107</sup> ECHEVARRÍA Y ORTEGA, Op. Cit., p. 82

<sup>108</sup> Ibidem, p.84

acumulada”.<sup>109</sup> Nesta nova perspectiva teórica, o objetivo das empresas seria “sobrevivir, es decir, adaptarse de la mejor manera posible a los cambios inducidos por la dinamica del medio”. No entanto, ainda acreditava-se na conquista de um “máximo de beneficios”, agora em um longo prazo, e a orientação intencional para este fim ficou sem explicações neste modelo teórico. Ainda na década de 1950, essas questões seriam revistas por Penrose.<sup>110</sup>

Para Penrose, el objetivo de la empresa es su crecimiento, algo que no proviene de una simple adaptación pasiva a las cambiantes condiciones del medio, sino que se caracteriza por el desarrollo de unas capacidades que son resultado del camino recorrido; es decir, que han surgido como consecuencia de haber superado o sucumbido ante las pruebas a las que há tenido que enfrentarse a lo largo de su propia historia.<sup>111</sup>

A proposta de Penrose permite-nos pensar a empresa em uma trajetória de aprendizagens, conquistas e recuos diante das vicissitudes que o meio econômico e social apresenta. Considera-se a “empresa como un agente protagonista de un proceso de transformación histórica, que puede triunfar o fracasar”.<sup>112</sup>

Oliver Williamson, ao analisar a *economia do custo de transação*<sup>113</sup>, afirma que “los agentes humanos que pueblan las instituciones económicas del capitalismo carecen de compasión”.<sup>114</sup> Para o autor, os modelos econômicos, de forma geral, estão povoados por agentes extremamente calculistas, objetivos, sombrios, o que não corresponderia à verdadeira natureza humana. Nesse sentido, estuda as relações contratuais a partir de dois “supostos condutistas” bastante interessantes.

Em primeiro lugar, retoma o conceito de “racionalidade limitada”, pensado como cooperação consciente e intencionada por Barnard (1938) e retomado por Simon (1957), que diz ser o comportamento humano intencionalmente racional, mas de forma limitada. O segundo “suposto” evidenciado por Williamson é o “oportunismo”. O autor, ao recuperar Knight, reconhece o oportunismo como “una condición sutil y generalizada de la naturaleza humana de la que debe ocuparse activamente el estudio de la organización económica”.

<sup>109</sup> ECHEVARRÍA Y ORTEGA, Op. Cit., p.85.

<sup>110</sup> PENROSE, E. *The Theory of the Growth of the Firm*. Oxford: 1959.

<sup>111</sup> ECHEVARRÍA, Op. Cit, p.87.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 88.

<sup>113</sup> “En lugar de caracterizar a la empresa como una función de producción, la economía del costo de transacción sostiene que la empresa es (por lo menos para muchos propósitos) más bien una estructura para ejercitar el poder”. Empresa vista como “estructura de gobernación y no como una función de producción”. WILLIAMSON, Oliver E. *Las Instituciones Económicas del Capitalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989, p. 24 e 388.

<sup>114</sup> WILLIAMSON, Oliver E. *Las Instituciones Económicas del Capitalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989, p. 392.

Esa visión sombría de la naturaleza humana alerta a las partes contratantes (y a quienes estudian las prácticas de la contratación) para que se cuiden de las contingencias. En realidad, las sospechas y las precauciones se llevan a veces a excesos. Pero una sana consideración del oportunismo es esencial para el entendimiento de los propósitos servidos por los modos complejos de la organización económica.<sup>115</sup>

Trata-se de reconhecer que os agentes humanos “violam” acordos quando convém aos seus propósitos. No entanto, este “oportunismo” não deve ser entendido somente como uma condição de risco, custos ou perdas. Os dois conceitos trabalhados aproximam-nos da verdadeira natureza humana do empresário pesquisado.

Além disso, “así como el conocimiento y la restante acción de una persona física no es posible sin su cuerpo y sin el entorno familiar y social, tampoco el conocimiento de una empresa es posible sin organización y sin relación con su medio”.<sup>116</sup>

Para entender a trajetória de uma empresa - e de seus empresários - há que se entender, além da estrutura de organização interna, a sua relação com o meio social. Há que se considerar a empresa como um agente social e histórico. Há que se estudar a empresa a partir de uma perspectiva histórica. Nesse sentido, o “marco institucional – es decir, el entorno creado por el próprio Estado y por la misma sociedad civil – suele condicionar o incentivar a la función empresarial”.<sup>117</sup>

## A EMPRESA COMO FORMA DE AÇÃO COLETIVA

Las dificultades de Coase y Williamson para explicar la empresa desde el mercado, o lo que es lo mismo, la transacción productiva desde un individuo cerrado en sus intereses, ha puesto de manifiesto que la acción humana solo puede comprenderse desde la siempre arriesgada apertura a la relación mutua. El elemento básico para la construcción de una teoría económica no es el individuo utilitarista, sino la transacción entre individuos que buscan lo que realmente les conviene.<sup>118</sup>

Echevarría propõe que se entenda o crescimento de uma empresa como desenvolvimento de sua própria capacidade de ação. Nesse sentido, o objetivo da empresa

<sup>115</sup> WILLIAMSON, Op. Cit, p. 389.

<sup>116</sup> ECHEVARRÍA, Op. Cit, p.88.

<sup>117</sup> CERUTTI, Mario. Los Estudios Empresariales en América Latina. ¿El debate interminable? In: *Boletín de Historia Económica*. Año I. N.2. Montevideo: AUDHE, 2003, p. 09.

<sup>118</sup> ECHEVARRÍA, Op. Cit, p. 92.

seria melhorar essa capacidade, para o que teria de haver um plano. Este plano permitiria, justamente, a configuração de um “poder de ação”, que permita dispor das capacidades que demanda a sociedade a cada momento. Assim, já não basta ter acesso às informações, é preciso também saber usá-las, o que será feito de maneira distinta por cada empresa.

Adoptar este punto de vista quiere decir que la empresa solo puede estudiarse en cuanto cambio y variación de la propia estructura de acción. En otras palabras, que la naturaleza de la acción de la empresa se configura a lo largo de su historia, algo que no es independiente de lo que há sucedido a su alrededor. Debe entonces ponerse la atención en la evolución de ese plexo de relaciones que posibilita y da lugar a la acción. El resultado exterior, la acción objetivada, queda entonces en su lugar, es consecuencia del camino vivido por el desarrollo de esa forma de acción colectiva que es la empresa. Pero lo verdaderamente importante es la capacidad de acción desarrollada, algo que permanece en el seno de la empresa y, sobre todo, de las personas que la componen.

El objeto del estudio de una empresa es el proceso histórico que há dado lugar a las capacidades de acción que en cada momento la constituyen. Surge así una manera nueva de estudiar la empresa, entendida como un conjunto de recursos que se generan a medida que transcurre su propia e irrepitible historia. Unos recursos que no se conocen totalmente *a priori*, sino solo en el mismo momento en que el reto de la novedad los hace aflorar.<sup>119</sup>

Essa interessante idéia de que as ações são resultado de um “plexo de relaciones” é também evidenciada por Zacarias Moutoukias,<sup>120</sup> que desenvolve a “idea de una trama de relaciones interpersonales como organización empresaria”.<sup>121</sup>

Los dispositivos institucionales generan objetivos y lenguajes que definen lo que se gana y lo que se pierde en un contexto dado. Es decir, que tornan inteligibles las razones para invertir, competir, disputarse o cooperar. Pero no explican el costo de organización ni la capacidad de movilizar e imponer objetivos políticos. Uno y outro derivan del funcionamiento de redes sociales que generan recursos de movilización y organización empresaria. De la convergencia entre ambos fenómenos – cada uno con su propia racionalidad – resulta la acción política y la actividad económica.<sup>122</sup>

Nas palavras de Echevarría, as empresas já não são funções abstratas que se materializam em distintos contextos históricos, senão que se convertem em verdadeiros agentes da história, que adquirem sua personalidade ou seus traços característicos ao longo de

<sup>119</sup> ECHEVARRÍA, Op. Cit, p. 93.

<sup>120</sup> MOUTOUKIAS, Zacarias. Fenomeno institucional e historia economica: debates para un enfoque renovado. In: GELMAN, Jorge (org.) *La historia económica argentina en la encrucijada: balances y perspectivas*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006, p. 427-444.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 441.

<sup>122</sup> Idem.



sua própria vida.<sup>123</sup> Cada empresa é resultado de um processo histórico distinto, em que influem a cultura da sociedade, a estrutura econômica e as ações dos indivíduos nele envolvidos.

En tal caso, la historia de una empresa se convierte en el relato de como há llegado a configurarse, y tiene especial interes conocer como superó las dificultades y problemas que le plantearon los avatares de los acontecimientos políticos y económicos a los que tuvo que enfrentarse a lo largo del tiempo. En esse sentido, es misión del historiador de la empresa investigar y hacer conjeturas sobre las posibles razones de su êxito o de su fracaso.<sup>124</sup>

Para os saladeros erguidos ao longo dos limites geopolíticos do estado do Rio Grande do Sul tanto os acontecimentos políticos e econômicos do Uruguai como aqueles acontecidos no Brasil teriam grande participação no desenrolar de suas trajetórias. Como veremos adiante, estas empresas foram se constituindo a partir das relações, de âmbitos diversos, firmadas entre os empresários e funcionários envolvidos no processo produtivo. As informações e demais recursos utilizados provinham de dois espaços sociais distintos e acabaram conformando um espaço de negócios regional. Certamente, a “fronteira” foi o fator decisivo para o sucesso dos negócios.

Acompanhar o percurso de Emilio Calo e demais charqueadores e conhecer a história destas empresas me permitirá recompor as formas com que a “linha” foi utilizada. Estes indivíduos entendem e agem em uma fronteira que é distinta daquela representação veiculada pelas autoridades. Além disso, a presença destas empresas dotará este espaço de um movimento constante de mercadorias e pessoas. Este trânsito, que conferia vida à fronteira dotando-a de um elemento cultural próprio, no entanto, era visto como fator possibilitador de contravenção pelas autoridades do governo instituído. Os “negócios” realizados na fronteira estariam exigindo um maior controle fiscal.

---

<sup>123</sup> ECHEVARRÍA, Op. Cit, p. 96.

<sup>124</sup> ECHEVARRÍA, Op. Cit, p. 96.

### 3.3 – Um espaço que deve ser contido e controlado – o discurso do Estado

“A abominável aventura do contrabando”

“Infelizmente, não tem sido pequena a defraudação das rendas públicas, praticada principalmente na Campanha e fronteiras do Estado, onde a vasta extensão do território, por um lado, e por outro lado, a extrema facilidade de transpor a linha, convidando ambas à abominável aventura do contrabando, tem constituído por si só obstáculo poderoso à pronta ação fiscal, indispensável.”<sup>125</sup>

Os relatos das autoridades estaduais e federais referindo-se ao intenso contrabando realizado ao longo das fronteiras do Rio Grande do Sul são incontáveis. Em todos os relatórios oficiais o assunto é motivo para longas exposições uma vez que é vinculado aos constantes insucessos e falhas no sistema de arrecadação dos impostos.

Para o presente estudo, o tema adquire importância para se conhecer os aspectos físicos e a imagem projetada pelas autoridades públicas sobre o espaço da fronteira. Como se vê adiante, na visão dos funcionários republicanos, a fronteira é um espaço dotado de caracteres especiais, onde a presença da repressão estatal se faz necessária.

Aproveito, porém, o ensejo, para manifestar ao impoluto chefe do nosso partido que, perfeito conhecedor desta zona da fronteira, do seu pessoal, do seu mecanismo comercial, da legislação fiscal nossa e dos países vizinhos, e considerando, por outra, que este ângulo do nosso país protecionista está encravado entre países de tendências livre-cambistas, tenho uma idéia nítida das condições excepcionais desta zona e das pesadas responsabilidades que assumi ao tomar posse do cargo que ora estou exercendo.<sup>126</sup>

Para os delegados responsáveis pela repressão do contrabando, as dificuldades para fiscalizar a introdução e saída de mercadorias e pessoas no território gaúcho eram colossais. O motivo: a “enorme extensão” das nossas fronteiras, em sua maioria, “indicadas por simples linhas imaginárias”.<sup>127</sup> Mesmo onde existia uma barreira física, como um rio, este não

<sup>125</sup> AHRS – Relatórios da Fazenda, 1899, p.04.

<sup>126</sup> AHGRS. Acervo Borges de Medeiros. DOC. 6897. Carta do sub-delegado da repressão Alberto Tatsch para o presidente Borges de Medeiros. Quaraí, 21 de maio de 1913.

<sup>127</sup> AHRS – Relatórios da Fazenda, 1895, p.15.

representava um elemento de “contenção ao trânsito”, visto haver pontos de passagem em inúmeros locais ao longo da fronteira.

Somente a costa do município de Quaraí, por exemplo, tinha uma extensão aproximada de 70 quilômetros. Compreendia desde a barra do Caty, limite de Livramento, até a barra do Garupá, limite com Uruguaiana. Ao longo dessa costa, existiam pelo menos 19 passos e picadas, ou seja, lugares que permitiam passagem. Em alguns deles, inclusive o tráfego (e tráfico) de carretas era possível.

De acordo com o administrador da Mesa de Rendas de Quaraí, todos esses pontos eram constantemente freqüentados pelos bandidos “conforme o momento e a sua necessidade de iludir os agentes do fisco.”<sup>128</sup> Na opinião de João Tubino, “dada a natureza da costa, quase toda abeirando um leito de rio muito escavado, pode-se ter a segurança de que só o pequeno contrabando é praticável”. Mesmo assim, o comércio ilegal já ganhara proporções insuportáveis, e havia uma única solução para tal problema: a nomeação e emprego de um maior número de guardas fiscais.

Essa necessidade era percebida em todos os recantos do estado. Nas quase 40 léguas de fronteira, em Uruguaiana, grande centro comercial, encontravam-se apenas quatro conferentes, todos à pé. Havia falta de homens, cavalos, lanchas e todos os demais recursos para o bom funcionamento dos postos fiscais.

Começaremos declarando que os dados oficiais sobre o valor da importação e da exportação, se bem que sejam muito lisonjeiros, não podem servir de base para uma argumentação séria, porque não representam a verdade. Não vai nesta declaração nenhuma acusação ao corpo de aduaneiros aqui estacionado. Todo o mundo sabe aqui que o pessoal de que dispõe esta corporação é muito diminuto para impedir de modo eficaz o contrabando; e mesmo que esse pessoal fosse duplicado, ainda assim não conseguiria reprimir completamente a corrente de contrabando que se faz pela fronteira deste município com a República vizinha, porque essa linha divisória, além de ter muitas léguas de extensão, é toda coberta de mato cerrado por uma e outra margem do Quaraí; e esse mato, que em vários lugares chega a ter mais de dois quilômetros de largura, acouta com facilidade grupos de contrabandistas que ali acampam, às vezes por muitos dias, e que além de serem numerosos, já vêm bem armados e dispostos a se baterem com os poucos guardas aduaneiros que lhes quiserem vedar a passagem, como tem acontecido por mais de uma vez. O corpo de aduaneiros aqui é absolutamente insuficiente para reprimir o contrabando.<sup>129</sup>

<sup>128</sup> AHRS – Relatórios da Fazenda, 1914 – anexos, p. 7 e 8.

<sup>129</sup> Relatório da Intendência de Quaraí – 1906, p.03.

A condição física da fronteira, que incentivava o trânsito, aliada à péssima estrutura do serviço fiscal do Rio Grande do Sul, eram apontadas como as duas maiores causas do lamentável estado de descaso e imoralidade reinante no extremo oeste do estado. Essa situação seria seriamente agravada durante as revoltas armadas ocorridas nos dois lados da linha geopolítica.

“A madrasta dos mais vitais interesses do Rio Grande: a Revolução”; e o conseqüente “surto de ilícitos desígnios lucrativos”

Também a “guerra” favoreceu e incentivou certos tipos de práticas neste espaço de “fronteira”. Em 1893, quase um terço das estações fiscais do Rio Grande do Sul permaneceria em um estado de total incomunicação em decorrência do movimento revolucionário. As repartições estavam desorganizadas e eram fechadas de acordo com o movimento das tropas. Além disso, havia freqüentes assaltos e um sem número de irregularidades praticadas pelos próprios funcionários do estado.

Durante o conflito, o Rio Grande do Sul foi abastecido de mercadorias vindas do Uruguai. No entanto, ao analisar as condições financeiras do estado em 1895, as autoridades fiscais concluíram não haver nenhum registro de tal movimento. A entrada de mercadorias para Livramento, via Rivera, por exemplo, teria sido nula de acordo com a documentação encontrada pelos fiscais. Diante de tal situação, clama-se por maior fiscalização.

Legação dos Estados Unidos do Brasil  
Montevideú, 31 de maio de 1895.  
Senhor Ministro<sup>130</sup>

A posição especial da fronteira brasileira e oriental, que oferece mil facilidades em sua passagem, é um dos maiores incentivos para o comércio de contrabando, que, apesar de todos os esforços empregados e das medidas tomadas no sentido de impedi-lo pelos governos do Brasil e da República do Uruguai, aumenta dia a dia, defraudando os cofres públicos de ambos os países e ameaçando seriamente o comércio honrado.

Com a situação anormal criada pela luta civil do Rio Grande do Sul, o contrabando tem tomado tal incremento, que torna-se necessário que os governos brasileiro e oriental, de comum acordo, adotem um sistema de fiscalização enérgico e eficaz, que salve seus interesses, impedindo a espoliação das rendas do estado, que redundam em benefício de certos particulares sem escrúpulo e em prejuízo do comércio em geral.<sup>131</sup>

<sup>130</sup> Direcionada para o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai Sr. Dr. D. Jayme Estrásulas.

<sup>131</sup> AGNU – cajas 115, 117 e 118 – carpeta 1084.

A guerra, somada às condições de fácil transcurso da fronteira entre o Brasil e o Uruguai, portanto, teriam instigado de tal forma o contrabando que ações enérgicas se faziam necessárias. Nas palavras de Francisco Julio Furtado manifestava-se no estado uma “espécie de epidemia moral”:

Devo [...] manifestar-vos minhas apreensões e temores pela espécie de epidemia moral que, segundo noticiam as “*gazetas*”, se tem manifestado em algumas repartições arrecadadoras da União, com grave prejuízo do erário público, para onde não entram ou são desviadas importantes somas, que vão aumentar os ilícitos haveres dos defraudadores das rendas públicas. Para tamanho mal e tão negra peste ousou pedir-vos o estabelecimento de um cordão sanitário, que isole e preserve do contágio nossas estações fiscais e arrecadadoras. Consiste este meio de segurança na pronta amputação do membro que se mostrar contaminado, na severa escolha do pessoal e na sua justa e razoável retribuição.<sup>132</sup>

Para além da ação dos contrabandistas, portanto, havia outro fator para o desvio das rendas públicas: a “*prevaricação*”. Ou a ação de funcionários cooperando com contrabandistas ou atuando como tais.

Este cordão sanitário, no entanto, seria proposto apenas ao terminar a guerra entre Republicanos e Federalistas, pois que durante a mesma, a situação e controle das estações fiscais, especialmente nos municípios da fronteira, não esteve nas mãos do governo instituído. “Assim, a demissão é uma pena quase inaplicável, porque nas ocasiões e lugares em que ela é mais justamente reclamada, a perturbação da ordem pública é tal que, a torna completamente inútil”.<sup>133</sup> Passada a revolução, notar-se-ia um rápido aumento dos impostos arrecadados e, para os agentes fiscais, isso era devido às melhores condições de fiscalização.

Naquele ano, o movimento revolucionário estava em seu auge, e os exatores corriam sério perigo desde que o exercício de suas funções os afastava dos centros populosos.

O interesse que mostrassem no exato cumprimento de seus deveres era muitas vezes origem de inimizades e malquerenças, que em momento de perturbação da ordem, como o que atravessávamos, dava lugar a “*vindictas*” e atentados.

Por isso, coagidos moralmente, os funcionários do fisco nas localidades do interior não podiam bem preencher suas obrigações; de modo que diminuindo de intensidade o movimento armado, foram eles mais livremente exercitando a ação fiscal, com proveito para as rendas públicas.<sup>134</sup>

Como pode ser visto, nesse período intensifica-se a correlação entre “contrabando” e “fronteira”. Esse espaço, nos discursos do estado, passa a ser sinônimo de ações ilegais. Aí

<sup>132</sup> AHRs. Relatórios da Fazenda, 1895, p.37.

<sup>133</sup> AHRs. Relatórios da Fazenda, 1894, p. 33.

<sup>134</sup> AHRs. Relatórios da Fazenda, 1895, p. 13.

estariam os funcionários mais corruptos e os contrabandistas encontrariam mais facilidades de passagem e até ajuda em ambos os lados da linha. Era para este espaço que se deveriam voltar as ações de repressão.

Dessa forma uma ação mais enérgica contra o contrabando seria organizada em 1899. No mês de junho desse ano, foi celebrado um Convênio entre os governos Federal e Estadual, sendo criada a Inspeção Fiscal para a repressão do contrabando. Esta seria representada, em um primeiro momento, pelo inspetor fiscal Dr. Ildefonso Borges Toledo da Fontoura<sup>135</sup> e sua ação seria direcionada principalmente para a “fronteira”. Foram nomeados 225 guardas fiscais para este serviço.

#### Inspeção Fiscal

Em virtude do convênio celebrado em 2 de junho de 1899 com o Governo Federal, foi expedido pelo Presidente do Estado o decreto n. 241, de 1º de julho do mesmo ano, que criou a inspeção fiscal para repressão do contrabando na fronteira, com a mesma jurisdição territorial que competia à extinta Delegacia Especial do Ministério da Fazenda; incumbindo à mesma inspeção o serviço externo da prevenção e repressão do contrabando não só de mercadorias e objetos sujeitos a impostos aduaneiros propriamente ditos, como dos que incidirem, a qualquer título, sob a tributação estadual.<sup>136</sup>

Uma das primeiras medidas ordenadas pelo Dr. Ildefonso da Fontoura, no intuito de reprimir o contrabando na fronteira do Quaraí, evidenciaria o quão complexa era tal questão.

No dia 29 de novembro de 1899, o periódico de Montevideú *El Siglo* conclamará: “*El rio Cuareim no es un rio brasileño; es un rio internacional*”. O assunto que já havia mobilizado toda a estrutura diplomática do Uruguai e do Brasil, ambas exigindo do Governo Estadual do Rio Grande do Sul uma solução para o impasse, ganhava novas dimensões ao ser veiculado na imprensa uruguaia.

Frente à medida exigida pelas autoridades rio-grandenses, que obrigava todas as embarcações que percorriam o passo do Baptista<sup>137</sup> a permanecerem amarradas na margem direita do rio, ou seja, na margem brasileira durante a noite, a diplomacia uruguaia reagiria com fervor. Nas palavras de ministros e cônsules, tal medida constituiria um “abuso inqualificável”, que exigia uma jurisdição exclusiva e indevida por parte do Rio Grande do Sul. Na sua concepção, estavam sendo violados os tratados de comércio e amizade assinados por ambos os países, os quais haviam garantido as boas relações entre os vizinhos até então.

<sup>135</sup> Que fica no cargo até 10 de fevereiro de 1904, data em que é exonerado. O novo inspetor fiscal seria nomeado no mesmo dia: Dr. Francisco Gomes de Araújo Góes Filho.

<sup>136</sup> AHRs. Relatórios da Fazenda. F3-011, 1900, p.10.

<sup>137</sup> Trata-se do maior ponto de trânsito e passagem entre a cidade de San Eugenio e Quaraí.

Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 15 de outubro de 1900.

Referindo-me à nota verbal que em 12 de maio último dirigi ao Sr. D. Angel Dufour, tenho a honra de comunicar ao Sr. Dr. Federico Guarch, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da República Oriental del Uruguay, que o Ministério da Fazenda, segundo declarações que acaba de fazer-me, providenciou junto ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, ao qual está afeito o serviço de fiscalização da fronteira, para que cesse a exigência da ordem da autoridade fiscal em Quaraí obrigando as embarcações uruguaias a atracarem à margem brasileira do rio de mesmo nome, por ser ela contrária às disposições dos tratados assinados entre os dois países em 12 de outubro de 1851 [...].<sup>138</sup>

No Rio de Janeiro, portanto, a resolução do impasse é delegada a Borges de Medeiros. Ao que os documentos indicam, Borges era bastante favorável à ação da “amarra”. Em uma carta, diz ser bastante antiga tal ordem, que já propiciava bons resultados. O objetivo da mesma era impedir que os botes fossem carregados fraudulentamente em San Eugenio durante a noite. Nesse sentido, a medida propiciaria uma eficaz fiscalização naquele porto. Para as autoridades de Quaraí, portanto, apenas estava sendo cumprida uma ordem do inspetor de aduanas.

Um primeiro acordo seria definido, “reservadamente”, a nível regional, com a participação do chefe político de Rivera, homem de estreitos vínculos com as autoridades republicanas rio-grandenses, como se verá no próximo capítulo.

Montevideo, octubre 16 de 1901.

Sr. Ministro:

El Sr. Ministro de Gobierno me participa de una manera reservada y confidencial que el Sr. Jefe Político de Rivera ha arreglado satisfactoriamente el asunto relativo a las embarcaciones que navegan el Cuareim las cuales podrán amarrarse indistintamente en las respectivas margenes del Rio, - sin obligarseles como antes à hacerlo necesariamente en la costa brasilera-.

Queda pues, por el momento solucionado ese asunto [...].<sup>139</sup>

Oficialmente, no entanto, ainda em 1905 subsistia a tal “resolução arbitrária”. A medida seria cancelada somente em março deste ano, decorridos mais de cinco anos, portanto, desde o início dos reclamos.

Impõe-se o problema do “controle da fronteira”. Além de se constituir como um espaço, um rio ou uma linha, era igualmente questão de jurisdição e soberania política. O “espaço do contrabando” não era unicamente gaúcho. O fato de o limite geopolítico delimitar

<sup>138</sup> AGNU – Fondo Relaciones Exteriores. Caja 91 – carpeta 1096.

<sup>139</sup> AGNU – Idem. Caja 91 – carpeta 1096.

e legitimizar as ações de um estado soberano e, neste caso, ambos países terem “direitos” sobre o rio, tornava as ações neste espaço complexas e estratégicas.

O mesmo “uso comum” estabelecido para as águas do Rio Quaraí seria pretendido na tentativa do convênio aduaneiro, a fim de regulamentar o tráfego (e controlar o tráfico) na linha férrea de Rivera e Santana,<sup>140</sup> em 1911. A linha seria declarada “via internacional” aberta aos dois países, o que exigia controle e regulamentos comuns. Neste cenário de relações internacionais, diferentes interesses e atores conformarão as ações nesta fronteira.

Depois da guerra de 1895, percebe-se que as ações de repressão organizadas pelo estado gaúcho primam pela cooperação e ajuda do país vizinho. Dadas as condições de trânsito da fronteira, seria impossível alcançar algum resultado satisfatório sem o auxílio das autoridades do outro lado da linha.

Em 1902 tentar-se-ia efetivar uma medida “destinada à repressão do contrabando que se faz entre a dita República e o estado do Rio Grande do Sul”. Pretendia-se um controle mais intenso da qualidade, quantidade, procedência e destino das mercadorias em trânsito pelo Uruguai. Para tanto, seria defendido um sistema já preconizado em 1895, o “torna-guias”, ou seja:

A obrigação de serem acompanhadas as mercadorias em trânsito para o Brasil de um manifesto de alfândega expedicionária com a declaração de volumes, marcas, números, qualidade, peso ou medidas das mercadorias e com o visto dos agentes consulares do Brasil.

Esse recurso de torna-guias, eficaz e moralizador, é de verdadeira e mútua garantia para Estados limítrofes como os nossos, que sofrem enormemente com a situação atual.

O contrabando, que hoje encontra grande campo para ser exercido, receberá um golpe mortal se os governos brasileiro e oriental, de comum acordo, adotarem as medidas citadas.<sup>141</sup>

Mesmo depois da guerra, no entanto, continuavam as denúncias contra a atitude de vários guardas, acusados de serem coniventes com os contrabandistas. Também o número de guardas era ainda insuficiente e, da mesma forma, suas condições de trabalho não tinham melhorado. Além de baixos os salários, na maioria das vezes ainda os recebiam com atraso de vários meses. Estavam ainda sujeitos a castigos e multas constantes. De certa forma, tratava-se de um ciclo de descontentamentos. Os guardas, descontentes com as condições de trabalho, faltavam a algumas revistas, dormiam em horário de vigília, abandonavam seus postos, ao que

---

<sup>140</sup> AGNU – Caja 94.

<sup>141</sup> AGNU – Cajas 115, 117 e 118 – carpeta 1084.



eram castigados com condições ainda mais precárias de trabalho. Em 1905, por exemplo, ocorre a exoneração em massa de muitos guardas, muitos deles a pedido próprio.<sup>142</sup>

O contrabando aqui faz-se sem escrúpulo algum, acham, até, muito natural, cooperando para isso, em parte, a guarda aduaneira, que, sendo constituída em sua maior parte de pessoal da última classe social, percebendo vencimentos insignificantes e com atraso de 3 ou 4 meses, dá lugar a que, cheios de necessidades, ajudem a passar por qualquer forma o contrabando, contentando-se com uma propina qualquer.<sup>143</sup>

No entanto, as acusações de “prevaricação” não recaem somente sobre os míseros guardas aduaneiros a ajudar na passagem de mercadoria contrabandeada. De certa forma, haveria um interesse também de parte da elite local nesse comércio ilegal. Os próprios fiscais reconhecem falhas na estrutura montada pelo governo. Em 1907, por exemplo, o grupo da Brigada responsável pela fiscalização da zona entre Livramento e Três Ventas é comandado pelo filho do Major Barão, cujo principal negócio era justamente a introdução do gado dos departamentos uruguaios daquela zona para o Rio Grande do Sul.<sup>144</sup>

*Quem, na fronteira, coadjuva com lealdade e interesse a repressão? Ninguém.*

*Quem ali ampara, protege, estimula e [ilegível] o contrabando, e os contrabandistas? Todo o mundo; desde as mais elevadas autoridades nos municípios, até aos simples particulares. [...]*

Devo fazer ver a Va. Exa. que o auxílio que eu desejo que as autoridades locais me prestem consiste unicamente em não me criarem dificuldades. É um auxílio inerte, indireto. Que os que se julgarem prejudicados com o meu serviço não encontrem apoio, ou incitamento, da parte daquelas autoridades, é quanto me basta.<sup>145</sup>

Contudo, a relação com as autoridades municipais e negociantes da fronteira, como se verá no próximo capítulo, foi também de cooperação - e não apenas confronto como sugerem os discursos acima. A prática coronelista evidencia uma outra relação deste Estado com o espaço fronteiro.

O que mostro no capítulo que segue é uma organização empresarial constituída a partir de vínculos pessoais que unem os empresários às lideranças políticas da região. Por isso se faz necessário o estudo do coronelismo na fronteira, uma vez que esse sistema favoreceu os

<sup>142</sup> AHRS – Fazenda, maço 540 – Repressão do Contrabando.

<sup>143</sup> AHRS. Relatórios da Fazenda. 1913, p. 04. Repressão do contrabando em Jaguarão.

<sup>144</sup> IHGRS. Acervo Borges de Medeiros. DOC. 0247.

<sup>145</sup> IHGRS. Acervo Borges de Medeiros. DOC. 10107.

interesses econômicos de alguns indivíduos particulares em troca de apoio e legitimidade política. Visto nesta perspectiva, até a repressão do contrabando ganha novos contornos:

Assim, o alcance da repressão ao contrabando e à sonegação fiscal era determinado por uma equação complicada, que envolvia a capacidade de mobilização dos efetivos policiais e burocráticos de repressão – federais e estaduais -, a vontade de incremento da arrecadação do Tesouro estadual, o poder de pressão do Governo federal, o grau de autonomia do presidente do estado e chefe do partido em relação aos interesses políticos e econômicos dos correligionários em nível local, o índice de articulação dos comerciantes locais às instâncias partidárias e, finalmente, os limites da unidade ou a extensão da cisão entre as facções do partido republicano nos municípios. Integram ainda essa conta as injunções de ordem estrutural da economia, como sistema de transportes, regime cambial e tarifário, crises características da zona fronteira, onde de um lado vigia um arcabouço constitucional e, de outro, um diferente.<sup>146</sup>

Estas práticas de relação e dependência política, portanto, foram utilizadas pelos charqueadores em proveito dos seus negócios. Ou seja, agiam dentro do “legalmente instituído”, e não como “comerciantes ilegais” que a historiografia consagrou ao tratar a produção pecuária na fronteira.

---

<sup>146</sup> AXT, Gunter, Op. Cit., 2001, p. 296.

#### 4. CAPÍTULO III

##### DE COMO SE VIVE E INVESTE – OS ESTRATEGISTAS DA FRONTEIRA

“Ministro Oriental – Rio de Janeiro

Confirmando telegrama y notas de ayer por reclamo contra el aumento de derechos al tasajo, puede V.E. decir al Señor Ministro de Relaciones Exteriores que el Gobierno Oriental trata de rebajar en un cuarenta por ciento los derechos sobre el tabaco, o qual redunda en gran provecho para el Estado de Rio Grande, y no es dable que se nos retribuyan esos beneficios y los disminutos que son los derechos de la tarifa para la exportación de ganado en pié con el recargo proyectado para el tasajo, y repetir que como represália se aumentará de una manera altísima la tarifa sobre los ganados y se suprimirá el tránsito libre por el territorio de los productos de los saladeros de Rio Grande y de la sal que vá para ellos.

Lo saluda

Jayme Estrázulas

Montevideú, Octubre 18-1895”.<sup>147</sup>

Entender os interesses e as formas de atuação dos saladeristas uruguaios, proprietários das charqueadas rio-grandenses localizadas ao longo da fronteira geopolítica do Rio Grande do Sul com os países do Prata é o objetivo deste capítulo.

Em um contexto de disputas pelo mesmo mercado, a atuação destes empresários da fronteira caracterizou-se de maneira distinta em relação tanto aos interesses dos saladeristas do Uruguai quanto àqueles dos charqueadores de Pelotas e do litoral gaúcho.

Se os saladeristas do Uruguai e da Argentina lutavam para que fossem mantidos baixos os impostos sobre a introdução de charque não-brasileiro neste território, Emilio Calo e os demais que haviam “cruzado la frontera” para produzir no Rio Grande do Sul queriam o contrário.

No entanto, esses mesmos charqueadores dependiam da “via” uruguaia para produzir – gado e trilhos. Seriam, portanto, muito desfavorecidos caso tivessem aumentado o imposto sobre a introdução do gado uruguaio no Brasil ou então minada a possibilidade do trânsito de mercadorias pelo país vizinho. Nesse sentido, como agiram para manter as vantagens e favorecimentos diante de dois interesses antagônicos? Esses charqueadores estavam literalmente “na fronteira” e souberam aproveitar a possibilidade do trânsito pelas duas realidades nas quais se mantiveram inseridos.

<sup>147</sup> Archivo General de la Nacion/ Uruguay – Ministério de Relaciones Exteriores, Caja 96, carpeta 23.

#### 4.1 Organização empresarial

Quando Emilio Innocencio Calo arrenda a “*Xarqueada Novo Quarahy*” em 1901, pelo que os documentos me permitiram saber, ele não havia tido nenhuma participação anterior naquela cidade. Apesar das boas relações e da grande presença de comerciantes e criadores uruguaios em Quaraí, tratava-se de um indivíduo, a princípio, sem vínculos com a sociedade local.

A campanha, acredito conscientemente, encetada por Emilio Calo para conquistar visibilidade e prestígio popular, juntamente com o apoio da elite local, foi bastante rápida e eficiente. Um dos fatores que não pode ser esquecido é a grande aceitação e incentivo por parte das autoridades locais para o “progresso” da única indústria da cidade. Por si só, no entanto, isso não teria propiciado a Calo o prestígio que conquistou em Quaraí.

##### Emilio Calo – O sócio benemérito do *Club Comercial*

O *Club Comercial de Quaraí*, uma das primeiras entidades associativas da cidade, fora fundado em 20 de outubro de 1895. De acordo com o capítulo I de seu Estatuto, trata-se de “uma associação comercial, instrutiva e recreativa, composta de indeterminado número de associados, sem distinção de nacionalidade ou profissão”. Teria por fim a “confraternização do comércio desta praça e seu município, e o conagraçamento das famílias dos seus associados”. Para tanto, o Club manteria uma biblioteca, jogos diversos, organizaria bailes e demais reuniões recreativas.

Desde a sua fundação, foi o lugar freqüentado pelos indivíduos de maiores recursos financeiros da cidade, uma vez que exigia uma contribuição financeira dos sócios. Inclusive, de acordo com o próprio *Estatuto do Club*, poderiam fazer parte da Associação “todas as pessoas que reconheçam as boas normas de conduta e de decente posição social”.

Ainda definia o *Estatuto*, em seu artigo 37, que seria expressamente proibido ao *Club* “tomar parte em quaisquer manifestações políticas ou admitir discussões sobre tal assunto no recinto da associação”. No entanto, o *Comercial* teve grande participação na projeção política de muitos correligionários do Partido Republicano local.

Os nomes dos presidentes do Clube desde a sua fundação<sup>148</sup> atestam a presença de lideranças políticas, próceres republicanos da cidade em tal cargo. Todos que o ocuparam foram grandes comerciantes e estancieiros da cidade, geralmente indivíduos que aliavam os dois negócios. Além disso, portavam patentes da Guarda Nacional e alguns alcançaram o cargo de Intendente e vice no município. Até 1902, entre os ilustres presidentes do Clube, todos figuram entre os votados nos pleitos estaduais, alguns eleitos para conformar o Conselho Municipal da Intendência de São João Baptista do Quaraí.

Em 1º de janeiro de 1903, Emilio Innocencio Calo assumiria a Presidência do *Club Comercial* - o seu mandato seria o mais comentado e lembrado em toda a história da instituição.

Já nos primeiros dias do mês de janeiro, “*A Fronteira*”, o jornal oficial do Partido Republicano de Quaraí, destaca os melhoramentos e o progresso planejados para “essa importante associação que, dia a dia, mais se impõe ao conceito público”. Anuncia-se, então, um projeto de reforma geral, tanto dos estatutos do Clube como em relação às suas condições materiais. Nestes planos, havia a construção de um novo edifício para ser a sede do Comercial, sendo que Emilio Calo trataria de acelerar sua execução.

#### Club Commercial

Dias antes, o avantajado industrialista, presidente do Club, nosso amigo sr. Emilio I. Calo em palestra com um dos nossos companheiros disse reservar para o edificio do mesmo que se pretende construir este ano, cem réis por cabeça de gado que abater na presente safra o Saladero de que é diretor e co-proprietário.<sup>149</sup>

Essa “ação filantrópica” de Calo é excessivamente referenciada nas páginas do jornal a partir de então. Inclusive, será estímulo para doações vindas de outros sócios, como do sr. Souza Guerra, que doaria um quarto do valor das vendas da sua fábrica de sabão.<sup>150</sup> Nunca, como naquele ano, as matanças do *Novo Quarahy* foram acompanhadas tão de perto pela imprensa.

A cada nova edição, evidencia-se “a extraordinária atividade” do Saladero na safra mencionada. Fazem-se comparações com safras passadas e projeções do número de abates até

<sup>148</sup> Foram presidentes do *Club* desde a sua fundação até 1902: Francisco Pinto Ribeiro (comerciante, fundador do Club); Antonio Fernandes; Antonio Candido dos Santos (comerciante, criador, futuro vice-Intendente); Antonio Guerra (criador, comerciante, ex-sócio da Xarqueada Novo Quarahy); Dr. Manoel de Menezes Pinto; Francisco Flores da Cunha (criador, vice-Intendente, futuro Intendente, delegado e deputado); Virgilio Vaz Martins; Procópio Pinheiro.

<sup>149</sup> *A Fronteira*, 17 de janeiro de 1903.

<sup>150</sup> Souza Guerra efetiva a doação da quantia relativa aos meses de janeiro e fevereiro, e não continua com a oferta “por se ter furado seu tacho”.

o final do período da matança. Do número total de abates, calculava-se a bela soma que seria doada ao Clube. Sem dúvida, tratava-se de uma boa propaganda da empresa. No entanto, maior referência era dada a Emilio Calo e seu “*altruísmo elevado e admirável, que bem patenteia os sentimentos nobilíssimos que agitam o coração do presidente do Comercial*”.<sup>151</sup>

Sob a presidência de Calo, o Clube foi apresentado com outras feições. Abriram-se novas possibilidades de recreação, como a *víspera*<sup>152</sup> todos os domingos e quintas, os planos da sala de esgrima, bailes, espetáculos e encontros mais freqüentes. A própria ornamentação do Clube foi elogiada, estando este prestes a se tornar um “centro agradável e útil”. E o interessante é que Emilio Calo é visto como o principal promotor e agente de tal transformação.

O sr. Emilio Calo, espírito culto e adiantado, tomando as rédeas da presidência do Club, resolveu o difícil problema de seu engrandecimento, que consiste nessa congregação de elementos poderosos, sempre prontos para as idéias que lhe tragam engrandecimento.[...] Ora, tudo isso é progresso, é desenvolvimento, e mostra que dia a dia o Club se eleva, a custa de esforços, e que não tardará a ocasião em que atinja a meta desejada.<sup>153</sup>

Neste mesmo período, na cidade vizinha de San Eugenio (hoje Artigas), seria organizado o *Club Progreso*, um grêmio com as mesmas características do *Comercial* de Quaraí. A inauguração deste centro deu-se em 18 de julho de 1903 e, a partir de então, a vida social na fronteira seria caracterizada pela maior aproximação oficial entre os dois países. E Emilio Calo conquistaria também aí uma posição de destaque.

Como presidente do Club Comercial, Emilio Calo é convidado a participar de todas as solenidades na vizinha cidade uruguaia. Mais do que isso, no entanto, ele passa a ter uma atuação central em todos os festejos públicos. Passa a ser o incentivador de vários eventos e, como veremos depois, assumirá também posição importante nas questões acerca do comércio e pecuária na região.

No dia 25 de agosto (“aniversário da liberdade do povo uruguaio”), o recém criado Club Progreso organizaria as comemorações e festejos em San Eugenio. A primeira atividade constituir-se-ia em um concurso de “tiro ao alvo”. Seriam três categorias distintas - carabina Mauser, revólver e pistola de salão – que contavam com um júri bem qualificado. Menciona o jornal:

<sup>151</sup> A Fronteira, 17 de janeiro de 1903.

<sup>152</sup> Jogo de azar; divertimento de sala. Sinônimo de loto ou bingo. Em Quaraí, o código de posturas exigia o pedido de autorização para praticar tal jogo se realizado em residências ou demais locais públicos.

<sup>153</sup> A Fronteira, 15 de abril de 1903.

Já chegaram a São Eugenio e se acham expostos em casa do sr. Juan Nario os três esplendidos prêmios que serão adjudicados aos vencedores. O primeiro prêmio intitula-se – *Club Progreso*, - o segundo – *Novo Quarahy*, - doado pelo nosso amigo sr. Emilio I. Calo, e o terceiro – *Artigas*.<sup>154</sup>

Além da doação de um belo prêmio que fez o *Novo Quarahy* figurar entre o Clube e o jornal de maior prestígio em San Eugenio, Emilio Calo também participaria em duas modalidades dos citados concursos. No de carabina Mauser, o mais disputado dos três, ficaria em primeiro lugar. O mesmo aconteceu na disputa com revólver, tendo o próprio Calo ganho o prêmio – Novo Quarahy – por ele doado, acertando noventa pontos ao alvo. De acordo com o jornal, o prêmio tratava-se de “uma obra de arte primorosa: um grupo de bronze do escultor francês Hyppolito Moreau, intitulado *Le Drapeau*, representando um porta-estandarte do exército napoleônico agonizando nos braços de um camarada”.<sup>155</sup>

Esses feitos do senhor Emilio Calo, minuciosamente descritos nos periódicos nos dois lados da fronteira, garantiram a ele extrema visibilidade. Era considerado, por todos, um homem de espírito progressista, culto, altruísta. Condição reforçada nesta participação ativa e amistosa nos festejos sociais: era do tipo que doava os prêmios, e os conquistava.

Para o baile realizado no Club Progreso, que seria o encerramento solene das atividades do dia 25, foram convidados todos os sócios do Club Comercial, “solidificando assim mais os laços de cordialidade que estreitam as sociedades eugeniense e quaraiense”.<sup>156</sup> O mesmo convite, de forma recíproca, seria feito a partir de então para todas as comemorações importantes nas duas cidades.<sup>157</sup>

Quando destes festejos, a safra do ano de 1902-1903 já estava terminada. E havia sido a maior de todos os anos de funcionamento da charqueada.

Novo Quarahy – Safra terminada  
90 MIL CABEÇAS

Com a colossal cifra de 90 mil cabeças abatidas para o fabrico do charque destinado aos Estados do Norte, encerrou a presente safra a charqueada

<sup>154</sup> A Fronteira, 22 de agosto de 1903.

<sup>155</sup> A Fronteira, 29 de agosto de 1903.

<sup>156</sup> Idem.

<sup>157</sup> Outros motivos para confraternização passaram a ser os jogos de futebol entre os times das duas cidades. De certa forma, os clubes de futebol eram constituídos pelos mesmos integrantes do *Club Comercial* e do *Club Progreso*. Por serem entidades recém criadas, ainda despertavam enorme interesse por parte da população em geral, que comparecia em grande número para assistir às partidas. O *Quarahy Athletic Club*, fundado em julho de 1903, tinha como presidente da diretoria: Ernesto Dickinson (funcionário do escritório do Saladero Novo Quarahy) e, como vice-presidente, Emilio I. Calo.

*Novo Quarahy*, propriedade dos srs. Emilio I. Calo & Cia. e dirigida inteligentemente pelo primeiro dos sócios dessa acreditada firma, o nosso ilustre amigo e avantajado industrialista sr. Emilio I. Calo.

A safra passada, como noticiáramos, superou todas desde a fundação da charqueada Novo Quarahy e a presente ficou colocada em primeiro lugar, quer no Rio Grande do Sul, quer no Uruguai e Argentina, com exceção apenas da fábrica de extrato de carnes de Frey Bentos.

Pode-se dizer mesmo que foi colossal a matança trazendo, como nunca, esplêndidos resultados para a população e comércio do município e especialmente para as rendas federais, estaduais e municipais.<sup>158</sup>

Sendo assim, calculando-se os 100 reis por cabeça prometidos por Calo para a construção do edifício, o *Club Comercial* receberia a quantia de nove contos de réis. Desse valor, seriam deduzidas as despesas com a compra do terreno para o edifício, primeira ação empreendida com o dinheiro. Levando-se em conta que o patrimônio total do *Club* em setembro seria de 19:241.050 rs, quase a metade desse valor fora doada por Calo. Diante de tal soma, não seriam poucas as homenagens ao ilustre presidente.

**9:000:000!** Destinados com raríssimo desprendimento pelo sr. Emilio Calo [...]. O registro de tal fato, sem precedentes entre nós, não cabe numa simples notícia; por isso, prometendo melhor evidenciá-lo, nos limitamos hoje a enviar congratulações de íntimo prazer aos membros do Club Comercial.

E ao sr. Emilio Calo nosso respeito e admiração.<sup>159</sup>

Terminada a safra, Calo seguiria para Montevidéu, local de residência da sua família (e onde acabara de nascer sua 4ª filha). Antes da viagem, no entanto, presentearia a redação de “*A Fronteira*” com “uma excelente amostra do charque preparado, na safra recém fechada, na charqueada Novo Quarahy”.<sup>160</sup>

O dia seguinte seria de festas para os trabalhadores: assado regado a bons vinhos, sortijas, jogos e, à noite, um grande baile no salão ocupado pelo Hotel. A animação era grande para festejar, como de costume, o término de mais uma safra.

Na festa, fez-se presente a banda musical do 12º Regimento, fazendo ouvir os hinos nacional do Brasil, oriental e argentino. No baile, “cem pares, mais ou menos, acotovelaram-se no espaçoso salão”. De acordo com o jornal, tudo teria ocorrido sob uma “ordem inalterável, digna de menção, em uma festa composta de tão diversos elementos”. Os trabalhadores teriam evidenciado “a disciplina que os arregimenta”.

<sup>158</sup> A Fronteira, 24 de junho de 1903.

<sup>159</sup> A Fronteira, 29 de junho de 1903.

<sup>160</sup> A Fronteira, 8 de julho de 1903.



#### Vida Social

Os sócios do Club Comercial desta cidade, querendo prestar a seu ilustre presidente sr. Emilio I. Calo uma homenagem em seu regresso de Montevidéu, onde se acha, resolveu solenizar essa fato com um baile e recepção do mesmo, na gare da Estrada de Ferro.

O ilustre presidente que, pelo seu altruísmo e modo altamente simpático, tem se imposto a benemerência da sociedade quaraíense deve chegar a esta cidade no dia 21 ou 23 do corrente.

Por essa ocasião irão até a gare da E. de Ferro diversos amigos e admiradores do sr. Calo, que, representados por nosso companheiro de trabalhos e diretor Fredolino Prunes, levarão as boas vindas ao ilustre viajante.

No dia seguinte uma comissão composta dos srs. João Maximo dos Santos, Procópio Pinto Pinheiro, Alfredo da Silva Carvalho, Pedro Ripoll e Francisco Aragão irá em nome dos sócios do Club, como homenagem ao eloqüente concurso de seus serviços prestados a esta sociedade, oferecer o baile que terá lugar quinta ou sábado, mais ou menos.<sup>161</sup>

A recepção oferecida a Emilio Calo envolveria todos os sócios nos preparativos. Diferentes comissões foram estabelecidas para a organização do grande baile, que se esperava fosse “um verdadeiro sucesso nos anais festivos do *Comercial*, e uma sagração ao digno cidadão a cujo esforço esta sociedade tem-se elevado e conseguido atingir o grau de prosperidade em que se encontra”.<sup>162</sup>

Emilio Calo regressaria de Montevidéu acompanhado da família, e seria recepcionado na gare da Estrada de Ferro de San Eugenio por grande número de “admiradores”. Entre eles, os administradores das Mesas de Rendas Federal e Estadual, escrivães, o tesoureiro do município e muitos empregados da Charqueada.

À chegada do trem depois de abraçado pelos circunstantes o diretor desta folha Fredolino Prunes incumbido para, em nome da comissão presente, dar as boas vindas ao ilustre presidente, assim o fez dizendo que os seus amigos e consócios patenteavam por aquele modo a satisfação que experimentavam por vê-lo regressar ao seio da sociedade de que é digno ornamento, assim como um pálido tributo do muito que o *Comercial* devia ao seu esforço presidente.

Agradeceu o sr. Calo com palavras fidalgamente lisonjeiras aos seus apreciadores. Em seguida foi o mesmo e sua exma família acompanhado até sua residência no Saladero pelo Diretor do Club e amigos. Realiza-se hoje nos salões do Club, o baile com que os sócios do mesmo solenizam o regresso de seu esforço presidente.<sup>163</sup>

Em meio às homenagens, Emilio Calo ainda receberia menção pela efetiva participação na “subscrição popular” organizada na cidade, que pretendia prestar uma

<sup>161</sup> A Fronteira, 11 de julho de 1903.

<sup>162</sup> A Fronteira, 18 de julho de 1903.

<sup>163</sup> A Fronteira, 25 de julho de 1903.

homenagem no início do terceiro ano de gestão administrativa ao Intendente Francisco Flores da Cunha. Havia alguns meses que se arrecadava, entre os amigos e o povo em geral, um valor para a compra de um retrato a óleo e de uma coroa cívica (cada pessoa não poderia contribuir com mais de 500 réis). No dia 15 de agosto, seria publicada a lista com os nomes dos primeiros assinantes e contribuintes, e de um total de mais de 800 nomes já registrados, era Emilio I. Calo que liderava tal lista.<sup>164</sup>

No dia 17 de outubro, depois de longas negociações, foi aprovada a planta para a construção do edifício do *Club Comercial*. Essa idéia, alimentada por tantos anos, seria recebida com muita festa em Quaraí. Para o dia 18, quando seria colocada a sua “pedra fundamental”, foi organizada uma passeata pelo centro da cidade, até o terreno do prédio, com a presença de todos os indivíduos proeminentes da sociedade tanto de Quaraí como de San Eugenio. Far-se-iam presentes as autoridades políticas e militares, o comércio e indústria das cidades, além de todas as instituições dedicadas às artes e às ciências. Após a solenidade, desfrutou-se de um belo coquetel. O evento foi dotado de grande pompa, para o qual “o nosso distinto amigo sr. Emilio Calo, digno presidente do *Club Comercial*, entrou com a quantia de 200\$000 para ajudar a fazer frente às despesas originadas”.<sup>165</sup>

Para os redatores de “A Fronteira”, o prédio atestaria a sociabilidade de seus habitantes e o esforço de seus idealizadores, especialmente de seu presidente:

Cumprindo o dever e fazendo inteira justiça, a dizer bem alto que o principal fator dessa idéia, agora transformada em brilhante realidade, é o ilustre sr. Emilio Innocencio Calo, digníssimo atual presidente do Club. Com efeito, negar esse fato e não registrá-lo de maneira indelével seria não somente uma lamentável falta, mas até uma ingratidão. [...]  
Logo, se não fosse o auxílio que presta este distinto cidadão, que já pode chamar-se de **benemérito presidente do Club Comercial**, não teria tão cedo esta cidade mais um bonito edifício que lhe atestasse o seu progressivo desenvolvimento.  
[...] Por meio destas linhas, singela homenagem de admiração e apreço ao ilustre sr. Emilio Calo.<sup>166</sup>

No dia 22 de novembro, enquanto Calo estava em Montevideú, foi convocada uma Assembléia Geral do Club Comercial “para ser proposto **sócio benemérito** o ilustre presidente desse importante grêmio, nosso amigo sr. Emilio I. Calo”. A proposta foi unanimemente aprovada. Tratar-se-ia de uma justa “recompensa moral”.

<sup>164</sup> A Fronteira, 15 de agosto de 1903.

<sup>165</sup> A Fronteira, 24 de outubro de 1903.

<sup>166</sup> Idem.

Na presidência do *Club Comercial*, portanto, Emilio Calo conquistou uma participação ímpar na vida social de Quaraí. As suas ações são destacadas e elogiadas. Calo é tido como o defensor dos interesses locais e teria sido o idealizador e aquele que tornara concreta a luta pelo progresso da cidade. Aparentemente, não tinha interesses em disputar a liderança política local (e depois veremos), sua intenção era, apenas, conquistar seu apoio. E tal apoio tinha de ser precedido de reconhecimento, certamente conquistado desde a sua chegada, mas firmemente solidificado ao longo do ano de 1903.

Destacam-se em todos os tempos e em todas as sociedades cultas personalidades que bem merecem de seus coevos a maior soma de gratidão e respeito pelo desprendimento que demonstram, quando guiados por idéias salutare e benéficas, procuram com esforço labutar proficuamente em prol da comunhão em que agem.

São raros os que, com o desprendimento próprio das almas grandes e bem formadas, atingem ao pináculo da gratidão popular por obras meritórias que qualquer faria, mas que ainda ninguém as fez, colocando-se em uma altura invejável, no meio de seus concidadãos.

Assim como as nações, as províncias e as cidades, têm também os centros sociais – comunhões que são um reflexo dessas outras comunhões maiores – os seus beneméritos, os propugnadores de seu engrandecimento e progresso. E quando o administrador é apto, e quando o benemérito demonstra com seu acendrado patriotismo, o máximo empenho em que a obra que encetou progrida, eleve-se às maiores culminâncias, então o povo que galardoa os que por ele sacrificam-se, abre o coração gratíssimo e vasto e entoia um hino festivo de simpatia, cercando o nome daquele que se tornou digno de louvor.

Estão nas mesmas condições os sócios do Club Comercial desta cidade para com o atual presidente sr. Emilio I. Calo.<sup>167</sup>

O prestígio de Calo pode ser exemplificado no espaço que recebeu para manifestar-se nas páginas do jornal “*A Fronteira*”, quando das homenagens prestadas na cidade pela morte de Julio de Castilhos. A edição iniciava com a notícia de “*O Chefe morto*”, e com as palavras do Intendente Flores da Cunha: “[...] A dureza do golpe tira-nos a lucidez e a calma, proíbe-nos o raciocínio, aniquila-nos as funções cerebrais”. A mensagem seguinte era do diretor e redator do jornal, Fredolino Prunes, que lamentava a morte do “genial político”.

Seguindo a expressão dos dois líderes citados, o espaço nas páginas evidenciava as palavras de Emilio Calo. Depois deste, é que os demais membros do Partido Republicano vêm publicadas suas homenagens e consternações.

---

<sup>167</sup> A Fronteira, 9 de dezembro de 1903.

El Dr. Julio de Castilhos

Ante la tumba recién abierta de este gran republicano, de este varón consular, se detiene el pesamiento, y la mente contempla admirada las grandes proyecciones de su figura luminosa.

Probidad ejemplar, talento descolante, ilustración vastísima de interés y patriotismo proverbiales; he ahí en síntesis las virtudes salientes de este democrata genial. Su biografía está aquí, viviente, y habla con la elocuencia indiscutible de los hechos.

La obra de sus dotes de estadista eminente y de sábio pensador – está demostrada con la organización que dió á este estado a raíz de la caída de la monarquía – á lo que eficazmente cooperó con su ardiente propaganda – y en la Constitución con que lo doto, obra suya, original y única. La de su espíritu ecuanime y su carácter irreductible, en la eficacia de su acción fecunda y moralizadora.

Quizá en sus últimos momentos, la visión de su titánica obra Estadual, civilizadora, consolidada, firme é imperecedera, habrá serenado su espíritu.

El Partido Republicano de Rio Grande llora á su caudillo querido, á su jefe venerado; el Brasil al más selecto de sus hijos; y acompañan á la gran República en su justo duelo, sus demás hermanas de Sud América, adonde trasponiendo fronteras, han irradiado los fulgores de ese gran cerebro que acaba de apagarse.

Ojalá que su espíritu flotando sobre el sereno cielo de su pátria sirva de constante orientación á sus conciudadanos y que el eco de su voz de apóstol repercuta en el corazón de su pueblo axitándolo á la concórdia y al progreso.

Como hijo del Uruguay, donde el ilustre muerto contaba con una gran mayoría de admiradores de sus virtudes, de su talento y de su patriotismo, me inclino reverente ante su tumba.

Emilio I. Calo.<sup>168</sup>

Para que o benemérito sócio e presidente do *Comercial* fosse reeleito, o que seria “uma nova conquista para a digna sociedade que vê em Emilio Calo, um abnegado como poucos, esforçado como ninguém”,<sup>169</sup> uma campanha seria iniciada ainda em novembro de 1903. Aparentemente desejoso de permanecer no cargo para o que, talvez, tenha direcionado todas as ações do dito mandato, e por vontade unânime dos sócios, Emilio I. Calo reassumiria a presidência do *Club Comercial*, dando continuidade ao cargo, em 1º de janeiro de 1904.

Emilio Calo ocupou as páginas de “A Fronteira” em todas as edições do ano de 1903. Foi destaque ao promover melhoramentos no *Comercial* e ao participar da vida social em San Eugenio. Teve sua imagem veiculada como líder dos comerciantes, como indivíduo empreendedor e industrialista exitoso. Foi apresentado como o grande impulsionador da maior economia do município, administrando com louvor a *Novo Quarahy* e destacando-se como um dos primeiros criadores da cidade a promover a mestiçagem de raças bovinas.

<sup>168</sup> A Fronteira, 31 de outubro de 1903.

<sup>169</sup> A Fronteira, 9 de dezembro de 1903.

Quanto ao ano de 1904, os elogios seriam ainda mais intensos. A edição deste 1º de janeiro dedicaria duas páginas completas para uma homenagem a Emilio Calo, apresentando uma fotografia do mesmo e um detalhamento da *Charqueada Novo Quarahy*.<sup>170</sup>

Estudando a vida industrial do Quarai vê-se que é inevitavelmente o *Saladero Novo Quarahy* uma de suas fontes principais de prosperidade e grandeza.

Percorrendo esse vasto estabelecimento onde, sob todos os pontos de vista, descortina-se a atividade, o labor, que falam pela boca das fornalhas, pelos canos alterosos de seus diversos departamentos, pela movimentação de suas centenas de trabalhadores, arregimentados, incansáveis, desde os carregadores de detritos de reses aos capatazes em sua sisuda observação, não se pode deixar de soltar uma exclamação admirativa, vendo o poder da inteligência aliada à indústria.

Aí, então, que o mais belo espetáculo abre-se às vistas observadoras; em face de tanto movimento, de tantas forças empregadas no trabalho, dessa luta titânica de dia e noite, enche-se naturalmente o nosso espírito de uma admiração sempre crescente e invade-nos uma necessidade forte, poderosa, de conhecer a inteligência que dirige todos esses braços, a força motriz de todas essas grandezas, ante as quais nos tornamos pequenos.

E o nome do nosso ilustre amigo sr. Emilio I. Calo, rodeado da aureola de justo acatamento, pela gerência inteligente e profícua que tem dado ao *Saladero*, acorda logo à memória, sendo os dotes que o exornam, a força de vontade que o caracteriza, a explicação mais plausível a tudo que ignorávamos.

Sob sua hábil direção de reputado financeiro e industrialista emérito tem esse estabelecimento prosperado de maneira visível nada deixando a desejar como uma casa de primeira ordem no gênero.<sup>171</sup>

O que procurei destacar com os fatos narrados acima é que Emilio Calo, quando de sua transferência para São João Baptista do Quarai, além de gerir sua empresa, delineia um percurso bem sucedido na busca por prestígio e visibilidade nesta comunidade. Como veremos a seguir, isso acabou estimulando fortes vínculos, pessoais e de interesses comuns, com a sociedade local.

O concurso do sr. Calo, que não mede esforços para dotar o modesto grêmio quaraiense, das vantagens que necessita é a mais segura garantia para o futuro do Club que, em boa hora escolheu-o para presidir seus destinos.

Para esses paladinos esforçados que não recuam para levar o progresso às sociedades de que fazem parte, para esses homens de fibra que olham pelo engrandecimento da coletividade, sem medir mesquinhos interesses, há unicamente um prêmio: **a gratidão impercível do povo**, envolta na consideração que despertam as obras altruísticas de que são autores.<sup>172</sup>

<sup>170</sup> A reprodução do texto na íntegra e as imagens estão anexas a este trabalho.

<sup>171</sup> A Fronteira, 1º de janeiro de 1904.

<sup>172</sup> A Fronteira, 28 de fevereiro de 1903 – grifo meu.

Talvez, a “gratidão imperecível do povo” para com Calo possa, hoje, ser evidenciada na posição da sua fotografia, que lidera a galeria dos presidentes e ilustres do Clube Comercial de Quaraí, disposta no seu rol de entrada. Na memória atual da cidade, Calo passou a ser mais importante que o próprio fundador do Clube e, inclusive, muitos pensam que Emilio Calo foi o prócere fundador do Clube Comercial.<sup>173</sup>

Essa posição de prestígio, no entanto, para além do reconhecimento atual, possibilitou a Emilio Calo uma grande influência, um ‘poder de ação’ de enorme importância para este empresário. Nesse sentido, as doações ao Clube podem ser entendidas como uma estratégia de inserção no novo ambiente de negócios do qual passava a fazer parte.

Apesar de não encontrar nenhuma resistência, possivelmente o movimento de inserção de Calo, na condição de estrangeiro, lhe reservaria algumas dificuldades de pronta atuação na nova Pátria. Em um primeiro momento, ele não estabelece sua residência definitiva em Quaraí, já que deixara mulher e filhos em Montevideú. Aliás, a própria condição de ser casado - e toda sua família estar no Uruguai - não permitiu uma inserção por laços de parentesco em influente família local. Sua participação direta na política também ficou prejudicada, restando a possibilidade de construção de uma imagem forte perante a sociedade (de indivíduo que luta pelo progresso do Quaraí), e, a partir de então, o fortalecimento de vínculos de distintas ordens que acabassem por favorecer certas ações, tanto no âmbito econômico como político.

Ou seja, a partir do momento em que estabeleceu vínculos pessoais com a elite política e econômica da cidade, novas ações foram projetadas, ampliando-se seu “espaço de atuação”. O conhecimento desses vínculos foi justamente o que me permitiu reconhecer uma organização empresarial, a nível regional, bastante eficiente nesta fronteira ao findar o século XIX.

Quando Emilio Calo busca atuar como líder do *Club Comercial*, tem a intenção e a possibilidade de congregar praticamente todos os homens de negócios da cidade. Antes da presença de Emilio Calo em Quaraí, a instituição já existia e se manifestava como a representante do “comércio” daquela cidade. “Comércio” entendido em uma dimensão um pouco mais ampla do que somente uma associação de comerciantes urbanos. O *Comercial* estava atento a todo o movimento de entrada e saída de mercadorias, ou seja, interessava-se pelo trânsito e regulação da “fronteira”.

---

<sup>173</sup> Emilio Calo figura ainda como um “gentil empresário” numa lenda sobre o Saladero contada e recontada no Quaraí.

Em 1901, quando Calo inicia suas atividades em Quaraí, a charqueada estava parada, não havendo, portanto, nenhuma indústria em atividade. Da mesma forma, em decorrência dessa paralisação e também pelo momento de crise financeira em todo o país, o comércio da região encontrava-se em condições bastante difíceis, com grande número de falências e concordatas anunciadas.

Em decorrência desse momento de crise, a atuação do *Comercial* em um plano de reivindicações fôra quase que abandonada. As praças de comércio de Livramento e Uruguaiana, mais atuantes, recebiam o apoio de Quaraí, mas sua intervenção permanecia no plano de muitos discursos (inclusive, “A Fronteira” noticiava todos os memorandos expedidos pelas Associações citadas) e pouca prática.

O *Club*, no entanto, como órgão de agremiação, representava ainda um meio de agir coletivamente, e, pelo que tudo indica, Emilio Calo e os demais membros da diretoria estavam dispostos a mobilizá-lo em seu favor. A primeira ação seria conhecida já em março de 1903:

#### Pelo Comércio

O Club Comercial, provando o grande empenho que tem em sempre ser o porta-voz dos interesses comerciais desta cidade, como genuíno representante da classe comercial, acaba de, segundo notícia que damos em outro local, aprovar um projeto apresentado a sua Diretoria pelo nosso amigo sr. Major Francisco da Silva Leal, seu digno 1º secretário, cuja realização importa em grande vantagem para o comércio desta cidade.

O Club enviará em nome do comércio um memorial ao sr. Delegado da Fazenda pedindo, para facilitar o consumo nesta fronteira, a introdução de alguns gêneros da vizinha República, ampliando assim a Tabela F.

Como é natural, será esse, caso o poder competente dê solução favorável o que esperamos por ser de inteira justiça, um passo agigantado para o nosso comércio que luta diariamente, pela carestia de diversos gêneros do interior que, posto aqui, ficam por preços exorbitantes, quando, por meios legais, como o da introdução pagos a todos os direitos, se pode adquiri-los por preços muitíssimo menores.

Aprovamos, portanto, a nobre iniciativa do Comercial que vem de provar que interessa-se pela classe laboriosa que representa, procurando de algum modo amenizar os sacrifícios em que ela se debate, na crise cruel que a assola.

Continue o Club Comercial a tratar dos caros interesses de seus associados, promova meios de levantar, cada vez mais alto, o conceito em que é tido e verá seus desejos colmados pela conquista que ambicionar, e conseguirá galgar a escada do engrandecimento, e seguirá sempre na rota do progresso.<sup>174</sup>

A Comissão que solicitaria a revisão e um pedido de aumento do número de artigos contemplados pela Tabela F, que legislava sobre a introdução de mercadorias livres de

<sup>174</sup> A Fronteira, 18 de março de 1903.

impostos do Uruguai para esta cidade, seria constituída pelos senhores Emilio Calo, João Maximo dos Santos, Procópio Pinheiro e Albino Martins. Em um primeiro momento, pretendia-se conseguir introduzir, pela Mesa de Rendas de Quaraí, artigos como vinhos, velas de espermacete, conservas alimentícias, frutas e vidros em lâminas, que não estavam contemplados na Tabela citada.<sup>175</sup>

Em agosto de 1903, “com o incremento que está tomando este importante centro social, cujos avanços na senda do progresso, devidas a digna direção atual, que conseguiu a reforma dos estatutos e outros melhoramentos”, o *Club Comercial* contava com 150 sócios. A cada nova Assembléia, havia novos pretendentes e, inclusive, muitos ex-sócios estavam voltando a participar das atividades.

Ou seja, Quaraí voltava a ter um grupo de homens agindo coletivamente para a obtenção de favorecimentos. Essa aliança estimularia Emilio Calo, num âmbito local, a lutar pelas melhores condições da indústria pecuária da fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

Em junho de 1903, as ações empreendidas dariam-se no plano de regulação do mercado, condição tão essencial para um produto como o charque. O movimento empreendido foi de apoio à Câmara Comercial de Porto Alegre que, mais uma vez, solicitou o aumento do imposto sobre a importação de charque platino. Esta medida seria fortemente contestada pelas autoridades uruguaias e, ainda, pela maior empresa importadora de tal mercadoria no Rio de Janeiro, que alegava a necessidade de aliviar os impostos sobre um gênero de necessidade imprescindível para as classes sociais menos favorecidas.

#### Charque Platino

A casa Cabral, Belchior & Cia, do Rio de Janeiro, dirigiu uma petição à comissão de tarifas reunida sob a presidência do sr. Dr. Serzedello Corrêa, protestando contra a representação que a *Praça do Comércio* desta cidade enviou àquela mesma comissão, relativamente aos direitos de importação sobre o charque platino.<sup>176</sup>

Da mesma forma, novos protestos viriam de Montevideú, a exemplo do documento com que se inicia este texto. Evidenciava-se, como novamente se verificaria nos anos seguintes, que esse grupo de pecuaristas e charqueadores da fronteira possuía interesses bastante específicos com relação à indústria saladeril no Prata e havia encontrado formas de manifestá-los.

Emilio Calo era, possivelmente, um homem generoso. Afinal, despendeu muito de seu tempo e dinheiro em “empreendimentos sociais”. Por outro lado, o que se pretende destacar é

<sup>175</sup> A Fronteira, 15 de abril de 1903.

<sup>176</sup> A Fronteira, 29 de junho de 1903.



que o espaço que Calo conquistou diante dessa sociedade e a ótima inserção nesse meio foram importantes para o desenvolvimento da sua empresa.

Para um estrangeiro, empresário dependente de crédito, forçosa e intencionalmente ligado ao outro lado da fronteira, não teria sido totalmente viável levar adiante seu empreendimento sem a aceitação e cooperação dos negociantes e políticos locais.

Aliás, não ignorando as dívidas contraídas por Clouzet, é bem possível que a inimizade conquistada diante dos Irmãos Guerra, quando da dissolução da Sociedade e tendo estes o apoio local, tenha sido um forte fator para que aquele empresário não lograsse levar adiante a produção de charque na cidade. Olavo Saldanha, por exemplo, deixa de ser o comprador da charqueada em 1896, pelo “simples fato” de prestar a sua amizade aos Guerra.

Certamente, pois, o apoio dessa elite local, congregada sob o *Club* que passa a defender os interesses econômicos do Quaraí, será um grande facilitador para os empreendimentos de Calo.

Havia, no entanto, um outro elo de contatos, talvez não mais importante, mas igualmente decisivo para se entender a real dimensão dessa organização empresária na fronteira. Os negócios de Emilio Calo não se restringiam ao Quaraí. Ou melhor, ele é apenas mais um integrante dessa grande e bem sucedida indústria do charque. A característica principal desta empresa é a sua constituição a nível regional. Será formada por diversos indivíduos, com funções distintas e hierárquicas, e a presença do poderoso Coronel João Francisco Pereira de Souza neste negócio é fundamental para entendermos as reais possibilidades de ação desta empresa.

#### Companhia Industrial Fronteira

Esta importante companhia, cujas bases foram lançadas pelos nossos amigos Moyzes Vianna, tenente coronel João Francisco Pereira de Souza e Olavo Saldanha, segundo informações que anteontem nos veio trazer um amigo, tem obtido esplêndida aceitação em vários pontos da fronteira, como Livramento e também nesta cidade.

Garantiu-nos também o mesmo informante, que os capitalistas, nossos amigos José e Antonio Guerra desta cidade, vão prestar o seu importante apoio à Companhia e que é muito possível que a sede social seja nesta cidade.

Assim sendo, desde já é motivo para estarmos de parabéns e congratularmos com os nossos co-municípes.

Mais de espaço, se obtivermos várias informações indispensáveis, comunicaremos ao público tudo que se relacione com os destinos da novel Companhia Industrial.<sup>177</sup>

---

<sup>177</sup> A Fronteira, 15 de setembro de 1900.

A *Companhia Industrial Fronteiriça* poderia ter sido o início da empresa aqui descrita caso tivesse sido efetivada. Nos documentos pesquisados, não encontrei nenhuma nova referência a ela, distinta destes planos de organização.

Da mesma forma, explicitamente não foi mencionada a atividade que seria exercida pela mesma Companhia. No entanto, sabendo que João Francisco e o irmão, Bernardino, exerciam o controle do comércio e condução de gados do Uruguai para este lado da fronteira; sabendo que Olavo Saldanha, avantajado estancieiro e criador em Quaraí, fora exímio comprador de gados para a *Xarqueada Novo Quarahy*, desde a sua fundação até 1896, quando por solidariedade à firma Guerra & Irmãos abandona tal atividade; e, cogitando a própria participação dos Guerra, sócios fundadores da *Novo Quarahy*, é certo que a empresa se ocuparia dos negócios de charqueada.

Em dezembro de 1900, haveria uma convocação de Assembléia para todos os interessados a fim de discutir e aprovar os estatutos da Companhia, dar posse à diretoria e fazer a primeira entrada do capital. No entanto, não pude conhecer os rumos tomados por tal empreendimento e os motivos de sua não efetivação.

Por outro lado, tenho certeza de uma coisa: não com esse primoroso nome de *Companhia Industrial Fronteiriça*, talvez sem estatutos bem definidos nem redigidos e possuindo sede em mais de uma cidade ao longo da fronteira, uma grande empresa iniciaria suas atividades em 1901, contando com a participação de vários charqueadores uruguaios – dentre eles Emilio Calo.

Com a participação de João Francisco, do grupo pecuarista e republicano da fronteira e dos saladeristas uruguaios, blancos que “cruzan la frontera”, constituir-se-ia no extremo oeste do Rio Grande do Sul uma renovada indústria pecuária que daria um novo impulso econômico para a região e para o estado no período da 1ª República.

A charqueada *Novo Quarahy*, assim como as demais surgidas ao longo da fronteira, não se constituem apenas como empresas familiares. São constituídas por indivíduos com distinta atuação e posição econômica e política na sociedade da fronteira, unidos pelo objetivo comum de obter favorecimentos e bem gerir seus negócios. Inseridas num contexto de relações de poder coronelistas, podem ser perfeitamente estudadas a partir dos vínculos e funções de cada um dos sócios ou envolvidos no negócio. Mais interessante ainda é que tal análise permite, inclusive, elucidar alguns aspectos pouco conhecidos acerca da efetiva atuação do Estado e do PRR, nesta “longínqua campanha gaúcha”.

## 4.2 Coronelismo<sup>178</sup> na fronteira – a prática do Estado

Entre Borges de Medeiros, presidente do Estado e chefe do partido dominante, as demais estrelas partidárias e o mandonismo local, havia uma tensão estruturalmente inerente que pressupunha, ao mesmo tempo, cooperação, competição e confronto. A fidelidade partidária à orientação borgista era condicionada ao jogo de interesses privados e pessoais que agitavam a rede de sustentação do poder.<sup>179</sup>

Logo que cessados os embates de 1893-1895, o Coronel João Francisco Pereira de Souza assumiria o poderoso comando do 2º Regimento de Cavalaria Provisório. O quartel militar seria erguido no Caty, limite entre os municípios de Livramento e Quaraí, e o Regimento teria a missão de vigiar e preservar as zonas de fronteira, principalmente no que se referia a uma possível ameaça de nova insurreição federalista.

Diante de tal posto e, gozando de toda a confiança e responsabilidade outorgadas pelo próprio Julio de Castilhos, em pouco tempo, João Francisco tornara-se uma espécie de chefe político da fronteira. As boas relações com os uruguaiois seriam mais um elemento que acabou por tornar central sua atuação nesse período de instabilidade do governo do Partido Republicano no estado. Com tal prestígio, e como forma de manter os vínculos e o apoio que garantiriam a hegemonia do PRR no poder, João Francisco tornara-se possuidor de grande autonomia.

Neste período, no qual os federalistas, banidos do Rio Grande do Sul, buscaram asilo em terras orientais, uma possível aliança destes com os *blancos* da fronteira norte uruguaia foi um fator de grande preocupação e temor para os *castilhistas*. Tanto que, para garantir a dominação no estado, o PRR lançou mão de uma “diplomacia marginal”, ou seja, uma política

---

<sup>178</sup> O conceito de “coronelismo” adotado no trabalho é aquele desenvolvido por José Murilo de Carvalho: “É um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos”. No Brasil, é datado historicamente: 1889-1930. É um sistema político nacional baseado em barganhas entre o governo e os líderes políticos locais. Idéias explicitadas no texto “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual”. In: CARVALHO, Jose Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

<sup>179</sup> AXT, Gunter. *Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001, p. 102.

externa com características bastante autônomas em relação ao Governo Federal, e direcionadas para o intuito único de controlar uma possível reorganização do inimigo.<sup>180</sup>

Com o objetivo de rastrear todos os movimentos dos federalistas no Uruguai e de interceder junto ao governo oriental, as autoridades rio-grandenses conseguiram colocar na Embaixada brasileira naquele país diplomatas de sua inteira confiança, que tiveram como tarefa precípua a defesa dos interesses gaúchos.<sup>181</sup>

De acordo com Reckziegel, a partir de 1896, quando os *Blancos* são novamente impelidos para a revolução na busca da manutenção de sua participação política, são estas ocorrências e circunstâncias que passam a delinear o relacionamento bilateral entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai. Com o propósito de “exterminar a sobrevivente ameaça federalista, cujas vinculações no país vizinho constituíam-se em um obstáculo considerável ao projeto de hegemonia do PRR no estado sulino”,<sup>182</sup> o governo rio-grandense montou uma nova estratégia de ação. E foi no ano de 1897 que os *castilhistas* se aliaram aos *blancos*.<sup>183</sup>

A fórmula escolhida pelo governo rio-grandense resumiria-se a franquear colaboração à causa blanca, transformando seus antigos inimigos em oportunos aliados. Comprometendo os blancos da fronteira em uma aliança tácita, os castilhistas imaginavam neutralizar a ação dos federalistas que ainda se encontravam no Uruguai. Necessitados de recursos para a sua insurreição, os Blancos de Aparício Saraiva agregariam imediatamente a oferta do governo gaúcho, sem pejo algum em transacionar com a facção que tão duramente os havia combatido no triênio 1893-1895. Nesse sentido, o irmão de Gumerindo justificava a adesão dizendo que, uma vez morto o primogênito do clã Saraiva, carecia de sentido o velho antagonismo com os castilhistas.<sup>184</sup>

Nesta aproximação com os Blancos, o coronel João Francisco teria participação fundamental. Seria ele o intermediário e provedor direto dos interesses de ambos os lados, condição favorecida pelas relações bastante próximas com Abelardo Marques, o “prócer

<sup>180</sup> RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. *A Diplomacia Marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

<sup>181</sup> RECKZIEGEL, Op. Cit., p. 179.

<sup>182</sup> Ibidem, p. 182.

<sup>183</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>184</sup> RECKZIEGEL, Op. Cit., p. 181.

blanco de Rivera”.<sup>185</sup> Nesse sentido, “João Francisco Pereira de Souza personifica, em primeiro lugar, essa vinculação”<sup>186</sup> entre castilhistas e blancos.

Para o estudo aqui proposto, interessa evidenciar que esta vinculação, inserida num contexto de barganhas entre o ainda frágil poder do Partido Republicano Rio Grandense e os elementos de mando local, que se apóiam e disputam mutuamente distintos interesses, será um fator que garantirá maior estabilidade e “poder de ação” para a indústria do charque da fronteira.

Inclusive, é bem possível que tenha sido a aliança entre castilhistas e blancos um dos fatores que estimularam Emilio Calo para transferir seus negócios para o Quaraí.

Nesta cidade, em 1900, a aproximação do Partido Republicano local com o Partido Nacionalista Uruguaio se dava a ponto de seus membros confraternizarem em reuniões nos dois lados da fronteira.

#### Reunião Nacionalista

Domingo passado, em uma chácara das imediações da vizinha capital de Artigas, houve numerosa reunião do Partido Nacionalista Uruguaio, com o fim de eleger nova comissão executiva. Compareceram à reunião grande número de partidários, aos quais foi oferecido um suculento assado com couro.

Devido a “nimia” gentileza de vários **membros influentes desse partido**, foi convidado para assistir a reunião o nosso diretor Fredolino Prunes, que a ela **compareceu acompanhado de alguns amigos desta localidade**.

Depois de proceder-se a eleição mencionada, foram chamados todos os partidários para conhecerem o resultado da apuração.

Nessa ocasião foram erguidos vivas ao Partido Nacionalista, aos chefes desse partido e ao diretor de A Fronteira.

Após o último viva, por dever, o nosso amigo Fredolino Prunes agradeceu a espontânea saudação que os patriotas uruguaio lhe haviam dirigido e em fluente e felicíssima peroração fez o histórico do Partido Nacionalista e do Partido Republicano Rio-Grandense, terminando com um viva às entidades de ambas agremiações políticas.

Então, o Sr. Luiz Leça, deputado pelo departamento de Artigas, agradeceu essa saudação e depois de conciso discurso salientando a arregimentação republicana rio-grandense, ergueu um viva entusiástico aos nacionalistas e aos republicanos.

Após dissolveu-se a reunião na melhor ordem possível.<sup>187</sup>

---

<sup>185</sup> No lado uruguaio, “o chefe político era a autoridade departamental que centralizava todas as funções, do que decorria que o partido ao qual pertencia tinha garantido o domínio da máquina política na região”. RECKZIEGEL, Op. Cit., p.123.

<sup>186</sup> Ibidem, p. 251.

<sup>187</sup> A Fronteira, 24 de novembro de 1900. – grifo meu.

No período das eleições do mesmo mês de novembro, seria grande a animação e o otimismo demonstrados em decorrência da vitória *blanca*, o anunciado “triunfo nacionalista”, em alguns departamentos uruguaios:

#### Triunfo Nacionalista

Comunicação telegráfica recebida pelo Diretório do Partido Nacionalista, em S. Eugenio, noticia que nas eleições procedidas, semana passada, nos departamentos de Rocha, Flores, Treinta y Tres, Rio Negro, Rivera e Tacuarembó, para preenchimento das vagas de Senadores, venceu aquele partido, excetuando-se apenas no departamento de Tacuarembó, onde triunfaram os colorados.

Em Rivera, onde o governo uruguaio suspendeu o respectivo chefe político Sr. Abelardo Marques, e Rafael Cabeda, como delegado dos colorados exerceu a sua atividade, o melhor que pode, apesar de tudo isso, ainda assim o triunfo dos nacionalistas verificou-se.

Informam-nos que com esse triunfo, o Partido Nacionalista, dada a neutralidade dos Constitucionalistas, obterá a maioria no Senado e dessa forma elegerá o presidente que por sua vez é o substituto legal do presidente da República. Pode-se dizer que os Blancos estão nas ameias do poder.<sup>188</sup>

Quanto a Emilio Calo, uma notícia aparentemente despreziosa permitiu-me vinculá-lo ao partido nacionalista de San Eugenio, pouco tempo depois da sua vinda para Quaraí. No dia 04 de julho de 1903, *A Fronteira* noticiaria o enterro do jovem tenente Álvaro Povoas, secretário do 2º Regimento da Brigada Militar (Caty) e capitão da Guarda Nacional, que falecera na cidade, no dia 27 de junho. Consta no jornal que o tenente estava seguidamente em Quaraí, em cujo meio tinha muitos amigos e companheiros dedicados.

Seu enterro foi enormemente concorrido, notando-se entre os presentes representantes do Exército, Brigada, Maçonaria, Imprensa, Comércio, etc. Sobre o caixão iam ricas coroas fúnebres, com fitas impressas, das quais no momento podemos recordar as seguintes:

*Oferecem os oficiais do 2º Regimento da Brigada Militar ao seu inditoso companheiro tenente Povoas. Saudade eterna Arthur Garcia. Saudades dos oficiais inferiores do 2º Regimento da Brigada Militar [...]. Los nacionalistas de San Eugenio al Teniente Álvaro Povoas. Emilio I. Calo.*<sup>189</sup>

Em 1912, ao conceder uma polêmica entrevista a um jornal em Bagé, Emilio Calo se intitularia “representante do Partido Blanco” e, em 1917, seria eleito deputado pelo departamento de Artigas. Quanto às suas atividades partidárias no Uruguai, não tenho maiores

<sup>188</sup> *A Fronteira*, 1º de dezembro de 1900.

<sup>189</sup> *A Fronteira*, 4 de julho de 1903. – grifo meu.

referências,<sup>190</sup> como também são praticamente desconhecidas suas ações neste plano partidário no Rio Grande do Sul. No entanto, sua vinculação Blanca e aproximação com o Coronel João Francisco permitiram uma série de ações no sentido de barganhar vantagens com o poder estadual instituído.

A estes esforços, em 1903, viria se juntar Pedro Irigoyen, saladerista de Montevideu, que translada seu estabelecimento para Santana do Livramento. Há referências de que, por pertencer ao Partido Nacionalista, Irigoyen teria visto sua empresa ameaçada pelo battlismo.<sup>191</sup> Em decorrência de ameaças ou motivado por outras questões de ordem econômica ou política, o certo é que o empresário encontraria um cenário de apoios bastante importantes nessa fronteira. Na nota abaixo, a presença dos coronéis Abelardo Marques e Bernardino Pereira no negócio é explícita.

Nova Charqueada

Segundo o nosso colega do El Patriota, de Rivera, brevemente será fundado no município de Livramento, a pouca distância daquela vila fronteiriça, uma importante charqueada com o capital de um e meio milhão de pesos ouro, ou seja pelo cambio atual 6:381:000\$000.

O edifício será um modelo de perfeição para os fins a que se destina, contando a sua instalação com os mais modernos aparelhos e será iluminado à luz elétrica.

O engenheiro uruguaio sr. Angel Demicheli foi encarregado de fazer a planta de todo o estabelecimento, no qual, segundo aquele colega, se poderá abater mil cabeças por dia.

**Serão encarregados exclusivamente das compras de gados os srs. Coronel Abelardo Marques, ex-chefe político de Rivera e o nosso correligionário tenente-coronel Bernardino Pereira**, cujas compras far-se-ão ao contado.

É provável que a inauguração de tão importante empresa se verifique a 1º de dezembro do corrente ano.<sup>192</sup>

A exemplo do que ocorrera com a Charqueada *Novo Quarahy* e da liderança de Calo, nota-se o apoio ofertado pelos órgãos de imprensa do Partido Republicano também a este novo empreendimento. “*A Fronteira*”, que há três anos noticiara com júbilo a constituição da *Companhia Industrial Fronteiriça*, novamente o fazia em relação à nova charqueada. Os jornais de oposição, no entanto, teriam reação contrária. Quanto a Quaraí, não tive acesso a nenhum exemplar, mas *O Maragato*, de Livramento, em breve acusaria a empresa de ser “Parque dos Blancos” e “Foco de contrabando”.<sup>193</sup>

<sup>190</sup> Durante os discursos dos colegas deputados durante a Sessão convocada em razão do seu falecimento, consta que Emilio Calo fôra filiado ao Partido Nacionalista desde muito jovem. Fôra membro do Diretório e teria atuado na Capital uruguaia, em Soriano, Tacuarembó e Artigas.

<sup>191</sup> ALBORNOZ, Vera do Prado L.  *Armour – uma aposta no pampa*. Santa Maria: Pallotti, 2000.

<sup>192</sup> *A Fronteira*, 1º de agosto de 1903. – grifo meu.

<sup>193</sup> ALBORNOZ, Op. Cit, p. 69.

Já neste período de construção e/ou planejamento da nova empresa, esta receberia uma atenção toda especial das maiores autoridades políticas do estado, inclusive no que diz respeito a intermediação nacional, o que certamente não ocorria com qualquer novo estabelecimento que se pretendesse fundar no Rio Grande do Sul.

Cel. João Francisco - Quaraí

Senador Pinheiro, em telegrama hoje recebido, diz: “Documentos referentes xarqueada Livramento deficientes; por isso Ministro, não podendo despachá-los, telegrafou delegado fiscal afim este determinar alfândega Livramento permitir entrega material aos interessados mediante termo responsabilidade. Urge aviseis interessados requeiram Ministro Fazenda, por intermédio alfândega local, instruindo petição relação duplicata material, o qual será examinado por perito nomeado delegado fiscal, se empresa não tiver engenheiro. Borges Medeiros /20-8-1903.<sup>194</sup>

Durante a insurreição uruguaia de 1904, João Francisco novamente alertaria o Presidente do estado sobre os riscos de os federalistas se aliarem aos colorados e, protegidos por estes, avançarem rumo ao Rio Grande no intuito de tomar o poder.

Vivenciava-se, portanto, mais um momento de conflitos e indefinições. Mais uma guerra de enormes prejuízos econômicos e civis para o Uruguai. Nessa contenda, a situação dos *blancos* era especialmente crítica: “ressentiam-se com a falta de recursos financeiros e bélicos, bem como com as dissidências internas que se aprofundavam, porém continuavam a lutar”.<sup>195</sup> Continuavam a lutar graças ao apoio de João Francisco e Abelardo Marques, que faziam chegar armas e tropas do Brasil até os insurgentes.

Nesse processo, os charqueadores da fronteira fizeram-se presentes, embora de forma um tanto velada, talvez realmente temendo alguma represália do governo Uruguaio instituído. Essa revolução não foi apenas uma contingência que paralisaria as matanças nas charqueadas da fronteira, como evidencia grande parte da historiografia e os próprios documentos oficiais; mais do que vítimas passivas de uma situação que lhes causaria grandes perdas econômicas, estes empresários foram protagonistas do processo, agentes que lutaram em defesa de seus interesses.

No dia 02 de maio de 1904, o Intendente de Quaraí, Francisco Flores da Cunha, em carta enviada a Borges de Medeiros, descreveria alguns elementos do cenário de desordens do conflito:

---

<sup>194</sup> Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – Acervo Borges de Medeiros. Carta de Borges de Medeiros ao Coronel João Francisco, enviada em 20 de agosto de 1903. DOC. 31406.

<sup>195</sup> RECKZIEGEL, Op. Cit, p.260.



Logo depois de verificado o furto de cavalos o qual se deu em campos deste Município, limítrofes a Republica vizinha, mandei ao acampamento das forças revolucionárias um sargento da polícia administrativa que, sob o pretexto de ir em busca de cavalos seus, devia se certificar pessoalmente da existência ou não dos cavalos daqui roubados em número de duzentos e tantos. [...] De fato, grande parte da cavallhada procurada foi encontrada lá. [...] Disseram que não lhe entregavam os cavalos porque ele pertencia à gente do Intendente de Quaraí, que estava quebrado com o Comandante João Francisco e chamava a este de ladrão.

[...] Os cavalos passaram divididos em dois lotes, passando um ao sul desta cidade por picada do Quaraí situada no campo do Dr. Joaquim Severo, ex-delegado de polícia; e outro ao norte por picada também daquele rio que fica em campos do Saladeiro. Colhi mais que foi principal instigador de tal serviço um Sr. Olivério Pereira, oriental, alter-ego entre os brancos, e intermediário destes perante o Cel. João Francisco de quem goza inteira confiança e com quem se entende quase que diariamente pelo telefone em conferências de longas horas.

Auxiliou-o o capataz de campo do Saladeiro Sr. Sandalio Ibarra que, com a ausência de Emilio Calo para Buenos Aires, se atreveu a imiscuir-se em tal empresa que, estou certo, *[ilegível]* lhe vai custar não só perante minha autoridade como perante a de seu patrão que, posso afiançar, não pactuará com semelhantes atos.<sup>196</sup>

De acordo com o Intendente, durante todo o dia anterior à noite do furto, Ibarra, o funcionário do Saladero, juntamente com Oliverio Pereira, estivera em San Eugenio, “palestrando” com o comandante da força blanca. Conclui: “naturalmente desse dia inteiro de convivência foi que resultaram os planos para o ataque à nossa propriedade”. Os atos descritos por Flores da Cunha revelam ações pretendidas contra indivíduos pré-definidos, residentes no Município. Todo o gado, dito roubado, por exemplo, cruzaria os campos dos Baptista, cunhados de Olivério, mas nenhum cavalo dessa fazenda seria levado.

Alguns anos depois, Sandalio Ibarra aparece nos registros da Intendência solicitando autorização para uso de uma marca de gado sua e para o estabelecimento de uma pequena casa de comércio nos subúrbios da cidade, próximo ao Saladero. Ou seja, trata-se de mais um indivíduo que estabeleceu residência no Quaraí a partir da participação na estrutura que organizou a produção de charque e derivados na cidade e região, beneficiando-se disso.

O “tom acusativo” da carta acima é justificado pela grave cisão ocorrida entre João Francisco e Francisco Flores da Cunha nos idos de 1904. Aparentemente, houve disputa de poder entre ambos, já que os Flores da Cunha tinham igualmente interesse no comércio de gados nesta fronteira. Mesmo estando já definida a reeleição do Intendente pela Executiva do

---

<sup>196</sup> IHGRS – Carta de Francisco Flores da Cunha a Borges de Medeiros, datada de 02 de maio de 1904. Acervo Borges de Medeiros, DOC. 6868.

Partido da cidade, é o novo candidato patrocinado por João Francisco que assume o poder em novembro de 1904: o coronel Olavo Alves Saldanha.

Em Quaraí, esse episódio ocasionaria também uma cisão definitiva no Partido Republicano local. Os *florianistas*, ou *coqueiros*,<sup>197</sup> liderados pelo Coronel Miguel da Cunha Corrêa, primo-irmão de Flores da Cunha, ficariam fora do poder até o ano de 1912. Nestes dez anos, as disputas pelo controle do fisco na cidade seriam bastante acirradas. Mas, pelo menos até 1908, o controle da fronteira seria exercido pelo coronel João Francisco, seu irmão Bernardino, os *barraqueiros*<sup>198</sup> de Quaraí (liderados por Olavo Saldanha e os Irmãos Santos, importantes comerciantes com atuação na importação e exportação de produtos), sendo que todos os seus aliados seriam favorecidos.

No que se refere à economia pecuária, os charqueadores seriam grandes beneficiários do prestígio do coronel republicano, e é certo que souberam organizar muito bem tal empresa.

Sr. Comte. da Força Fiscal

Neste momento me comunicam do Saladeiro, que um guarda seu deteve uma carroça que leva alguns kg de milho e alffo para os animais empregados na condução de materiais para o mesmo Saladeiro. Rogo-vos o obsequio de mandar ordem ao referido guarda que a deixe seguir.

Sem outro motivo me antecipo grato.

Vosso am. Att. Gr. Obr.

Bernardino P. Souza.<sup>199</sup>

O documento acima, que não está datado, possivelmente se refira ainda ao ano de 1903, momento de construção do novo Saladero em Livramento. No pé da mesma página, com grafia distinta desta de Bernardino, está a inscrição: “*Contrabando*. Pagou depois desta carta o direito respectivo na Alfândega”.<sup>200</sup>

Mas será que Bernardino Pereira de Souza, caso tivesse a intenção de pagar os devidos impostos a tal mercadoria, teria antes enviado uma carta com um pedido de liberação da mesma? Ora, teria sido muito mais fácil e prático o seu pagamento no ato.

De acordo com Gunter Axt, está bastante claro que, em relação às questões fiscais nessa extensa zona da fronteira, a “indulgência podia aumentar quando Borges desejava, ou

<sup>197</sup> A origem do nome possivelmente seja pejorativa, pois num primeiro momento é a oposição que utiliza o termo “*coqueiros*” para referir-se aos adversários. O fato é que Miguel da Cunha Correa, quando Intendente em 1900, será o responsável pela primeira arborização da praça da cidade, na qual foram plantadas alamedas de palmeiras ou “*coqueiros*”. Em pouco tempo, a planta apareceria em frente à residência dos integrantes do grupo e nomearia suas propriedades. Ou seja, será apropriada como símbolo identitário da facção partidária.

<sup>198</sup> Numa menção clara à atividade comercial exercida pelos irmãos Santos.

<sup>199</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – documentos diversos, sem data.

<sup>200</sup> Idem.

precisava, prestigiar chefes políticos e eleitores republicanos”.<sup>201</sup> Em se tratando de João Francisco, o braço armado da fronteira, certamente as concessões foram muitas. A carta do Inspetor Góes Filho deixa bastante clara tal relação de “cumplicidade”.

[...] Tem feito o auxiliar Laudelino o mais que é possível fazer-se em um lugar como este, em que o maior auxiliar dos contrabandistas é a caprichosa topografia da zona a fiscalizar.

Fui procurado pelo nosso ilustre amigo Sr. Coronel João Francisco e seu irmão Coronel Bernardino Pereira, os quais, depois de aduzirem contra o **imposto de quinze mil reis por novilho importado**<sup>202</sup>, considerações e argumentos que, por demasiado conhecidos, deixo de reproduzir, solicitaram-me não lhes criasse dificuldades, e antes lhes facilitasse, a introdução de gado de corte do Estado Oriental para os saladeros de Quaraí e Livramento, cujos interesses patrocinavam, respectivamente, assumindo eles para comigo o compromisso formal de pagarem, nas repartições competentes, o direito relativo a metade dos gados que introduzissem.

De acordo com o que tive ocasião de conversar com V.Ex. a esse respeito, em setembro p.p., e ainda por outras razões que V.Ex. facilmente perceberá, acedi ao pedido daqueles amigos, com o que, aliás julgo mesmo haver até acautelado no possível, neste assunto, os interesses da União, que por essa forma, perceberá sempre alguma renda a título de introdução de gados, o que não será pouco benefício, como terei ocasião de explicar verbalmente a V.Ex.

Ponderei aqueles amigos que deviam limitar essa introdução de modo que não ficasse sem compradores o nosso gado, ao que responderam eles que justamente por pretenderem os dois saladeros efetuar nesta safra uma considerável matança, é que trariam gado do estrangeiro, pois, abatendo mesmo, como pretendem, todos os gados em condições na zona de Itaqui a Livramento, ainda assim não logriam atingir o máximo que tem em vista abater neste ano.

E, como eu insistisse sobre esse ponto, calcularam esses dois amigos nossos em vinte mil os animais a introduzir para os dois saladeros. Estipulei, outrossim, que nenhum auxiliar ou guarda, perceberia, um real que fosse, por motivo da introdução de tais gados.

Apresso-me em levar esse fato ao conhecimento de V.Ex., não só para que V.Ex. resolva, decisivamente, como mais acertado julgar, como também porque, por maior que seja a discrição e o cuidado com que se efetuem tais operações, serão elas, mais cedo ou mais tarde, conhecidas e divulgadas, e não faltarão vozes, autorizadas, talvez, que acusem o inspetor fiscal de se

<sup>201</sup> AXT, Op. Cit, p. 284.

<sup>202</sup> “As tarifas das alfândegas aprovadas pelo decreto número 3.617, de 9 de março de 1900, estabeleceram para o gado importado a taxa de 15\$000 por cabeça, mas o art. 2º parágrafo 34 das preliminares da tarifa, isentou do pagamento dos direitos de importação ao gado de qualquer espécie que fosse introduzido pela fronteira do Rio Grande do Sul”. Quando Emilio Calo inicia os abates em Quaraí, portanto, era livre a entrada do gado estrangeiro em território nacional.

“A Lei n. 1.144, de 30 de dezembro de 1903, elevou de 15\$000 para 30\$000 a taxa, por cabeça de gado vaccum introduzido no Brasil e a de n.1.313, de 30 de dezembro de 1904, mandou que o gado vaccum de corte, introduzido pelas fronteiras terrestres ficasse sujeito ao mesmo imposto aplicado ao que é importado por via marítima, devendo esse imposto começar a ser cobrado de 15 de fevereiro de 1905 em diante”. Esta lei seria revigorada em dezembro de 1908. In: SILVA, F. Resende. *A Fronteira do Sul*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922, p.502.

haver locupletado, desonesta e criminosamente, a sombra e mercê da comissão que exerce [...].  
Francisco Gomes de Araújo Góes Filho.<sup>203</sup>

Diante de tal “acordo”, as cerca de 160 mil cabeças de gado provenientes do Estado Oriental e direcionadas para as charqueadas do Rio Grande do Sul durante a safra de 1905, contabilizadas como contrabando<sup>204</sup>, na verdade, constituíram parte de um “contrabando autorizado”.

Durante essa safra, os dois saladeiros citados, gerenciados por Emilio Calo, em Quaraí, e por *Anaya & Irigoyen*, em Livramento, contribuirão com mais de um terço da quantidade e valor arrecadado com a exportação de charque no Estado. Tratava-se de um negócio de fundamental importância econômica e política<sup>205</sup>, portanto. Ainda mais por se tratar de uma empresa em expansão.

Neste período, já estava em andamento a constituição de um outro saladero fronteiriço, desta vez em Itaqui. A firma *Dickinson & Cia*, proprietária de um saladero em Salto e sócia de Emilio Calo no Quaraí, já havia comprado vinte quadras de sesmaria naquele município e todos os utensílios e máquinas que em breve seriam trazidos do Uruguai.

Em março de 1905, Góes Filho escreve uma carta a Borges na qual explicita que, se mantido o imposto sobre a introdução dos gados, possivelmente esta empresa não mais se instalaria em Itaqui, mas em Corrientes. Em seu relato, fica bastante claro que estes saladeros estabeleceram-se na fronteira com o intuito de abater o gado uruguaio ou argentino, mas o imposto de importação das reses contrariava este propósito.

[...]Segundo declarou-me um dos sócios da firma referida, mantido o imposto, venderão o campo que compraram, e irão instalar-se, talvez, em Corrientes. Dão como fundamento dessa deliberação que, empregando na empresa consideráveis cabedais, precisam matar, anualmente, nunca menos de cem mil bois, sendo que Itaqui somente poderá concorrer para esse número com 30 ou 40 mil cabeças, que seriam sempre aproveitadas, e abatidas. Para completar os 100.000 não restaria à firma outro mercado senão o de Corrientes, pois, havendo, como há, outros saladeros nos demais municípios da fronteira, o gado por estes produzido, seria ali abatido. E, nessas condições, ficaria a empresa reduzida a uma pequena matança, cujos resultados estariam longe de compensar os capitais investidos. V. Ex. apreciará devidamente a informação que consigno.<sup>206</sup>

<sup>203</sup> IHGRS, Carta de Francisco Gomes de Araújo Góes Filho, inspetor fiscal, para Borges de Medeiros. Livramento, 19 de novembro de 1905. Acervo Borges de Medeiros, DOC. 8175.

<sup>204</sup> IHGRS – Acervo Borges de Medeiros, DOC 10137. Uruguaiana, 19 de outubro de 1906.

<sup>205</sup> Em 1910, diante de uma nova ameaça de revolução, mais armas seriam encontradas no Saladeiro, em Livramento, e com aval das autoridades locais.

<sup>206</sup> IHGRS – Acervo Borges de Medeiros, DOC 10117.

No Relatório da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul referente ao ano de 1904, quando é implementado o dito imposto, lê-se que houve “cessação da matança em Quaraí, cuja charqueada mudou-se para o Estado Oriental, em consequência do pesado imposto federal de 15\$000 por cabeça de gado introduzido no Estado”.<sup>207</sup> Estudando a *Novo Quarahy* em uma perspectiva mais aproximada e conhecendo o “acordo” firmado pelos coronéis da fronteira com o governo estadual, vê-se que não houve transferência desta empresa.

Se a safra de 1904 foi menor em Quaraí, deve-se ao envolvimento das empresas e empresários nos acontecimentos decorrentes da Revolução Blanca. Quanto ao imposto de 15\$000 por cabeça de gado importado, numa conjunção de motivos e instabilidades políticas, já havia sido minimizado o problema a nível estadual.

O imposto citado também seria repudiado pelos uruguaios do outro lado da fronteira, onde a exportação de gado em pé tornara-se um lucrativo negócio. Inclusive, a representação consular do Uruguai no Brasil procuraria intervir em tal processo. Para tanto, trocaria “informações de caráter reservado” com o deputado Cassiano do Nascimento, presidente da comissão de finanças, no Rio de Janeiro.

El doctor Nascimento manifiesta que se esforzará para evitar daño a esta Republica, considera transitório el impuesto de 15 mil reis por introduccion de ganado y promete combatir-lo cuando se discuta en setiembre. Anade que es verdadero amigo dispuesto a atender los intereses comerciales de la Republica.<sup>208</sup>

Em Montevideú, os interesses comerciais e políticos dos republicanos gaúchos eram assegurados através da atuação de Victorino Monteiro à frente da Legação Brasileira no Uruguai. Sua nomeação teria iniciado “um período em que as gestões brasileiras naquele país concentraram-se em esforços em torno dos interesses do governo do Rio Grande do Sul. Victorino fazia as vezes de um lídimo representante dos interesses castilhistas”.<sup>209</sup>

Como evidenciam os documentos abaixo, os interesses castilhistas eram igualmente os interesses dos comerciantes, pecuaristas e charqueadores da fronteira oeste. Ou seja, o sistema político de barganhas e concessões empreendido pelo PRR gaúcho garantiu os bons resultados econômicos dessa região do estado e patrocinou o incremento da indústria do charque e o desenvolvimento pecuário da campanha. Victorino Monteiro e Pinheiro Machado, em um

<sup>207</sup> AHRS – F.3 017, p.18.

<sup>208</sup> AGNU – Fundo Ministerio de Relaciones Exteriores. Caja 97 – carpeta 1194. Agosto de 1905.

<sup>209</sup> RECKZIEGEL, Op. Cit., p. 167.

plano nacional (e até internacional), eram os intermediários e representantes diretos destes interesses locais.<sup>210</sup>

Foi aprovado, na câmara dos deputados, a 1º do corrente, o projeto de novas tarifas das alfândegas, sendo votadas importantes emendas apresentadas pelo nosso ilustre amigo dr. Vitorino Monteiro. Continuam isentos dos impostos de importação os gados vaccum e cavalos introduzidos na fronteira.<sup>211</sup>

Como se vê, o embate em função da cobrança dos impostos sobre o gado introduzido no Brasil já era bastante antigo e gerava uma forte oposição das praças comerciais, tanto da fronteira como também por parte do governo do estado do Rio Grande do Sul.

Em 1898, a possibilidade de se instituir a cobrança de tal imposto sobre o gado novamente mobilizaria a todos. A Associação Comercial de Santana do Livramento, condenando tal cobrança como antipolítica e antipatriótica, lideraria o movimento de repúdio às taxas de animais introduzidos pela fronteira.

Imediatamente, os demais municípios da fronteira oeste, “velando pelos interesses do comércio e das indústrias”, aliaram-se às manifestações contrárias ao imposto, alegando que este estava ferindo de morte a indústria pastoril do Rio Grande do Sul.

Permite lembrar-vos que grande parte dos territórios dos departamentos de fronteira na Republica do Uruguai é propriedade de brasileiros, muitos dos quais também possuem estâncias no Estado do Rio Grande do Sul; e seus gados saem ou entram em nosso território segundo as conveniências de seus donos. As emigrações e imigrações são determinadas ali mais pelas secas nos campos e pelas revoluções que os despovoam, do que por fins comerciais.<sup>212</sup>

Além deste, diversos seriam os motivos alegados contra a cobrança do imposto de introdução de gados no estado. As manifestações seriam numerosas e bastante duras, enfatizando ser o imposto “a repressão do desenvolvimento de uma indústria que é fonte principal da produção de um Estado!”. O apelo era para que os chefes republicanos lutassem pela manutenção de tão importante força produtiva, essencial para o desenvolvimento do Rio

<sup>210</sup> “Na hora do expediente foi lido um officio do Conselho Municipal de Uruguaiana, comunicando que, de acordo com o Intendente daquela cidade, foi resolvido em sessão daquela corporação, telegrafar ao senador Pinheiro Machado e ao deputado Dr Victorino Monteiro, pedindo a esses representantes a sua intervenção contra a pretendida limitação de zonas fiscais. Foi resolvido que se reforçasse a iniciativa do Conselho Municipal de Uruguaiana relativamente ao magno assunto.” ACMQ – ATAS Conselho Municipal de Quaraí, 4 janeiro de 1896.

<sup>211</sup> A Fronteira. Quaraí, 23 de dezembro de 1897.

<sup>212</sup> A Fronteira. Quaraí, 08 de dezembro de 1898.

Grande: “Infelizmente, os hábeis diretores dos destinos do País não compreenderam isso ou propositalmente fizeram para aniquilar a um Estado, que não morrem de amores por ele”.<sup>213</sup>

Borges de Medeiros intercederia estes reclamos junto ao Ministro da Fazenda:

Sr. Ministro Fazenda – Rio

Delegado fiscal determinou cobrança imposto cabeça gado introduzido fronteira afim ser abatido charqueadas. Contra esta medida, sensivelmente prejudicial indústria pecuária representam empenhadamente praças Pelotas, Uruguaiana e Quaraí, pedindo minha intervenção junto de vós no sentido ser sustada vexatória ordem. Levando vosso conhecimento justa reclamação, muito confio tomeis eficaz providência isentar comércio tão pesado ônus. Saudações.

Borges de Medeiros – Presidente Estado  
14-12-98.<sup>214</sup>

Houve, portanto, um antecedente ao favorecimento dos charqueadores ocorrido em 1905, o qual perdurará até o ano de 1908, pelo menos. O mesmo favorecimento por parte do governo aos charqueadores gaúchos é percebido em relação às tarifas cobradas sobre a importação do charque estrangeiro.<sup>215</sup> A partir de então, a configuração e as características dos vínculos entre os empresários da fronteira terão novas formas de atuação, e, igualmente, algumas vantagens serão perdidas:

Recargo de derechos a los ganados de cria que se introducen al Brasil por Quarahi

Ministério de Industrias, Trabajo e Instruccion Publica – n.289  
Montevideo, febrero 5 de 1908

Tengo el agrado de llevar a conocimiento del Presidente, a los efectos que pueda corresponder, que la Jefatura Política de Artigas há hecho saber al Ministério del Interior, que segun le ha comunicado particularmente el Sub-Intendente Municipal de Quarahy (Brasil), se há elevado el derecho de introduccion de ganado de cria que se abonaba en dicho punto, a quince mil reis por cabeza, lo que representa, aproximadamente, cinco pesos oro uruguayo, habiendose pagado hasta ahora por esse derecho, a razon de cinco centesimos por cada animal.

Saludo al señor Presidente atentamente.

Antonio Cabral.<sup>216</sup>

<sup>213</sup> A Fronteira. Quaraí, 05 de fevereiro de 1899.

<sup>214</sup> AHRS – DG 189

<sup>215</sup> “Segundo a tarifa de 1900, a charque de importação estrangeira pagava, nessa época, a taxa de 120 réis por quilograma, a qual foi elevada para 140 réis pela lei n. 1.144 de 30 de dezembro de 1903; para 150 réis, pela lei n. 1.313, de 30 de dezembro de 1904; para 180 réis, pela lei n. 1.452, de 30 de dezembro de 1905; para 200 réis pela lei n. 1.616, de 30 de dezembro de 1906. Esta taxa de 200 réis manteve-se até 1916 quando foi reduzida de 15%”. SILVA, Op. Cit., 1922, p.504.

<sup>216</sup> Revista de la Sociedad Rural del Uruguay – Tomo XXXVIII, Año 1908, p. 135.

Evidenciam-se dessa maneira os interesses e formas de mobilização de um grupo de pecuaristas da fronteira. Unidos em defesa das leis que garantiam um livre trânsito de mercadorias pela fronteira, e uma maior cobrança aos produtos importados pelas demais regiões do Brasil, contaram com o apoio do governo estadual nestes propósitos. Essas ações de “defesa” e manutenção de um poder político que até a primeira década do século XX ainda apresentava ameaças aos Republicanos no poder, acabou favorecendo o desenvolvimento das charqueadas no extremo oeste do estado a partir de 1890. Num plano econômico também era importante preservar a boa marcha desta indústria, uma vez que era responsável por grande parte dos recursos arrecadados no estado.

Os charqueadores da fronteira souberam, portanto, aproveitar as condições que estavam dadas: grandes reservas de gado num amplo território conformado por três distintos países; livre passagem desse gado pelas fronteiras; apoio do estado para manutenção dos mercados e melhor colocação dos produtos.

Havia, portanto, uma interdependência entre os elementos citados, e a ativação de novos vínculos, por estarem conformados neste sistema político de barganhas, era garantia de novos benefícios. Nesse sentido, num âmbito local, encontramos criadores e comerciantes capazes de garantir a legitimidade do poder estadual, e os charqueadores uruguaios administrando as empresas que eram garantia de favorecimentos econômicos àqueles mesmos indivíduos.

Ligando esse local ao estadual, havia a necessidade de conter a ameaça política e novamente os interesses de lucros econômicos particulares. O coronel João Francisco e os demais fronteiros tiveram a exata dimensão do que representava “estar na fronteira”, e souberam aproveitar as possibilidades de usufruir de tal condição ímpar.

Foram beneficiados aqueles que souberam aproveitar e utilizar, a seu favor, o sistema de compromissos que caracterizou a estrutura política do Rio Grande do Sul durante a República Velha, bem como as condições econômicas deste momento histórico. Partindo, é claro, da posição social ocupada por esses indivíduos, também de como souberam transitar pelo espaço vivido e de suas normas instituídas.

O que se reconhece é o estabelecimento de uma organização empresarial que soube aproveitar as circunstâncias de um específico e datado âmbito sócio-político e econômico. Organização essa na qual são vistos indivíduos com papéis bastante definidos, interagindo e se favorecendo de tal interação. Os vínculos entre esses indivíduos constituem recursos para agir e visam a um objetivo único, conquistado com a participação de todos.



Por muitos anos, o coronel João Francisco ocupou uma posição estratégica nesse negócio. Foi o sustentáculo que tornou possível um “arranjo”, ou acordo, entre os interessados locais, diretamente vinculados a ele. Era uma esfera de poder de alcance regional, nacional e até internacional (considerando os interesses uruguaios em jogo).

Em julho de 1905, será João Francisco que acompanhará, ou conduzirá, Emilio Calo a ter um encontro com o Presidente do Estado, Borges de Medeiros:

[...] Se V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> não determinar ao contrário, em fim de julho irei por aí, com o amigo Emilio Calo, e daí seguiremos até o Rio.<sup>217</sup>

Na edição do dia 31 de agosto do mesmo ano, o jornal “*O Quaraí*” noticiaria que “o Coronel João Francisco Pereira seguiu em companhia do senador Pinheiro Machado, para a fazenda deste, próxima a cidade de Campos” e informaria que o mesmo regressaria do Rio de Janeiro no dia 05 de setembro. Também daria destaque à presença do ilustre coronel, no Quaraí, no mês de dezembro.

A visita ao Presidente, acompanhado pelo prestigioso coronel do Caty, por si só já evidencia a posição privilegiada, perante João Francisco, ocupada por Emilio Calo. No entanto, os motivos que o levaram ao presidente e a possibilidade de ação originada deste encontro, permitem entender este vínculo como um gerador de recursos para agir.

Uruguayana, Octubre 12/ 1905 – n.60

Señor Ministro

He sabido que Don Emilio I. Calo, co-propietario del Saladero “Nuevo Cuarein” en frente a San Eugenio, há combinado con el Presidente de este Estado pedir a la representacion de Rio Grande, en Rio, se dicte una ley favorable a su industria:

1º oponiendose a que se rebajen los derechos a nuestro tasajo; y si es posible onerarlo más.

2º permitir la libre importacion de los ganados (al Estado) para invernarse y de cria, pero solo desde el 1º de junio al 31 de octubre de cada año.

3º hacer pagar veinte mil reis, por cada animal que se importe fuera de esas fechas.

Considero innecesario comentar los efectos que esa ley causará a nuestra industria similar.

Saludo a S.S. con mi mayor consideracion.

El Cònsul Agustín Bergallo.

S.S. el Señor Ministro de Relaciones Exteriores Doctor Don José Romeu – Montevideo.<sup>218</sup>

<sup>217</sup> IHGRS – Acervo Borges de Medeiros – DOC. 8172. Carta de João Francisco Pereira de Souza a Borges de Medeiros. Livramento, 12 de junho de 1905.

Como já dito anteriormente, a charqueada Novo Quarahy não se constitui como empresa familiar. Os sócios de Emilio Calo não têm com ele vínculos diretos de parentesco, contudo, esses vínculos são encontrados junto aos funcionários do escritório. Da mesma forma, o que se percebe em relação aos proprietários (sócios acionistas) é que se trata de empresários bastante prestigiados na atividade que exercem. E prestigiados num duplo sentido: tanto em relação a capital financeiro como social, ou relacional.

O primeiro sócio, George Dickinson, manteve em funcionamento um saladero no Uruguai e, quando em 1908 deixa a sociedade em Quaraí, estabelece um grande saladero em Itaqui, junto com seu irmão. Em 1912, estarão os Dickinson intermediando a constituição do primeiro frigorífico do estado, recorrendo ao conhecimento e possibilidade de acesso que tinham ao mercado inglês.

Os novos sócios de Emilio Calo, os irmãos Tabarez, eram igualmente conceituados saladeristas no Uruguai, responsáveis por um método único de fabrico do charque, com “elaboracion especial de carnes, que hacen honor al país”.<sup>219</sup> Estes terão grande participação num segundo momento de arregimentação dos saladeristas uruguaios, como veremos no próximo capítulo.

Emilio Calo, antes da compra do *Novo Quarahy*, constituiu igualmente uma longa trajetória de trabalho na indústria saladeril do Uruguai. Em 1882, com menos de 20 anos de idade, era *reconhecedor* de carnes. Depois foi “gerente do *Saladero Del Médio*, de propriedade do sr. Francisco Frigerio (Mercedes R. Oriental) durante sete anos, mais adiante sócio industrial e administrador do saladero dos srs. Jaume Hermanos & C. durante outros cinco anos”.<sup>220</sup> E o mais importante é que, quando transfere seus negócios para o Brasil, traz consigo esses vínculos e experiências tidas no país de origem.

Na verdade, Emilio Calo mantém o contato com os antigos sócios, que serão acionados sempre que isso contribua para os bons resultados da empresa. Também foram importantes para estes charqueadores da fronteira o diálogo constante com os responsáveis e fiscais dos ferrocarriles e portos uruguaios, pelos quais era escoada toda a produção.

---

<sup>218</sup> AGNU – Fondo Ministério Relaciones Exteriores. Caja 148 – carpeta 2081.

<sup>219</sup> Biblioteca de la Sociedad Rural del Uruguay – Revista de la Asociacion Rural, Año 1901.

<sup>220</sup> A Fronteira, 1º de janeiro de 1904.

Acredito que a estrutura administrativa interna da empresa tenha sido organizada justamente a partir desses vínculos de trabalho já firmados anteriormente à constituição da charqueada. No escritório da *Novo Quarahy*, por exemplo, encontramos seus compatriotas uruguaios, amigos leais e pessoas bastante próximas aos sócios, ocupando tais cargos. Nesta escala hierárquica, em cargos que não deixam de ser de fundamental importância para o bom andamento da empresa, é que encontramos a vinculação parental. Mesmo sem ter uma referência documental, é bem possível que Manoel Calo seja irmão de Emilio. O guarda-livros da charqueada, em 1903, Ernesto Dickinson era igualmente irmão de George o primeiro sócio de Emilio Calo.

O que é certo é que ambos terão, assim como Emilio, uma participação ativa não somente dentro da empresa, mas também na sociedade local. Manoel Calo, por exemplo, inscreve-se como sócio do *Club Comercial* em janeiro de 1903, quando Emilio tornava-se seu presidente. No mesmo ano, seria fundado o clube de futebol na cidade e Ernesto Dickinson assume sua presidência.

Dessa maneira, penso que fica evidenciada de forma mais completa a organização empresarial instituída pelos charqueadores uruguaios nesta fronteira do Rio Grande do Sul:

- na administração interna da empresa (de cada unidade produtiva – saladeros e charqueadas) havia indivíduos competentes e bastante próximos aos sócios.

- os sócios conferindo à empresa mais do que capital em dinheiro. Sobretudo, garantindo a manutenção dos vínculos com o Uruguai.

- todos eles estrangeiros, buscando uma boa inserção na sociedade local, para o que contribuiu estarem os interesses da elite local vinculados aos negócios do charque e comércio fronteiriço.

- essa elite local, municipal, igualmente associada ao negócio: eram os fornecedores de gado às charqueadas, eram comerciantes dependentes dos lucros das charqueadas e eram, ainda, funcionários diretos das mesmas (como Olavo Saldanha que, ao deixar o cargo de Intendente de Quaraí volta a ser o comprador geral da Novo Quarahy).

- também integrava o negócio uma elite que evidenciava sua força em um nível mais regional, como o coronel João Francisco.

Ou seja, trata-se de uma empresa dispersa espacialmente ao longo da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, conformada em um espaço regional e por forças regionais. Relaciona-

se igualmente com o Uruguai e com o Brasil e constitui-se na confluência destes dois espaços distintos.

Reconhece-se, portanto, nas relações interpessoais, a especificidade desta organização empresarial da fronteira, “que reside em uma forma igualmente específica de relação entre o âmbito do econômico e o do político”.<sup>221</sup> Nestes vínculos, são reconhecidas a possibilidade e as características das ações empreendidas.

A organização desses empresários da fronteira, além de garantir alguns benefícios num plano de política mais geral, faria surgir nesse espaço algumas práticas no sentido de aperfeiçoar a produção pecuária no estado. Estavam mobilizados, portanto, para agir e criar as condições para efetivação de uma região econômica fortemente estruturada.

---

<sup>221</sup> MOUTOUKIAS, Zacarías. Fenomeno institucional e historia economica: debates para un enfoque renovado. In: GELMAN, Jorge (org.) *La historia económica argentina en la encrucijada: balances y perspectivas*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006, p. 444.

### 4.3 Ilustres progressistas: refinamento do gado, congressos e exposições ganaderas.

Antes mesmo de se tornar o presidente do *Club Comercial*, Emilio Calo já figurava nas páginas dos jornais de Quaraí como um eminente capitalista e empresário progressista. Além de ser sócio-gerente da “*Xarqueada Novo Quarahy*”, ele ainda investia na criação de gado melhorado geneticamente, importando animais de raça.

Certo está que essa dupla atividade pecuarista ajudou na difusão do nome de Emilio Calo como homem empreendedor, adiantado e interessado pelo progresso da indústria pastoril e da economia do município. No entanto, esta não foi apenas uma estratégia de propaganda. Tratou-se de um movimento acompanhado por vários outros estancieiros/criadores da Fronteira, que estavam realmente preocupados em melhorar a qualidade do gado produzido.

Para isso, novamente foi fundamental o contato com o Uruguai, já em processo adiantado de mestiçagem, de onde foram importados, quase em sua totalidade, os animais de raça que vieram para o Quaraí.

O melhoramento do gado *criollo*, de menor peso e qualidade em relação às demais raças, já fora implementado nos dois países vizinhos ao longo do século XIX. Era um movimento indispensável para o desenvolvimento da indústria do frigorífico, exigente dessa melhor qualidade das carnes. No Rio Grande do Sul, no entanto, o melhoramento das raças seria preconizado, de maneira intensiva, somente após 1912, com o patrocínio da União dos Criadores. Até então, o que se percebe são iniciativas privadas, regionais, de pequena escala, se comparada à população bovina do estado em sua totalidade.

Nas páginas da Revista “*A Estância*”, veículo de difusão das idéias da União dos Criadores, a “condenada indústria do charque”, ao garantir o abate de todo rebanho *criollo* do estado, seria o maior motivo da posição retrógrada da pecuária gaúcha em relação ao rebanho e indústrias platinas. Ao analisar-se a atuação do grupo de charqueadores da fronteira, no entanto, percebe-se que o movimento de renovação na pecuária inicia-se justamente entre eles.

*Porvenir*. O nome da estância de Emilio Calo no Quaraí pode sintetizar as ações destes empresários nos primeiros anos do século XX. Sem dúvida, cientes da conjuntura vivida e com os olhos no futuro, souberam fazer bons negócios. Esses charqueadores, longe de corresponderem ao estereótipo ainda vigente na historiografia gaúcha, que os rotulava de empresários sem tino comercial, arraigados às tradições, estagnados e conformados a um velho modo de produzir, estavam inseridos num grande movimento de renovação, e a importação de gados de raça foi o primeiro passo nesse processo.

Nos orgulhamos em afirmar, e temos grande satisfação nisso, que o nosso município marcha na vanguarda do progresso desta indústria, pelos elementos que conta e que será, em tempo não muito remoto, o primeiro entre seus congêneres pelos produtos de cruzamento apresentados nas condições exigidas hoje, em que a seleção das raças impõe-se como o único meio para a sua valorização.[...]

Já salientamos, cheios de satisfação, nomes de inteligentes estancieiros que, como os srs. Carlos Correa, João Marcelino, Emilio Calo e outros, compreenderam que o desenvolvimento da indústria pastoril não está no número e sim na qualidade, e que enfrentando rotineiras praxes, abriram para nossa terra outros horizontes mais promissores, no que concerne a nossa principal indústria.[...]

Melhorar, portanto, eis a solução do problema, e eis exatamente o que faz o município de Quaraí pelo concurso de seus inteligentes fazendeiros.

A *Fronteira*, em um dos números anteriores, noticiou haver o avantajado industrialista, nosso amigo sr. Emilio Calo adquirido por compra 200 vaquilhonas de  $\frac{3}{4}$  de sangue raça Hereford, que foram levadas para a fazenda *Porvenir*, de sua propriedade.

Agora, outra importante introdução vai ser feita pelo mesmo distinguido fazendeiro que, pelo modo com que está montando a fazenda citada, nada deixará a desejar para que o Quaraí conte em seu seio, com o mais importante estabelecimento pastoril do Rio Grande do Sul.

Trata-se nada menos do que da importantíssima introdução de 50 vacas, sangue puro, Hereford, e outras 50 de  $\frac{3}{4}$  sangue da mesma raça para esse estabelecimento que, com essa aquisição, será muito em breve o ponto de onde divergirá todo o engrandecimento pastoril do município e consequentemente do Estado.<sup>222</sup>

Os “animais finos” comprados por Emilio Calo eram procedentes da estância *Santa Rita*, dos fazendeiros srs. Marión Petit & Hermanos, do departamento de Salto Oriental. Nos meses seguintes, novos animais seriam adquiridos por Calo: “procedem eles do importante estabelecimento *Recuerdo* do abastado fazendeiro e capitalista uruguaio, sr. Mariano Berro, e são 30 vacas e 2 touros raça Durhan *pur-sangue*”.<sup>223</sup>

<sup>222</sup> A *Fronteira*, 06 de junho de 1903.

<sup>223</sup> A *Fronteira*, 08 de agosto de 1903.

O jornal republicano do Quaraí exaltava e elogiava a cada um dos criadores que tomavam a iniciativa de comprar carneiros, vacas ou touros puros, noticiando cada nova aquisição.

Nós que olhamos para essas coisas da indústria pastoril com interesse, porque somos do número dos que pensam que está nela a maior fonte do nosso progresso, é com satisfação que consignamos em nossa modesta folha essas notícias que ao menos servirão de exemplo e incitamento aos que nesta promissora região dedicam-se ao aperfeiçoamento dos nossos gados.<sup>224</sup>

Além da Estância *Porvenir*, Emilio Calo possuía um “estabelecimento rural de cruza e refinamento de gados crioulos, denominado *Cabaña Quarahy*”. Sua instalação seria noticiada na “*Fronteira*” do dia 25 de outubro de 1902. Nesta ocasião, Calo envia ao jornal as fotografias dos animais comprados, acompanhadas de uma “atenciosa e significativa carta”. O envio dessas imagens e informações pode ser entendido como um pedido de divulgação – um meio de garantir a publicidade das ações e propósitos que norteavam os trabalhos na *Cabaña Quarahy*.

O mais impressionante foi saber que essa prática de propaganda foi explicitamente incentivada pela *Asociacion Rural del Uruguay* depois de passados quase dez anos desta atitude de Emilio Calo diante do órgão de imprensa mais influente de Quaraí, o jornal oficial do PRR na cidade. Como vimos nas páginas anteriores, essa mesma prática foi utilizada por Calo para a divulgação da sua empresa, que em 1904 recebeu projeção em todo o estado, e seria notícia inclusive em Buenos Aires.

Ou seja, é possível conjecturar que nos primeiros anos do 1900, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, passou-se a conceber “*La ganaderia como empresa comercial*”.

Exatamente com este título, foi publicado um artigo na *Revista de la Asociacion Rural del Uruguay* no primeiro mês de 1911, no qual se preconizava a importância de tornar visível e apreciados, ante o mundo ganadero, os animais e produtos dos criadores.

Para tanto, participar periodicamente das exposições de gados, nesta década já bastante difundidas, era “un poderoso medio de estimulo”, mas tal participação não seria o suficiente. Além disso, dever-se-ia ter em mente que as exposições se constituíam em uma “especie de arma de dos filos”, uma vez que deveriam ser apresentados aos jurados somente aqueles animais em condições de lutar vantajosamente com seus concorrentes. Caso contrário,

<sup>224</sup> A *Fronteira*, 05 de setembro de 1903.

poder-se-ia “derribar en un día el trabajo de muchos años seguidos”. O propósito do artigo era incentivar e exigir dos criadores “una buena dosis de iniciativa”.

Un ganadero que se respeta, no debe buscar en las exposiciones el hacer apreciar la cantidad de sus productos, sino su calidad. [...]

Hemos dicho anteriormente, que una de las mejores condiciones del triunfo en cuestiones ganaderas, es hacer conocer y apreciar debidamente sus productos. [...]

No obstante, para ello, las relaciones forzosamente se originan en las exposiciones, entre expositores y compradores, hay que recurrir a otro medio más poderoso y más seguro, y esta es la publicidad.<sup>225</sup>

“La publicidad”! De olho no mercado, portanto, para esses empresários do campo chegava o momento em que se fazia fundamental tornar público os investimentos e avanços na indústria pecuária. Através da propaganda, a questão era mostrar ao mundo seus campeões.

A própria Revista afirmava ainda ser bastante difícil o emprego de tal “agente” em função dos gastos. Sem dúvida, tratava-se de um meio de grande capacidade de “tornar visível”, nos mais distantes rincões, os investimentos dos empresários. No entanto, ainda era uma grande dificuldade ter acesso ao meio de comunicação ideal (que apresentava maior inserção social) com a garantia de poucos gastos.

A sugestão da Revista era que fosse feita uma divulgação em grande volume e abrangência espacial, nos meses anteriores às Feiras e Exposições, fazendo-se chegar a todos aqueles possíveis compradores folhetos e catálogos evidenciando o nome do criador e as fotografias de seus animais já premiados em exposições anteriores. Da mesma forma, de ótimos resultados seria a edição de “tarjetas postales” com as fotografias dos melhores animais.

Como esse tipo de propaganda ainda não constituía uma atividade completamente desenvolvida, os custos ainda eram altos. Inclusive, era difícil encontrar bons fotógrafos, aqueles que fossem conhecedores dos animais, capazes de registrar uma boa imagem focando os detalhes distintivos de cada raça, com amplo poder de propaganda. Mesmo assim, o investimento traria ótimos resultados, sendo “la mejor garantía del éxito”.

Hagan nuestros ganaderos un ensayo de esto que les proponemos, en la seguridad que los pocos centenares de pesos que empleen en ello, les han de ser devueltos ampliamente en los próximos torneos ganaderos. [...]

Dada la gran altura a que ha sabido ponerse, en el transcurso de pocos años, la ganadería, es lícito predecirle un porvenir inmenso en breve plazo; pero para ello es necesario que el ganadero ponga de su parte algo más de lo que ha hecho hasta ahora, y que no se limite solamente a producir buenos

<sup>225</sup> BARU - Revista de la Asociación Rural del Uruguay, janeiro de 1911.



ejemplares: tiene también que darlos a conocer por todos los medios posibles.<sup>226</sup>

Na fronteira do Quaraí, este movimento iniciou-se nos últimos anos do século XIX. De maneira já atrasada em relação ao litoral uruguaio, ainda mais se comparado com o processo de modernização do campo ocorrido na Argentina, mas de maneira bastante inovadora e próspera em relação ao restante do Rio Grande do Sul.

Sem dúvida, há já bastante tempo o problema do refinamento do gado estava posto aos criadores do estado. Durante a década de 1880, houve a introdução de vários animais de raça no estado e esta foi uma ação empreendida, inclusive, por alguns charqueadores de Pelotas.<sup>227</sup> No entanto, ainda era uma prática pouco presente na maioria dos estabelecimentos pecuários do Rio Grande do Sul e, por isso, todas as ações empreendidas nesse sentido foram dignas de grande merecimento. O importante é perceber a grande e sutil diferença entre exhibir um animal e vender um animal.

O Coronel João Francisco, por exemplo, comprava animais de raça com este duplo propósito. Exibia-os e exibia-se ao presentear o Presidente do Estado com dois casais, “produtos de excelentes reprodutores importados. Os ‘Durhan’ são da mesma procedência dos animais que eu mandei ao nosso saudosíssimo amigo Dr. Julio, e que V. Ex<sup>a</sup> se recordará do contentamento que lhe causaram”.<sup>228</sup> João Francisco envia os animais desejando que agradassem a Borges de Medeiros, porém, esse *regalo* seria enviado junto a um lote de gado, igualmente de raça, direcionado ao coronel Antunes de Barros, em Santa Maria, onde seria vendido.

Vendidos também seriam estes animais no transcurso das tão festejadas “*ferias ganaderas*”. Na fronteira rio-grandense, esses espaços de comercialização desenvolveram-se de forma concomitante ao melhoramento das raças. De certa forma, tratava-se dos dois lados de uma mesma moeda. Ou seja, o progresso da indústria pastoril era evidenciado no melhoramento das raças e na sua próspera expansão.

A primeira Exposição-Feira de Gados da fronteira Quaraí-Artigas seria organizada no ano de 1903, e Emilio Calo seria o vice-presidente da Comissão Organizadora.

A Feira aconteceria em San Eugenio, com a presença de criadores de todo o departamento do qual a cidade era capital, das demais regiões uruguaias e ainda com grande

---

<sup>226</sup> Idem.

<sup>227</sup> BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha. A Brazilian Ranching System, 1850-1920*. Stanford University Press, 1997, p. 109-110.

<sup>228</sup> IHGRS – Acervo Borges de Medeiros. DOC. 8172. Carta de João Francisco Pereira de Souza enviada ao Presidente Borges de Medeiros, no dia 12 de junho de 1905.

presença dos rio-grandenses. Mais uma vez a preocupação com a publicidade do evento foi evidenciada e em cada cidade seriam nomeadas distintas comissões de propaganda.

S. Eugenio, 3 agosto de 1903

-Sr. D. Emilio Calo – Distinguido Senhor – Tenho o prazer de levar ao vosso conhecimento que a Comissão Diretiva da Exposição–Feira que proximamente se celebrará neste departamento e que tenho a honra de presidir, resolveu em sessão de 28 de julho p.p. nomear uma Comissão Especial na vizinha e irmã República do Brasil, e para compor a mesma se designaram os seguintes srs.: Emilio Calo, presidente; Francisco Flores da Cunha, David Pereira, Carlos Correa e Olavo Alves Saldanha, a qual terá a missão de fazer propaganda tendente a mais bem ampliar aquela exposição, convidando para tal os vizinhos dessa rica zona do Estado do Rio Grande afim de que concorram a mesmo efeito.

Inquestionavelmente senhor, e isto não escapará ao seu ilustrado critério, esta será a obra que assinalará talvez o ponto mais culminante de progresso até a presente data se tenha realizado nesta fronteira com relação a indústria pastoril, que constitui a verdadeira fonte de riqueza de nossos países, por isso, creio, devemos prestar-lhe o nosso mais decidido concurso.<sup>229</sup>

A Comissão nomeada em Quaraí era composta pelos indivíduos que possuíam o maior rebanho bovino da cidade, os mesmos que foram os iniciadores da importação de gado de raça e da construção de banheiros carrapaticidas. Constituía a comissão, ainda, a elite política da cidade. De acordo com o presidente da Exposição de Artigas, o que unia ambas as fronteiras eram as “idéias de progresso e fraternidade”.

O exemplo vinha das demais regiões uruguaias e o sentimento de “atraso” da região de San Eugenio seria convertido em esforço de mudança. Seu grande patrocinador seria o periódico “*Artigas*”, que clama maior organização dos pecuaristas.

O objetivo passava a ser fundar na cidade uma Sociedad Rural que, como acontecia nas capitais de todos os demais departamentos uruguaios, traria ótimos resultados aos fazendeiros, impulsionando não só o refinamento das raças, a seleção de reprodutores e o aproveitamento prático nas indústrias derivadas da pecuária, mas também as inovações referentes à agricultura. Lamentava-se que, até aquela data, o departamento de Artigas fora o único não presente nos Congressos Rurais, bem como ainda não havia se organizado aí as exposições-feiras.

Quando esses trabalhos foram iniciados, a Revista de la Asociacion Rural apresentaria a “grata nueva” de se pretender a fundação da Sociedad e de que já estava em curso a organização da “1ª Exposicion Feria de Ganaderia en San Eugenio”, sendo nomeada sua Comissão:

<sup>229</sup> A Fronteira, 08 de agosto de 1903.

Forman la Comision electa, los senores Amaro F. Ramos, Afrán S. Fuques, Juvêncio Alves, Pilades Ballestrino, Emilio I. Calo, Eduardo M. Castro, Zacarias Arbiza, Ramon França, Vicente de Brun, Juan Sierra, Hilário Delgado, Manuel Odriozola, Juan Scarone, Exequiel Castro y Alfredo Fitz Patrick. Esta Comision activará las gestiones conducentes a la realizacion de aquel torneo ganadero que tanto beneficiara al adelanto agropecuario de aquella importante zona del país.<sup>230</sup>

Paralelamente a este movimento em Artigas, algo bastante semelhante estava acontecendo nas demais cidades da fronteira gaúcha. Em Jaguarão, por exemplo, seria fundada a “Sociedade Pastoril Industrial”, responsável direta pela organização de uma feira de gados de raça na cidade.<sup>231</sup>

Estava em marcha, portanto, um processo de transição para novas formas de organização e produção no campo. Como esse processo já estava concretizado nos países vizinhos, a fronteira permitiu sua expansão também para a “pampa gaúcha”. A atuação dos charqueadores uruguaios nesse contexto, porém, merece maior destaque.

Nos dois únicos documentos vistos que, a princípio, teriam sido redigidos por Emilio Calo, vê-se que ele fala nas “hermanas Republicas” constituintes de uma “gran Republica Sud Americana”. A primeira menção aparece no discurso pronunciado por ocasião da morte de Julio de Castilhos e, a segunda, está na “atenciosa e significativa carta” que ele envia para a redação do jornal “A Fronteira” para noticiar o estabelecimento de sua Cabaña de criação de gados finos. Diz o redator que fora “com toda a honra” que tornava a mesma pública.

Xarqueada Novo Quarahy, octubre 21 de 1902.

Ill. Amigo Sr. Fredolino Prunes

Los patrióticos anhelos de progreso, de que vuestro espíritu esta animado, se reflejan continuamente en el organo de vuestra ilustrada redacion – A Fronteira.

Compenetrado de esto, me complazco al remitiros vistas fotográficas de los primeros ejemplares de pura sangre *Hereford*, con que los srs. E. I. Calo & Cia, inician su *Cabaña Quarahy*.

Hago votos porque este modesto ensayo repercuta por las feraces campiñas de Rio Grande, estimulando a sus moradores a ir reemplazando paulatinamente la ya decadente ganaderia criolla con otras razas de mejor futuro.

Estos esfuerzos no son nuevos en la frontera, y ya los progresistas hacendados señores Saldanha, Corrêa, Pereira etc han podido praticamente comparar los resultados del cruzamiento con el Durahan, Hereford y otros – y los productos pobres de la raza primitiva, que buena en su origen, há

<sup>230</sup> Revista de la Asociacion Rural del Uruguay. Tomo XXXII, Año 1903, p.312.

<sup>231</sup> A Fronteira, 23 de setembro de 1903.

tenido forzosamente que dejenerar, abandonada a su suerte en los desiertos campos, y sin someter su seleccion a ningun método racional.

Ojalá que uma paz duradera, sabiamente mantenida por la sabiduria y honestidad de los gobernantes y por el critério de los gobernados, permitan a este histórico y rico pedazo de tierra brasileira ocupar un puesto de vanguardia, entre sus demas hermanas componentes de la gran Republica Sud Americana en todas las manifestaciones de los progresos modernos.

Saludos affmo. Amigo

Y S.S.S Emilio I. Calo.<sup>232</sup>

Ninguém melhor do que estes indivíduos, que vivem e negociam nos dois lados da linha geopolítica, para manifestar que estavam os países sul-americanos em distintas etapas de desenvolvimento, mas, envoltos em um mesmo cenário de inserção nas variadas “manifestaciones de los progresos modernos”.

Emilio Calo tinha intensa inserção e amplo conhecimento sobre a indústria saladeril no Prata. Como fruto de seu trabalho nos negócios da pecuária, tornou-se conhecedor e conhecido no Uruguai, Brasil e Argentina.<sup>233</sup> Este trânsito por uma “região ganadera” bastante vinculada entre si, e até concorrente em termos de mercados mas, ao mesmo tempo, tão heterogênea em termos de investimentos e grau de desenvolvimento, propiciou a estes indivíduos a exata compreensão do momento econômico que viviam – e o momento era de transição para novas formas de organização.

Mais uma vez é importante destacar que, quando Emilio Calo deixa os seus negócios no Uruguai em 1900, não perde os vínculos com os antigos sócios e demais saladeristas uruguaios. Calo continua, de certa forma, participante daquele cenário empresarial. São estes vínculos, aliados à longa trajetória de trabalho neste país, que inseriram Emilio Calo num ambiente de produção e preocupações relacionadas à indústria pecuária ainda não vivido de maneira tão clara no restante do estado do Rio Grande do Sul.

---

<sup>232</sup> A Fronteira, 25 de outubro de 1902.

<sup>233</sup> No dia 1º de janeiro de 1904, *A Fronteira* republica uma nota transcrita da revista *El Comercio*, de Buenos Aires, publicada aí em 15 de janeiro de 1903 na qual Emilio Calo é bastante elogiado. Eis o artigo: “O Saladero Novo Quarahy é dirigido pessoalmente pelo sr. Emilio I. Calo, sócio principal e alma da empresa. Este sr., verdadeiro herói do trabalho, espírito empreendedor, lutador perseverante, não esmoreceu até ver coroados os seus esforços com a consecução de seu bem estar, digno epílogo do trabalhador infatigável; e ao mesmo tempo que procura o seu proveito, proporcionando o sustento a mais de trezentas famílias, às quais dá ocupação, garante o adianto da região que serve de centro às suas operações.

Ditoso aquele que enriquece fazendo bem aos seus semelhantes!

[...] É um verdadeiro soldado do trabalho, que, apesar de não contar mais de 38 anos de idade, percorreu com brilhantes notas a escala de sua carreira.”

## 5. CAPÍTULO IV – A AMEAÇA DA FRONTEIRA

### 5.1 – UMA NOVA ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL

#### A defesa dos interesses da fronteira: os *Congressos Comerciais e Industriais do Rio Grande do Sul*

Congressos Comerciais e Industriais do Estado do Rio Grande do Sul  
Secretaria do 2º Congresso – Agosto 1º de 1908  
Exmo. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves  
Digno. Presidente do Estado do Rio Grande – Porto Alegre

Tenho a honra de remeter a V.Exa. dois folhetos relativos aos trabalhos do Segundo Congresso Comercial-Industrial do Rio Grande do Sul, inaugurado a 13 de maio p.p. e encerrado a 19 do mesmo mês. Pela leitura deles, poderá V.Exa. informar-se dos intuitos com que deverá reunir-se o próximo 3º Congresso na cidade de Alegrete.  
Com prazer e muito respeitosamente saúdo a V.Exa.

Emilio I. Calo – Presidente  
Bento Jose de Lima – Secretário.<sup>234</sup>

Infelizmente, sobre a realização do primeiro destes Congressos, sobre os primeiros participantes e temas tratados naquela reunião, nenhuma documentação foi encontrada. No entanto, é bastante provável que o início dos Congressos tenha ocorrido ainda em 1908, por iniciativa do grupo de pecuaristas, associados na indústria do charque anteriormente descrita, como forma de protesto ao imposto de importação de gado vigente na fronteira desde fevereiro desse ano.

O 2º Congresso, realizado no edifício do Teatro da cidade de Uruguaiana, contou com a presença de mais de trinta congressistas,<sup>235</sup> e Emilio Calo apresenta-se como seu presidente. O secretário com ele nomeado, Bento Jose de Lima, é igualmente de Quaraí (republicano de

<sup>234</sup> AHRS - Documentação dos Governantes. Caixa 42/ Maço 64

<sup>235</sup> O Incentivo. Quaraí, 02 de maio de 1908.

grande participação na política local, foi o presidente do Conselho Municipal e Conselheiro por muitos anos).

Nesse encontro, foi aprovado o projeto das teses que seriam discutidas ao longo do 3º Congresso Comercial e Industrial, que iniciaria no dia 06 de janeiro de 1909, na cidade de Alegrete. Este 3º Congresso Comercial e Industrial, cujos trabalhos foram realizados ao longo de cinco dias, contou com a presença de representantes de quinze municípios do estado.

Os temas que mereceriam a atenção dos comerciantes, criadores e charqueadores presentes foram: I - O melhoramento dos rios navegáveis; II - As tarifas das estradas de ferro no Rio Grande do Sul; III – As estradas de rodagem; IV – O protecionismo no Brasil; V - A lei de cabotagem; VI – A instrução primária; VII – O ensino profissional; sua necessidade; VIII – Trânsito livre nas alfândegas do Rio Grande do Sul; redução do imposto de armazenagem e capatazias para as mercadorias destinadas à reexportação; IX – Convenção com as Repúblicas Argentina e Oriental do Uruguai para apresentação de torna guia das mercadorias despachadas de um para outros países, como medida eficaz para extinção do contrabando, verificada hipótese da equiparação das tarifas aduaneiras entre tais países.<sup>236</sup>

As teses discutidas evidenciam que o que estava em jogo eram os interesses da fronteira. Vias de comunicação e transporte (escoamento de produção e introdução de mercadorias) e questões relacionadas aos impostos e fiscalização foram o centro das discussões.

O tema das tarifas das estradas de ferro rio-grandenses foi desenvolvido pelo Dr. Alberto Juvenal do Rego Lins, afirmando serem os fretes tão exagerados e absurdos a ponto de tornarem as ferrovias “completamente inúteis para a exportação dos produtos do nosso estado”. De acordo com Alberto Lins, as estradas de ferro gaúchas existiriam “meramente como objeto de luxo, e em exclusivo proveito dos concessionários estrangeiros que auferem delas grandes lucros”.<sup>237</sup> Certamente defende tal idéia tendo como referência as facilidades e oportunidades de trânsito pelo Uruguai usufruídas pelas cidades fronteiriças.

Mais do que as questões relacionadas ao Rio Grande do Sul, portanto, aquelas que tratavam do interrelacionamento entre o estado gaúcho e a República do Uruguai mereceram maior atenção e foram causa dos maiores embates. Os depoimentos, nesses casos, tiveram adeptos e defensores ferrenhos, sabedores das causas que estavam defendendo.

A indústria do charque pretendeu a defesa dos seus interesses ao longo do Congresso. Além da participação de Emilio Calo e outros saladeristas, o Coronel João Francisco Pereira

---

<sup>236</sup> O Incentivo. Quaraí, 07 de janeiro de 1909.

<sup>237</sup> O Incentivo, 14 de janeiro de 1909.

de Souza seria novamente enfático no que dizia respeito ao imposto de introdução de gados do Uruguai – que estava sendo cobrado desde fevereiro de 1908.

Tratando-se da 4ª tese, falou em primeiro lugar o sr. Coronel João Francisco Pereira de Souza, que com palavra fluente e em linguagem clara, concisa e eloqüente perorou por espaço de mais de uma hora, demonstrando a necessidade de ser eliminado o atual imposto proibitivo, sobre a importação do gado de corte vindo da República do Uruguai. Pelos ilustres congressistas representantes do Alegrete, eram sustentadas doutrinas contrárias, tornando-se animados e interessantíssimos os debates, intervindo nele quase todos os congressistas.<sup>238</sup>

Em Quaraí, antes mesmo da realização deste 3º Congresso, Souza & Irmãos, Indalecio Medina, João A. Rodrigues, Romagueira de Almeida Saldanha, Filhos de Jose Guerra, João M. de Souza, Alfredo M. Rodrigues, João Maximo dos Santos, Emilio I. Calo, Olavo A. Saldanha e Jose Severo constituiriam uma representação junto ao administrador da Mesa de Rendas Federal a fim de baixar o imposto sobre a importação dos gados para as charqueadas. O que esses fazendeiros-comerciantes passam a defender é uma fiscalização através de guias que acompanhariam e orientariam o “caminho das tropas” desde o ponto de origem até sua chegada ao destino de produção.

Para esses empresários da fronteira o imposto cobrado sobre a importação de gados das repúblicas vizinhas era proibitivo e, como todos os impostos exagerados, deveria ser condenado como prejudicial. Este teria sido um dos principais pontos destacados no memorial que foi dirigido ao Congresso Nacional pelos participantes do 2º Congresso Comercial e Industrial.

Como eles mesmos alegavam, desde 1896 já se ensaiava tal cobrança, e muito já se tinha discutido a respeito. Para eles era tudo “tão lógico como racional”:

Aos fabricantes de charque ou charqueadores não é dado elevarem *ad-libitum* os preços dos produtos da sua indústria e estão adstritos a lei econômica universal, estabelecidas entre a procura e a oferta, quando expõem os produtos a venda nos mercados, e sendo o valor do boi, abatido, relativo às qualidades físicas do animal, seu tamanho, peso, gordura e couro não é possível estabelecer um preço fixo para todos os animais da espécie, devendo este regular-se pelo valor e quantidade da matéria prima aproveitável, tanto mais valerá o animal. Nenhum industrialista pagará por um animal preço desproporcional ao produto da matéria prima aproveitável, não cogitando jamais da nacionalidade do animal.

<sup>238</sup> O Incentivo, 14 de janeiro de 1909.

Ora é incontestável que a mestiçagem dos gados nas repúblicas platinas está muito mais adiantada do que neste Estado (que é o mais adiantado do Brasil) e lógico é que um boi mestiço pesando 700 kilos em pé, valerá muito mais do que outro crioulo que pese somente 450 a 500 kilos. Não é, pois proteger a indústria, proibir a importação do gado grande e gordo para pela carestia da matéria prima constranger o industrialista riograndense a comprar o animal crioulo inferior em peso e qualidade por preço elevado, pelo contrário, tal procedimento é de resultados negativos, absurdos e como tal contraproducentes, porque o industrialista se caro compra, caro venderá e conseqüentemente produzirá menos, produto inferior e mais caro, o consumo diminuirá proporcionalmente, e o industrialista estrangeiro que tem ao seu alcance a matéria prima melhor e mais barata, virá ao mercado fazer concorrência vitoriosa, porque esses países favorecem as suas indústrias diminuindo o imposto das matérias indispensáveis às suas fábricas, facilitam os despachos e procuram por todos os meios habilitar suas fábricas a concorrerem com as estrangeiras, justamente o inverso do que aqui se faz.<sup>239</sup>

Percebe-se nesta fala uma racionalidade empresarial bastante apurada, conhecedora do caráter regulador do mercado. Na continuidade do texto, afirma-se já estar acontecendo uma grande diminuição no consumo de charque nas cidades do Rio de Janeiro e Nordeste brasileiro, em decorrência da elevação do preço deste produto. O que deixam bastante claro é o caráter prejudicial do imposto sobre a matéria-prima utilizada, prejuízo que seria revertido, em um primeiro momento, para o consumidor.

Interessante é que os charqueadores alegam não somente prejuízos para a indústria com a diminuição do consumo do charque. Para a população, privada do seu regular acesso, também haveria danos enormes: “o povo, principal consumidor, não podendo pagar preços elevados, vai substituindo esse alimento por outro compatível com suas posses, com grave detrimento para sua alimentação o que, *ipso facto*, há de vir até prejudicar a espécie enfraquecendo as futuras gerações”.<sup>240</sup> Nesse sentido, além de anti-político e anti-patriótico, o imposto recebe também um caráter anti-humanitário. A defesa do livre trânsito de animais pela fronteira gaúcha, portanto, constituía-se num discurso bastante enfático e apelativo.

Nos últimos tempos foi sem razão plausível compreendido nesse imposto o gado importado pela fronteira do Sul e que até então fora sempre dele excetuado.

Os impostos exagerados nunca foram medidas protetoras, como pretendem afirmar, são imposições, equivalem a um ato violento contra a liberdade comercial, tanto do comprador como do vendedor e estabelecem de fato e contra direito um privilégio em favor de poucos, contra os interesses de muitos. Tal tem sido eloqüentemente demonstrado pelos mestres de

<sup>239</sup> O Incentivo, 10 de janeiro de 1909.

<sup>240</sup> O Incentivo, 10 de janeiro de 1909.



Economia Política e que a prática, com sua lógica irrefutável, confirma incessantemente.

Se não, vejamos, quanto produziu o imposto de trinta mil réis sobre o gado importado?

No entanto, foi ele o maior estímulo para o contrabando.

Não cabe, nesta modesta resposta, alongarmo-nos em outras muitas e poderosas razões que demonstram o quanto é “desarrasoado” tal imposto.<sup>241</sup>

Por fim, o que se afirma é que o imposto, quando abusivo, não contribui para a efetiva arrecadação, pois acaba por se constituir no grande impulsionador do contrabando. A repressão das fraudes e uma melhor arrecadação fiscal com a introdução de gados no estado não se dariam com o aumento de impostos, pelo contrário.

Para estes empresários, a fiscalização sobre as tropas que transitavam pela fronteira deveria ser realizada a partir da cobrança de impostos reduzidos e acompanhamento, através de guias, declarando a quantidade, qualidade, origem e destino dos produtos. Os mesmos são bastante enfáticos ao definir como deveria ser realizada a cobrança dos animais introduzidos no estado:

Pelas razões acima expostas, entendemos que o imposto de importação deverá recair somente sobre o gado de corte, gordo de invernar, sendo: o gado gordo taxado, no máximo, em sete mil réis por cabeça (inclusive nesta quantia os direitos todos, ouro ou papel).

O gado de invernar deverá ser taxado no máximo em mil e quinhentos réis por cabeça e a sua importação só deve ser permitida no decurso de julho a outubro, época em que as charqueadas não matam, o que é uma razão para não temer seja o Fisco mistificado pela introdução de gado gordo por gado de invernar.

O gado de criar deverá ter franca introdução, livre de direitos, durante todo o ano, parecendo-nos justo que se faça uma classificação entre o gado de criar mestiço e o crioulo, para onerar o gado crioulo com a taxa de um mil réis por cabeça, porque nós, aqui, precisamos gados mestiços e não crioulos. Estes impostos são razoáveis e, portanto, ninguém irá arriscar a passar de contrabando um novilho que vale 70.000 réis para evitar o pagamento de 7.000 réis, perigando e expondo-se a uma conseqüência desagradável.<sup>242</sup>

Sendo este texto resultado das discussões ocorridas já durante o 2º Congresso Comercial e Industrial, está claro estarem contemplados aí os interesses da indústria do charque fronteiriça. Dependente do gado trazido do Uruguai e da Argentina e não podendo mais estar esta introdução isenta de impostos, defende-se uma cobrança de impostos reduzidos.

<sup>241</sup> O Incentivo, 10 de janeiro de 1909.

<sup>242</sup> Idem.

A livre introdução do gado de criar mestiço e do gado de invernar, justamente no período de entre safra nas charqueadas, contemplava igualmente esta indústria. A exemplo de Emilio Calo, também os demais saladeristas eram proprietários de estâncias no Rio Grande do Sul, onde criavam boa parte do gado que seria depois abatido em suas charqueadas. Aos demais criadores, também fornecedores de gado às indústrias, a medida era igualmente bem vinda.

A livre introdução dos gados no período de julho a outubro, bem como as facilidades para a introdução de gado mestiço, já havia sido defendida por Emilio Calo em 1905. A sua forte atuação nos Congressos Comerciais e Industriais, além da presença de João Francisco e dos demais pecuaristas da fronteira, justamente o espaço em que se realizaram os Congressos, permite reconhecer nestes encontros a origem de uma nova forma de organização empresarial surgida no extremo oeste gaúcho.

Todas as idéias defendidas durante os Congressos, fundamentalmente, beneficiavam a indústria do charque fronteiriça. A união desses empresários, que acabaram por constituir um novo espaço de discussões e representação coletivas diante das autoridades do país, possibilitou o acesso a uma nova forma de defesa de seus interesses econômicos, políticos e empresariais.

Essa representação de interesses receberia projeção não apenas no centro político do Brasil, para onde foram direcionados os reclamos, em forma de memorial, mas igualmente nos países vizinhos. Todas as questões de fronteira, instantaneamente, tornavam-se questões de diplomacia internacional e o acesso às informações e resultados dos Congressos foram tema de pauta de inúmeras correspondências trocadas entre os agentes consulares e ministérios uruguaios.

Petrópolis, 18 de janeiro de 1909.

Senhor Cônsul Geral (Don Adolfo Basañez)

Esta Legação tem conhecimento que na cidade de Alegrete (Estado do Rio Grande do Sul) se faziam durante o mês passado, preparativos para a realização do 3º Congresso Industrial e Comercial, cuja abertura se anunciava para o dia 6 do atual janeiro.

Como os números 8º e 9º do programa versam sobre tópicos de legislação aduaneira internacional, cujo perfeccionamento tanto interessa ao nosso país, convém que V.Exa. se dirija ao agente consular respectivo pedindo o envio de todos os dados que possa obter sobre as discussões e resultados do mencionado Congresso, caso este se tenha efetuado.

Aproveito a oportunidade para saudar a V.Exa.

[...]Rufino Dominguez.<sup>243</sup>

---

<sup>243</sup> AHDU – Carpeta 16 – Fundo Resto Antigo. Traduzido por mim.

Em fevereiro, o *Ministro de Relaciones Exteriores del Uruguay* receberia as informações enviadas ao *Cônsul General* pelo vice-cônsul de Alegrete. Na carta,<sup>244</sup> o destaque é dado a dois assuntos relativos ao protecionismo aduaneiro que teriam sido discutidos ao longo do 3º Congresso Comercial e Industrial.

O primeiro referia-se à diminuição dos impostos sobre os artigos brasileiros, em detrimento dos platinos, que fora votada pelos congressistas. De acordo com estes, os baixos impostos sobre os importados platinos constituiriam um fator altamente prejudicial aos interesses do comércio e da indústria brasileiros. O segundo tema destacado era justamente o da consideração sobre os exagerados impostos de importação de gados. Ambos, portanto, relacionavam-se à indústria do charque.

O 4º dos Congressos Comerciais e Industriais, designado para o dia 15 de novembro de 1909, seria realizado em Quaraí. “Con este fin, se invita a los senores Comerciantes, Industriales, Estancieros, y a las Instituciones Cientificas y literárias de este Estado Rio Grandense, a que nombren delegados que los representen”.<sup>245</sup>

A Ata de abertura dos trabalhos do Conselho Municipal de Quaraí no segundo ano do quadriênio de 1908 a 1912, registra também a abertura dos trabalhos deste 4º Congresso.<sup>246</sup> A presidência do Conselho é ocupada por Bento Jose de Lima e o Intendente de Quaraí era o Tenente Coronel João Maximo dos Santos, criador, grande comerciante e amigo próximo de Olavo Alves Saldanha (o Intendente da gestão anterior) e de João Francisco de Souza.

Naquele dia 15, no edifício da Intendência, seria celebrada uma sessão ordinária bastante pomposa e representativa dos interesses da elite política municipal.

Estavam presentes os “Delegados do 4º Congresso, que vinham honrar e abrilhantar a solenidade daquele ato”. A presença destes senhores é bastante aplaudida, fazendo-se referência especial “às autoridades e pessoas gradas da cidade vizinha cuja presença muito honrava e também às autoridades civis e militares desta cidade”.<sup>247</sup>

---

<sup>244</sup> Idem.

<sup>245</sup> AGNU. Caja 151 – carpeta 2379.

<sup>246</sup> ACMQ – Atas do Conselho Municipal, 1909.

<sup>247</sup> Idem, p.81. Dizia Bento Lima que: “[...] sentia-se, sobretudo lisonjeado por ter-lhe cabido a felicidade de instalar a sessão do Conselho Municipal em dia tão memorável como o era este, em que se inaugurava o 4º Congresso Comercial e Industrial do Rio Grande e no qual também ia ser dotada a nossa pequena, porém florescente Cidade com um grande melhoramento: a instalação da iluminação “lux”. Que a reunião do 4º Congresso, era a realização de um ato de grande alcance tanto em caráter de medida política e econômica, como quanto aos benéficos efeitos para o futuro do nosso Estado; pois que vinha ele renovar a vitalidade e energia do Povo Rio-Grandense, reafirmando assim que ainda no seu seio persistem vivazes todos os sentimentos de patriotismo e grandeza moral que seus antepassados pelos sucessivos atos gloriosos registram na epopéia de 1835. É um povo viril o rio-grandense e procura ele assim defender seus direitos, dentro da órbita da legalidade

O progresso do Quaraí e da região da fronteira, eis a tônica dos discursos que inauguraram este 4º Congresso Comercial e Industrial. Bastante destacado, e interessante, é que este progresso é evidenciado como dependente das boas relações com o país vizinho. O acordo firmado recentemente sobre “o condomínio” das águas da lagoa Mirim e rio Jaguarão, por exemplo, são bastante festejados. Tantas seriam as palavras direcionadas aos vizinhos orientais que o vice-cônsul uruguaio em Quaraí não pouparia elogios ao acolhimento recebido pelos congressistas. Fala-se em uma “solidariedade política que a todos une”.

Vice-Consulado en San Juan Bautista Quarahy. Noviembre, 18 de 1909.

Exmo. Señor Ministro de Relaciones Exteriores – Don Antonio Bachini /  
Montevideo

[...] En la inauguracion del 4º Congreso Comercial, celebrado en el Salon del Club de esta Ciudad, el Congresal por la ciudad de Santa Ana de Livramento Mayor Don Euclides Moura, hizo moción para telegrafiar las felicitaciones de dicho Congreso al Gobierno Brasilenio por la firma del tratado “Merim Yaguarón”.

Produjo una expresion sumamente grata en la sociedad congregada a esa fiesta; la moción referida, que foe aceptada por unanimidad, y aplaudida por todos los senores congresales. [...]

**No fué solo el Sr. Moura el que tuvo palabras afectuosas para los Orientales; otros oradores, al mencionar en sus discursos a nuestro País, lo hicieron con palabras amables, que resonaron dulcemente en mis oídos.**

Con mi mas distinguida consideracion y estima, atten. Saludo a V.E.  
Antonio Serrano hijo.<sup>248</sup>

Mais do que a necessidade de manter os vínculos e as boas relações com a República Oriental, a realização destes Congressos evidenciam uma nova forma de organização e possibilidade de garantir a manutenção dos elementos que tornavam a indústria do charque na fronteira gaúcha um bom negócio.

Se em 1905 houve um acordo com a elite política do estado, intermediado pelo Coronel João Francisco, para que não fosse cobrado o imposto sobre a introdução dos gados da República vizinha para este estado, em 1908 essa intermediação não era mais possível.

O ano em que se iniciaram os Congressos Comerciais e Industriais é justamente aquele em que se dá início a uma nova configuração política nessa região. A perda da isenção da

---

demonstrando pela discussão ampla as medidas que julga serem necessárias ao seu progresso e úteis e as que a experiência tem demonstrado lhe são prejudiciais”.

<sup>248</sup> AGNU. Caja 151 – carpeta 2400. (Grifo meu)

cobrança do imposto de importação de gados na fronteira do Quaraí em fevereiro de 1908 é indício desse novo momento de relações num plano político.

Se a inserção na rede coronelista de poder foi uma estratégia que impulsionou a empresa e os objetivos de Emilio Calo e demais empresários do charque até 1908, a partir de então isso passou a não ser mais suficiente.

Desativado o Quartel do Caty, o Coronel João Francisco Pereira de Souza perdia seu posto estratégico na fronteira e perdia também todos os benefícios decorrentes disso. Já não teria mais a garantia do apoio do Presidente do Estado e sua posição na organização empresarial mantida até então perde o caráter central de gerador de informações, recursos e possibilidades de ação no plano econômico. “O afastamento de João Francisco alterou a composição de forças na fronteira. Com a desmobilização do quartel do Caty, Borges de Medeiros neutralizou um foco autônomo de poder e estreitou o controle sobre as forças políticas locais.”<sup>249</sup>

Decreto n. 1410, de 31 de dezembro de 1908.

Extingue o 2º corpo provisório de cavalaria, estacionado no Caty.

O Presidente do Estado, considerando:

Que a paz está definitivamente assegurada em todo o território do Rio Grande do Sul, sem haver receio de vir a ser perturbada, por isso que o empenho geral é o do trabalho profícuo, a sombra das garantias que oferecem os poderes públicos ao pleno exercício de todas as atividades úteis;

Que desapareceu deste modo, o fim de ordem relevante e justificativo, em época excepcional, da criação do 2º corpo provisório de cavalaria, estacionado no Caty, ao qual coube prestar notáveis serviços em bem da segurança pública;

Resolve, no uso da faculdade que lhe confere o artigo 20, n.3 da Constituição, decretar o seguinte:

Art. 1º - fica extinto o segundo corpo provisório estacionado no Caty;

Art. 2º - os oficiais, que o quiserem, ficarão adidos aos corpos da Brigada Militar, para serem aproveitados nas vagas que se forem dando na mesma milícia;

Art. 3º - os inferiores e praças poderão ser incorporados aos corpos da Brigada para completarem os claros nela existentes;

Art. 4º - revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Porto Alegre, 31 de dezembro de 1908.

Dr. Carlos Barbosa Gonçalves.

Protasio Alves.<sup>250</sup>

<sup>249</sup> AXT, Op. Cit., p. 290.

<sup>250</sup> AHRS. Legislação RS – 1908.

Vivia-se um novo momento político, no qual a ameaça já não era vista no lado de lá da linha geopolítica. A ameaça da fronteira era agora percebida dentro dos limites do nosso estado e essa percepção seria mais enfática em 1912, como veremos a seguir.

Neste momento de transição, os empresários da fronteira souberam buscar novos espaços de atuação. A conquista de vantagens pretendidas dependerá das formas de organização e “força de pressão” diante das autoridades. Para tanto, o intrincado jogo de relações pessoais, que não desaparece por completo, receberá novos elementos. Os vínculos se efetivam a partir de agora em um plano mais institucional, através de acordos e tratados assinados e tornados públicos pelas partes interessadas.

Emilio Calo pronunciaria o discurso de encerramento do 6º Congresso Comercial e Industrial, acontecido em Livramento, no dia 29 de março de 1912.<sup>251</sup> Neste ano, a cidade de Quaraí já contava com outro saladero de propriedade de uruguaios, e seus campos estavam cercados e povoados por animais mestiços. As indústrias anexas às charqueadas – de conservas e sabão – também eram bons indícios de crescimento. Como noticiaria “*O Cidadão*”, uma nova fase de produção pastoril estava sendo vivenciada.

O município de Quaraí isolado neste recanto do Brasil sem outro auxílio senão o que a natureza em sua prodigalidade lhe deu tem, depois do advento da República, sobretudo nestes últimos anos após a revolução que tudo devastou, procurado enveredar pela ação fecunda do progresso, dando desenvolvimento as suas maiores riquezas e procurando criar uma vida mais produtiva. A nossa indústria que há bem pouco tempo limitava-se a um comércio pequeno e à criação pastoril pelos processos mais rudimentares, atravessa hoje uma nova fase.<sup>252</sup>

Da mesma forma, estavam os empresários vivenciando novas necessidades de organizar-se. Em todo o estado, diferentes grupos, em diferentes regiões, estavam promovendo reuniões e associando-se na busca de interesses comuns.

Para esses charqueadores da fronteira isso se tornava ainda mais importante, visto constituírem um grupo com interesses bastante específicos em relação à economia pecuária do período. Estavam diante de um grupo que, no Uruguai, beneficiava-se das melhores condições de produção e que lutava para manter seu mercado consumidor no Brasil. Por outro lado, confrontavam-se com os interesses dos charqueadores da região de Pelotas, tradicional centro produtor do estado, e que pretendia minar com as possibilidades de exportação via Uruguai.

---

<sup>251</sup> *O Cidadão*. Quaraí, 03 de abril de 1912.

<sup>252</sup> *O Cidadão*, 30 de novembro de 1912.

Em função do caráter fronteiro de suas empresas, os charqueadores do extremo oeste do Rio Grande do Sul tinham interesses econômicos bastante particulares.

Como vimos no capítulo anterior, por alguns anos conseguiram tirar proveito da presença e lugar ocupado pelo Coronel João Francisco na estrutura política estadual. Da mesma forma, os riscos de invasão inimiga através da fronteira exigiam que se mantivesse nessa região importantes aliados do governo.

Depois de 1908, no entanto, isso mudaria. Para além dos favorecimentos pessoais, haverá necessidade de novas formas de organização e reivindicações. Os Congressos Comerciais e Industriais acima descritos se inserem nessa nova forma de organização empresarial.

Talvez possamos pensar numa certa “institucionalização” dos meios de reivindicação. Os convênios descritos a seguir são uma atitude de intervenção direta no processo de produção e venda das mercadorias. Intervenção que deixaria o grupo mais visível em seus intentos, o que trazia ao mesmo tempo o risco de uma oposição mais sistemática.

## 5.2 A ENTENTE DA FRONTEIRA

*“Se empregamos um capital é para que ele renda numa proporção razoável”.*

No dia 31 de outubro de 1912, em Montevideú, Emilio Calo e mais dez charqueadores da fronteira assinam um convênio a fim de limitar o número de reses que seriam abatidas na próxima safra, evitando uma brutal queda do preço do charque.

Em novembro, Calo vai para Bagé com o intuito de participar de uma reunião do Partido Blanco que aconteceria nesta cidade. Lá, concede uma entrevista, transcrita em anexo, que será motivo para uma reação desenfreada por parte dos criadores do Rio Grande do Sul. Estes congregar-se-iam em uma Assembléia em Santa Maria, deliberando a constituição da *União dos Criadores* do estado como repúdio às ações empreendidas na fronteira do estado.

“*O Cidadão*”, de onde transcrevi o “*interview do sr. Emilio Calo*” informava já ser bastante grande o “movimento entre os fazendeiros do Estado, ao qual se estão aliando quase todos os municípios”, que se fundava “nas declarações feitas pelo adiantado industrialista local sr. Emilio Calo”. Para o redator tratava-se, pois, de um documento “de palpitante atualidade”. Para o trabalho aqui desenvolvido, trata-se de uma evidência do espírito empresarial destes charqueadores.

Cientes dos preços e das possibilidades de colocação de seus produtos no mercado, o convênio é uma tentativa de controle sobre estes elementos. A maior preocupação se dá com a garantia de manutenção do consumo, sem grande alteração de preços, e segurança de bons rendimentos ao capital empregado. Nas palavras de Emilio Calo, tratava-se de uma “muralha de defesa”.

A pretensão dos fazendeiros rio-grandenses está em tal antagonismo com o estado real dos mercados de consumo que obrigou os charqueadores da fronteira a fazerem um convênio, sem o qual se tornava impossível a safra neste ano. Ter-se-ia que parar com as matanças se fôssemos ceder às exigências dos fazendeiros rio-grandenses. Na minha opinião, o gado manterá este ano um preço superior ao da safra passada, mas opino que nunca poderá atingir as elevadas pretensões atuais dos fazendeiros que, no meu conceito, obedecem a uma especulação artificial.

-Especulação artificial!?

-Sim: Uma fantasia, uma exigência que bem meditada, não tem cabimento.

A *entente* dos charqueadores da fronteira terá uma influência tão poderosa, que necessariamente repercutirá nos mercados consumidores, mantendo o



charque uma cotização estável, o que evitará as grandes alterações de preços que são as que produzem grandes prejuízos aos charqueadores.

Temos o dever de pensar em tudo isso para não nos atirmos em negócios fantásticos, pagando pelo gado o que até hoje ainda não se pagou. Não nego aos fazendeiros o direito de defenderem seus interesses, procurando colocar seus gados em condições muito boas, mas também não devem eles negar aos charqueadores igual direito.

*Se empregamos um capital é para que ele renda numa proporção razoável e não para o sacrificarmos em bem dos fazendeiros, simplesmente pelo motivo de que, no ano passado, morreram alguns milhares de cabeças.*

O convênio, que firmamos, é uma muralha de defesa aos interesses da pecuária riograndense.

-Conseguimos saber que é calculada a safra deste ano entre 800 a 850 mil cabeças.

Os saladeiros da fronteira abaterão, provavelmente, cerca de 400 mil reses.

-Os charqueadores que firmaram o convênio são os de Livramento, Quaraí, Uruguaiana, São Borja e Rosário.<sup>253</sup>

Trata-se, portanto, de um convênio entre os charqueadores para garantir o acesso à matéria-prima com preços compensadores e conseqüentes vantagens com a colocação dos produtos no mercado a um custo de produção mais baixo e valor estável.

A presença de Emilio Calo nesses acordos já tinha um forte precedente. Os vínculos mantidos com os saladeristas uruguaios, intensificados depois de 1908, quando se tornam seus sócios a Cia. Tabarez, de grande prestígio e atuação no Uruguai, foram certamente um grande impulso para a constituição da *Entente da Fronteira*.

Emilio Calo, por exemplo, figuraria como integrante do convênio saladerista firmado em Buenos Aires no ano de 1901. Participariam saladeristas argentinos, uruguaios e Emilio Calo, que já estava no Brasil. Destaca-se a presença de *A. Jaume Hnos y Ca.*, os antigos sócios de Calo no Uruguai, e de *G. B. Dickinson*, o futuro sócio de Calo na *Novo Quarahy*. Isso evidencia a importância dos vínculos pessoais na efetivação destes acordos, para além dos interesses comuns que os uniam.

#### Convênio Saladerista

Pedem-nos a publicação do convênio firmado pelos saladeristas argentinos e uruguaios na cidade de Buenos Aires.

Sendo de interesse geral, damos a continuação os termos do referido convênio no próprio idioma em que foi lavrado:

En la ciudad de Buenos Aires, a 5 de noviembre de 1901, los saladeristas abajo firmados han convenido lo siguiente:

1º Dejar terminada la proxima safra, el 15 de Julio de 1902, a mas tardar;

2º Dar a sus comisionados las instrucciones para compras de ganados el 1º de cada mês, siendo entendido que el precio no regira sino hasta el fin del

<sup>253</sup> O Cidadão, 30 de novembro de 1912.

mismo, y que los apartes deberán hacerse indefectiblemente dentro del mismo plazo.

3º Los saladeristas de la Banda Oriental que hiciesen compras en la Republica Argentina, procederán de acuerdo con las bases del articulo segundo.

4º Publicar em los diários de los principales puntos de residência de los hacendados, las disposiciones anteriores. – Por autorizacion de “La Campaiña Argentina de Carnes Conservadas”: *Rossi y Hno.* – *Manuel y Esteban Berisso.* – *E. Soulez y Ca.* – *Freitas y Giorgio.* – **E. I. Calo y Ca.** – *Heudtlast y Ca.* – *P. Harriague y Ca.* – *Alberto Santa Maria.* – *Eduardo Nebel.* – **A. Jaume Hnos y Ca.** – **G. B. Dickinson.** – *por poder de M. Etehebarne y Ca. y P. Lopes y Ca: E. Olivera Calamat.*<sup>254</sup>

Ambos convênios acabaram por ter um caráter de regulação de preços e mercado. Tanto no que se refere à compra da matéria-prima como em relação à colocação destes produtos no mercado consumidor.

Nesse sentido, a “Liga das charqueadas” será duramente combatida pelo grupo de pecuaristas dedicados à criação de gado, uma vez que seria inaceitável a efetivação de um tratado que tinha o interesse de “forçar a baixa do preço dos gados” no Rio Grande do Sul.

Esse combate será intensificado em 1913 quando surgem notícias de que o mesmo grupo que firmara o “convênio de 1912”, estava em vias de constituir o *Centro del Tasajo*.

Este *Centro*, com a participação de Emilio Calo e demais saladeristas do oeste gaúcho, pretendia “formar um marco de defesa da indústria saladeril, colocando em uma só mão todo o charque que se elabore nos estabelecimentos da fronteira”.<sup>255</sup> Ou seja, o *Centro* se ocuparia da compra, distribuição e vendas, seria “o regulador e o administrador dos negócios de carnes”, o *gerente-mor* da indústria pecuária da fronteira.

A estabilidade e a busca pelo menor preço do charque eram vistos como única possibilidade de manter um bom mercado consumidor durante o período de crise econômica no Brasil e uma pronunciada crise, ainda maior, a nível mundial.

Não podemos esquecer que o setor da pecuária no estado também apresentava suas fragilidades, principalmente em função da concorrência dos países vizinhos. Neste período, ainda, outros estados brasileiros já contavam com grande produção de animais e fábricas para seu beneficiamento. São Paulo já se destacava como um pólo frigorífico com grandes projeções, tendo no porto de Santos uma ampla porta para os mercados do mundo. Mas esta “muralha de defesa” dos interesses fronteiriços não seria nada bem recebida pelos pecuaristas do restante do estado.

<sup>254</sup> A Fronteira, 23 de novembro de 1901.

<sup>255</sup> A Estância. Novembro de 1913, p.278.

### 5.3 – A UNIÃO DOS CRIADORES E O COMBATE AOS “TRUSTS”.

*“É bom não esquecer que temos adversários, cuja ação ofensiva não é de se desprezar; esses, em seus sonhos de vitória, atiram-se a luta julgando-nos uma classe desunida”.*<sup>256</sup>

A *União dos Criadores do Rio Grande do Sul* seria constituída e ganharia força e visibilidade, notoriamente, diante das ações do grupo de empresários da fronteira gaúcha. Nas páginas de seu órgão de propaganda<sup>257</sup> lê-se: “Surgimos fazendo frente às descabidas pretensões de charqueadores estrangeiros, que procuravam, aliás, levar consigo os nacionais”. E continua:

À hora presente devem todos os estancieiros patricios estar convencidos das inestimáveis vantagens que lhes assegura a *União dos Criadores do Rio Grande do Sul*.

Efetivamente, criada em outubro do ano próximo passado, a *União*, em 5 de dezembro daquele ano, acorria pressurosa, em defesa da classe, quando por ocasião do pretendido *convênio* delineado e iniciado pelo sr. Emilio Calo.

Sim, esse senhor, unido a alguns charqueadores de Montevideú e do Estado, pretendiam, negando a notória escassez de gados, impor preços aos fazendeiros, assegurando para si nababescos proventos, advindos da alta dos efeitos nos mercados de consumo!

Surgiu, porém, como já dissemos, a *União dos Criadores*, que por enérgica iniciativa de sua diretoria provisória, aparou o tremendo golpe, convocando o memorável congresso de Santa Maria, de 5 de dezembro de 1912.

Está na consciência de todos os criadores os benéficos resultados emanados daquela assembléia de fazendeiros, os quais resumiremos desta forma – denúncia do convênio por alguns de seus adeptos e imediata valorização dos gados.

Esse é o primeiro, valioso e salutar serviço prestado pela *União* à classe. Esse serviço deve ser um penhor de completa solidariedade dos fazendeiros para com a novel sociedade.<sup>258</sup>

As notícias sobre o convênio firmado em 1912, em um primeiro momento, teriam sido acompanhadas através da imprensa uruguaia. Em 1913, quando da constituição do *Centro del*

<sup>256</sup> A Estância. Abril de 1913.

<sup>257</sup> “Já nos constituímos em associação e fundamos a União dos Criadores. Já nos reunimos em congresso e decidimos a fundação de um Banco Rural. Já criamos o nosso jornal, órgão do nosso pensamento, e aí está **A Estância**”. A Estância. Março de 1914, p.21.

<sup>258</sup> A Estância. Março de 1913, p.15.

*Tasajo*, a União já contava com informantes que residiam em Quaraí e demais cidades fronteiriças, acompanhando cada movimento do grupo de saladeristas.<sup>259</sup>

Para a *União dos Criadores*, as ações desse grupo da fronteira anunciavam-se extremamente prejudiciais aos seus interesses. Na sua opinião, havia se formado o *trust do charque* e o poder que teria em regular o preço das carnes certamente o faria tirar todo o proveito de tal posição. O momento da compra dos gados é o que mais preocupava a entidade.

Diante de tal ameaça, o momento era de reação! “Não provocamos, fomos provocados. Não devemos fugir, que em nosso caso seria alguma coisa mais que ridículo”<sup>260</sup> propalava a União.

A medida mais eficaz, no seu entender, seria a de que “criador algum vendesse sequer um boi aos saladeristas do *Centro del Tasajo*”. No entanto, já percebia tal resistência como uma utopia. Por motivos variados, os criadores acabariam vendendo seus gados. Nesse sentido, para não perder o poder de decisão sobre seus bens, o apelo da União era de que os criadores não vendessem os seus “gados por preços abaixo do seu valor real”.

O *Centro del Tasajo* apresentava-se como uma ameaça muito séria, especialmente pelo grande capital financeiro que o constituía.<sup>261</sup> A força econômica do Centro apresentava-se como a maior ameaça, uma vez que “o capital entraria como arma de guerra”. Era isto que o diferenciava do *Centro Industrial do Charque*, fundado em Pelotas, em 1906.<sup>262</sup> Este Centro também teria atuação no mercado, orientando a exportação do charque e gerenciando seu estoque de acordo com a procura.

Graças, porém, ao caráter e patriotismo dos sócios solidários da firma Osório, Nunes & Cia., que constituía o Centro do Charque, e que eram o Coronel Pedro Luiz da Rocha Osório e Francisco Nunes de Souza Junior, nunca o Centro assumiu a feição odiosa de trust, nem deixou de consultar os interesses dos criadores.

<sup>259</sup> De Quaraí, Miguel da Cunha Corrêa enviaria inúmeros telegramas para A Estância.

<sup>260</sup> A Estância. Março de 1914, p.22.

<sup>261</sup> “O Centro del Tasajo e os Criadores - Em todos os cantos do nosso Estado ecoou desagradavelmente a notícia da fundação do Centro del Tasajo, com grandes recursos de dinheiro, constituído pelos saladeristas das nossas fronteiras.” A Estância. Março de 1914, p.19.

<sup>262</sup> “Um grupo de charqueadores de Pelotas, Bagé, São Gabriel e Jaguarão, que se reuniram junto aos poderosos exportadores de Pelotas, em 1906, para formar o Centro Industrial do Charque. O propósito do Centro era obter preços mais altos para o charque através da venda em comum, e seus membros procuravam os mesmos privilégios garantidos aos Sindicatos Agrícolas sob a Lei Federal de 1903. Os charqueadores eram proprietários de 11 charqueadas na tradicional zona de produção da região, uma área que havia visto a sua quota de produção de charque rio-grandense cortada a menos de 50% na década precedente pelas novas, geralmente charqueadas de longa escala, dispostas na borda uruguaia. O Centro era de uma só vez um esforço para reverter esta tendência e uma tentativa de tomar vantagem da oportunidade temporária de mercado criada por séries de planos protecionistas brasileiros de impostos oficiais sobre o charque platino”. BAK, Op. Cit., p. 38. (tradução minha)

Para a União dos Criadores, o empreendimento de Pelotas, se comparado ao dos saladeristas fronteiriços, não teria contado com o avultado capital que dispõem os últimos, o que lhes conferia o real poder de baixar o preço do charque e dos gados.

Mas havia mais dois importantes elementos que distinguiam ambos acordos de charqueadores diante da associação dos criadores. O *Centro Industrial do Charque* seria presidido por dois importantes criadores do estado, o que conferia a esse movimento uma atenção também aos interesses dos fornecedores de gado e uma preocupação central com a economia pecuária do Rio Grande do Sul.

Por outro lado, o *Centro del Tasajo* (e a citação do nome sem tradução reforçava isso) era visto como uma agremiação de “industrialistas estrangeiros”, com grande capital para investimentos, certamente pouco preocupados com a superação de alguma crise que não fosse a de gerar mais lucros para suas empresas.

Para a União dos Criadores tratava-se, portanto, de um grupo de estrangeiros bem orientados para explorar as riquezas gaúchas. Nesse sentido, o Convênio é trust; e os saladeristas são uruguaio, cuja ação deveria ser contida em proveito dos interesses estaduais.

Essa guerra contra o inimigo será personificada em Emilio Calo, dito “arguto saladerista” cuja entrevista em Bagé teria sido “baliza nas primeiras manobras para a ação” concretizada com o *Centro del Tasajo*.

Os charqueadores da fronteira, tendo como intérprete e mentor o importante industrial uruguaio Sr. Emilio Calo, promoviam um convênio com o fim expressamente declarado, e publicamente revelado numa entrevista, de fazer baixar o preço do gado.<sup>263</sup>

O mesmo inteligente e fioso industrial, o homem das entrevistas jornalísticas, mas cujo valor de lutador é justo reconhecer, voltou a carga e foi o principal organizador, senão a alma, do misterioso e temível *Centro del Tasajo*. [...]

Embora sobre o *Centro* veio a *União dos Criadores*, ele fez de jacaré, e mergulhou; e ninguém é capaz de dizer se está morto, ou se lá distante tem as ventas fora d'água.<sup>264</sup>

Apesar das inúmeras citações que relacionam os interesses de Emilio Calo aos acordos firmados na fronteira, a *União* diz não haver qualquer sentimento de malquerença pessoal contra os saladeristas do *Centro del Tasajo*. “Entre eles, um até há, D. Pedro Irigoyen, que nos

<sup>263</sup> A Estância. Maio de 1914, p.102.

<sup>264</sup> A Estância. Julho de 1914, p.129.

merece respeitosa admiração [...]. Sentimo-nos até, e só por isso, pesarosos de combater a ação do grupo dos poderosos industrialistas, visto dele fazer parte tão conspícuo uruguaio”.<sup>265</sup>

Mas os interesses em choque colocariam Emilio Calo em posição bastante visível para o ataque dos redatores de *A Estância*. Se, por parte dos saladeristas da fronteira havia “audácia e dinheiro”, o mesmo seria quisto pelos criadores.

“O trust econômico é um privilégio condenável, é o exercício da força de poucos monopolizadores e especuladores de produtos”.<sup>266</sup> Diante do *trust do charque* o melhor meio para escapar da sua ação nefasta seria organizar frigoríficos e/ou charqueadas com capitais dos próprios criadores. “Uma empresa que tenha essa origem, não poderá sacrificar os interesses daqueles que serão os seus próprios organizadores”. Com este intuito, a *União dos Criadores* promoveria a fundação das cooperativas de produção pecuárias, a exemplo do que já vinha acontecendo nas regiões de imigração italiana e alemã.

No Congresso anual de maio de 1914, em Santa Maria, o principal tema discutido foi o da criação de charqueadas regionais. O lema era: “ao pequeno capital, juntemos o pequeno capital” e tinha por fim constituir as companhias produtoras. A idéia era de que poderiam os próprios criadores industrializar os produtos dos gados que lhes pertenciam, ficando livres da imposição dos preços por parte dos charqueadores e, principalmente, não tendo que se subjugar aos interesses do *Centro del Tasajo*.

Essas charqueadas regionais seriam moldadas nas *packing-houses* de Chicago e, além da salga da carne, dedicar-se-iam ao fabrico de carne cozida e línguas enlatadas, sendo que as gorduras seriam aproveitadas na fabricação de velas e sabões, o que não diferia muito da estrutura produtiva das charqueadas da fronteira. Nos primeiros cinco anos de funcionamento, metade dos lucros das charqueadas regionais deveria ser remetido a um fundo, cujo capital seria aplicado na fundação de um frigorífico no estado. Dos cinco anos seguintes, os lucros seriam destinados ao Banco Rural.

Certo está que a *União dos Criadores* foi uma incansável defensora do estabelecimento de frigoríficos no estado. Para ela, a pecuária gaúcha encontrava-se em um estado produtivo retrógrado, onde os modernos métodos de exploração rural deveriam ser introduzidos. A exemplo da grande expansão vivida pela Argentina, tornava-se premente a fundação do primeiro frigorífico no Rio Grande do Sul, o que igualmente colocava em evidência o problema do refinamento do gado.

<sup>265</sup> A Estância. Março de 1914, p.22.

<sup>266</sup> A Estância. Dezembro de 1913, p.339.

Vendo a “América do Sul como o inquebrantável empório de futura produção e comércio da carne”, a única solução para o problema da pecuária gaúcha estava na produção de carnes refrigeradas. Nesse sentido, as charqueadas eram estabelecimentos condenados, que haviam contribuído para a falta de gados e a sua má qualidade no estado. Os esforços para a constituição da *Companhia Frigorífica do Rio Grande*, com capitais angariados entre os criadores, farão parte de uma “longa e malograda” luta, parcialmente encerrada em 1917.<sup>267</sup>

Mas as condições para tal feito ainda não estavam dadas e a ação do *Centro del Tasajo* preocupava. Nesse sentido, o incentivo para a criação das charqueadas regionais seria uma alternativa temporária. Além disso, preconizava-se a fundação de estabelecimentos capazes de congregiar tanto a produção de carne salgada como frigorificada.

Ao que tudo indica, esse discurso foi prontamente aceito pelos fazendeiros de Quaraí. Na mesma pequena cidade em que Emilio Calo gerenciava sua colossal empresa, e de onde emanavam os receios do temível “golpe” que ele tramara, constituir-se-ia uma Companhia Anônima, formada por criadores, com o intuito de explorar uma indústria de charqueada.

É bem possível que as idéias preconizadas pela *União dos Criadores* tenham sido apenas mais um suporte para um projeto já pensado em Quaraí há mais tempo.

Logo nos primeiros meses de 1912 os estancieiros Carlos Corrêa, Miguel da Cunha Corrêa, David F. Pereira, João A. Rodrigues, Pio Rodrigues de Almeida e João Sebastião Corrêa iniciam um movimento com o propósito de fundar uma Associação Rural na cidade. Lembrando que, na cidade vizinha de San Eugenio, tal agremiação fora criada ainda em 1903 (e estes mesmos pecuaristas quaraenses participariam da Exposição Feira), não é de se espantar que eles viam com grande pesar a sua inexistência e a pouca garantia dessa atividade no Brasil em termos de estrutura legal.

O propósito da Associação seria o de congregiar criadores e agricultores. A união desses “industrialistas” proporcionaria a eles inúmeras vantagens. Sua organização faria surgir um campo de ação bastante vasto, em defesa legítima de seus interesses. Também evidenciava-se aí uma consciência que procura tratar de interesses regionais, certamente dotados de características únicas em razão de Quaraí constituir-se em “zona fronteira”.

Na circular enviada aos fazendeiros e demais proprietários convidando-os para a reunião, realizada no edifício do Club Comercial, lê-se:

O fim dessa reunião é associar a nossa classe, é juntar todos os fazendeiros do município numa agremiação que defenda os seus interesses e ampare

---

<sup>267</sup> Ver: PESAVENTO, Sandra. *República Velha Gaúcha - Charqueadas, Frigoríficos, Criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980, p.96-124.

todos os movimentos que correm para o engrandecimento da nossa indústria.

Temos em vista criar um centro de assistência moral, quando outra coisa não seja, que proteja o criador, tão desprotegido de si mesmo até agora, proporcionando-lhe as vantagens de que já se goza em outros centros industriais.

Sabeis que o governo da República dá livre introdução para todo e qualquer elemento destinado em exclusivo aos empregos da indústria nacional, os moradores desta região, entretanto, pagam essas introduções pelas taxas integrais da tabela.

Sabeis que outros centros criadores recebem o carinho dos poderes públicos, traduzidos em prêmios ou regalias que lhes valem de lucro e incentivo.

Longo, enfim, seria enumerar, aqui, as vantagens que advém às regiões criadoras por via de agremiação dos respectivos industrialistas. [...]

Seja suficiente lembrar-vos que sendo a nossa indústria a que mais capital emprega, não só no Rio Grande como em alguns outros Estados, não temos ainda um código rural, o que equivale a dizer que a nossa vida industrial não está regulamentada, que os nossos interesses não têm o apoio de um estatuto especial, como o tem os outros ramos industriais.

Além das leis de medianeria, mal delineadas, equívocas quase, as diversas manifestações da vida rural agitam-se no âmbito de leis convencionais e velhas praxes sem força jurídica.

Conquistas como essa e outras não se alcançam com a atual dispersão de esforços e sim conjugando vontades e convergindo-as para um centro organizado como o que tentamos criar.

Falta ponderar-vos que a maior despesa que se vos pode exigir nesta tentativa é de toda representada em esforço e boa vontade.<sup>268</sup>

São estes mesmos pecuaristas, que pretendiam a fundação da *Associação Rural*, que constituirão a comissão local da *União dos Criadores* em 1914. Em abril deste ano, Quaraí tinha apenas 06 sócios matriculados no registro geral da *União*, três anos mais tarde, no entanto, já contava com 58 associados. São esses indivíduos que efetivarão a organização de uma nova charqueada na cidade.

Na verdade, o *Saladeiro São Carlos*, de propriedade da firma uruguaia Mendive & Cia. já produzia charque e derivados em Quaraí desde 1910. A exemplo da charqueada *Novo Quarahy*, tinha grande capacidade produtiva e aproveitava toda a estrutura de transporte, via Uruguai, para exportar sua produção.

Em abril de 1914, no entanto, vários criadores do município, aos quais mais tarde se juntariam outros de Alegrete e Uruguaiana, “deliberam organizar uma sociedade anônima para a compra da Charqueada São Carlos”.<sup>269</sup> Os antigos proprietários permaneceriam no negócio, constituindo parte dos imóveis da empresa a quantia com que se associam. O

<sup>268</sup> O Cidadão, 02 de março de 1912.

<sup>269</sup> O Cidadão, 23 de maio de 1914.



restante do capital social, de aproximadamente 1.500 contos réis, seria dividido em 500 ações do valor nominal de 3 contos de réis cada uma.<sup>270</sup>

A *Sociedade Anônima Xarqueada São Carlos*, cujo principal fim seria “adquirir por compra o estabelecimento saladeril denominado ‘São Carlos’, como também os campos pertencentes a mesma charqueada, fábrica de sabão e mais dependências”<sup>271</sup> constituir-se-ia no dia 30 de abril de 1914. Com sede em São João Baptista do Quarahy e com duração prevista de 25 anos, a Sociedade se ocuparia da “elaboração e venda dos produtos bovinos e seus derivados, podendo ainda realizar todas as operações concernentes à compra e arrendamento de campos, gados e outras relacionadas com a índole de tais associações”.<sup>272</sup>

O Artigo 7º dos seus *Estatutos*, ao afirmar ser “*absolutamente proibido a essa Associação, entrar em Trusts ou combinações quaisquer deste gênero*”, evidenciava estar o grupo de fazendeiros de Quaraí bem alinhado ao discurso da *União dos Criadores*, que preconizava ações no sentido de combater o *trust do charque* surgido nesta mesma fronteira, em 1913.

De certa forma, os fazendeiros de Quaraí buscaram esse apoio da *União*, pois será a própria diretoria da *São Carlos* que informa a *União*, em Porto Alegre, sobre as assembléias e o andamento da sociedade anônima. Quando esta já está em período de produção, nas páginas de *A Estância* serão bastante recorrentes informes e balanços, enviados de Quaraí, sobre matanças e lucros daquela charqueada.

Tanto para os sócios da São Carlos quanto para a União dos Criadores, a produção do “primeiro estabelecimento saladeril de propriedade dos fazendeiros” era mais do que um simples negócio de charqueada. Nas palavras de Carlos Correa, tratava-se de uma “empresa de alta significação moral”.

De acordo com este sócio, cujo discurso transcrevo abaixo<sup>273</sup>, a *Xarqueada São Carlos* apresentava-se como “sentinela avançada dos interesses dos criadores” e era constituída na “possibilidade de minar a ação dos trust saladeris”. As condições do progresso da indústria pecuária estariam em suas mãos e seu desenvolvimento nesta região da fronteira tinha todos os elementos necessários para logo se converter em indústria frigorífica.

---

<sup>270</sup> Projecto de Estatutos da *Sociedade Anônima Xarqueada São Carlos*. Montevideú: Talleres Gráficos A. Barreiro y Ramos, 1914.

<sup>271</sup> Idem, p. 03.

<sup>272</sup> Idem.

<sup>273</sup> Discurso do Sr. Carlos Alberto Correa durante a primeira reunião dos acionistas da Sociedade Anônima.

Senhores acionistas:

Pela consideração e benevolência de meus ilustres companheiros, cabe-me a imerecida honra de abrir, este ato solene de tanta transcendência para a nossa principal indústria, a Pecuária, desta privilegiada zona do nosso glorioso Estado. Sinto verdadeiro orgulho ao ver que todos vós, concorrestes com o entusiasmo que era de esperar, ao nosso convite para esta patriótica reunião. Estou certo que bem compreendeis a alta missão que está reservada à sociedade que pretendemos fundar, pelo que é desnecessário estender-me em maiores detalhes.

Só quero descortinar que a obra que pensamos levar a efeito, representa um passo gigantesco nos anais da indústria pastoril regional, porque, aparte do interesse material, que neste caso deve ser secundário, devemos ter presente a alta significação moral que representa a união de um forte e decidido grupo de esclarecidos fazendeiros, que responderam como um só homem ao chamado que lhes fizemos, para honra e glória de todos. De hora em diante, teremos terminado de uma vez para sempre, com todas as combinações e trusts saladeris, verdadeiro terror dos criadores.

Nosso estabelecimento “São Carlos” estará sempre como uma sentinela avançada dos nossos interesses, e uma fortaleza donde assentaremos nossa bateria de combate, que serão o trabalho, a honestidade e a justiça. Devemos ter plena confiança no bom êxito da nossa empresa. Pela união que representa a força teremos uma base de matança segura, desde que a maioria dos nossos acionistas são fazendeiros.

A Sociedade não imporá como obrigação aos seus associados que contribuam com seus gados, porem a lógica e o sentido comum nos dizem que em igualdade de preços, a preferência será dada ao São Carlos porque esse fazendeiro acionista participa das suas utilidades. Por outra parte, cada acionista tem interesse direto em que o estabelecimento abata o maior número possível de gados; logo, pois se constituirá um propagandista da sociedade, e trabalhará para que seus vizinhos, parentes e amigos venham associar-se a este saladero.

Como a tarefa que nos espera é árdua e laboriosa não quero distrair por mais tempo a atenção da respeitável Assembléia: vou apenas explicar que, no meu humilde modo de pensar, a obra que tomamos a nosso cargo, trará um reflexo de honra e gloria sobre todos os criadores deste grande Brasil, diante de si e diante dos nossos vizinhos, pois demonstrará a pujança que tem o nosso esforço visto que será este o primeiro estabelecimento saladeril de propriedade dos fazendeiros.

Não devemos meus distinguidos colegas encarar esta empresa simplesmente pela face material, como fonte de recursos abundantes, como emprego de capital, e sim como defesa natural e única, em vista da marcha que vão tomando os negócios saladeris nestes últimos tempos, ameaçando a ruína da pecuária em futuro não distante.<sup>274</sup>

*A Estância* elogiaria muito tal empreendimento e enfatizaria, logo nos primeiros informes, a “progressista iniciativa” daqueles senhores em instalar uma seção frigorífica junto ao saladeiro. Dessa maneira, nele seria aproveitada “a produção bovina da zona pecuária mais rica e talvez mais adiantada do Estado e que conta com gado em número e quantidade suficiente ao fim requerido”.

---

<sup>274</sup> O Brazil. Quaraí, agosto de 1914.

O estado bastante adiantado da pecuária nos municípios da fronteira oeste, com enormes avanços no cruzamento das raças bovinas é outro fator que merece destaque e atenção dos criadores das demais regiões do Rio Grande do Sul. Para *A Estância*, tendo a charqueada *São Carlos* abatido somente tropas de gado mestiço em um primeiro momento, a região do Quaraí apresentava uma lição das vantagens indiscutíveis do cruzamento. Até mesmo o escoamento da produção via Uruguai é entendido como uma boa alternativa em função da “falta temporária” da barra de Rio Grande.

Um único ponto dos estatutos da São Carlos não foi diretamente mencionado na revista. Trata-se dos benefícios diretos que teriam os acionistas da empresa.

Artigo 9º Na compra e venda de gados será sempre dada preferência aos gados dos acionistas desta Associação.

Artigo 10º A Sociedade poderá adquirir grande lotes de gado a varrer, sacrificando o que estiver em condições e vendendo o restante em boas condições, aos seus associados.<sup>275</sup>

Indiretamente, no entanto, tais conveniências estavam também presentes nos discursos da União dos Criadores, quando esta incentivava a criação das charqueadas e frigoríficos regionais. Se o controle estava com os próprios criadores, é certo que os seus gados teriam prioridade nos negócios. No Estatuto da São Carlos isso está bastante claro, e não é por acaso que Carlos Correa afirma que todos trabalhariam “para que seus vizinhos, parentes e amigos venham associar-se a este saladero”.

Conhecendo um pouco da trajetória dos indivíduos cujos nomes aparecem na lista dos primeiros acionistas da *Xarqueada São Carlos*,<sup>276</sup> percebe-se que já se trata de uma associação de amigos ou, pelo menos, que estão vinculados a um certo grupo político.

Todos os indivíduos citados possuíam grandes extensões de terra em Quaraí e eram proprietários de enormes rebanhos bovinos e ovinos. Em sua maioria, possuíam estâncias nas quais se praticava o melhoramento das raças e alguns ainda eram comerciantes.

No entanto, outros grandes criadores não aparecem na lista de acionistas. Em 1914, Carlos Alberto Correa e Olavo Alves Saldanha são os dois maiores contribuintes do imposto territorial em Quaraí. O primeiro possuía uma área de 17.008 hectares e o segundo, 10.699

---

<sup>275</sup> Projecto de Estatutos da *Sociedade Anônima Xarqueada São Carlos*. Montevideú: Talleres Gráficos A. Barreiro y Ramos, 1914.

<sup>276</sup> INCORPORADORES: Sr. Miguel da Cunha Correa - Carlos Alberto Correa - Francisco Flores da Cunha - Dr. João Vieira de Macedo - David Francisco Pereira - Francisco de Macedo Couto - Felix Guerra - João A. Rodrigues - Filhos de Jose Guerra - Ignácio Aguirregaray - Real & Guerra - Pio Pereira Martins - Germano de Sá Seabra - Arthur das Chagas Salgado - João Almeida - Reverbel Mendive & Cia. Idem.

hectares.<sup>277</sup> Os dois, igualmente, serão proprietários dos maiores rebanhos bovinos da cidade. Carlos Correa com 10.000 cabeças e Olavo Saldanha (possuindo o 3º maior rebanho do município, logo atrás de Felix Guerra (7.200)) contabilizava 6.800 animais em suas propriedades.

Assim como Olavo Alves Saldanha, outros criadores - como os irmãos Santos que, além de se dedicar ao comércio de importação e exportação, tinham igualmente um estabelecimento de criação de gado mestiço (que inclusive seria elogiado nas páginas de A Estância) - não estão envolvidos nos negócios do São Carlos.

O fato é que, em 1914, estava-se no auge da disputa política iniciada em 1904, quando o Coronel João Francisco destituiu do poder local Francisco Flores da Cunha em favor de Olavo Alves Saldanha. O ano seria marcado por atentados de morte e inúmeras ações judiciais movidas pelo coronel Miguel da Cunha Correa, primo-irmão de Flores da Cunha e Intendente de Quaraí desde 1912, contra o grupo liderado por Olavo.<sup>278</sup>

O próprio Olavo Alves Saldanha seria acusado de gerir indevidamente os bens de um cunhado seu, menor de idade, com o intuito de afastá-lo da cidade. A acusação viria de seu outro cunhado, que era irmão do menor e também genro do coronel Miguel Correa. A este processo seriam adicionados muitos outros.

O clima na cidade era de rivalidades, violências explícitas e grande insegurança. Nesse sentido, está claro que os dois grupos rivais, em disputa pelo poder político na cidade, não se associariam em negócios de qualquer espécie, muito pelo contrário.

O mais interessante é que Olavo Alves Saldanha sempre teve uma relação bastante próxima com a charqueada *Novo Quarahy*. Foi seu comprador geral de gados nos três primeiros anos e voltou ao cargo em 1908. É de se supor, portanto, que ficou ao lado de Emilio Calo.

Assim como em 1913, quando a União dos Criadores propalava as “não vendas” de gado aos charqueadores da fronteira, também a produção no São Carlos, a partir de 1914, poderia ter sido um fator negativo para os negócios da *Novo Quarahy*. Afinal, a produção dependia da compra dos gados.

No entanto, além de ter uma produção de gados própria, de importar do Uruguai a grande maioria das reses abatidas, Emilio Calo ainda tinha a simpatia de vários criadores e a

---

<sup>277</sup> AHRs. Relatório da Fazenda, 1914.

<sup>278</sup> VOLKMER, Márcia. *Coqueiros x Barraqueiros: as rivalidades no Partido Republicano da Intendência de Quaraí (1900-1916)*. In: ROCHA, Márcia da. *Produzindo História a partir de fontes primárias. IV Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006, p. 191-206.

charqueada *Novo Quarahy*, possivelmente tenha sido o destino dos rebanhos dos *barraqueiros*.

A constituição da Sociedade Anônima São Carlos não foi, portanto, um movimento dos criadores de Quaraí, incentivados pela União, contra os charqueadores da fronteira. Ao analisar os fatos em uma perspectiva bem aproximada, no que se refere à conduta dos indivíduos, novamente os vínculos pessoais garantiriam a manutenção do negócio mais do que as unilaterais “alianças de classe”.

## 6. CAPITULO V – FRONTEIRA FECHADA

### 6.1 O mercado e a indústria do charque

“O charque é o principal fator de nossa exportação. [...].

Por estes dados inferimos que o fabrico do charque ainda está em plena prosperidade no Rio Grande do Sul, constituindo como até agora a sua principal indústria.

Não somos, todavia, partidários dessa indústria, cuja exploração tende cada vez mais à precariedade, pelo resumido dos mercados”<sup>279</sup>.

Não há como negar que a charqueada foi uma indústria que, ao longo do tempo, teve diminuído o mercado consumidor para o seu principal produto – o charque. Além da concorrência dos saladeros platinos, a expansão da indústria frigorífica em breve colocaria no mercado um produto bastante competitivo em relação à carne salgada.

Sem dúvida vivia-se um momento de transição econômica no mundo, o que exigia dessa indústria algumas inovações. O que a historiografia gaúcha postula, de forma geral, é que a charqueada não participou dessa transição. Ou melhor, estavam os charqueadores inabilitados para empreender essas ações.

Possivelmente essa explicação tenha surgido por ter sido aceito, como únicos indícios do momento vivido, aqueles discursos proferidos pelos ministros e secretários do governo e a luta contra aquela “indústria decadente” patrocinada pela União dos Criadores. Decisivos para tal concepção foram, ainda, os objetivos com que o tema foi tratado.

Não estou negando que havia uma intenção declarada de fomentar no estado - a exemplo do que ocorria, com sucesso, no Uruguai e na Argentina e, inclusive em São Paulo - a produção dos frigoríficos. Pretendo apenas mostrar que os charqueadores participaram desse processo de mudanças, inovando a produção e buscando novos métodos para manter ativas as suas indústrias.

O Governo do estado do Rio Grande do Sul, já em 1903, celebraria um contrato com a Companhia ‘*The Brazilian Cold Storage & Develepment Limited*’, concedendo-lhe

---

<sup>279</sup> AHRS – Relatórios da Fazenda. F.3-027, 1915, p.86.

“privilégios para o estabelecimento, uso e gozo durante o prazo de trinta anos, de depósitos frigoríficos para a conservação de carne, peixes, legumes, frutas, ovos etc. mediante a aplicação do sistema mais aperfeiçoado de refrigeração”.

Este primeiro incentivo direto para a instalação dos frigoríficos no Rio Grande do Sul não teve êxito. Passado o período estabelecido para o início das obras, nada havia sido feito pela Companhia. Este projeto seria retomado em 12 de novembro de 1912, quando é promulgada a lei n. 148 que novamente isentaria de diversos impostos, por 30 anos, os estabelecimentos frigoríficos que fossem fundados no Estado.

Além disso, e como pré-condição para a produção frigorífica, o melhoramento das raças no estado também passaria a ser incentivado. Prometia-se a doação de terrenos para edificação e criação e uma maior facilidade em introduzir as raças bovinas melhoradas. “Quem tiver gado crioulo, deve mestiçá-lo. Aí está a regra: observem-na os nossos estancieros”.

Em 1912/1914, portanto, parece ser consenso no Rio Grande do Sul que o melhoramento e seleção dos gados seria o único modo de enfrentar a crise da carne. Essa idéia seria divulgada com fervor pela União dos Criadores, junto à luta que empreende contra os saladeristas da fronteira. Na concepção desse órgão associativo, as charqueadas tinham de ceder lugar aos frigoríficos. A atenção para com a ação de “*trusts*” seria mantida, no entanto.

Em 1913, na revista da Sociedad Rural del Uruguay, ao noticiar que “muchos estancieros del Estado recién se lanzan a la mestización de sus haciendas”, o Rio Grande do Sul é apresentado como um ótimo mercado para os reprodutores uruguaios. Nesse estado onde o registro de animais de raça seria criado e regulamentado somente em 1908, portanto, se comparado aos países vizinhos, a criação de gado estaria exigindo grandes transformações.

O que chama a atenção, no entanto, é que no Uruguai, aparentemente, a indústria saladeril não é tão tenazmente condenada como no Rio Grande do Sul. A Asociacion Rural del Uruguay, por exemplo, entidade dos criadores, mostrar-se-ia até solidária à causa dos saladeros.

Revista de la Asociacion Rural del Uruguay  
Montevideo, mayo de 1912

La cuestión del tasajo

Una vez más, volvió a ponerse sobre el tapete, la batallona cuestión del tasajo; una vez más, se habló de la posibilidad de que la industria saladeril cierre sus puertas en un plazo relativamente próximo, por falta, o al menos, por considerable restricción de los mercados consumidores. Según unos, el tasajo pasa a la Historia, al veloz paso de las hazañas épicas; al decir de otros, nada hay que temer por nuestra industria saladeril. [...]

Ya, pues, que se habló a diário de esta trascendental cuestion, vamos nosotros, tambien, a tomar parte en ella, no para juzgarla, ni dar nuestro parecer sobre los remédios que convendria aplicar, para salvar a nuestra principal industria fabril, del atolladero en que se encuentra metida, sino con el fin de recordar cuanto lleva hecho nuestra Asociacion en favor de esa industria, aunque con resultados nulos.

Que previsora fué siempre la Asociación Rural del Uruguay!

Ou seja, a agremiação dos criadores, no Uruguai, tem a exata compreensão das dificuldades da indústria do charque, porém, não a condena. Não vê para este produto um futuro promissor, mas também não prega a sua extinção imediata. Se, ao longo da história, o charque não teve colocação em todos os mercados, da mesma forma existiriam lugares em que a sua presença seria sempre exigida. O único problema tornava-se a competição entre os produtores e, de forma especial, o protecionismo do Brasil.

Por aqui, a União dos Criadores, somente depois de constatar as enormes dificuldades para conseguir o capital necessário para a fundação de um frigorífico no estado, é que veicula aquela idéia de fomentar as charqueadas regionais, que ficariam sob a administração dos próprios criadores. No entanto, foi uma resolução bastante controversa e, no primeiro momento em que foi apresentada, durante o Congresso em Santa Maria, foi rechaçada por todos. Depois dos intentos de articulação dos saladeristas fronteiriços, esta indústria foi condenada, tida como ultrapassada, de dias contados, tendo que ser, necessariamente, substituída pelos frigoríficos.

Entretanto, como dito anteriormente, foi justamente na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, espaço de produção de grande parte das charqueadas gaúchas, que o refinamento dos gados recebeu um grande impulso. Assim como Emilio Calo, outros charqueadores importavam reprodutores de raça já nos primeiros anos do século. Em 1914, o melhor índice de mestiçagem e melhoramento do gado é verificado nestes municípios da fronteira.

O mesmo aconteceu com a balança. No Congresso de 1914, preconizava-se tal uso por parte dos charqueados. No entanto, o próprio redator da proposta reconhece que todas as charqueadas da fronteira, administradas pelos uruguaios, já faziam uso da mesma. E ele mesmo diz: o recado iria para os charqueadores do interior e do litoral, “seus patrícios”.

Ou seja, o que se pretende evidenciar é que não é correto afirmar que as charqueadas foram um fator de retrocesso produtivo no Rio Grande do Sul. Muito menos que os charqueadores (enquanto categoria social) eram desprovidos de mentalidade empresarial.

O estudo da trajetória dos saladeristas uruguaios atuantes na fronteira do Rio Grande do Sul por quase três décadas atesta que se constituíram em um grupo com interesses e ações



específicos no contexto da pecuária gaúcha. Foram indivíduos partícipes do processo de alterações pelas quais passava a indústria da carne no Brasil.

Em Quaraí, em 1915, as seções de charqueada e salga da *Novo Quarahy* seriam reformadas a fim de adaptar as instalações para a aplicação de um novo sistema para o preparo das carnes. O empreendimento seria idealizado pelos *Tabarez*, a exemplo do que ocorria na empresa que administravam no Uruguai.

Neste mesmo ano, Emilio Calo passa a residir em Montevideu, pelo menos na maior parte do ano. Possivelmente já estivesse em campanha para as eleições de 1916, quando seria eleito deputado pelo Partido Nacional, representante do departamento de Artigas.<sup>280</sup>

Neste mesmo ano, o mercado cubano passaria a receber o charque gaúcho<sup>281</sup> e, em breve, as charqueadas de Quaraí exportariam para a Ilha grande quantidade do produto. Ainda no ano de 1920, haveria certa expansão do mercado, quando se iniciava a exportação para a Espanha. Isso fez com que até os frigoríficos, como a  *Armour*, fabricassem o charque para exportação, elevando a procura e o preço dos gados.

Em 1918, noticiava-se grandes melhoramentos nas duas charqueadas de Quaraí. A *Novo Quarahy*, ainda sob a administração de Calo & Tabarez, anunciaria aliança com uma “poderosa companhia estrangeira”. A intenção era constituir uma sociedade anônima com o intuito de produzir carne em conserva.

#### *Charqueada Novo Quarahy – A sua transformação industrial*

Tendo chegado ao conhecimento da nossa reportagem que a firma proprietária da importante *Charqueada Novo Quarahy* resolvera transformar aquele estabelecimento adaptando-a a manufatura de carne em conserva, destacamos ontem um dos nossos companheiros para colher informações junto ao nosso amigo senhor Emilio I. Calo, atualmente nesta cidade.

Ao ilustre deputado uruguaio e adiantado homem de negócios, devemos as notas que seguem.

De feito, a charqueada Novo Quarahy passará pela transformação aludida.

Entre a firma proprietária e o representante de uma poderosa companhia estrangeira, foi já lavrado o contrato para uma associação anônima que lançará à nova empresa, contrato esse que seguiu para a Europa onde receberá o referendado da companhia a que aludimos.

Esse pacto comercial que dotará Quaraí de uma nova indústria atualmente com primazia nos mercados do velho continente, deverá, por força de prévia

<sup>280</sup> Este pode ser considerado mais um espaço de atuação do empresário, no qual Calo defende melhores condições de produção da indústria pecuária (participando da definição de impostos, por exemplo).

<sup>281</sup> “Apesar da grande escassez de charque que se vem manifestando, a charqueada do Alto Uruguai acaba de exportar para a ilha de Cuba, via Argentina, 600 fardos de charque, pesando 36.063 kilos. É esta a primeira partida deste produto exportado pelo Rio Grande para o estrangeiro”. O Cidadão. Quaraí, 08 de abril de 1916.

convenção, estar ultimado até o dia 1º de maio próximo, sendo que até o dia 15 do mesmo mês se levará a efeito o depósito de valores.

As obras de adaptação da Novo Quarahy serão imediatamente atacadas.

Parte das máquinas e aparelhos que vão ser utilizados já se acham em Buenos Aires, devendo uma outra parte, a menos importante, ser expedida da Europa.

As instalações, as quais a nova empresa pretende dar progressivo desenvolvimento, terão de imediato a capacidade suficiente para abater de cento e trinta a cento e cinquenta mil cabeças de gado, anualmente.

Alguns pormenores do negócio em vias de realização, e que bondosamente nos foram transmitidos, nos permitem avaliar do grande impulso que a nova empresa representa para Quaraí.

Sinceramente, pelo engrandecimento e progresso da nossa terra, desejamos – como acontecerá – que a transação de realize nos brilhantes termos em que foi planejada.<sup>282</sup>

O mesmo projeto de adaptação da indústria para a fabricação de carne conservada no Quaraí seria divulgado pelo coronel Pedro Osório, grande charqueador de Pelotas, então coproprietário da Charqueada São Carlos. O que se noticia no jornal local é a compra das máquinas necessárias para a montagem de uma seção destinada à produção do referido artigo.

Em relação à efetivação destas propostas não tenho nenhuma referência segura. Mais importante, para o propósito deste estudo, é ter ciência de que a iniciativa existiu. É saber que os charqueadores manifestaram preocupação, interesse e formas de agir para garantir a possibilidade de aceder aos “mercados do velho continente”.

No dia 24 de fevereiro de 1919, em Montevidéu (mesma cidade de nascimento), em decorrência de “angina de peito”<sup>283</sup> faleceria Don Emilio Innocencio Calo, aos 56 anos de idade. Na sessão extraordinária convocada pela Câmara dos Representantes em homenagem ao ilustre cidadão e deputado, fica bastante claro que os vínculos firmados nos dois lados da fronteira dotaram aquele indivíduo de uma capacidade de ação e inserção social bastante importante para o sucesso de seus negócios.

No desenvolvimento de sua indústria saladeril, no vizinho estado do Rio Grande do Sul, tinha seu estabelecimento na cidade de Quaraí, e ali se vinculou íntima e grandemente com todos os homens de negócios e os estadistas, não só do Rio Grande, senão do Rio de Janeiro.<sup>284</sup>

<sup>282</sup> O Cidadão. Quaraí, 27 de março de 1918.

<sup>283</sup> APERS – Inventários/ Vara Família. Maço 17, n. 126.

<sup>284</sup> Diário de Secciones – Palavras do deputado Emilio A. Berro durante a 18ª Sesion Extraordinária, com motivo do falecimento de Emilio Calo, no dia 25 de fevereiro de 1919, p. 141.

Em relação aos bens materiais, só me foi possível conhecer aqueles adquiridos no Brasil. No entanto, no inventário lido consta: “juicios sucesorios de Don Emilio I. Calo que deben abrirse en esta Republica, en la del Brasil y en la Argentina”.

Por aqui, os seus maiores bens eram constituídos pelos campos, comprados em frações, em distintos anos. Os 47.703.095 metros quadrados de campo, situados no 1º distrito do município de Quaraí<sup>285</sup> e mais 34.127.317m<sup>2</sup> em Uruguaiana<sup>286</sup>, atestam sua atividade como criador de gados direcionados ao abate na charqueada.

Entretanto, para a compra da “Fazenda Fortaleza”, às margens do rio Jacuí, no Município de Cruz Alta, ainda não consigo afirmar os motivos ou intenções na cidade. Trata-se de 146.760.000m<sup>2</sup> de campo e matos correspondentes, avaliados em 587:000\$000.

No “quadro dos maiores proprietários de campo” do município de Cruz Alta, em 1917, Emilio Calo aparece como o 4º maior proprietário<sup>287</sup>. O que fazia - ou pretendia fazer com essas terras? Ao que tudo indica, essa compra não significou o emprego de um capital ocioso ou um investimento em terras de recursos até então aplicados em outro local. Calo teve de recorrer ao crédito do Banco Pelotense para fazer a compra, uma vez que no inventário consta uma dívida de “36:174\$320 ao Banco Pelotense da cidade de Cruz Alta, por um crédito aberto na filial”. Talvez, se conhecesse seu patrimônio também na Argentina e no Uruguai, poderia conjecturar algum novo caminho em que pretendia expandir seus negócios.

Difícil é afirmar quais eram seus planos e ações direcionados à indústria pecuária neste novo momento que iniciavam a viver. Seu colega Irigoyen tornar-se-ia sócio do frigorífico e os investimentos de Calo em refinamento do gado há quase vinte anos, bem como os projetos de “modernizar” o Novo Quarahy juntamente com os Tabarez, são indícios de que possivelmente se adaptaria a essa nova indústria.

Os *Tabarez* continuariam à frente dos negócios na *Novo Quarahy* até os primeiros anos da década de 1920. Em 1922, Ramon Tabarez Filho será o presidente da Associação Rural de Quaraí,<sup>288</sup> o que atesta que os charqueadores continuaram participando da vida social e defendendo seus interesses econômicos mesmo diante de um novo cenário político.

A *entente da fronteira*, liderada pelos saladeristas uruguaios, no entanto, não se manteria viva até a década de 1930. Já durante as lutas de 1923, as duas charqueadas estariam em mãos de empresários brasileiros.

---

<sup>285</sup> Avaliados em 450:010\$950.

<sup>286</sup> Avaliados em 341:300\$000.

<sup>287</sup> A Estância, agosto de 1917, p.209.

<sup>288</sup> O Cidadão. 30 de setembro de 1922.

## 6.2 A Lei de “desnacionalização” - Epílogo

*“Dois fatores na vida dos povos atuaram sempre sobre seus destinos: o caminho mais curto e a profundidade das águas”.*<sup>289</sup>

Durante todo o período de funcionamento das charqueadas situadas no extremo oeste do Rio Grande do Sul, que exportavam sua produção através do Porto de Montevideú, os charqueadores do estado que exportavam via Rio Grande, além dos demais setores do comércio litorâneo, mobilizaram-se contra aquele intenso trânsito fronteiriço. Alegavam que este comércio era o principal fator do contrabando realizado naquela região.

Como visto anteriormente, o próprio contrabando era resultado de uma espécie de “acordo” firmado entre o governo estadual e os negociantes e políticos locais. Desse modo, evidenciam-se as “práticas legais” realizadas pelo grupo pecuarista da fronteira. Possivelmente os charqueadores tenham feito uso de algumas práticas de introdução ou exportação de mercadorias com propósito de burlar o fisco. No entanto, o que se destaca neste estudo é a força e a organização que tiveram para defender seus interesses neste espaço.

Ao longo da década de 1920, com o gradativo afastamento dos saladeristas uruguaios, a intensificação da crise econômica e a nova configuração das relações de poder no estado, a pecuária da fronteira foi perdendo sua força mobilizadora.

Em 1928, todos os deputados gaúchos, aliados a Getúlio Vargas, defendem, junto ao Governo federal, uma lei proibitiva ao trânsito do charque brasileiro por território não nacional. O produto seria “desnacionalizado” caso fosse introduzido no Brasil através de portos não brasileiros, tendo obrigatoriedade de pagar os impostos de importação relativos à mercadoria estrangeira.

### Indústria do Charque

A Lei da desnacionalização do charque trouxe a paralisação imediata das charqueadas locais. Esse fato repercutiu na economia e no próprio

---

<sup>289</sup> Dr. Carlos Botelho – médico e criador de São Paulo. A Estância, junho de 1913.

orçamento do Município com a arrecadação reduzida do imposto sobre gado abatido.

No propósito de conseguir que ao menos uma de nossas charqueadas funcione na safra vindoura, iniciei junto ao patriótico Governo do Estado, gestões no sentido de obter uma redução de fretes no transporte de charque pelo ramal Severino Ribeiro a Rio Grande.

Dirigi ao Governo do Estado uma exposição indicando os motivos poderosos que aconselhavam essa redução, de grande alcance econômico para Quaraí. O Governo Federal, diante das informações que lhe foram prestadas pelo Governo do Estado, acaba de autorizar esse abatimento, que é de 30%.

Entendo que o Município deve oferecer nesta emergência algumas vantagens para os charqueadores que desejarem explorar os nossos estabelecimentos saladeris. Assim, aconselharia a dispensa do imposto a que se refere o parágrafo 6º da Lei de Orçamento<sup>290</sup> e a municipalização dos caminhões que forem empregados no transporte de charque entre esta cidade e a estação Severino Ribeiro.<sup>291</sup>

No dia 29 de janeiro de 1930, as medidas anunciadas no jornal tornar-se-iam Lei. A Intendência Municipal de Quaraí estava autorizada a “conceder favores especiais à indústria do charque”, isentando-a do pagamento de impostos. Além disso, o intendente estava autorizado a municipalizar os caminhões que seriam empregados no transporte dos produtos até a Estação mais próxima.<sup>292</sup>

A falta de um ramal férreo que ligasse a cidade de Quaraí ao litoral e ao porto de Rio Grande foi motivo de reivindicações das autoridades locais por mais de 40 anos. Estava na incapacidade de rápida comunicação de Quaraí com o restante do estado do Rio Grande do Sul um grande fator de descontentamento na cidade. Todavia, essas mesmas dificuldades aproximaram Quaraí de Montevideu e inclusive ligaram-na à Argentina, de onde provinha grande parte dos produtos alimentícios consumidos na cidade.

Os jornais e todo o correio postal chegavam à cidade por Montevideu. Percorriam os trilhos uruguaios até San Eugenio e desta eram enviados a Quaraí. Na correspondência trocada entre as autoridades municipais e Borges de Medeiros, por exemplo, lê-se: *Via Uruguay*. Uma carta, fazendo este percurso chegava ao Rio de Janeiro em 6 ou 7 dias, no máximo. Se pelas vias nacionais – brasileiras – tardaria 45 dias.

*“Até nisso aqui nesse recôndito rincão nós dependemos dos nossos vizinhos”*<sup>293</sup>

<sup>290</sup> Parágrafo 6º da Lei: Imposto sobre Comércio Localizado – onde: Estabelecimento de Charqueada paga: 600.000.

<sup>291</sup> O Cidadão. 16 de novembro de 1929.

<sup>292</sup> ACMQ. Livro de Registro de Leis. Lei n. 125, p.48.

<sup>293</sup> Relatório do Intendente Municipal. Quaraí, 1906, p.15.

A Lei de Desnacionalização seria a imposição de uma barreira para o livre trânsito dos produtos brasileiros pelo Uruguai. Ao cruzar a “linha imaginária”, o charque produzido em Quaraí seria considerado uruguaio e, para ser introduzido no mercado brasileiro, teria de pagar as taxas referentes aos produtos de origem estrangeira.

Fechada a fronteira, a indústria pecuária seria a grande prejudicada. Diretamente ligada a um espaço de produção regional, no qual acontecia o trânsito da matéria prima e do produto final, a charqueada do oeste do Rio Grande do Sul perde a posição de estar “estrategicamente situada em território fronteiriço”.

Para continuar produzindo e exportando através do porto de Montevideú, diante das novas condições, o mercado brasileiro deixava de ser atrativo. Apesar disso, a boa estrutura e preços compensadores dos fretes uruguaiois ainda asseguraram certo trânsito de mercadorias. Os frigoríficos da fronteira, por exemplo, continuaram usando essa via de exportação.

Outra saída seria o porto de Rio Grande. No entanto, os fretes ferroviários eram bastante altos no estado. Para Quaraí e outras regiões, havia um problema ainda maior: sequer a ligação direta ao Porto existia.

Um sonho de realização

No extremo sul do nosso Estado, *onde começa ou termina o território pátrio*, existe uma cidadezinha fronteiriça, cujo povo encarna todo o civismo da gente gaúcha e toda a grandeza desta terra: São João Baptista do Quarahy.

Cidade esquecida, relegada ao olvido voluntário de todos os governos, nunca pôde se desenvolver, nunca pôde penetrar no âmbito do progresso, porque sempre lhe foi negado o essencial, aquilo de que os povos não prescindem para o seu natural desenvolvimento: vias de comunicação.

E não é que os seus filhos cessassem de reclamá-lo. A todos os governantes que temos tido, o povo laborioso daquela terra esquecida, reclamava, pedia, implorava, até, que lhe dessem uma via férrea que ele, de per si, comprometia-se a sair do marasmo, da estagnação em que vivera, até então. E as promessas se sucederam durante 40 longos anos, sem nunca serem efetivadas.

Já cansado e desiludido, o povo quaraense silenciou, resignando-se com a sorte adversa que lhe coube, sorte de viver eternamente esquecido, tratado como se fora um filho espúrio.

E tanto mais deplorável era esse descaso, quanto é certo que, ali, acham-se situadas as mais finas pastagens do Estado, com estabelecimentos pastoris modelares, onde se poderá apreciar a excelência dos gados, que nada deixam a desejar ante os melhores das Repúblicas platinas!

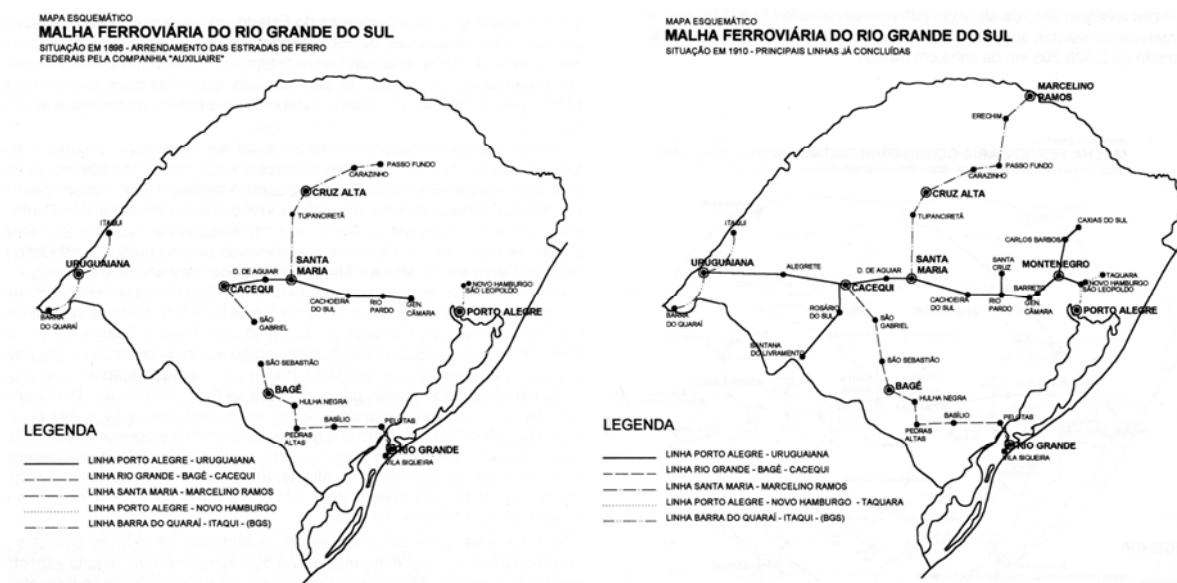
Antes de o governo do sr. Washington Luiz, se não nos falha a memória, ter decretado a desnacionalização do charque, a prosperidade do povo quaraense era, até certo ponto, notória. Possuindo duas das mais importantes – e porque não dizê-lo? – as mais importantes charqueadas do Estado, que abatiam milhares de cabeças de gado anualmente, aquele povo tinha em que se ocupar, e o comércio era, por isso, mais ou menos próspero.

Com aquela medida do governo, porém, ruíram as suas mais caras esperanças e uma crise avassaladora toldou de miséria os lares humildes, determinando, ao mesmo passo, o êxodo de grande parte da população para diferentes pontos do Estado. Desde então, o comércio começou a sentir os reflexos lógicos da paralisação das charqueadas e diversas firmas foram levadas à falência.

Ao forasteiro que visitar Quaraí não passarão despercebidos, por certo, os magníficos quartéis construídos.<sup>294</sup>

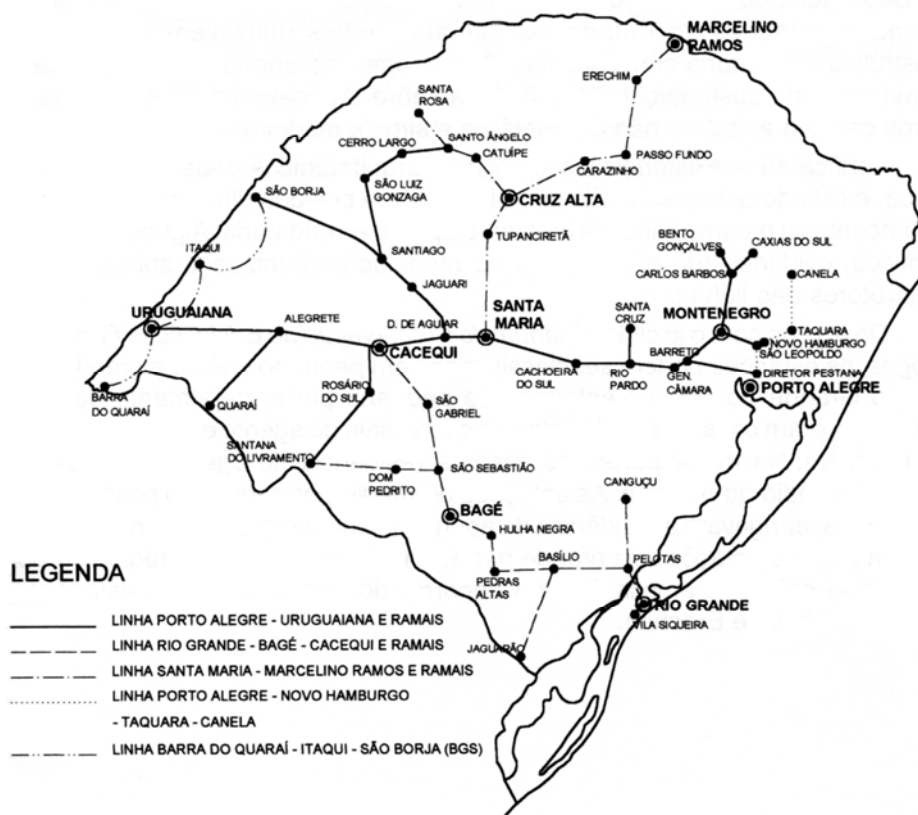
Esta seria apenas mais uma projeção ou notícia desejosa sobre a realização do maior ideal da cidade, pelo qual teriam de esperar por mais seis anos. Os trilhos chegariam a Quaraí apenas em 1939.

FIGURA 4 - MALHA FERROVIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL –  
1898/1910/1959 respectivamente



<sup>294</sup> O Cidadão. 22 de julho de 1933.

MAPA ESQUEMÁTICO  
**MALHA FERROVIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL**  
 SITUAÇÃO EM 1959 / REVERSÃO DA REDE À RFFSA



FONTE: CARDOSO, Alice; ZAMIN, Frineia. *Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul*. Inventários das Estações 1874-1959. Porto Alegre: Pallotti, 2002, p. 22-25.

Apesar das tentativas de reorganização das charqueadas em Quaraí, inclusive com uma nova investida dos empresários uruguaios,<sup>295</sup> a “fronteira fechada” minou as possibilidades dos bons negócios realizados até então. Como bem pontua Raul Jacob, “para los saladeros uruguayos de la frontera el fin no fue el principio de algo nuevo. Simplemente fue el fin”.<sup>296</sup>

<sup>295</sup> "La Campaña", N° 651 - Salto, 15 de setiembre de 1938, página 8: Se informa que el Saladero "San Carlos" de Quarahy pretende ser arrendado por los capitalistas uruguayos Carlos Hernández Weldner y Pedro Díaz (hijo) al Banco Nacional de Comercio.

<sup>296</sup> JACOB, Raúl, Op. Cit, 2004, p.44.



### 6.3 A “fronteira”

É consensual na literatura especializada que a presença de um limite internacional provoca uma série de efeitos sobre a sua área imediata, cuja extensão é difícil determinar. Cientes desses efeitos, alguns Estados criaram territórios fronteiriços sobre os quais incidem regras diversas de uso do solo, circulação de pessoas e mercadorias e composição do capital de indústrias e empresas ligadas ao setor primário. Esses territórios, chamados doravante de *faixas de fronteira*, usufruem muitas vezes de privilégios fiscais e, no caso brasileiro, foram alvo de diversos projetos de colonização e povoamento que visavam assegurar o seu controle.<sup>297</sup>

A atual configuração dos limites internacionais dos países latino-americanos é resultado de um longo processo histórico. Como espaço de disputa entre duas Coroas ibéricas, a partir do século XV, o território do “novo mundo” foi alvo de ambiciosos projetos e negociações. A busca por terras, riquezas e vias de navegação acabou por gerar séculos de intensas disputas entre Portugal e Espanha. Lutas estas que transformaram este território em um campo de batalhas, as quais foram mantidas mesmo depois da conquista da independência política dos países sul-americanos. As últimas negociações se estendem até as primeiras décadas do século XX, quando se definem os limites conhecidos hoje.<sup>298</sup>

Desse processo, resulta uma concepção historiográfica que tratou o conceito de “fronteira” como limite, ou barreira entre dois espaços distintos. Nesse sentido, e em um âmbito de constituição e legitimação de Estados Nacionais, o conceito denota definição de

---

<sup>297</sup> STEIMAN, Rebeca. Brasil e América do Sul: Questões institucionais de fronteira. Disponível em: <http://www.igeo.ufrj.br/gruporetis/pdf/REBECAlegislatlas.pdf>. p. 01. As leis que regulam a utilização da “faixa de fronteira” são bastante antigas no Brasil. A Lei de Terras de 1850 já referenciava o caráter público das terras localizadas próximas ao limite geopolítico. A definição atual foi apresentada no Art. 1º da Lei 6.634, de 02/05/1979, que diz: “*é considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira*”.<sup>297</sup> Essa definição, no entanto, ainda não existe em todos os países latino-americanos, e poucas das ações e projetos pensados para este território são efetivadas. Assim como pouco tem se discutido sobre o porquê desse fracasso.

<sup>298</sup> Em relação à fronteira Brasil-Uruguay, o principal período de demarcação desenvolveu-se de 1852 a 1862, tendo atuado como Comissário brasileiro o Marechal Francisco José de Souza Soares D’Andrea. Data deste período a fundação da cidade de Quaraí, que foi projetada pelo próprio Soares D’Andrea. Hoje, em sua extensão total, a linha limite entre os dois países percorre 608,4 km em rios e canais, 140,1 km em lagoas, 57,6 km por linhas convencionais e mais 262,0 km por divisor de águas.

territorialidade. Tem caráter político, uma vez que delimita o espaço de atuação da soberania estatal e ainda atribui os elementos identitários a uma Nação.

Mais recentemente, sobretudo a partir da renovação historiográfica ocorrida na década de 1980, tendo em vista os projetos de integração econômica regional, além do impacto que a globalização tecnológica tem gerado, o conceito de fronteira sofreu alterações. Do anterior limite, passa a ser símbolo e possibilidade de integração. O caráter de territorialidade é substituído pelo sentido cultural e simbólico do termo.

Todos sabemos que as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são, sobretudo, simbólicas. São produto desta capacidade imaginária de refigurar a realidade a partir de um mundo paralelo de sinais, através do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo. Faz parte deste jogo de representações estabelecer classificações, hierarquias e limites, que guiam o olhar e a apreciação, pautando condutas.<sup>299</sup>

Nesse sentido, a historiografia contemporânea trata de “fronteiras” culturais, étnicas e sociais, enfatizando o contato e trocas entre o “nós” e o “outros”, pautando questões de identidade e alteridade. Houve uma “metaforização do conceito”.<sup>300</sup>

Resultado disso foi o radical abandono da noção de “fronteira território” e, inclusive, a criação da idéia de que esta noção não existe. Assim, o estudo das regiões latino-americanas cortadas por limites geopolíticos ficou em um segundo plano. Diante do novo panorama de relações internacionais, muitos defendem, inclusive, a extinção dos limites políticos. “Esta mitologia de abolição dos limites estaria apoiada na idéia de que constituem um obstáculo e um entrave à liberdade individual ou coletiva, dentro de uma tradição de longa data de atribuir às divisões entre Estados apenas funções negativas”.<sup>301</sup>

O estudo aqui proposto pretende evidenciar uma terceira via interpretativa para o conceito de fronteira. A idéia que orientou minha pesquisa considera o “papel disjuntor dos limites políticos,”<sup>302</sup> mas prioriza a liberdade e as ações individuais sobre esses fatores. Referencia-se a “fronteira geopolítica” do Brasil, a tradicional “linha”, agora entendida como “zona de fronteira”, com suas particularidades e agentes.

<sup>299</sup> PESAVENTO, Sandra. *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2001, p.07.

<sup>300</sup> MARTINS, Rui Cunha. *Fronteira, referencialidade e visibilidade*. In: Estudos Ibero-Americanos. Edição Especial n.1. Porto Alegre: PUCRS, 2000.

<sup>301</sup> MACHADO, Lia Osório; STEIMAN, Rebeca. Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica. Disponível em: <http://acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/REBECALIADiscBibliog.pdf>, p. 07.

<sup>302</sup> MACHADO, Lia O.; STEIMAN, Rebeca; Op. Cit., p.07.

Intendência Municipal Rivera – n. 192  
 Excelentísimo Señor Ministro del Interior Doctor Don Jose Espalter  
 Rivera. Abril 30 de 1909.  
 Exemo Señor:

La comunicacion que mas abajo me permito copiar para llevar al conocimiento del P. Ejecutivo, envuelve el anhelo de dar solucion practica a una gestión de trascendental importância, no solo para esta localidad sinó tambien para el país desde que se trata de fijar de una manera materialmente precisa la línea de division territorial con nuestro vecino del Norte en la parte que hace frente a Santa Ana do Livramento, y por lo enunciado, estoy seguro, no considerará el P. Ejecutivo fuera de oportunidad el pensamiento que anima a la Intendência de atraer su atencion sobre dicho asunto.<sup>303</sup>

A preocupação manifestada pelas autoridades municipais de Rivera consiste em “estabelecer com precisão” os limites territoriais deste departamento com a vizinha cidade brasileira. A indefinição sobre a jurisdição territorial, já reclamada de longa data, trazia para aquela população problemas bastante significativos, que poderiam gerar conflitos cotidianos de grandes proporções.

Jurisdicion territorial que cada una pugna por ejercer en los lugares contíguos a la línea habiendose presentado casos en que nuestros vecinos han pretendido impedirnos la compostura de unos cuantos metros de calle que hace frente a su pais, alegandonos que es alli território suyo. Lo mismo há ocurrido en muchas ocasiones al estraerse arena de los terrenos fronterizos para las construcciones de obras de albanileria.<sup>304</sup>

Para acabar com todos estes “incidentes delicados”, o que se projetava era o estabelecimento de marcos delimitatórios, colocados a curtas distâncias ao longo da fronteira. As formas existentes até então para definir e conhecer com precisão onde começava ou terminava o Brasil permitiam uma literal mobilidade do território. Grandes faixas de terras poderiam ser reclamadas por ambos os países. Em 1909, buscava-se visualizar uma “linha divisória”,

lo que hoy no es posible por el sistema de la division de las águas y la relativamente enorme distancia que hay de uno a outro marco, en terrenos ondulados, compuestos en su mayor extension de finisima arena que las lluvias y los vientos arrastran con facilidad, modificando su superficie, **lo que hace que sítios que se creen hoy, por ejemplo, en suelo pátrio, se juzguen del brasilero, o vice-versa, despues de un aguacero o ventarron.**

En tales condiciones como comprenderá V.E. los conflictos referidos hallen base para originarse a menudo y la buena amistad que debe reinar entre pueblos vecinos y amigos, que, como Rivera y Santa Ana estan en diário contacto por su respectiva posicion geográfica, sus benévolas relaciones, su

<sup>303</sup> AGNU – Fondo Ministério de Relaciones Exteriores. Cajas 114 e 116 – carpeta 1110.

<sup>304</sup> Idem.

comercio próprio y el de transito, está expuesto a sufrir sacudimientos desagradables que conviene conjurar con eficacia, estirpando la fuente de su origen.<sup>305</sup>

O que se pretendia era “conocer con certeza lo que es nuestro”, sem incorrer na possibilidade de atritos com os vizinhos brasileiros. Este problema seria resolvido com a visível demarcação da “linha divisória” e do “limite teórico” apenas imaginado até então.

Diante dessa reivindicação é inegável que a “linha de fronteira” se fazia presente e visível no cotidiano da população local. No caso citado, era solicitada e até exigida a sua demarcação. Apesar do contato, do comércio comum e das boas relações, a presença da fronteira era fundamental para manter tão amistosas as práticas realizadas. Ela delimita dois espaços distintos e esperava-se isso dela. Não se constitui em uma barreira intransponível, mas também não é ignorada.

Na fronteira Quaraí-Artigas, onde o rio sinaliza a separação dos dois países, a exemplo do que aconteceu quando as autoridades fiscais gaúchas exigiram que todas as embarcações atracassem na margem direita durante a noite, os usos da “linha” também eram reivindicados. Sabia-se que cada margem indicava o início – ou o fim – do país vizinho. Porém, era sabido também que o rio era de uso comum. Para o estudo aqui proposto, o importante é destacar que sabia-se, principalmente, tirar proveito da existência dessa “linha”.

Reconhece-se, sem dúvida, que se trata de um espaço dotado de características e sociabilidades particulares. Igualmente evidenciam-se as possibilidades de integração e contato, que caracterizam e particularizam uma “cultura da fronteira”. No entanto, se há um modo de agir que não é distinto nesta região – que nesse sentido é geográfica e não geopolítica - demonstra-se que a “linha geopolítica”, por mais imaginária que seja, não é suprimida do cotidiano da população.

O que defendo é que é a forma com que os indivíduos percebem e usam a “linha” que caracteriza a “fronteira”. Daí o caráter a seguir enfatizado, e muito bem explicitado por Xavier, de considerar a fronteira como uma região, ou zona de trânsito, que oferece possibilidades de obtenção de vantagens.

Se o limite político assinala o âmbito territorial de aplicação de decisões políticas, monetárias e fiscais, influenciando na estruturação do espaço e impondo barreiras à livre circulação de bens e fatores, a proximidade e as

---

<sup>305</sup> Idem.

leis econômicas criam uma zona de trânsito, onde os habitantes obtêm vantagens das políticas aplicadas a ambos os lados da fronteira.<sup>306</sup>

Talvez seja possível sugerir que a tão distinta sociabilidade das áreas de fronteira seja resultado justamente da **percepção que os indivíduos têm da “linha”**. Tornam-se, a partir disso, estrategistas que encontram a forma de usufruir duas realidades sócio-econômicas distintas. Encontram-se em uma área de fronteira, mas é a percepção disso que os torna fronteiriços. Nas práticas cotidianas, não há isolamento deste “nós” em relação aos “outros”. Há sim, um movimento conjunto destes indivíduos que, favorecidos pelo trânsito, constituem redes de relações que tornam mais realizáveis seus interesses.

Quando dito isso, de forma alguma tais práticas são restringidas àquelas consideradas ilícitas pelo Estado que controla as fronteiras. O que se pretendeu evidenciar a partir da trajetória de indivíduos que viveram nesta fronteira quando do início do século XX, foram justamente as formas encontradas para aproveitar as normas e instituições de ambos os lados da linha.

Nesse sentido, concorda-se com Rodrigues e concebem-se as realidades de fronteira a partir dos aspectos sociais e culturais, a partir de uma “intrincada teia de relações e atividades humanas com seus inúmeros agentes, interesses e práticas”.<sup>307</sup> O destaque é dado às formas pelas quais os indivíduos vivem e usufruem a fronteira.

É nessa perspectiva que procuro entender o processo de migração e inserção social dos saladeristas uruguaios no Rio Grande do Sul. Certamente, o momento de chegada na sociedade gaúcha – distinto daquele vivido no Uruguai – foi bastante propício. Contudo, foi a existência da “linha”, ou melhor, o reconhecimento dela por parte destes empresários que tornou esse movimento possível.

A partir do exposto, não acredito que Emilio Calo e os demais que “cruzaran la frontera” o tenham feito com o “simples” intuito de burlar o fisco brasileiro. Se simples fosse tal tarefa, muitos outros teriam vindo produzir aqui, e em tempos mais remotos. Sim, transformaram um impedimento legal em um conjunto de vantagens econômicas.<sup>308</sup> Está aí o primeiro uso estratégico que fizeram da fronteira. Mas a inserção que fizeram neste espaço foi para além dos propósitos puramente econômicos.

---

<sup>306</sup> XAVIER, Lidia de Oliveira. *Fronteira- Reflexões sobre Teorias e Historiografia*. In: *Em tempos de Histórias*. Revista dos alunos de Pós-Graduação em História. N. 5, 2001, p.124.

<sup>307</sup> RODRIGUES, Jane de Fátima. *História Regional e Local: Problemas Teóricos e Práticos*. In: *História & Perspectivas*. n.16/17, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1997, p.151.

<sup>308</sup> JACOB, Op. Cit. p.81.

Instalados literalmente sobre a “faixa de fronteira”, à margem do rio que divide dois países, esses indivíduos souberam tirar proveito de duas realidades distintas. Firmaram não apenas relações de ordem econômica, mas também política e social que lhes proporcionou os recursos necessários para a segurança e desenvolvimento de seus negócios. Participaram, dessa forma, vantajosamente do processo de transição econômica da indústria pecuária dos países platinos.

Reconhece-se, portanto, o processo de transição em curso. No entanto, enfatiza-se a presença de sujeitos, ações e acasos. Reconhece-se a importância das decisões políticas individuais e não mais apenas das forças impessoais econômico-sociais. Passa a ser desejado “levar em conta o papel dos indivíduos e dos pequenos grupos, com seus respectivos planos, consciências, representações, crenças, valores, desejos”.<sup>309</sup>

Assim, se por longo tempo evidenciou-se a vida dos homens isolada da estruturação e fatos histórico/sociais, até bem pouco tempo, as estruturas sociais eram compreendidas sem menção às trajetórias individuais. Hoje, as ações conscientes voltam a ter destaque, mas o entorno vivido não é apenas paisagem que recebe este homem. “Sendo assim, não é possível pensar o território como algo sobre o qual se atua, e sim como algo com o qual se interage. É essa interação que define tanto o limite como a fronteira”.<sup>310</sup>

Como bem explicita Sánchez, os indivíduos que vivem nas áreas “cortadas” por limites geopolíticos, passam a “adaptar essa linha a suas urgências cotidianas”, sem esquecer ou anulá-la.<sup>311</sup>

A “fronteira”, portanto, por si só não é agente de integração. É o reconhecimento deste elemento pelos indivíduos, a forma pela qual “usam, compreendem e definem a linha”,<sup>312</sup> que confere sentido prático, possibilidades de interação e convívio. E os saladeristas uruguaios tiveram tal percepção.

---

<sup>309</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas Rivais. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 16.

<sup>310</sup> MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. In: *Revista Território*, n.8. 2000. p. 05.

<sup>311</sup> SÁNCHEZ, Andréa Quadrelli. *A Fronteira Inevitável*. Um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002, p. 84.

<sup>312</sup> Idem, p. 56.

## Considerações Finais

Cabanha Azul dá um baile em Esteio  
Criatórios de Quaraí e São Gabriel ficaram com todos os títulos das raças  
Hereford e Polled Hereford

A Cabanha Azul, de Quaraí, deu um show ontem no julgamento de Hereford e Polled Hereford, no Parque de Exposições Assis Brasil, conquistando três grandes campeonatos. A cabanha teve em pista o reconhecimento do trabalho desenvolvido durante o último ano para chegar “sobrando” a Esteio.

De poucas palavras, o pecuarista João Vieira de Macedo Neto recebeu abraços e disse que nem pensa em colocar os campeões à venda. Na Hereford, a Azul fez o grande campeão Garupa.<sup>313</sup>

Na fronteira do Quaraí, onde começa ou termina o território pátrio, farejei carne humana! Na busca dos empresários de “carne e osso”, conheci indivíduos com múltiplos interesses, e que interagiram de tal forma com esse espaço que fizeram dele possibilidades de agir. Trata-se de indivíduos participantes do processo que, em meio ao “imprevisível dos fatos econômicos e políticos” montaram as suas estratégias de ação. Os charqueadores que mantêm suas empresas no Rio Grande do Sul nos primeiros anos do século XX não foram irracionais, estáticos ou sumiram do cenário econômico de um momento para o outro – participaram da transição, e souberam tirar proveito desse momento.

Trata-se de bons “estrategistas”. Instalados literalmente sobre a “faixa de fronteira”, à margem do rio que divide dois países, esses indivíduos souberam tirar proveito de duas realidades distintas. Firmaram não apenas relações de ordem econômica, mas também política e social que lhes proporcionaram os recursos necessários para a segurança e desenvolvimento de seus negócios. Foram bons negociantes e suas ações mobilizam outras relações até os dias de hoje.

Durante a 29ª edição da maior feira agropecuária do sul do Brasil, e uma das maiores da América Latina, a Exposição Internacional de Animais – Expointer, realizada em agosto de 2006, os jurados ficaram impressionados com a excepcionalidade dos animais em pista. Nesta feira considerada a “vitrine do que se tem e do que se faz no Rio Grande”, a cidade de Quaraí e as demais cidades da fronteira do estado destacaram-se na apresentação dos animais de raça.

O proprietário do grande campeão de 2006, o pecuarista João Vieira de Macedo Neto, é descendente direto dos homens que povoaram e dos empresários que negociaram na

---

<sup>313</sup> Jornal Correio do Povo. Porto Alegre, 30 de agosto de 2006.

fronteira nos idos do 1900. João Vieira de Macedo foi um dos primeiros pecuaristas de Quaraí a dedicar-se ao refinamento do gado. Integrou essa empresa regional da fronteira conhecida na pesquisa, cujos frutos chegam a nós ainda hoje.

O que se evidenciou nos capítulos anteriores foi a iniciativa de um grupo de empresários que pretendeu dar maior dinamismo à indústria pecuária gaúcha do período. Souberam se organizar de forma a aproveitar os recursos disponíveis e gerar outros. A compreensão que tiveram das possibilidades de uso da “linha de fronteira” foi o que instrumentalizou suas motivações. Para estes agentes de duas pátrias, foi esse trânsito que orientou palavras e ações. Os empreendimentos destes homens, portanto, estavam a merecer algum destaque. Suas vidas e atuação permitiram redefinir uma série de questões pautadas de forma generalizante pela História.

As possibilidades de uso daquela fronteira, como vimos, desapareceriam em 1928. No entanto, o movimento iniciado deixaria suas marcas. Este trabalho pretendeu contribuir para o reconhecimento de que as ações dos indivíduos, e as formas como se organizam para agir, acabam constituindo um cenário de vida específico, datado. No entanto, são também ações que ultrapassam esse espaço de vida definido. A atividade pecuarista gaúcha de hoje, e a estrutura econômica dos municípios da fronteira oeste está diretamente relacionada às ações dos indivíduos que conhecemos nas páginas aqui lidas.



## REFERÊNCIAS – FONTES CONSULTADAS

### 1. ARQUIVO HISTÓRICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – AHRs:

- Fundo Polícia

- Maços 03, 23 e 50

- Fundo Autoridades Municipais

- Maço 151

- Maço 357

- Maço 381

-Relatórios das Câmaras Municipais:

- AM.3 – 039 (Quaraí, 1908)

- AM.3 – 040 (Quaraí, 1917)

- Obras Públicas - OP

- Secretaria das Obras Públicas – Caixa 40 – Maço 82

- Secretaria das Obras Públicas – Caixa 40 – Maço 83

- Secretaria das Obras Públicas – Caixa 50 – Maço 107

- Secretaria das Obras Públicas – Caixa 51 – Maço 108

- Secretaria das Obras Públicas – Caixa 54 – Maço 115

- Secretaria das Obras Públicas – Caixa 56 – Maço 121

- (Maços 109 a 112 = Terras e Colonização)

-RELATÓRIOS:

OP 020 (1909); OP 022, 023, 024 (1910), 025 (1911), 027, 028, 029, 031, 034, 035, 036 (1913), 037 (1914), 039, 040 (1915), 041 (1916), 042, 044, 045.

- FAZENDA

- Códices: F-1123; F-1141; F1148

- Relatórios: F.3-005 até F.3-049

- Órgãos Fazendários: Maços 495, 511 e 540.

- Fundo Documentação dos Governantes – DG

- Maços 62, 63, 64, 65, 65A e 66

- Maços 80, 83 e 88

- Maço 189

- Maço 09 (Secretaria Governo)

- Secretaria de Agricultura

- Caixa 22 – doc. 585

- Caixa 26 – doc. 637

- Arquivo Particular – Saldanha e Borges
  - Caixa 2 – DP/8
  - Caixa 3 – AR/1
  - Caixa 9 – APBM/1
  
- Secretaria Interior e Exterior
  - Caixa 03
  - Relatórios: SIE.3 001 a SIE.3 044
  
- Legislação
  - Coletânea da Legislação Fiscal do Estado do RS: n. 623 e 892
  - Ministério Agricultura: n. 459 (indústria pastoril/1921)
  - Legislação Estadual: n. 891
  - Leis federais: n. L507, L202, L203, L205, L206, L207
  - Leis, decretos e atos do Estado do RS: 622, 624, 626, 627, 628, 630, 631, 633, 634, 636, 637, 639, 640, 641, 643, 645, 648, 650, 653, 655, 659, 663. (referente aos anos de 1893 a 1919).
  
- Relatórios B.3
  - Agricultura, Indústria e Comércio: B.3-29 a B.3-33 (1910, 1911, 1912, 1913 e 1915).
  - Negócios Fazenda: B.3-186 (1903) e B.3-200 (1909)
  - Indústria, Viação e Obras Públicas: B.3-443 (1895) e B.3-460 (1906)
  - Justiça e Interior: B.3-356 (1908)
  - Relações Exteriores: B.3-85 (1902), B.3-87 (1912) e B.3-88 (1913)
  
- Documentos diversos
  - Maço 1 – doc. 4
  - Maço 2 – doc. 77, 81 e 119
  - Doc. Avulsa:
  - Caixa 2 – maço 3
  - Caixa 3 – maço 4
  - D-7
  
- Fundo Consulados e Legações
  - Brasil-Uruguai:
  - Maços CN 24, CN 25, CN 26, CN 27
  - Maço LG 13

## 2. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – APERS

ÓRGÃO/VARA: CÍVEL E CRIME

- Processos crime:
  - maços 01 a 04
  - maços 05 a 12
  - maços 16 a 29
  - maços 31 a 38
  - maços 39 a 48

-maços 50 a 56

- Inventários:
- maço 02
- maços 11 e 12

- Ordinárias:
- maço 08 a 12
- maço 13
- maço 55

- Embargos:
- maço 20
- maço 56

- Executiva:
- maço 04
- maços 06 a 10
- maço 55

- Sumário/Protesto:
- maços 14 e 15

- Hipoteca/justificação:
- maços 30 e 31

- Falências:
- maços 03 e 04
- maço 13

ÓRGÃO/VARA: PROVEDORIA

- Processos de testamentos:
- maço 02

ÓRGÃO/VARA: FAMÍLIA

- Inventários:
- maços 09 a 30

### **3. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL – IHGRS**

- Acervo Borges de Medeiros – correspondências enviadas e recebidas de Quaraí pelo Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Antonio A. Borges de Medeiros.
- Jornais da Coleção Tancredo F. de Mello:
- O Binóculo – 05 de abril de 1901

- O Cidadão – 16 de outubro de 1920
- O Cidadão – 19 de julho de 1924
- A Fronteira – 07 de maio de 1896
- A Fronteira – 01 de janeiro de 1901
- O Incentivo – 24 de outubro de 1906
- A Liberdade – 20 de julho de 1924
- O Quaraí – 27 de outubro de 1906

- Jornais da Coleção Walter Spalding:

- A Fronteira – 12 de janeiro de 1903
- A Fronteira – 20 de setembro de 1903
- A Fronteira – 01 de janeiro de 1904

- Relatórios da Intendência de Quaraí:

- Relatório apresentado ao Sr. Ten. Cel. Antônio Candido dos Santos – vice-intendente do Município de Quaraí – em agosto de 1906.
- Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. José Conrado Wagner – em dezembro de 1921.
- Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. J. Ascanio Moura Tubino – em dezembro de 1925.
- Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. J. Ascanio Moura Tubino – em novembro de 1928.

\* Relatório da Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul, referente ao ano de 1909, apresentado em sessão de assembléia geral ordinária, pelo presidente Dr. Joaquim Luis Osório – em dezembro de 1909.

#### 4. MUSEU DE COMUNICAÇÃO SOCIAL HYPOLITO JOSÉ DA COSTA

- O Amador – exemplares:

- Janeiro de 1896
- 02, 09 e 23 de fevereiro de 1896
- Março a julho de 1896

- Farrapo – exemplares:

- Agosto a dezembro de 1896
- Janeiro e fevereiro de 1897
- 05 e 17 de março de 1897

- O Incentivo – exemplares:

- 30 de agosto de 1903

- A Liberdade – exemplares:

- Artigas, 05 de dezembro de 1923

- O Mosquito – exemplares:

- Outubro a dezembro de 1898

- Janeiro de 1899
- 25 de março de 1899
- Abril e maio de 1899
- 25 de junho de 1899
- 02, 10, 17 e 24 de julho de 1899
- 07, 14, 21 e 28 de agosto de 1899

- Revista “A Estância”

- 1913- ANO I, N. 1 (março de 1913) até N. 12 (fevereiro de 1914).
- 1914- ANO II, N. 13 (março de 1914) até N. 24 (fevereiro de 1915).
- 1915- ANO III, N. 25 (março de 1915) até N. 36 (fevereiro de 1916).
- 1917- ANO V, N. 1 (janeiro de 1917) até N. 12 (dezembro de 1917).

## 5. ARQUIVOS NO URUGUAI

- Archivo General de la Nacion del Uruguay (AGNU)

-Fondo Ministério de relaciones exteriores (1890-1920):  
Cajas 90 a 118.  
Cajas 147 a 161.

- Archivo Histórico Diplomático

-Fondo Resto Antigo  
-Cajas 1,2,4,6,7,8,9,11,17,18 e 22.

- Biblioteca de la Sociedad Rural

-Revista de la Asociacion Rural del Uruguay (1900 a 1930)

- Instituto Nacional de Estadísticas (INE)

-Censos e Anuários Estatísticos (1890-1930)

- Biblioteca Nacional

-Periodico “El Siglo”

- Proyecto de Estatutos da Sociedade Anônima “Xarqueada São Carlos”. Montevideo: Talleres Gráficos A. Barreiro y Ramos, 1914.

- Biblioteca del Congreso / Palácio Legislativo

-Diario de secciones (1915-1918)

## **6. ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUARAÍ**

- Atas da Câmara Municipal
- Correspondência do Conselho Municipal
- Listas de Eleitores
- Livros de Atos e Leis municipais
- Posturas ruruais e urbanas
- Termos de contrato da Câmara Municipal
- Jornal “A Fronteira” (1895 a 1900; 1903)

## **7. ARQUIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARAÍ**

- Copiador de telegramas
- Correspondência 1915 e 1916
- Documentos avulsos
- Livro de Assentamentos gerais (1900 a 1913)
- Livros Receita do Município (1904 a 1928)
- Requerimentos (1910 a 1919)
- Relatórios da Intendência Municipal de Quaraí (1913 e 1927)

## REFERÊNCIAS – BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALBORNOZ, Vera do Prado L.  *Armour – uma aposta no pampa*. Santa Maria: Pallotti, 2000.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (orgs.).  *Usos e Abusos da História Oral*. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ASSUMPÇÃO, Jorge E. A produção charqueadora e a mão-de-obra servil. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs.).  *História Geral do Rio Grande do Sul*. Vol.1 Colônia. Passo Fundo: Editora UPF, 2006, p.189-202.
- AXT, Gunter.  *Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. 2001. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.
- BAK, Joan Lamaysou. Some antecedents of corporatism: state economic intervention and rural organization in Brazil. The case of Rio Grande do Sul, 1890-1937. PhD dissertation. Yale University. 1977.
- BARBERO, Maria I; ROCCHI, Fernando. Cultura, sociedad, economia y nuevos sujetos de la historia: empresas y consumidores. In: BRAGONI, Beatriz.  *Microanálisis – ensayos de historiografía Argentina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 1994.
- BARRÁN, Jose; NAHUM, Benjamin.  *Historia Rural del Uruguay Moderno*. Tomos V e VI. Montevédu: Ediciones de la Banda Oriental, 1977.
- BELL, Stephen.  *Campanha Gaúcha. A Brazilian Ranching System, 1850-1920*. Stanford University Press, 1997.
- BERTINO, Magdalena; BERTONI, Reto; TAJAM Héctor; YAFFÉ, Jaime.  *La Economía del primer Batllismo y los años veinte*. História Econômica del Uruguay – Tomo III. Montevédu: Fin de Siglo, 2005.
- BERTRAND, Michel (org).  *Configuraciones y redes de poder*. Un análisis de las relaciones sociales en América Latina. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2002.
- BLOCH, Marc.  *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (orgs).  *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996, p.183-191.

BRAGONI, Beatriz. Redes, inmigración y movilidad social en Mendoza: racionalidad empresaria y modos de relación política de una parentela de origen finisecular, 1880-1930. In: *Estudios Migratórios Latinoamericanos*. Ano 8. n.24, 1993. p. 171-203.

CAGGIANI, Ivo. *João Francisco – A hiena do Cati*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1988.

CARDOSO, Alice; ZAMIN, Frineia. *Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul*. Inventários das Estações 1874-1959. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas Rivais. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão, 1977.

CARVALHO, Jose Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CARVALHO, Maria L.; PEREIRA, Paulo; ALMEIDA, Pedro. O Incentivo fiscal às exportações gaúchas durante a Primeira República. In: TARGA, Luiz R. (org.) *Breve Inventário de Temas do Sul*. Porto Alegre: FEE, 1998, p. 89-125.

CASTELLO, Iara Regina. Áreas de fronteira: territórios de integração, espaços culturalmente identificados? In: *Práticas de Integração nas fronteiras: temas para o Mercosul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995, p.15-26.

CERUTTI, Mario. Los estudios empresariales en América Latina – el debate interminable? In: *Boletín de Historia Económica*. Ano I. n.2. Montevideo: AUDHE, 2003, p.05-11.

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.173-201.

CHASTEEN, John. *Fronteira Rebelde. A vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos*. Porto Alegre: Movimento, 2003.

CRISAFULLI, Gustavo. Para una Historia de la burguesía pampeana. Terratenientes y comerciantes en el sur bonaerense a fines del siglo XIX. In: *Estudios Sociales*. Revista Universitaria Semestral. Año IV, n.7. Santa Fé, 2º semestre de 1994.

ECHEVARRÍA Y ORTEGA, Miguel A. Martínez. ¿Qué teorías de la empresa tienen sentido en la Historia Empresarial? In: ERRO, Carmen (Dir.) *Historia Empresarial: pasado, presente y retos de futuro*. Barcelona: Editorial Ariel, 2003.

ERRO, Carmen (Dir.) *Historia Empresarial: pasado, presente y retos de futuro*. Barcelona: Editorial Ariel, 2003.

FELIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e Cooptação política*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.



FINCH, Henry. *La Economía Política del Uruguay Contemporáneo 1870-2000*. 2 ed. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 2005.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: Economia & Conflitos Políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1988.

GRIJO; KUHN et all. (orgs). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GRIMSON, Alejandro. *La Nación en sus Límites*. Contrabandistas y exilados en la frontera Argentina-Brasil. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

GUTIERREZ, Ester. *Negros, Charqueadas e Olarias*. Um estudo sobre o espaço pelotense. 2.ed. Pelotas: Editora Universitária, 2001.

GUTIÉRREZ, H; NAXARA, M; LOPES, M. *Fronteiras, Paisagens, Personagens, Identidades*. São Paulo: Olho D'Água, 2003.

HEINZ, Flavio M. Elites, estado y reforma en Uruguay y Brasil meridional: castilhismo y batllismo en perspectiva comparada. El caso de las elites de Rio Grande do Sul en la transición del siglo XIX al XX". In: REGUERA, Andrea (coord.). *Los rostros de la modernidad. Vías de transición al capitalismo. Europa y América latina siglosXIX-XX*. Rosario: Prohistoria, 2006, p.137-161.

HERRLEIN JR., Ronaldo. *Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil Meridional?* 2000. Tese. (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

———. Desenvolvimento Industrial e Mercado de Trabalho no Rio Grande do Sul: 1920-1950. In: *Revista de Sociologia e Política*. n.14. Curitiba, 2000, p.103-118.

———. A Transição Capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: Uma Nova Interpretação. In: *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica*, n.26, 2003.

HERRLEIN JR, Ronaldo; DIAS, Adriana. Trabalho e Indústria na Primeira República: A Experiência do Rio Grande do Sul. In: SILVA, Sérgio; SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs). *História Econômica da Primeira República*. Coletânea de Textos Apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.395-413.

JACOB, Raúl; MORAES, María Inés. El Litoral Norte uruguayo: región, frontera, país. In: *IV Congresso Brasileiro de História Econômica*. São Paulo: FEA/ USP, 2001, 24 p.

JACOB, Raúl. *Cruzando la Frontera*. Montevidéo: Arpoador, 2004.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

———. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p.167-182.

LIMA, Henrique E. *A micro-historia italiana – escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. In: *Revista Território*, n.8. 2000.

MACHADO, Lia Osório; STEIMAN, Rebeca. Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica. Disponível em: <http://acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/REBECALIADiscBibliog.pdf>.

MARIANI, Alba; RODRIGUEZ, Nora; ROMERO, Ana. *Inestabilidad y Crisis en el Uruguay 1850-1933. Seleccion de Documentos y Textos*. Montevideo: Fundacion de Cultura Universitária, 1991.

MARICHAL, Carlos. Avances recientes en la historia de las grandes empresas y su importância para la historia económica de México. In: MARICHAL, Carlos; CERUTTI, Mario. *História de las grandes empresas en México 1850-1930*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

MARQUES, Alvarino da Fontoura. *Episódios do Ciclo do Charque*. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1987.

———. *Evolução das Charqueadas Rio-Grandenses*. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1990.

———. *A Economia do Charque (A Culinária do Charque e o Charque nas Artes)*. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1992.

MARTINS, Rui Cunha. *Fronteira, referencialidade e visibilidade*. In: *Estudos Ibero-Americanos*. Edição Especial n.1. Porto Alegre: PUCRS, 2000.

MCCRAW, Thomas K. A odisséia intelectual de Alfred D. Chandler Jr. In: MCCRAW, Thomas (org.). *Alfred Chandler: ensaios para uma teoria histórica da grande empresa*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MORAES, María Inés. *Bella Union: de la estancia tradicional a la agricultura moderna (1853-1965)*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

———. *Dos versiones sobre las transformaciones económicas y sociales del medio rural uruguayo entre 1860-1914*. In: *Cuadernos del CLAEH*, n.83/84. Montevidéo, 1999.

MOUTOUKIAS, Zacarías. Fenomeno institucional e historia economica: debates para un enfoque renovado. In: GELMAN, Jorge (org.) *La historia económica argentina en la encrucijada: balances y perspectivas*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006, p. 427-444.

OSORIO, Helen. Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825. In: GRIJO; KUHN et all. (orgs). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.75-90.

- PEDRON, Olga. *Departamento de Artigas. Esbozo Histórico*. Artigas, 1990.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- . *República Velha Gaúcha: Charqueadas, Frigoríficos, Criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.
- . *RS: Agropecuária Colonial & Industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- . História Regional e Transformação Social. In: SILVA, Marco (Org.). *História em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero/CNPQ, 1990, p.67-79.
- . República Velha Gaúcha: “Estado Autoritário e Economia”. In: DACANAL, José; GONZAGA, Sergius (Orgs). *RS: Economia e Política*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993, p. 193-228.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. *A Diplomacia Marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.
- REGUERA, Andrea (coord.). *Los rostros de la modernidad. Vías de transición al capitalismo. Europa y América latina siglosXIX-XX*. Rosario: Prohistoria, 2006
- . História y empresa en América Latina – formas de abordaje y fuentes para su estudio. UNQ Ed, 2005 (no prelo).
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales – a inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- REVEL, Jacques (org.) *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.
- RILLA, Jose; BUSTAMANTE, Francisco. Impuestos, Estado y Política en el Uruguay Batllista. Cuadernos del CLAEH, n. 26.
- ROBERTS, Alan. La teoría en la Historia Empresarial. In: ERRO, Carmen (Dir.) *Historia Empresarial: pasado, presente y retos de futuro*. Barcelona: Editorial Ariel, 2003.
- RODRIGUES, Jane de Fátima. História Regional e Local: Problemas Teóricos e Práticos. In: *História & Perspectivas*. n.16/17, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1997.
- SABATO, Jorge F. *La classe dominante en la Argentina Moderna. Formacion y características*. 2.ed. Buenos Aires: CISEA/Imago Mundi, 1991.
- SÁNCHEZ, Andréa Quadrelli. *A Fronteira Inevitável*. Um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- SEOANE, Pedro. *La industria de las carnes en el Uruguay*, 1926.
- SILVA, F. Resende. *A Fronteira do Sul*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.
- SOLER, Leticia. *Historiografia uruguaya contemporânea (1985-2000)*. Montevideu, Ediciones Trilce, 2000.

SOUZA, Susana Bleil de. Charqueadas e Frigoríficos na Fronteira “Gaúcha”: O Trânsito pelo Porto de Montevideu no início do século XX. In: *IV Congresso Brasileiro de História Econômica*. São Paulo: FEA/ USP, 2001.

SOUZA, Susana B.; PRADO, Fabrício. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJO, Luiz; KUHN, Fabio [et al.]. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004, p.121-145.

STEIMAN, Rebeca. Brasil e América do Sul: Questões institucionais de fronteira. Disponível em: <http://www.igeo.ufrj.br/gruporetis/pdf/REBECAlegislatlas.pdf>.

TARGA, Luiz R. (org.) *Breve Inventário de Temas do Sul*. Porto Alegre: FEE, 1998.  
\_\_\_\_\_. A Fundação do Estado Burguês no Rio Grande do Sul (1891-1913). *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica/ 6ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Caxambu: ABPHE, 2003.

TROCHON, Yvette; VIDAL, Beatriz. *Bases Documentales para la Historia del Uruguay Contemporáneo (1903-1933)*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1998.

VALDALISO, Jesus; LÓPEZ, Santiago. ¿Sirve para algo la historia empresarial? In: ERRO, Carmen (Dir.) *Historia Empresarial: pasado, presente y retos de futuro*. Barcelona: Editorial Ariel, 2003.

VOLKMER, Márcia. *Coqueiros x Barraqueiros: as rivalidades no Partido Republicano da Intendência de Quaraí (1900-1916)*. In: ROCHA, Márcia da. *Produzindo História a partir de fontes primárias. IV Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006, p. 191-206.

WILLIAMSON, Oliver E. *Las Instituciones Económicas del Capitalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

WILLIMAN, Jose Cláudio. *História Econômica del Uruguay 1900-1930*. História Econômica del Uruguay – Tomo II. Montevideu, fin de Siglo, 1994.

XAVIER, Lidia de Oliveira. *Fronteira- Reflexões sobre Teorias e Historiografia*. In: *Em tempos de Histórias*. Revista dos alunos de Pós-Graduação em História da UnB. v. 5. Brasília, 2002.

## ANEXOS

### ANEXO A

#### CHARQUE EXPORTADO 1900 A 1926

– Rio Grande do Sul

ANOS	TONELADAS	VALOR OFICIAL
1900	21.462	15.002:431\$000
1901	22.262	11.809:719\$000
1902	37.207	13.033:751\$000
1903	36.396	12.540:428\$000
1904	35.788	13.259:788\$000
1905	37.555	15.953:900\$000
1906	44.519	19.310:695\$000
1907	50.792	22.965:956\$000
1908	52.579	25.350:448\$000
1909	51.226	24.908:753\$000
1910	56.458	24.387:315\$000
1911	59.464	26.313:128\$000
1912	69.574	31.540:191\$000
1913	64.064	31.751:362\$000
1914	37.019	23.712:897\$000
1915	36.309	27.976:209\$000
1916	31.294	28.366:286\$000
1917	49.249	42.845:253\$000
1918	31.324	29.329:910\$000
1919	35.374	47.130:119\$000
1920	35.503	42.570:923\$000
1921	34.590	41.514:804\$000
1922	53.671	56.002:502\$000
1923	63.748	59.844:687\$000
1924	54.519	76.800:865\$000
1925	58.236	92.979:613\$000
1926	62.486	69.193:990\$000

FONTE: Relatórios da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul

**ANEXO B**  
**EXPORTAÇÃO URUGUAIA**

ANO	PRODUTOS GANADERIA	PRODUTOS AGRICULTURA
1890	26.330.500	1.208.303
1891	25.947.070	158.275
1892	25.288.330	138.921
1893	26.382.967	768.938
1894	29.006.201	3.949.182
1895	28.446.408	3.736.475
1896	27.874.464	2.019.106
1897	27.619.748	1.203.262
1898	26.540.469	3.318.263
1899	33.756.787	2.359.494
1900	27.066.677	1.673.368
1901	26.406.223	575.004
1902	30.353.886	2.460.547
1903	34.699.618	1.924.486
1904	35.853.944	1.698.834
1905	27.713.558	2.072.259
1906	31.595.277	483.957
1907	31.688.836	1.572.287
1908	36.480.838	2.119.715
1909	40.190.046	2.884.348
1910	37.814.170	955.246
1911	39.030.964	1.047.480
1912	44.039.624	2.064.704
1913	39.646.675	1.874.907
1913(1)	62.922.025	2.747.768
1914	48.014.263	1.351.190
1915	70.714.149	826.226
1916	71.079.852	1.490.489
1917	102.223.292	218.095
1918	110.731.235	3.945.368
1919	144.204.480	2.480.536
1920	78.082.018	1.316.497
1921	66.997.805	2.034.991
1922	74.203.336	1.840.414
1923	96.383.640	2.423.252
1924	93.892.896	10.706.223

FONTE: Anuários Estatísticos do Uruguai.

## ANEXO C

### A ENTREVISTA DE EMILIO CALO

“Saladeiros e Criadores

O interview do sr. Emilio Calo

Como se sabe, o presente movimento entre os fazendeiros do Estado, ao qual se estão aliando quase todos os municípios, funda-se nas declarações feitas pelo adiantado industrialista local sr. Emilio Calo, feita, em interview, a um jornalista de Bagé.

Apesar de grande número de criadores não encontrarem nessas declarações, causa alguma contrária aos seus interesses, parece que a maioria quer decididamente discuti-la na assembléia a reunir-se em Santa Maria.

Como documento pois, de palpitante atualidade, damo-lo aqui aos nossos leitores

Ei-lo:

“Minha presença em Bagé não se prende somente a interesses da próxima safra, venho também como delegado do partido nacionalista uruguaio à grande assembléia partidária do dia 17, aqui.

Procure apanhar bem o meu pensamento, quanto no que se relaciona com a futura safra.

A pretensão dos fazendeiros rio-grandenses está em tal antagonismo com o estado real dos mercados de consumo que obrigou os charqueadores da fronteira a fazerem um convênio, sem o qual se tornava impossível a safra neste ano.

Ter-se-ia que parar com as matanças se fôssemos ceder às exigências dos fazendeiros rio-grandenses.

Deliberamos um convênio, o qual foi feito em Montevideu, no dia 31 de outubro, entre 11 charqueadores, para podermos opor uma resistência séria a essas pretensões, em benefício da pecuária do Estado.

Por esse convênio, cada charqueada da fronteira terá que limitar sua matança, porque pagando atualmente preços muito elevados pelos gados, teríamos, naturalmente, que reduzir muito estes preços no meio da safra, o que importaria em grandes sacrifícios econômicos para nós.

Não acredito que haja escassez de gado no Estado.

É certo que, no ano passado, o carrapato aniquilou muito os gados, havendo mesmo grande mortandade, porém isso não dizimou tanto a nossa criação como se propala.

O que se observa é que os fazendeiros parecem aproveitar essa circunstância para elevarem os preços do gado a ponto de se tornar impossível o preparo do charque.

Quer ver?

O Kg da carne verde é vendido a 500 réis, ao passo que o do charque, que representa 2 ½ (dois e meio) Kg de carne verde, é vendido a 800 réis.

O mercado produtor paga 50% mais caro que o mercado consumidor!

É o mesmo que comprar o Kg de açúcar, em Pernambuco, por 500 réis, e nos outros estados por 300 ou 350 réis.

-Evidentemente, é um absurdo, respondemos.

-Pois é o que se dá, atualmente, no Rio Grande do Sul.

Na minha opinião, o gado manterá este ano um preço superior ao da safra passada, mas opino que nunca poderá atingir as elevadas pretensões atuais dos fazendeiros que, no meu conceito, obedecem a uma especulação artificial.

-Especulação artificial!?

-Sim: Uma fantasia, uma exigência que bem meditada, não tem cabimento.

A *entente* dos charqueadores da fronteira terá uma influência tão poderosa, que necessariamente repercutirá nos mercados consumidores, mantendo o charque uma cotização estável, o que evitará as grandes alterações de preços que são as que produzem grandes prejuízos aos charqueadores.

Nós temos que pensar também em um ponto muito importante.

O Snr., tanto como eu, sabe que está iminente uma conflagração européia e essa conflagração é muito provável.

Nós devemos encará-la como um grande espectro ameaçador dos interesses dos charqueadores.

O charqueador não se limita somente ao negócio do charque, pois este não é o que nos deve merecer maior atenção.

Nós não temos preços para ele, são os importadores que o fazem, na medida da situação do mercado consumidor.

O preço que pagam, nós o aceitamos.

A fonte de maior lucro, no nosso negócio, está nos couros que antes de entregues, já estão pagos por um preço sempre estável e compensador.

Se se produz a conflagração européia, os mercados daquele continente fecham-se para este produto nacional.

E para onde vamos nós?!

A Europa importa todo o couro saído do Rio Grande do Sul, e, nessa emergência não teremos para onde exportá-lo.

-E os Estados Unidos?

-Os Estados Unidos são os concorrentes da Europa, mas uma vez que os mercados europeus fiquem fechados aos couros, não serão tão pródigos os importadores americanos que venham pagar o mesmo preço até aqui, porque não sofrem a concorrência européia.

Como vê, esse produto sofrerá uma grande baixa.

Temos o dever de pensar em tudo isso para não nos atirmos em negócios fantásticos, pagando pelo gado o que até hoje ainda não se pagou.

Não nego aos fazendeiros o direito de defenderem seus interesses, procurando colocar seus gados em condições muito boas, mas também não devem eles negar aos charqueadores igual direito.

Se empregamos um capital é para que ele renda numa proporção razoável e não para o sacrificarmos em bem dos fazendeiros, simplesmente pelo motivo de que, no ano passado, morreram alguns milhares de cabeças.

O convênio, que firmamos, é uma muralha de defesa aos interesses da pecuária riograndense.

Muito maior é a escassez de gado no Uruguai, onde a seca dizimou grande parte da criação e, entretanto, os fazendeiros dali não tem exigência iguais aos daqui.

-No convênio nada ficou assentado quanto aos preços que os charqueadores pagarão?

-Absolutamente nada. Só limitou-se o número de cabeças que cada charqueada pode abater.

Se um saladeiro tem o limite de 40 mil reses e abateu apenas 38 mil tem o direito de abater as 2 mil restantes na safra entrante, somente no mês de Dezembro.

-Porque somente em Dezembro?

-Porque ficou estipulado não se iniciar a safra antes para não trazer embaraços na exportação do charque em depósito da safra anterior.

Creio que também os demais charqueadores do Estado vão fazer idêntico convênio, porque chegamos a um ponto em que, ou temos que tomar medidas decisivas para opormos embargos às demasiadas pretensões dos fazendeiros, ou teremos que fechar as charqueadas.

Como lhe disse, estamos em face de uma época em que a carestia do gado assumiu proporções verdadeiramente exageradas.



-E da reunião de ontem nada posso dizer, porque ela não teve maior importância do que a de tratar de um convênio dos demais charqueadores do Estado, idêntico ao convênio dos charqueadores da fronteira.

-Ouvimos com muito interesse tudo quanto disse o distinto cavalheiro que se nos afigurou um homem de altos conhecimentos financeiros e de muito tirocínio comercial.

Por fim, já quando estamos para entrar em outro assunto, perguntamo-lhe.

-Então, positivamente, os charqueadores não pagarão os preços exigidos pelos fazendeiros para seus pagos?

-Esses preços não poderemos pagar, respondeu-nos o sr. Calo, pelos motivos que já lhe expus.

-Estava terminada a nossa palestra e nos restava agradecer ao grande capitalista uruguaio a maneira afável e simpática como nos recebeu e as informações que se dignou fornecer-nos a propósito de tão palpitante assunto.

-Conseguimos saber que é calculada a safra deste ano entre 800 a 850 mil cabeças.

Os saladeiros da fronteira abaterão, provavelmente, cerca de 400 mil reses.

-Os charqueadores que firmaram o convênio são os de Livramento, Quaraí, Uruguaiana, São Borja e Rosário.”

Jornal “O Cidadão”. Quaraí, 30 de novembro de 1912.

## ANEXO D

### A XARQUEADA NOVO QUARAHY – DESCRIÇÃO E FOTOGRAFIAS

- Jornal “A Fronteira” de 20 de setembro de 1903.

“Pela Indústria  
Saladero Novo Quarahy

Estudando a vida industrial do Quarahy vê-se que é inevitavelmente o *Saladero Novo Quarahy* uma de suas fontes principais de prosperidade e grandeza.

Percorrendo esse vasto estabelecimento onde, sob todos os pontos de vista, descortina-se a atividade, o labor, que falam pela boca das fornalhas, pelos canos alterosos de seus diversos departamentos, pela movimentação de suas centenas de trabalhadores, arregimentados, incansáveis, desde os carregadores de detritos de reses aos capatazes em sua sisuda observação, não se pode deixar de soltar uma exclamação admirativa, vendo o poder da inteligência aliada à indústria.

É o *Saladero Novo Quarahy* um dos primeiros estabelecimentos congêneres do Estado e desde sua fundação, até esta data, com pequenos interregnos, tem sempre trabalhado em alta escala deixando, portanto, à nossa cidade proventos inacreditáveis, e sendo um dos maiores propulsores do nosso progresso.

Quando se iniciam os trabalhos da safra e começa a matança de um ano, voltam de novo, após os meses de descanso em que foram ver suas famílias disseminadas no Brasil, Argentina e Uruguai, centenas e centenas de trabalhadores, pessoal honesto, laborioso e ordeiro, que se entregam de novo aos labores diversos, que constituem sua faina.

Aí, então, que o mais belo espetáculo abre-se às vistas observadoras; em face de tanto movimento, de tantas forças empregadas no trabalho, dessa luta titânica de dia e noite, enche-se naturalmente o nosso espírito de uma admiração sempre crescente e invade-nos uma necessidade forte, poderosa, de conhecer a inteligência que dirige todos esses braços, a força motriz de todas essas grandezas, ante as quais nos tornamos pequenos.

E o nome do nosso ilustre amigo sr. Emilio I. Calo, rodeado da aureola de justo acatamento, pela gerencia inteligente e profícua que tem dado ao *Saladero*, acorda logo à memória, sendo os dotes que o exornam, a força de vontade que o caracteriza, a explicação mais plausível a tudo que ignorávamos.

Sob sua hábil direção de reputado financeiro e industrialista emérito tem esse estabelecimento prosperado de maneira visível nada deixando a desejar como uma casa de primeira ordem no gênero.

Em dezembro do ano p.passado inaugurou-se, com esplendida festa a que assistiu a *elite* das sociedades eugeniense e quaraense, um bom serviço de luz elétrica, com o qual é vastamente iluminado o estabelecimento.

A água servida para limpeza, tanto na praia da matança como em outros diversos misteres, é fartamente canalizada e retirada da uma lagoa próxima ao

estabelecimento a qual nem com a seca do ano passado, uma das maiores vistas nesta cidade, esgotou-se.

Um ramal da Estrada de Ferro N. O. del Uruguay, conduz da barranca do Quaraí à Estação da mesma em São Eugenio, diariamente, grandes carregamentos de charque, ossos, etc, que são exportados para todas as partes do mundo.

Pequena chata vadeia o Quaraí, sendo a ela conduzidos por trolley as cargas que vem do Saladero, distante uma quadra, pouco mais ou menos, do rio.

No escritório do Saladero estão os seguintes empregados: mordomo Antonio Arrivilla; guarda-livros Ernesto Dickinson; auxiliares Hector Madrazo, Manoel Calo, Hector Baptista e Pedro Lagos.

Os números abaixo darão a conhecer aos leitores o movimento geral que produziu a safra de 902-903.

Foram abatidas durante essa 90.000 reses. Para atender a essa faina foi mobilizado o capital de 3:400.000 pesos, ouro, (13:600.000.000 rs. na nossa moeda) sendo que só a compra de gados atingiu a bonita cifra de 990 mil pesos, (3.960.000.000 rs. da nossa moeda).

A safra de 902-903 ocasionou o pagamento de impostos no valor de 566:056.414 rs., assim discriminados:

- à Intendência Municipal pelo imposto de sangria 35:702.400 rs.
- à Mesa de Rendas estadual pela exportação 270:957.272 rs. e
- à Mesa de Rendas federal pela importação e consumo 59:396.742 rs.

E ante a evidência desses números não podemos deixar de dizer que o Quaraí progride, ergue-se, engrandece-se, levado pela indústria que é sua fonte principal de prosperidade e que será ela em futuro não remoto a cidade industrialista por excelência do Rio Grande do Sul.”<sup>314</sup>

---

<sup>314</sup> A Fronteira, 20 de setembro de 1903.



- Casa de moradia do gerente – Representa o nosso clichê a apreciável e deliciosa moradia do gerente do Saladero Novo Quarahy, a qual fica à direita do portão que dá entrada para o quadro, após a casa ocupada pelo escritório.

Construção forte e bem feita, acomodações vastíssimas e adredemente preparadas, é a casa do gerente digna de ser apreciada por todo aquele que visita o Saladero.

Na frente e nos lados, extensas filas de árvores diversas, entre as quais palmeiras, eucaliptos, dão um aspecto delicioso a vista, amenizando-a da rude e triste paisagem que se perde na frente, nos varais onde milhares de kilos de charque, estendidos ao sol, secam.

A casa é toda iluminada à luz elétrica, tendo também um ventilador elétrico na sala de jantar.

(A Fronteira, 1º de janeiro de 1904)

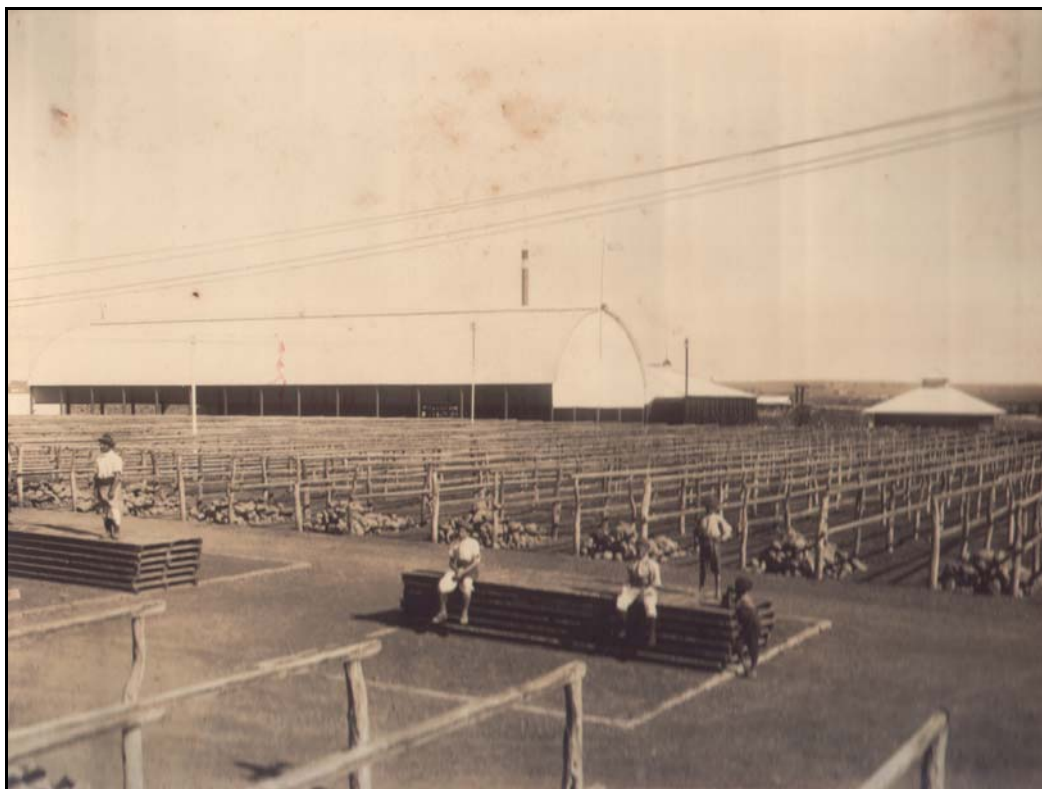


- Escritório da Charqueada – É o nosso segundo clichê um apanhado do escritório do Saladero, e ao fundo a porta que leva ao gabinete do gerente.

Fica na frente a escrivaninha do guarda-livros e na mesma sala bem como em outras dependências que o clichê não abrange, as dos auxiliares do escritório que tem o Saladero em numero de cinco.

Em cima da escrivaninha do gerente um telefone aperfeiçoado transmite e recebe recados de todas as dependências do Saladero, havendo em cada seção um para tal fim.

Em outra peça junto ao escritório há um outro aparelho de telefone para uso do Saladero, que liga as linhas desta cidade a de San Eugenio. (A Fronteira, 1º de janeiro de 1904)



- Varais na ocasião de ser neles estendido o charque – o charque é trazido para os varais em dezenas de pequenos carrinhos de mão sendo estendido no enorme perímetro ocupado pelos varais, a secar ao sol.

Depois de seco e levado para um local apropriado, esse onde estão os trabalhadores, é aí empilhado e coberto por enormes capas de lona encerada. Depois de alguns dias de seca é levado a pesar e enfardar no extenso salão que em frente ao escritório é destinado para esse fim.

Esse trabalho que demanda atividade e muita prática do pessoal empregado nele, é feito por uma turma especial dos trabalhadores. (A Fronteira, 1º de janeiro de 1904)



- Varais para estender o charque – ocupam os varais que formam a nossa gravura uma extensão aproximada de 40.000 metros quadrados.

Por curiosidade, contamos há poucos dias as filas que o formam, encontrando 88 em cada lado, isto é, 176 varais que são todos feitos com tirantes de pinho sobre postes de *inhandubay*.

Levando mais longe a nossa curiosidade, vimos que cada fila é ocupada por 48 postes dessa custosa madeira, que, importada, nos fica aqui por um peso oriental (4.200 rs.).

Havendo, pois, 8.428 postes de *inhandubay* chegamos a conclusão que só os varais podem custar 8.428 pesos, (35:397.000 rs.) isto, sem contar com os tirantes de pinho que valem alguma coisa! Nos varais pode ser estendida a carne de 5.000 reses. (A Fronteira, 1º de janeiro de 1904)



- Praia de matança, salgação de couros e carne – Ocupa o galpão da praia de matança uma extensão de quatro mil metros.

Na frente não abrangida pelo clichê ficam os currais que vem se sucedendo até ao curral do brete, onde laçada a rês, é puchada por pequena máquina a vapor até a porta e ai desnucada com um só golpe de faca, morre sobre um trolly que a conduz até o lugar onde se acham os carneadores.

Carneada em poucos segundos passa a outra turma de desfolhadores até que, completamente esfacelada, é levada a salgação, tendo antes passado pelo estendal de carne fresca.

Ao fundo há enorme pileta para salgar o couro e barraca para o mesmo. À esquerda estão os depósitos de sal de que se vê montanhas, junto as piletas onde é salgado o charque.

(A Fronteira, 1º de janeiro de 1904)





- Graxeira – Construída de ferro e com a extensão de 56x26 metros é a *Graixeria* uma das mais importantes partes do Saladero. Duas caldeiras de alta pressão fazem todo o trabalho da prontificação da graxa. Tem também a graxeira oito digiridores de ferro pelos quais, em seu respectivo processo, passa a graxa.

Servem-na mais oito depósitos de ferro em que é guardada a graxa depois do processo a que é submetida. 2 bombas de água fornecem esse precioso liquido abundantemente.

Ficam anexas à graxeira as oficinas de ferraria e luz elétrica.

Esta usina tem um dínamo Schuckert de 85 amperes que desenvolve uma força de 110 volts. É servido este ultimo por um esplendido motor vertical com força de 12 cavalos, que dá luz ao Saladero e suas diversas dependências. (A Fronteira, 1º de janeiro de 1904)



“Além e aquém dos varais estão as vastas dependências, formando quadras de casas, destinadas aos trabalhadores sem família e aos capatazes.

Fora do quadro do Saladero, em campina levemente ondulada há infinidade de pequenas casas onde residem famílias de trabalhadores e outras, formando quase uma pequena e movimentada povoação onde nada falta desde o açougue, o barbeiro, até os bilhares, o Hotel, as casas de negócio etc. É um dos passeios mais aprazíveis da nossa sociedade”. (A Fronteira, 1º de janeiro de 1904)



“De perto dos varais partem os trilhos sobre os quais correm os trollys que conduzem os fardos de charque às chatas que estão no rio. Estas transportam os produtos que, por um potente guindaste a vapor colocado em sólido trapiche, os retira das mesmas e os entrega aos vagões de carga da E. de F.N.O. do Uruguay.

Fazem o serviço de transporte dos fardos de charque, no rio, 4 excelentes chatas de 30 toneladas cada uma. Duas dessas chatas são antigas e as demais são completamente novas e construídas nas oficinas de serralheria, ferraria e carpintaria da charqueada”. (A Fronteira, 1º de janeiro de 1904)



Em 1908 seria inaugurado o “cabo aéreo” do saladero – aparelho através do qual o charque e demais produtos eram enviados para Artigas por sobre o rio Quaraí.

O cabo aéreo, descrito como “um aparelho de mecanismo simples, como de serviços úteis e econômicos”, foi projetado por uma firma uruguaia e teve um custo de cerca de 3 mil libras. Sustentadas por torres de ferro colocadas nas duas margens do rio, e por dois cabos de aço que atravessam tal distância (150 metros), pendendo de um resistente aparelho de correntes, corriam as zorras. A inauguração do sistema foi feita com a passagem do rio realizada pelos senhores da foto.

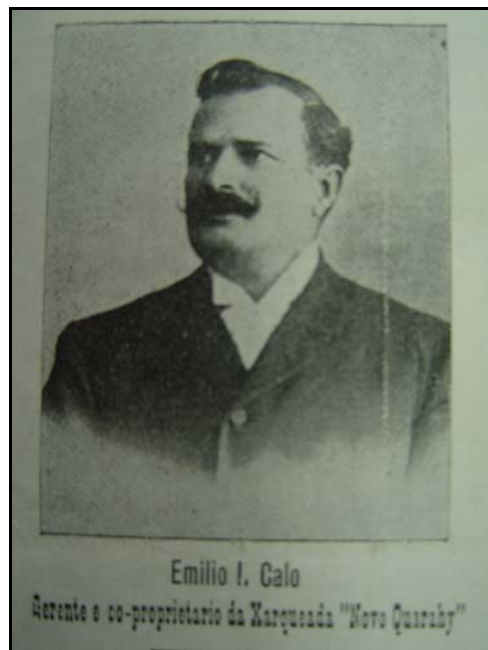
Na solenidade inaugural comparecem: Coronel Olavo Alves Saldanha, Bento Lima, Armando Severo, Jose Macedo dos Santos, Henrique de Abreu Maia, Nasiaseno Marques Vianna, Procopio Pinheiro, Albino Martins, João Tubino, Oliverio Pereira (que discursa em nome de Calo, enfatizando a amizade entre os dois países), Virgilio Procopio de Souza, Fitz Patric, Antonio Pinheiro Machado, David d’Avila, Bento Lima Filho, João Maximo dos Santos, Carabia, França, Ricci e outros.



Casa de Comércio do Saladero



Emilio I. Calo com sua família.





A “fronteira”